

AGRADECIMENTOS

*" A oposição produz a concórdia.
Da discórdia surge a mais bela harmonia."*

Heráclito de Éfeso

À Mãe Laura Neves, ao meu querido Padrinho Alberto Fazendeiro. À Família Neves Bicho que é muito grande. Aos Professores, que têm sempre um lugar especial no meu coração e na minha vida: um agradecimento a todos, em especial à minha querida amiga e Professora de História e de Língua Portuguesa, Elvira Marinho pela sua dedicação ao Ensino de História e às pessoas. À querida Professora Ana Maria Santos Silva que com os seus lindos olhos castanhos consegue transformar um pedacinho do mundo. Um abraço especial para o Luís Pinto e outro para a minha querida Maria do Carmo Esgalhado. Ao Jerónimo Nave pela sua disponibilidade para me escutar. À querida professora e colega Conceição Belchior pelas suas palavras de encorajamento, disponibilidade e amabilidade.

Para a Universidade de Évora fica um agradecimento a todos os professores do antigo departamento de História, à minha orientadora pedagógica de estágio, a Professora Doutora Marília Favinha e à assistente técnica Maria do Carmo do departamento História (Escola de Ciências Sociais) pela sua eficiência e dedicação aos alunos, e, também à Maria de Fátima Zacarias, Técnica Superior. Desde a minha licenciatura que tenho o privilégio de contactar com o Professor História de Arte em Portugal o Doutor Professor Manuel do Patrocínio, ao qual agradeço a orientação desta tese, e sobretudo, a liberdade e respeito pelas minhas ideias na construção do trabalho. Um abraço especial para a Paula Carrasquinho pelo incentivo e pela sua presença.

A todos

Bem hajam.

RESUMO:

Esta abordagem do Castelo de S. Jorge em Lisboa é um estudo de caso de um monumento, numa vertente didático-pedagógica. É uma proposta de exploração educativa e de sensibilização para o Património, que evidencia o monumento como objeto cultural onde confluíram e se cruzaram vários povos e Culturas. O enquadramento imagético na cidade medieval. O monumento como elemento arquitetónico e diferentes tipologias, o monumento, no seu enquadramento institucional, como objeto de arte, no contexto mundial e medidas protetoras. Reflete também sobre o seu valor figurativo e simbólico na Idade Média. O Castelo como o mediador de uma imagem urbana e cultural na aprendizagem escolar e educativa. O Castelo de S. Jorge e a História. O passado e o presente da Cultura Castelológica nas artes plásticas e na arquitetura contemporânea.

Palavras - Chave: Memória História – Cultura – Castelologia – Património -Didática.

ABSTRACT: S. Jorge Castle: a proposal for educational exploration and sensibilization towards heritage

This approach of the Castle of S. Jorge in Lisbon is a case study of a monument, under a didactic-pedagogical perspective. It is a proposal of educational exploration and awareness of the heritage, which shows the monument as a cultural object where several people and cultures merged and crossed. Its framing in the medieval city. The monument as an architectural element and different typologies, the monument in its institutional framework, as a work of art, in the world context and protection measures. It also reflects on its figurative and symbolic value of the Middle Ages. The Castle as the mediator of an urban and cultural image in educational school learning. The Castle of S. Jorge and History. The past and the present of Castlelogic Culture in plastic arts and in contemporary architecture.

Keywords: Memory – History – Culture – Castlelogic – Heritage - Didactics.

VOLUME I:

Agradecimentos

Resumo/Abstrat

INDICE

Introdução4 /6

CAPÍTULO I- DEFINIÇÕES E ENQUADRAMENTOS NO ÂMBITO DA VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL.

1. Definição do «castelo» como objeto cultural, como modelo de imagem Histórica e como modelo de imagem urbana.....	7
1.1- Enquadramento da valorização patrimonial dos castelos no contexto europeu e português, definição de «castelologia» na sua projeção cultural.....	16
1.2- Enquadramento da proposta legislativa e regulamentadora do sentido de proteção, conservação e valorização dos castelos.....	21

CAPÍTULO II- O MONUMENTO.

2. Evolução das fases de desenvolvimento da arquitetura militar e das fortificações em Portugal e seus exemplos expressivos.....	26
2.1- O Castelo de S. Jorge como «caso» significativo, na sua inserção espaço-urbana e no confronto com conotações e discursos culturais.....	44
2.2- O castelo como expressão do imaginário: lendas e narrativas.....	60
2.3- Os castelos portugueses na referência escolar e educativa	68

CAPÍTULO III- DIDÁTICA DA HISTÓRIA DA CULTURA E DAS ARTES.

3. Definição da Disciplina de História da Cultura das Artes, seu enquadramento legislativo e a sua organização no ensino.....	72
3.1- Pressupostos e práticas da gestão curricular, legislação fundamental, papéis e funcionamento da disciplina e seu contexto na organização do ensino.....	84
3.2- Pressupostos, objetivos e práticas dos conteúdos programáticos, quanto à sensibilização patrimonial e a correlação com os temas letivos.....	89
3.3- O papel da sensibilização para o património.....	93

CAPÍTULO IV-O CASTELO DE S JORGE COMO PROPOSTA DE INSERÇÃO LETIVA.

4. O castelo de S. Jorge: uma proposta de exploração educativa e de sensibilização para o património.....	98
4.1- Os castelos e conhecimento do passado histórico-cultural.....	100
4.2- A expressão do imaginário dos castelos, lendas e narrativas como motivação de aprendizagens.....	103
4.3- O castelo como referente para aprendizagens plásticas e visuais	106
4.4- A Cultura Castelológica e Patrimonial como temática letiva: bases para uma Planificação...111	
Conclusão	115
Glossário	117
Bibliografia	118

VOLUME II :

Listagem /Anexos134/ 353-202

Apêndice I- Quadros-síntese.....203/204-218

Apêndice II- Programa de História da Cultura e das Arte

INTRODUÇÃO

A elaboração de um trabalho no ramo da História da Arte integrada no âmbito geral do estudo e valorização do Património edificado visa aproximar o património e a didática no processo de ensino-aprendizagem, partindo de um estudo de caso “O Castelo de São Jorge”, em Lisboa. Abordamos este tema na perspetiva de aproximação do objeto cultural /monumento à disciplina de História da Cultura e das Artes. A valorização da cultura patrimonial é motivadora para o ensino da História, no pressuposto de que com as primeiras legislações de proteção ao património, ou seja, desde a Carta de Atenas, até à criação do IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) em Portugal, este tema, sendo consolidado e debatido por alguns autores, sabendo-se também que, historicamente, os castelos foram fundamentais para a organização do território. Ainda que no âmbito da lecionação da disciplina de História da Cultura e das Artes e ao nível educacional seja dado algum revelo ao Castelo e à Cultura Castelológica, no entanto, este elemento arquitetónico deveria ser mais aprofundado e valorizado no currículo nacional, uma vez que a cultura e a arquitetura militar são legados patrimoniais que afetam a paisagem e os nossos sentidos. A construção de um trabalho científico e pragmático sobre a temática castelológica nasceu, assim da necessidade de encontrar um caminho na área da didática e de reabilitar o património histórico e castelológico no currículo nacional do ensino secundário, e evidenciar “O Castelo “ como o palco principal de diversas ações entre personagens históricas que se cruzaram na Idade Média e que deram o seu contributo para a construção da Humanidade.

Pretendendo-se dar resposta à questão: *Como se pode valorizar o património Histórico - Cultural e Castelológico nas aulas de História da Cultura e das Artes?*, propomos uma abordagem ao Monumento Histórico, numa perspetiva histórica, didática e patrimonial, articulando a imagem do Monumento com a cognição em História, dando-lhe um movimento, uma vida dentro de uma perspetiva construtivista e cognitiva, em que se aprende a descobrir um inigualável espólio histórico-cultural, onde os alunos vão aprendendo e desenvolvendo as competências e atingindo objetivos na disciplina de HCA, podendo, assim, absorver o conhecimento que a Cultura dos Castelos pode transmitir através da sua expressividade ao longo das épocas históricas. Neste trabalho procuramos a otimização da imagética castelar, para que possa desenvolver uma ideologia patrimonial ao nível concetual fundamentada nas práticas pedagógicas.

A escolha do tema reveste-se de um carácter pragmático, no âmbito da leccionação da disciplina de História da Cultura e das Artes a partir do exemplo do Castelo de S. Jorge, que como refere António lopes Nunes foi “*a chave militar do nosso reino*”¹.

Ao nível da gestão flexível do currículo nas escolas quanto ao tempo de gestão e ao desenvolvimento dos conteúdos programáticos, o programa da disciplina de História da Cultura e das Artes, que daqui em diante se irá designar por HCA, dá indicações no sentido de se aprofundarem os temas designados como “Casos Práticos”. Contudo, aquele revela-se bastante ambicioso, tendo em consideração a sua duração bienal, conducente no final do biénio, à realização de um Exame Nacional. Levanta, também, alguma controvérsia a questão da gestão dos conteúdos, e também a perspetiva do Ensino de História Social, Cultural, Política ao nível dos movimentos de Arte, ou Patrimonial, que não é tão evidente na construção e formulação do próprio programa, mas onde recaiu muita da génese programática. Igualmente discutível no programa de HCA é a falta de conceitos históricos reguladores em cada temática, importantes no processo de ensino-aprendizagem, pois, como refere Foucault, “*as relações discursivas oferecem –lhes o objecto dos quais ele pode falar , ou antes (...), determinam o feixe de ligações que o discurso deve efectuar para poder falar destes ou daqueles objectos, para os poder tratar, nomear, analisar, classificar, explicar, etc...*”². Ajuda, portanto, os alunos a utilizar um léxico apropriado às circunstâncias pedagógicas, na disciplina de História, tal como acontece nos programas de História A e B, do Secundário. Os conceitos são importantes, também, para a didática da História estruturando o seu discurso caracterizador.

Relembrando também Henri Marrou, pretende-se então com este trabalho que “*A história possa assumir na cultura o papel de princípio animador. O seu verdadeiro papel, infinitamente mais modesto mas, no seu nível, real e bem precioso, consiste em fornecer à consciência do homem que pensa, que sente, que age, uma abundância de matéria em que exerça o juízo e a vontade(...) Ai está a sua grandeza - a sua utilidade*”³.

A partir dos conteúdos programáticos da disciplina de HCA, pretende-se em suma apelar e sensibilizar os alunos para o conceito e a importância do património histórico e cultural. Com o estudo no domínio do património imóvel material, o Castelo de S. Jorge

¹ NUNES, A (1988):131.

² FOUCAULT, M (2005):77.

³ MARROU, H. I (1991):250.

em Lisboa, pretende-se fazer uma proposta de exploração educativa e patrimonial do Castelo de S. Jorge. Assim, como aprofundamento deste tema, vamos sugerir um enquadramento científico que evidencie o valor patrimonial e, conseqüentemente, a sua aplicabilidade no currículo de HCA.

No que se refere à organização deste nosso trabalho, no primeiro capítulo pretendemos realizar uma descrição teórica-explicativa da importância da Cultura Castelológica, nas suas vertentes, imagética, cultural e urbana, no pressuposto de que os castelos que transparecem na paisagem portuguesa são o fundamento da sua importância para o conhecimento histórico - didático e patrimonial. Focaremos também o papel das diferentes organizações e instituições, quer no contexto nacional quer europeu, que defendem e valorizam o Património Material.

No segundo capítulo pretende-se realizar uma descrição da cultura castelológica, ou seja, traçar a evolução da arquitetura militar, descrever as suas tipologias construtivas, pesquisar lendas e narrativas, fundamentar a sua importância ao nível das ideias, procurando ideologicamente a sua conexão no mundo de hoje.

No terceiro capítulo recorreremos à teorização da gestão flexível do currículo, ao nível da descrição da legislação que regulamenta o funcionamento da disciplina, refletimos sobre práticas pedagógicas para uma cultura de valorização patrimonial na disciplina de HCA e realizamos a coordenação dos elementos técnico-científicos com os conteúdos letivos e as práticas pedagógicas importantes para a valorização do Monumento.

No quarto capítulo valorizamos o valor didático do monumento enquanto objeto. O programa de HCA não aprofunda este monumento arquitetónico. Porém, ele é de extrema importância para o conhecimento histórico e para a compreensão da Idade Média enquanto época de formação de novas identidades civilizacionais e de afirmação de diferentes poderes e imagens. Segue-se uma proposta que enquadra e introduz esta temática no currículo nacional: “A Cultura dos Castelos”.

Na conclusão iremos refletir sobre a inclusão no currículo nacional da disciplina de HCA e salientar o valor histórico-patrimonial e cultural dos castelos.⁴

⁴ Vide os quadros 1, 2 e 3 e apêndice.

CAPÍTULO I- DEFINIÇÕES E ENQUADRAMENTOS NO ÂMBITO DA VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

1. Definição do «Castelo» como Objeto Cultural, Modelo de Imagem Histórica e Modelo de Imagem Urbana.

O século XIX foi um século de “nascimento” de novas nações, mas a necessidade de preservação de uma identidade nacional, o sentimento de pertença a uma comunidade e a criação de uma imagem histórica que simbolizasse a nação foi uma preocupação da geração do século XIX⁵. Será esse o cerne do Romantismo. Este estimulou o estudo da História, sobre o património, valores e pátria. O movimento romântico fundamenta-se no conhecimento do passado e do património, desperta a sociedade para pugnar pela sua proteção e valorização.

De qualquer modo, Portugal viveu nos séculos XVIII e XIX uma situação dramática, tanto ao nível político como social: o Terramoto de 1755 as invasões francesas; a fuga do Rei para o Brasil; a independência do Brasil; a Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas; a debilidade política e social; a dependência de outros países europeus, conduziu à adopção de uma estratégia que legitimasse e prestigiasse o poder e a honra de Portugal no contexto mundial e nacional.

Segundo José Mattoso, o que torna o Castelo num⁶ *objeto da História não é o facto em si mesmo, mas o que ele eventualmente possa representar para o destino da Humanidade*”. Um castelo,⁷ segundo Luis de Mora-Figueroa, é um *“edificio de regulares proporciones, exento, en cuya disposición predomina la seguridad sobre la mera habitabilidad, presentando profusión de elementos defensivos, tanto activos como passivos, que acogen vida doméstica no estrictamente castrense.”*⁸. António Lopes Nunes define assim o Castelo Medieval: *“construção medieval fortificada integrando os variados edifícios defendidos por muralhas, torreões, fossos, e outros elementos de defesa, com um ou mais recintos interiores, destinada exclusivamente a fins militares estratégicos ou a desempenhar prioritariamente a função de residência fortificada de um senhor.*

⁵HOBBSAWM, E (1983):7.

⁶MATTOSO, J (1986):8.

⁷A definição do “Castelo” como objeto cultural significa um conjunto de conhecimentos, que foram transmitidos de geração em geração e, que fazem parte do património literário, artístico e científico da sociedade ou do povo⁷.

⁸MORA, L (1996):74.

*Localizado normalmente em pontos altos assegurava a resistência fortificada de um senhor, e podia abrigar as populações próximas, em tempo de perigo*⁹”.

O Castelo é um reflexo da imagem cultural. Nas produções culturais do século XIX foi um agente basilar para a recuperação da imagem e identidade do objeto cultural. Entre os intelectuais portugueses do século XIX encontramos Alexandre Herculano, Ramalho Ortigão e Almeida Garrett, que defenderam ferozmente a preservação dos objetos culturais arquitetónicos — “monumentos” — como garante da transmissão do conhecimento das gerações, porque corriam o risco, devido às vicissitudes políticas passadas e às ruínas dos Castelos abandonados, de caírem e desaparecerem com elas os objetos arquitetónicos, onde se transmitiu, de geração em geração, a cultura e a história do país¹⁰.

Esta imagem histórica de Portugal foi recuperada no século XIX com “*a constituição de um Estado liberal que favoreceu a procura de um passado glorioso, cujas características sociais, políticas e culturais servissem de inspiração aos ideólogos do novo regime. Desta maneira, o período histórico eleito foi a Idade Média, apropriado a uma nação que iniciava um processo apenas comparável a uma segunda fundação, tais eram as transformações pelas quais o país passava*”¹¹. Em Portugal, o primeiro a tentar recuperar a imagem histórica medieval do Castelo Português foi Alexandre Herculano, nas suas obras *O Castelo da Feira* e *O Bobo*, e também no trabalho de investigação, como historiador, “*Milícia da Idade Média*”. Estas formaram o embrião da imagem do Castelo Medieval Português¹², na esteira da imagética dos diferentes tipos de castelo, nomeadamente o *castle anglófono*, o *chateaux francófono*, o *Schloss germânico*, o *castello italiano* ou o *castelo / castelillo português e hispânico*¹³, que no início do século foram objeto de madura discussão. A ideia de Romantismo nasce primeiro em França e depois na Inglaterra com o romântico e erudito Charles de Gerville, numa Carta de 1818, e com William Gunn, em “*Inquiry into the origins and influences of gothic architecture*,” publicado em 1819¹⁴. Tais categorizações, como refere Allen¹⁵, não foram muito relevantes para os castelos. A

⁹NUNES, A (2005):74.

¹⁰GARRET, A (1987):199. Conceito romântico criado por Almeida Garret, explícito na obra *Viagens da Minha Terra*. “As Ruínas do tempo são tristes, mas bellas, as que as revoluções trazem ficam marcadas com o cunho solene da História. Mas as brutas degradações e as mais brutas reparações da ignorância, os mesquinhos consertos da arte parasita, esses profanam, tiram todo o prestígio”. Idem, *ibidem* (1987):162.

¹¹ Apud, RODRIGUES, P (1998):44.

¹²SANTOS, J (2008):442.

¹³Idem, *ibidem*: 442.

¹⁴Cf, BROWN, A (1996):52.

¹⁵Idem, *ibidem*:52. “The categories and labels inventend by the 19 th century art historians and appllied by them to styles of medieval ecclesiastical architecture (Romanesque, ghotic, etc) are irrevevant to castles except with reference to window and door opening and ornamental detail.

temática da arquitetura militar está inserida no programa de HCA,¹⁶ na “*Cultura do Mosteiro*” e na “*Cultura da Catedral*”.

Define-se assim o estudo conhecido como castelologia, (designando este neologismo a ciência que estuda os castelos e, por extensão do termo, todas as fortificações, qualquer que seja a época e o âmbito do estudo),¹⁷ o qual tem diversas conotações e reflete sobre a universalidade da sociedade medieval, que é a representação do mundo antigo que passou, mas em que, para o mundo atual e urbano, os castelos continuam a valer pelo seu fundamento histórico, religioso, cultural e didático. Através dos castelos, o nosso mundo relembra e vive também a Idade Média.

A temática castelológica, desde a segunda década do século XX, acolhe a atenção de diversos estudiosos, intelectuais e arqueólogos que desenvolveram trabalhos sobre os castelos portugueses. O Castelo de S. Jorge foi também objeto de estudo por parte dos Olisipógrafos, tais como Augusto Vieira da Silva em *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo histórico -descritivo*; ou Norberto Araújo, no 3º volume das suas obras *Castelo de S. Jorge e Peregrinações em Lisboa*. Nos anos cinquenta, difundiram-se estudos de caráter geral sobre a Castelologia de José Mattoso, Mário Jorge Barroca, Rita Costa Gomes, Saúl António Gomes, António Pires Nunes, Humberto Baquero Moreno, António Navarêno Mateos, João Gouveia Monteiro e Luís Miguel Correia. Alguns destes trabalhos tiveram como fundamento o *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas,¹⁸ consulta de códices, pesquisas na literatura portuguesa e estrangeira. Contudo, a ciência que estuda a história dos castelos não se esgota na análise dos vários elementos arquitetónicos. O estudo dos monumentos deve integrar e destacar o seu papel na imagem urbana e na imagem cultural, e evidenciar o valor patrimonial da edificação, através da expressividade no mundo contemporâneo. Com a divulgação destes trabalhos conseguimos destacar várias tipologias de Castelos: os castelos com residência ou alcáçova, os castelos – refúgio, as torres de atalaia ou proteção¹⁹.

Os Castelos detêm também uma qualidade imagética. A palavra imagem, derivando do latim “*imago*”, está associada a representações, retrato, fantasia e mistério. Esta oferece ao olhar representações reais ou fictícias que se relacionam com os objetos, que através da

¹⁶Programa de História da Cultura e das Artes (2004).

¹⁷NUNES, A (2005):81.

¹⁸Apud, Rita Gomes. Duarte de Armas, foi o autor de “O livro das Fortalezas”. Percorreu em 1509 a fronteira com a Espanha desenhando os castelos com as suas medidas, plantas, destinadas a fornecer a D. Manuel I todo o somatório de castelos que existiam na paisagem portuguesa.

¹⁹PINTO, A, MEIRELES, F, CAMBOTAS, M (2006):48.

imaginação manifestam a sua presença, constituindo uma parte da memória da Humanidade.²⁰ As origens dos castelos testemunham a presença de gerações passadas e incitam portanto à imaginação visual. A imagem urbana de uma Cidade medieval é imprescindível para o entendimento da Arte, porque, no destaque da qualidade visual/imaginativa detida pelos castelos e como salienta René Huyghe: “*a imagem na arte, longe de facilitar aceitação passiva, fustiga, exalta a consciência que o homem pode ter dos seus poderes. E refiro-me tanto aos poderes sobre o mundo exterior como sobre o mundo interior, porque, de facto, a arte aumenta o domínio do homem, quer sobre a natureza quer sobre si próprio*”²¹.

A História representada pelo monumento expressa a evolução das sociedades onde cresceram e evoluíram as nossas origens, porque o Castelo é uma simbiose icónica da cultura e do poder que representa a mentalidade da Idade Média. Um agente basilar na transmissão testemunhal do “*tempo antigo*” que veiculou e desenvolveu a sociedade portuguesa da Idade Média para a sua essência enquanto sociedade. A imagem dos castelos está consubstanciada à imagem de Deus e dos Reis²² na terra.

A existência de um Castelo numa povoação ou cidade medieval é sinal de que esta foi um ponto estratégico para a formação do território português. O Castelo é um objeto monumental, espelho mágico da sociedade portuguesa. O Castelo não significa apenas um conjunto granítico. É um monumento que, ao ser visualizado, nos emociona, nos faz pensar e agir, pois afeta os nossos sentidos. Ao ser pensado e criado pelos nossos antepassados revela a inteligência das gerações que formaram o continente português. Nem o tempo nem a memória apagam esta imagem que permanece até hoje nos pergaminhos e nos castelos graníticos que resistiram às intempéries dos séculos. Os castelos representam a parte viva da paisagem medieval, que acalma a alma quando estes se avistam no cume de um monte ou promontório.

Os castelos²³ marcam em síntese os cenários das mais variadas histórias da literatura e fazem parte da formação integral de um indivíduo. As histórias são um elemento fundamental na formação cultural da Pessoa e da Sociedade. Estas ” histórias” fazem parte

²⁰JUHEL, F (1996):210.

²¹HUYGHE, R (1986):12.

²²MATTOSO, J (1998):9.

²³ Apud, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Disneyland/> acessado/consultado em 23 -02-2013. O ponto central do Parque Disneyland Paris, é o Castelo da Bela Adormecida. O Castelo da Cinderela apareceu primeiro nos Estados Unidos, este foi concebido inicialmente para residência da família Walt Disney, mas depois tornou-se o símbolo do parque temático, em Paris, onde foi então construído o Castelo da Bela Adormecida. O monumental símbolo do parque, foi inspirado no Castelo Neuschwanstein do Rei Ludwig II, localizado na região da Baviera na Alemanha. Foi concebido para resistir até mesmo a furacões, graças à sua estrutura interna de aço, fundação de concreto e parte externa em fibra de vidro.

da cultura literária. A imagem da Idade Média foi recuperada pelo Romantismo literário, ao introduzir no romanceiro a mitologia medieval, as lendas e a cultura popular.

A cultura histórica, através do romance histórico, foi também uma estratégia pedagógica de ensinar o povo no século XVIII²⁴. Hoje em dia, a cultura fílmica adquirida pelos alunos nos ecrãs dos cinemas, da televisão e da internet, contém muita imaginação e fantasia. Muitas vezes o cenário, o enredo do filme é o castelo, como acontece por exemplo no filme *Shrek*²⁵. No geral, existem as mais diversas produções literárias que denunciam os maus tratos ao património arquitetónico²⁶. Portanto, estes materiais de apoio pedagógico podem motivar e beneficiar as aprendizagens. Ao longo do tempo histórico, as personagens destas “histórias” foram repetidas mas nunca se esgotam na imaginação nem na literatura (sempre alvo de estudos, quer no campo científico quer no campo das humanidades). Para aumentar a literacia em Portugal, o Ministério da Educação (ME), em 2006,²⁷ lançou o programa Plano Nacional de Leitura (PNL) nas escolas, em todos os ciclos de escolaridade. Este contém uma listagem de obras recomendadas, algumas das quais ligadas ao Romantismo. O livro de Almeida Garret²⁸ “*Viagens na Minha Terra*” é uma delas e defende a imagem cultural dos castelos. Dada a sua importância, iremos aprofundar este tema no Capítulo II.

Os castelos fazem parte do imaginário das crianças. Desde os primeiros contos infanto-juvenis dos irmãos Grimm que fazem parte dos cenários fantasiosos dos contos. Estes são pertença do património imaterial da Humanidade desde 2005²⁹, como, por exemplo, a história da “*Branca de Neve e os Sete Anões*”. Uma rainha, em pleno Inverno, junto a uma janela com caixilho de ébano estava a espreitar a neve. Olhou para a neve e picou o dedo, de onde saíram apenas três gotas de sangue. Mostrou-se estupefacta e fez três pedidos. Se tivesse uma filha, gostaria que fosse “*alva como a neve, rubra como o sangue e negra como o ébano da janela*”. A rainha, após alguns meses, teve uma filha, a quem lhe deu o nome de Branca de Neve, porque era branca como a neve, tinha cabelos negros como ébano e lábios vermelhos como o sangue. Passado algum tempo, a rainha morreu e o pai da menina voltou a casar com uma mulher muito vaidosa, que queria ser sempre a mais

²⁴SANTOS, J (2008):442.

²⁵<http://pt.wikipedia.org/wiki/Shrek>-o filme *Shrek*, do realizador Andrew Adamson, produzido pelo estúdio Dreamworks Animation ganhou em 2001 o Óscar de melhor filme de animação. Shrek é um ogro que vive numa floresta pantanosa muito feliz com os seus amiguinhos e criaturas mágicas. De repente foram expulsos da floresta e ele foi buscar a princesa dos seus sonhos. Esta vivia adormecida aprisionada num castelos que tinha como guarda um dragão.

²⁶SARAIVA, A, LOPES, O (2000):654.

²⁷Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2006, de 12 de Julho de 2006.

²⁸Este livro faz parte da Listagem do PNL.

²⁹Segundo decisão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

bonita. Ela tinha um espelho mágico; quando perguntava ao espelho quem era a mulher mais bonita do reino, ele respondia sempre: "*Senhora Rainha, vós sois a mais bela!*". Entretanto, a Branca de Neve fez dezassete anos e, um dia, a madrasta perguntou "*Espelho meu, quem é a mais bela de todas?*". O espelho respondeu: "*Você é bela, rainha, isso é verdade, mas Branca de Neve possui mais beleza.*" Cheia de inveja, a rainha contratou um caçador para matar a enteada. Mas ele não teve coragem de matar uma moça tão bela, e disse-lhe para ela se esconder na floresta, que enganaria a rainha, entregando-lhe um coração de veado. Contudo, o espelho mágico continuava a responder que a Branca de Neve era a mais bonita. Na floresta, a Branca de Neve encontrou uma casinha, onde moravam sete anões; entrou e começou a limpar tudo, logo depois adormeceu de cansada. À noite, os anões, quando chegaram a casa, apanharam um susto, mas como viram a casa tão limpinha permitiram que a Branca de Neve ficasse lá a morar com eles. Mais tarde, a rainha descobriu o esconderijo e tentou de várias maneiras matar a Branca de Neve. Na última tentativa, a rainha disfarçou-se de camponesa e ofereceu-lhe uma maçã enfeitiçada que a deixou sem ar. Quando os anões chegaram a casa tiveram pena de a ver desfalecida, mas não a enterraram, colocaram-na num caixão de vidro. Um dia, um certo príncipe que andava pelas redondezas avistou o caixão e, ao ver a beleza da Branca de Neve, apaixonou-se por ela e pediu aos anões se a podia levar para o seu castelo. Os servos do príncipe colocaram-na na carruagem e, no caminho, esta vacilou e o pedaço da maçã saltou da garganta e a jovem voltou a respirar novamente. Então o príncipe pediu-a em casamento e convidou a madrasta para a festa no castelo. Ao sair do castelo, a rainha tropeçou numas botas de ferro, que se fixaram nos pés e a obrigaram a dançar, até morrer.³⁰

A política de implementação dos castelos foi importante sob o ponto de vista cultural, devido ao facto de esta marcar a fixação do povo e ajudar a construir a sua identidade através de ações e relações socioculturais. Criou-se uma cultura popular fundamental para o desenvolvimento social do indivíduo e da comunidade³¹. As *Crónicas* adquiriram também importância pedagógica. Na Idade Média surgiram os Cancioneiros, que enriqueceram a imagem cultural dos Castelos. O *Cancioneiro da Ajuda*³², o *Cancioneiro dos jograis galegos*, as *Cantigas de Amor*³³, as *Cantigas de Amigo*, não esquecendo a sátira das *Cantigas de Escárnio e de Maldizer*. No século XIX, Alexandre Herculano

³⁰GRIMM, (2001):7. publicação dos irmãos Grimm (Jakob e Wilhelm, extraídos da obra *Kinder und Hausmärchen* publicada entre 1812 a 1822, publicado na Alemanha.

³¹BANNIARD, M (1989):222 a 224.

³²SARAIVA, A, LOPES, O (2000): 50 a 64.

³³Nas cantigas de amor o trovador enfatiza amor ideal cortês e a sua dama já as cantigas de amigo, demonstram a vida popular rural. As cantigas de escárnio e de maldizer transmitem uma imagem boémia da sociedade.

referenciava os castelos nas suas obras. Este explorou a visão ocorrida no ano de 749: “*Subitamente, naquele vasto horizonte, até então puro na sua luz horrenda, dois castelos de nuvens brancas cerradas e negras começaram a levantar-se, um da banda da Europa, outro da banda de África*”³⁴.

A imagem cultural dos castelos também se encontra, por analogia, nos textos medievais, nas crónicas de Afonso X, nos relatos do cruzado Osberno e nas crónicas de Fernão Lopes, ou na obra “*O Castelo Perigoso*” de Frère Robert, que escreve à sua Soeur Rose, pertencente à Ordem de Fontevrault³⁵. O tratado místico-didático é uma alegoria à Virgem Maria que tem como missão ensinar todos a fundar um Castelo no coração, onde Jesus queria habitar, tomando como modelo o Castelo e a sua vida interior. *O Castelo Perigoso* reflete sobre o mundo divino e sobre a Idade Média³⁶. Encontra-se também na obra de Gil Vicente Frágua do Amor, “*E o Castelo de que aqui se fala é por metáfora, porque se toma Castelo por Caterina*”³⁷. A imagem cultural dos castelos aparece, também, nas crónicas de Fernão Lopes de D. Pedro I e de D. Fernando, nas quais se pode constatar que o Castelo de S. Jorge era um elemento fulcral para a cultura, segundo Filipa de Medeiros, era “*nas cidades, designadamente nas de pendor régio, que os intelectuais de corte usufruíam das devidas condições para a feitura das suas obras, pois era nelas que se encontravam as bibliotecas e os arquivos, assim como o mercado livreiro e, acima de tudo, o público ao qual essas produções se reportavam e destinavam*”³⁸. Os agentes principais desta ação foram os cronistas. Estes tinham a missão de relatar o passado, para se poder autenticar o presente³⁹.

Podemos indicar como exemplo expressivo a Biblioteca do Convento de Tomar, que pertencia à Ordem Militar de Santiago, a Torre do Tombo sob o domínio régio, onde Fernão Lopes acedeu como guarda-mor. No seguimento do crescimento das cidades, surge também uma política de mecenato, ao serviço de projetos e políticas régias que pretendiam afirmar o seu poder através de uma forte propaganda. Da luta entre forças antagónicas nasceu uma nova imagem cultural, que ganhou vitalidade e iniciou uma nova época na

³⁴HERCULANO, A (1986):62.

³⁵ Dedicou a obra à sua prima Rose.

³⁶Cf. NETO (1997) - cita que o Capítulo X é na verdade o versículo 38. No primeiro capítulo “*INTRAUIT JHESUS IN QUODAM CASTELLUM –LUCE, XI capítulo*”³⁶, “*Este foi o Arcanjo que saudou a Senhora do Castelo devotamente aparecendo*”³⁶. Prosseguindo: “*com quem deve a «h»aver paz quem quiser edeficar huu castello; Quem que fazer huu castello deve-o edeficar em t«e»rra, porque quanto homem fezesse em comarca de guerra em huu dia, em outro seeria compre esguardar a ap«r»ender com quem devemos d'«h» avr paz e como devemos a viver pèra nossa saúde*”³⁶

³⁷VICENTE, G (2007):11. Tragicomédia representada na festa de depositário do Rei Católico João III, com a rainha D. Catarina, em Évora.

³⁸MEDEIROS, F (2007):435.

³⁹Idem.

literatura medieval, com criações e invenções fantasiosas, abrindo caminho aos contos populares e às tradições orais.

A imagem do Castelo é também fundamental para o conhecimento urbano. O Homem considerou o recinto urbano, símbolo do paraíso, representando a vitória do Bem sobre o Mal. O paraíso estabeleceu um modelo imaginativo que se configurou na vitória da Cidade bíblica de Jerusalém. Esta vitória foi transportada depois para o modelo celeste do Apocalipse. Na passagem onde Cristo diz a Pedro “*Tu és Pedro e sobre esta pedra construirei o Meu reino*”,⁴⁰ associa a formação do reino à pedra. Desde a realização do texto “*A Cidade de Deus*”, de Santo Agostinho, que a Cidade terrena se debate contra a Cidade Celestial. A “*urbe*” era uma imagem. Os poderes individualizavam-se em cada edifício e construção, que se ampliava e onde se formavam os modelos de urbes ou “*imagens arquiteturais*”⁴¹. Estas reproduziram-se no vasto império romano, fomentando a ideia de organização e de racionalidade. A imagem urbana é retratada numa dimensão metafísica, mas que implica simultaneamente a relação da imagem da memória mítica e a imagem histórica. A imagem terrena está consubstanciada na memória histórica, portanto a Cidade Medieval, com o seu Castelo, representa um ponto de partida para uma reflexão também sobre a paisagem Medieval. Assim, a imagem visual é importante para o conhecimento e interiorização da realidade da Idade Média e para o conhecimento e formação das cidadelas. Visualizando a imagem do Castelo na Cidade⁴², é possível explicar aos alunos as duas forças principais na Idade Média, o poder de Deus, que é simbolizado pela Igreja, e o dos Reis, o poder régio, que na imagem de Almada Negreiros, presente na Gare de Alcântara, está simbolizado na torre. Como refere, então Mário Barroca, “*O Castelo é uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa (...), ainda hoje o Castelo constitui, no nosso imaginário, um dos mais poderosos símbolos da Idade Média*”⁴³.

Em torno da Cidade concentravam-se os poderes. O Castelo é um espaço formado normalmente por muralhas, torres, portas, caminho de ronda⁴⁴. À sua volta desenvolvem-se as infra-estruturas e tipologias construtivas de que uma comunidade necessitava. O cronista Fernão Lopes descreve a imagem urbana dos castelos medievais com diversos espaços e

⁴⁰JÚDICE, N (1992):99. Temos também no *Livro do Génesis* a história de Enoch (Gen., 4).

⁴¹ALVES, F (2008):135.

⁴²V.g. o anexo 1 (Esta imagem do século XVIII, arrasta com ela a imagética medieval própria do Romantismo).

⁴³Apud <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3803.pdf>. BARROCA, M (1990/1991):89.

⁴⁴Idem.

evidencia a sua importância funcional. O Castelo de S. Jorge, sendo um elemento arquitetónico, serviu, também, para depósito de ouro e de prata, “*e logo era hordenado que sse comprasse delles certo ouro e prata pêra sse poer no castello de Lixboa em hûua torre que pêra esto fora feita*”⁴⁵. É aqui que reside a importância dos castelos, o seu enquadramento com o espaço urbano e a sua ligação com a imagem urbana, a Cidade, como se pode verificar nos desenhos de Duarte de Armas⁴⁶. Pela existência de muralhas, as torres são um elemento identificador de urbanidade medieval, são a “vigia da urbe”.⁴⁷ Logo, a relação castelo-urbe é importante, pois é o Castelo que define a urbe, vila ou cidade. Ainda hoje este elemento identifica a importância das cidades.

Historicamente os castelos, como monumento arquitetónico predominante na paisagem portuguesa, foram também elementos fundamentais no processo da reconquista cristã. Assim, através da organização administrativa do território, foi possível planear uma estratégia de combate que permitiu a consolidação do território e a autonomia, como iremos aprofundar no capítulo II⁴⁸. Se as fortalezas permitiram o entrave às investidas invasivas dos povos muçulmanos, os “Castelos” permitiram a obtenção gradual da autonomia municipal das próprias cidades, a centralização do poder régio e do reconhecimento do poder e da figura do Rei. Com a criação de uma rede de fortalezas defendeu-se e vigiaram-se as fronteiras; por consequência, com os castelos desenvolveram-se os espaços urbanos, como são exemplo Lisboa, Évora, Leiria e Coimbra. Assim, foi possível o seu crescimento das cidades, multiplicaram-se os mosteiros, as igrejas, os forais e os privilégios e criou-se concomitantemente uma política administrativa e económica, que serviu de base para o sucesso da ação militar da reconquista e também para a formação de uma cultura diferente do cristianismo. Vejamos o caso em estudo – *O Castelo de S. Jorge*. Foi depois da conquista de Lisboa que todos os poderes se desenvolveram e fixaram a partir de um ponto estratégico, o Castelo de S. Jorge em Lisboa. O território foi, desde 1147, fundamental para a política dos reis cristãos, quer na perspetiva do povoamento quer como fator de desenvolvimento de infraestruturas que possibilitassem a segurança, a dinamização económica e a sua estabilidade. Entende-se então que o Castelo de S. Jorge tenha sido “objeto” polifuncional, cultural e histórico, e a sua imagética resistiu às adversidades do tempo⁴⁹.

⁴⁵ LOPES, F (2007):52 e 53.

⁴⁶ Ver anexo 2.

⁴⁷ MEDEIROS, F (2007):436.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Vide o quadro 5.

1.1-Enquadramento da valorização patrimonial dos castelos no contexto europeu e português e definição de «castelologia» na sua projeção cultural.

O Castelo, enquanto elemento arquitetónico, enquadra-se na categoria patrimonial material tangível. Esta tentativa de enquadramento do património e bens culturais no processo de ensino – aprendizagem evidencia permanências e vivências ao longo da História que integram as tendências políticas de valorização europeia do património como um símbolo da cultura dos povos, contudo “ *mais aplicada para designar certas condições fundamentais da existência nacional, até da existência humana* ”⁵⁰. O sentido de património decorre de uma herança cultural que, ao longo do tempo, se foi categorizando, recebendo um significado cada vez mais preciso, reconhecendo-se esse bem como sendo um bem inalienável e fazendo deste um bem para a comunidade. A valorização patrimonial dos castelos no contexto europeu segue a linha evolutiva do pensamento político e cultural dos políticos e intelectuais de preservação dos monumentos antigos, que contribuíram para uma sobrevalorização e transformação do monumento em objeto cultural e em saber histórico.

Sendo o conceito de Património abrangente, detendo várias conotações que o tornaram, no mundo atual, globalizante é portanto um conceito que caracteriza e identifica as especificidades de cada grupo. Esta ideia abraça ainda uma inimaginável representação visual tangível e intangível, material ou imaterial, significando a permanência do indivíduo no mundo nas mais diversas ações e paisagens. Inicialmente, a noção de Património é vista como um bem ou herança que se transmite de pai para filho, sendo já mencionada no direito romano. Como refere Françoise Choay, “ *o monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios. Desafio à entropia, à acção dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, o monumento procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação* ”⁵¹.

Em defesa do património nacional em Portugal encontramos a obra histórica *Monumentos Pátrios*, de Alexandre Herculano, em que o autor critica e demonstra a sua insatisfação com o património cultural vandalizado, citando “ *homens da destruição [...], da civilização vandálica* ”, *semelhantes a vermes róis e não edificaes*”, os culpados, os

⁵⁰CHASTEL, J (1986):405.

⁵¹Cf, CHOAY, F (2008):16.

partidários das “picaretas”, “das alavancas”, “dos camartelos do bota abaixo”, “do vá para terra”, e “do arrasa”, “bando de miseráveis”⁵². Assim, Alexandre Herculano era apologista de uma política de conservação dos bens patrimoniais, onde põe em evidência a importância de uma educação virada para a preservação dos bens culturais, “uma riqueza social”, pois: “quando a arte ou os factos históricos os tornam recomendáveis, convertem-se em capital produtivo”⁵³. A valorização da arte e do património em Portugal é também defendida por Ramalho Ortigão, em *O Culto da Arte em Portugal*, onde diz que “é pela arte que o génio de cada raça se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental e se afirma, não só pela sua especial compreensão da natureza, da vida e do universo, mas pelo trabalho colectivo da comunidade, na litteratura, na architectura, na música, na pintura, na industria e no commercio.”⁵⁴. Também Almeida Garrett atuou de maneira ativa e renovadora no campo pedagógico, através da obra de ficção *Viagens na Minha Terra*, na qual expõe evidentes objetivos da narrativa sobre a viagem real que fez a Santarém, lugar de grande tradição histórica e cujo nome está ligado à bela lenda de Santa Iria⁵⁵. A lenda, da época dos primeiros reis portugueses, põe em evidência o património histórico e cultural da pátria e das raízes da nação. Como descreve António Lopes Nunes: “o Castelo é, porventura, o valor do património histórico que melhor representa as influências e as vicissitudes por que passaram a formação e a consolidação territorial e cultural da Pátria portuguesa”⁵⁶.

A valorização do bem patrimonial imóvel percorreu no século XIX um longo caminho. Nesse século apareceram perspectivas diferentes sobre os modelos de restauro. Esta alteração afirmou-se graças ao envolvimento e interesse do arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), que realizou uma longa viagem pela causa patrimonial e pelo restauro: “ce n’est pas l’entretenir, le réparer ou le refaire, c’est le retablir dans un état complet qui peut n’avoir jamais existé à un moment donné”⁵⁷. Rompia com o Neoclassicismo, defendendo o restauro e o eclético⁵⁸. A sua ação de restauro foi importante no sentido de compreender a diferença entre projetar uma nova obra e restaurar

⁵²In, Biblioteca Nacional, Questões públicas, tomo II, “Monumentos Pátrios, apud, http://purl.pt/718/3/p-5638-p/p-5638-p_item3/p-5638-p_PDF/p-5638-p_PDF_24-C-R0090/p-5638-p_0000_rosto-341_t24-C-R0090.pdf.

⁵³Idem.

⁵⁴RAMALHO, O (1903): 195.

⁵⁵“A santa está em casa de seus pais; um cavaleiro desconhecido, a quem dão pousada uma noite, levanta-se por horas mortas, rouba a descuidada e inocente donzela, foge a todo o correr de seu cavalo, e chegando a um descampado dali muito longe, pretende fazer-lhe violência(...) A santa resiste, ele mata-a. Dali a anos, passa por aí o indigno cavaleiro, vê uma linda ermida levantada no próprio sítio onde cometeu o crime, a pedir perdão à santa, que lhe lança em rosto o seu pecado, e o amaldiçoa”. Cf, GARRET, A (1987):167.

⁵⁶NUNO, A (2005):11.

⁵⁷VIOLLET-LE-DUC, E (1867):14.

⁵⁸Idem.

monumentos antigos, defendendo uma teoria intervencionista. Viollet-le-Duc entrou em completo desacordo com o Barão de Haussmann, que arrasou a textura da época medieval, com a reconstrução de Paris, pois em seu lugar colocou prédios neogóticos e de revivalismo românicos. Viollet-le-Duc, ao realizar uma obra de restauro, selecionava o período do imóvel que mais o caracterizava, e reconstituía-o, a partir desse critério, destruindo os elementos que não pertenciam à época que escolhera. Defendia o restauro estilista procurando a forma pura e perfeita do imóvel; afirmava: “*é preciso situar-se no lugar do arquitecto primitivo e imaginar o que faria se voltasse ao mundo e tivesse de si o mesmo problema*”⁵⁹. Viollet-le-Duc realizou obras de restauro em construções fortificadas, é disso exemplo o recinto fortificado de *Carcassonne*, sendo este também referenciado no manual escolar de HCA do 11º Ano.

Edward Freeman⁶⁰ distinguiu modos diferentes de restauro: o destrutivo, em que o restauro se faz sob o critério de preferência; o conservador, que preserva o monumento como era, e o eclético, que é uma combinação dos outros dois.⁶¹ John Louis Petit seguiu a mesma linha de pensamentos de Freeman. Neste ambiente controverso, surge o escritor e esteta John Ruskin com uma nova concepção de salvaguarda dos monumentos: “*a glória de um edifício está na sua idade*”⁶². John Ruskin, anti-intervencionista, defendia o Restauro romântico e a autenticidade histórica afirmando que “*não temos direito nenhum de os tocar, não são nossos. Pertencem por um lado a quem os construiu, e por outro, a todas as gerações que nos hão-de suceder. Os mortos têm no entanto direito sobre eles: aquilo para o qual trabalham, o elogio pelo conseguido, a expressão do sentimento religioso, ou qualquer outra coisa que eles pretenderam deixar permanente nesses edifícios, seja o que for, não temos direito a esquecê-los*”⁶³. O historiador italiano Camillo Boitto (1836-1914) critica as teses anti-restauradoras e defende uma nova concepção, sendo o pioneiro da ideologia do que se chama, hoje, “*restauro científico*”⁶⁴. Boitto defendia uma posição conciliadora das duas correntes anteriores, podendo afirmar-se ser o pioneiro do primeiro restauro científico, ao defender a autenticidade histórica e ao propor a mínima intervenção de restauro, admitindo novas adições em casos extremos, mas sempre devidamente diferenciadas do restante edifício. A sua ideia dominante passava “*quando for necessário restaurar um monumento, é melhor consolidar que reparar, melhor reparar do que*

⁵⁹Idem, ibidem: 80.

⁶⁰NETO, M (2001); apud, Principles of Church restoration, 1846.

⁶¹Idem.

⁶²RUSKIN, J (1912):234 e ss.

⁶³Idem.

⁶⁴NETO, M (2001):48.

restaurar”⁶⁵, ideia igualmente subscrita mais recentemente por Françoise Choay, em *Alegoria do Património*. Já José Augusto-França relembra sobre o restauro que “*princípios arqueológicos de refazimento conjectural e de purificação bebidos em Viollet-le-Duc mais do que numa consciência histórica da vida e da utência sucessiva dos edifícios (...), mitificou-se uma situação medieval especiosamente ‘romântica’, em detrimento de intervenções e elementos barrocos importantes, e com prejuízo de valiosas obras de talha*”⁶⁶. No caso do Castelo de S. Jorge, o restauro seguiu a filosofia de “*que se dignifique, desfrontado-o de malefícios construtivos, isolando-o na sua solene beleza evocadora, reintegrando-o enfim, quanto possível, na sua rude e expressiva estrutura de fortaleza de outros tempos*”

No âmbito do Direito Internacional, a publicação de leis que protegem o património cultural deu-se a partir da IV Convenção de Haia, de 1907. Foram igualmente importantes as convenções realizadas em 1922-23 e 1954. Com estas convenções regulamentaram-se leis e costumes da guerra e da terra; os bombardeamentos das forças navais em tempo de guerra; as guerras aéreas e, por fim, a proteção dos bens culturais no caso de conflito armado⁶⁷. Alguns dos preceitos contidos no testemunho destes intelectuais foram tidos em consideração e estiveram na origem da divulgação e na criação de princípios de salvaguarda do património consagrados nas Carta de Roma (1933), Carta de Veneza (1964) e também no após segunda guerra mundial, com a Unesco (1946) e Icomos, entre outras legislações sobre esta temática. Em 1931, na Cidade de Atenas, à margem da convenção realizou-se a 1ª Conferência ao nível internacional, envolvendo apenas países europeus, para tratar de assuntos relativos à conservação do património e à racionalização quanto aos procedimentos e condutas na sua preservação. Foi o ponto de partida para uma vasta política de desenvolvimento internacional e proteção do património cultural. Na 2ª Conferência, realizada em Veneza, apenas estiveram presentes três países não europeus: Tunísia, México e Peru. Quinze anos mais tarde, em 1946, a convenção do património mundial reuniu oitenta países dos cinco continentes. Podemos verificar que a carta de Atenas (1931) reúne na sua elaboração conceitos valorativos do património e da educação patrimonial onde o conceito de património reflete o sinónimo de monumento histórico.

⁶⁵Idem.

⁶⁶FRANÇA, J.A (1974): 458.

⁶⁷Apud, <http://www.icomos.org/en/>. Acedido/consultado a 5-10-2012.

Em 1945 é criada a ONU, Organização das Nações Unidas, internacional, que centraliza a sua ação na manutenção da paz mundial, fomentando o conhecimento, a diversidade e o pluralismo na sociedade, através do diálogo com outras instituições, a Unesco, ou seja, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, instituição que protege e defende o ser humano fomentando o diálogo e os valores das diferentes civilizações, promovendo o património, através do ICOMOS, *The International Council on Monuments and Sites*. Em 1964, deu-se o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza, onde foi elaborada outra Carta que contém os princípios básicos da preservação, conservação e restauro dos edifícios, no âmbito internacional, a destacar:

“Artigo 1º:

*A noção de monumentos históricos engloba a criação isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, na evolução significativa, ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só a grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram no tempo um significado cultural.”*⁶⁸

Foi a partir das diretrizes da Carta de Veneza de 1964 que a organização consultiva da ONU, e o ICOMOS, Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, fomentou a aplicação, metodologias e técnicas necessárias à conservação do património.⁶⁹ A Unesco aprova, em 1972, a Convenção sobre a proteção do património Mundial, Cultural e Natural, que ficou conhecida como a Carta de Paris de 1972. Esta convenção teve como objetivo proteger o património cultural e o património natural, pois, de facto, os maus tratos ao património constituem um empobrecimento nefasto do património de todos os povos, de todas as nações. Assim sendo, passo a citar:

“I- Definições do Património Cultural e natural:

Artigo 1º

Para os fins da presente convenção serão considerados como património cultural:

- Os monumentos: obras arquitetónicas, de escultura ou de pinturas monumentais, elementos ou estruturas de natureza arquitetónica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

⁶⁸Apud,<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/ppereira/CartaVeneza.pdf>.acedido/consultado em: 4-10-2012.

⁶⁹Apud,www.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf acedido/ consultado a 5-10-2012.

- *Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.*
- *Os lugares notáveis, ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excecional dos pontos de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”⁷⁰.*

A declaração assinada a 28 de Junho de 2002 em Budapeste realça a importância dos povos para uma participação ativa nas políticas do Património como uma necessidade de perpetuar a diversidade patrimonial, como um instrumento de desenvolvimento indispensável para todos os povos, apelando à integração dos Estados que ainda não pertencem à Unesco. Esta declaração veio reforçar a Carta de Paris 1972, na Conferência da Unesco⁷¹.

Através do Icomos foi criado o ICOFORT, o *International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage*⁷², com o objetivo de proteger e conservar o Património Militar ao nível nacional e internacional. As muralhas de Elvas foram consideradas pela Unesco, em 2012, como Património Mundial, “the fortifications of the city of Elvas have their origins in the Arab period; these were substantially upgraded during the Christian period up until the 16th century. From this medieval military architectural period all that remains is the castle and the two city walls, known as the “Muslim” walls”⁷³.

1.2- Enquadramento da proposta legislativa e regulamentadora do sentido de proteção, conservação e valorização dos castelos.

Sobre a situação das Artes em Portugal, refere Salazar: “*A defesa do nosso património artístico é das maiores obras da Ditadura, das maiores e talvez das menos conhecidas. A reconstituição, meticulosa, quase religiosa, do que tínhamos e estava em risco de perder-*

⁷⁰Idem.

⁷¹www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_docs.php, acedido/consultado em 5-10-2012.

⁷²O ICOFORT “was established by the ICOMOS Executive Committee in Paris, on the 8th February 2005”; in: www.eccofort.eu, acedido/consultado em 5-10-2012.

⁷³whc.unesco.org/en/list/1367, acedido/consultado em 5-10-2012. Vide quadro 6.

se ou quase perdido já prossegue sem descanso: depois dos templos, os castelos, os monumentos de arte militar... ”⁷⁴, (...) O lugar eleito das peregrinações patrióticas “⁷⁵.

Até ao século XX, decorreu um longo processo conducente a propostas de valorização patrimonial, cujo início remonta na verdade à situação destrutiva após as Invasões Francesas, Portugal viu muitos dos seus edifícios arrasados e queimados pela ira da guerra. Seguindo a linha evolutiva da preservação e restauro, houve necessidade de se criar todo um quadro legislativo que regulamentasse e protegesse os edifícios. Já antes no século XVII, sob a plenitude governativa de D. João V, surgiu o primeiro alvará a 20 de Agosto de 1721, que atribui à Academia Real de História de Portugal, criada em 1720, a conservação dos “monumentos antigos” existentes no reino desde os tempos em que o território foi dominado por Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Árabes. Como refere Bucho,⁷⁶ este alvará atribuiu às câmaras o poder de comunicar à Academia as descobertas e o estado de conservação; assim, isso faz dele um documento original, pelo facto de ser o primeiro a demonstrar preocupação com a proteção do património, valorizando o interesse histórico ⁷⁷.

Esta valorização, que cresceu ao longo do século XIX até aos dias de hoje, significa *“que a noção utilitária e democrática de património colectivo define um espaço de intervenção inédito do Estado iluminado. Neste quadro, a conduta do cidadão relativamente aos símbolos do passado deve satisfazer as exigências da nova comunidade política sob pena de se tornar «vândalo», isto é, ao mesmo tempo absurdo e criminoso.”⁷⁸* Esta preocupação pelo património adquiriu diversas formas valorativas que ao longo do tempo serviram de cenário a diversas ações políticas, sociais e culturais, que hoje se englobam no termo Património.

Em Portugal, a primeira ação objetiva que saiu do Conselho dos Monumentos Nacionais foi a lista dos Monumentos Históricos classificados. Um decreto de 10 de Janeiro de 1907⁷⁹ divulgava os primeiros catorze edifícios antigos que o Governo tinha considerado

⁷⁴ FERRO, A (1978): 123-124.

⁷⁵ Consulte-se anexo 5.

⁷⁶ BUCHO, D. A (2000): 87.

⁷⁷ *Do Alvará 21 de Agosto de 1721: “encarrego às Camaras das Cidades & Villas deste Reyno tenham muyto particular cuidado em conservar, & guardar todas as antiguidades sobreditas, & de semelhante qualidade que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos lemites do seu districto, & logo que se achar, ou descobrir alguma de novo darão conta ao secretário da dita Academia Real (...) & porque as pessoas que acharem alguma laminas, chapas, medalhas, & moedas antigas as quereão vender, & reduzir a moeda corrente, as Camaras serão obrigadas a compralas & pagalas promptamente pelo seu justo valor”.* Cf, Gabriel Pereira, (1900):7-19.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Vide anexo 3.

nacionais. Um ano e oito meses mais tarde, juntava-se-lhes o monumento militar que mais simbolizava a fundação da nacionalidade: o Castelo de Guimarães. A relação completa dos monumentos considerados nacionais, segundo a lei, por isso, inviolável, foi conhecida a 9 de Dezembro de 1908⁸⁰.

O Decreto de 16 de Junho de 1910⁸¹ aprovou oficialmente a classificação dos monumentos nacionais no período final da monarquia em Portugal. Mas, de facto, foi durante o período do Estado Novo que a ideologia da restauração se vai implementar, valorizando os monumentos nacionais. As diretrizes de Salazar tocavam vários setores, e através da palavra “restauração” procurou-se reforçar os laços de união e de fundamentação da nacionalidade. Através da restauração dos monumentos pátrios e da preservação das tradições portuguesas, Salazar procurou vincar este espírito da ideologia que se revelou na reconstituição do Castelo de S. Jorge, que, “*mesmo sem levantar estátua ou qualquer outro monumento (...), deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada*”⁸².

A proposta, ou seja, o Programa de Recuperação dos Castelos⁸³ levado a cabo pelo Estado Novo, foi a seguinte:

1. Obras de conservação e restauro de emergência;
2. Limpeza de muros e de cercas de castelos; obras de conservação e manutenção correntes;
3. Obras de restauro e de consolidação estrutural;
4. Obras de valorização;
5. Operações de divulgação e animação.

Para além de outras legislações que existem ao nível da valorização patrimonial, a proposta legislativa que vigora em Portugal e que regulamenta a proteção do património cultural é a lei nº 107/2001, de 8 de Setembro⁸⁴, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, e a lei nº 309, de 23 de Outubro⁸⁵.

⁸⁰Cf, RODRIGUES, P (1998):291.

⁸¹Vide anexo 4.

⁸²Vide anexo 5.

⁸³CALADO, L; PEREIRA, P; LEITE, J (2000):262-265.

⁸⁴Consultar a lei em www.dgicd.min-edu.pt/outrosprojetos/data/...Cultural/.../lei_107_2001.pdf. Acedido/ consultado a 10-10-2012.

⁸⁵Esta lei, “*define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis e o regime de zonas de proteção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda*”. A lei nº 107/2001 revoga a lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949, os artigos nº 1, 9, e 21 a 30 do decreto-lei 16/93, de 23 de Janeiro, e os nºs, 6 e 46 da lei nº14/94, de 11 de Maio, e mantém em vigor a lei nº 19/2000, de 10 de Agosto.

No sentido de proteção, conservação e valorização dos castelos é importante o artigo que estabelece as bases do regime de proteção e valorização do património cultural, com especial relevância para a construção e compreensão da identidade nacional e da língua portuguesa, e da educação nos mais diversos discursos históricos, como paleontológico, social e cultural, que refletem sobre valores de memória e também de antiguidades. Está subjacente à legislação a ideia de que o dever de todos é o de contribuir para a preservação do património cultural que represente um valor cultural para a nação, incluindo os testemunhos etnográficos ou antropológicos importantes para a memória coletiva⁸⁶.

Esta projeção da educação e do desenvolvimento de um ambiente cultural e da preservação didática do património castelar reviu-se, também, na criação da Associação dos Amigos dos Castelos. Esta associação foi promovida por um grupo de interessados na temática das fortificações que, no seguimento do Congresso dos Monumentos Militares Portugueses, em 1983, tomou a decisão de constituir um movimento associativo. A Associação Amigos dos Castelos⁸⁷ tem como objetivo principal participar na proteção, divulgação e salvaguarda do património fortificado português. Quanto ao Dia dos Castelos, este nunca foi oficializado junto das entidades competentes⁸⁸.

Também o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico foi criado através do programa PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado) e tem como missão a salvaguarda, a valorização e a conservação do Património cultural arquitetónico e arqueológico, e também a divulgação do Património existente no país⁸⁹. Os sites da internet: www.igespar.pt e em www.monumentos.pt são fontes imprescindíveis para e de divulgação do património. Não podemos deixar de referenciar também os Museus que, através da Direção - Geral do Património Cultural, têm por missão *”assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do inventário, classificação, estudo, conservação, restauro, proteção, valorização e divulgação do património cultural móvel e imóvel, e também no domínio do estudo, valorização e*

⁸⁶Artigos de 1- 9.

⁸⁷ Vide anexo 6.

⁸⁸Hoje, esta Associação tem 2600 associados que organizam regularmente diversas atividades, visitas de estudo nacionais e internacionais, seminários, projetos didáticos, palestras, exposições, etc. O Dia dos Castelos em Portugal foi oficialmente fixado em 7 de Outubro, mas nunca foi oficializado junto das entidades competentes, é um dia oficioso e não oficial. Em 2003 foi considerada uma organização não-governamental, e adquiriu o estatuto de utilidade. A Associação tem como objetivos principais participar na proteção, divulgação e salvaguarda do património fortificado português.

⁸⁹ In: www.igespar.pt, página consultada / acedida em 13-12-2012.

divulgação do património imaterial ”⁹⁰. Em anexo consta uma listagem dos castelos, que são Monumentos Nacionais e de interesse público, e as datas dos decretos que lhes atribuíram a valorização patrimonial⁹¹.

⁹⁰Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de Maio, in Diário da República.

⁹¹Vide anexo 7.

CAPÍTULO II- O MONUMENTO

2. Evolução das fases de desenvolvimento da arquitetura militar e das fortificações em Portugal e seus exemplos expressivos.

No âmbito desta investigação pretende-se contextualizar a evolução dos castelos e a formação das urbes, valorizando o legado patrimonial fortificado da arquitetura militar, de que é exemplo o Castelo de S. Jorge. Como realçou Filipa de Medeiros, as cercas ou muralhas e as torres são os principais elementos que identificam a “urbe”, constituem um ícone urbano e identificam um recinto urbanizado, logo, representam uma matriz mental da realidade onde as ideias na sua pluralidade constituem a diversidade de cidade vigiada pela torre que na sua posição altaneira simboliza e impõe a monumentalidade de uma cidade.⁹²

Quanto às origens do Castelo como modelo construtivo europeu, como refere Luís de Mora –Figuerola, foi por volta “ *del siglo X en tierras que fueron carolingias, una mota y aldeã de madera y arcilla apisonada, com foso, en la llanura allemana del siglo IX, una fortaleza omeya del siglo VIII en el desierto arábico, e incluso un castellum del siglo IV, en el Limes siríaco, todos, son directos antecedentes formales y funcionales del castillo europeo, madurado en la fragmentación del poder.*”⁹³ Os “*oppidum*”⁹⁴ encontram a sua origem no quadro da proto-história da Península Ibérica. Em Portugal, em geral, os castelos medievais derivam da sua evolução anterior, os *castros*.

A origem dos Castelos, num sentido metafórico, reflete um mundo interior que se defende dos inimigos e que constrói um reino á sua volta⁹⁵. Desde os primórdios da existência humana, que encontramos esta ideia análoga nos textos bíblicos.

Desde a Idade do Ferro que o homem marcou o território português e deixou o seu cunho no espaço, onde diversos povos confluíram, entre eles os quais os lusitanos, constituindo uma grande comunidade étnica na região compreendida entre o Tejo e o Douro, conhecida entre nós por “*Lusitânia*”⁹⁶. Na região da península de Lisboa, no morro onde hoje

⁹²MEDEIROS, F (2007): 436.

⁹³MORA- FIGUEROA, L (1996):75.

⁹⁴NUNES, A (1988):26.

⁹⁵JUDICE, N (1992):99 a 103.

⁹⁶MATTOSO, J (1998):180.

avistamos o Castelo de S. Jorge, foram encontrados vestígios de um povoado que nos deixou fragmentos de cerâmica⁹⁷.

No período compreendido entre o I milénio a.C e o II a.C, a Cultura Castreja do Noroeste foi determinante para o aparecimento e emergência de povoados, que, delineados por conjuntos graníticos, formaram habitats, hierarquizando-se, segundo critérios económicos.⁹⁸ Assim, na linha de investigação de Vasco Mantas, sabe-se então “*que o fenómeno urbano na sua verdadeira expressão(...) não se desenvolveu no território atualmente português antes do domínio romano, não sendo mesmo anterior ao século I a.C*”⁹⁹.

O termo *castella*¹⁰⁰, atribuído a vestígios que se localizaram no norte de Portugal, associa-se a uma referência arqueológica desde o I d.C, e foi em alguns momentos alterado para designar *origo*, pelo menos até às invasões dos povos germânicos. «Castelo» deriva da palavra latina *castellum*, que é diminutivo de *castrum*. Este conceito suscitou uma certa controvérsia e, após alguma discussão Maria de Lourdes Albertos¹⁰¹, defende que a inscrição «»¹⁰², é a forma abreviada de «*castrum*», como designativo de um povoado com a sua respetiva área territorial na época romana. Este conceito, na Idade Média, designa uma «construção medieval», ou uma «fortificação medieval». *Castrum*¹⁰³ assumiu, também, na Antiguidade uma conotação de fortificação, “*os Cartaginenses levantaram acampamentos fortificados para cercar Gades, atual Cádiz*.”¹⁰⁴. Para além destas construções as “torres” como elementos de fortificação foram construídas normalmente em vias de comunicação. Já o imperador Júlio César menciona nos seus “*Comentários à Guerra da Gália*”, que estas construções evoluíram depois para as “*Torres de vigia*” ou “*atalaias*”,¹⁰⁵ que dificultaram a expansão romana em muitas localidades. Contudo, existem outros vocábulos que estão intimamente ligados a este conceito: *Alcácer*, *castilho*, *castro*, *cidadela forte*, *fortaleza*, *solar*¹⁰⁶ que tinham como fim o uso defensivo operacional cumprindo uma finalidade estratégica, a defesa do reino. Jorge Alarcão afirma, por fim, que a urbanização do território português foi acompanhado por acampamentos militares.

⁹⁷ Idem, ibidem:140.

⁹⁸ SILVA, A (2003):2.

⁹⁹ MANTAS, V (1987):25.

¹⁰⁰ ALARCÃO, J (1988):84.

¹⁰¹ Apud, ALARCÃO, J (1988):83

¹⁰² Idem.

¹⁰³ MELO, J, ALMEIDA, C, SAMPAIO, A (1986):317.

¹⁰⁴ Apud, in M. Justino Maciel (2006),(Trad), Tratado de Arquitetura “, Vitruvius, I, XIII, 2.

¹⁰⁵ NUNES, A (2005):11.

¹⁰⁶ MELO, J, ALMEIDA, C, SAMPAIO, A (1999).

Através das diversas campanhas militares criaram-se novas cidades, como Emmerita, Scalabis, Pax Julia, recuperaram-se sedes de Conventus ou povoados como Conímbriga Aeminium e Olissipo¹⁰⁷.

Já Vitruvius¹⁰⁸, famoso engenheiro militar romano, delineou as qualidades que um recinto urbano deveria ter durante a época da expansão romana na península Ibérica, foi ele um dos mentores programáticos do modelo castelar, das torres, muralhas e fossos¹⁰⁹. As muralhas e os caminhos da ronda são elementos morfológicos que constituem a base da construção plena de um Castelo medieval, com materiais robustos “*traves de oliveira passadas pelo fogo, a fim de que uma e outras faces disponham de solidez*”¹¹⁰.

A torre foi um elemento imprescindível na arquitetura militar e para isso foram delineados os requisitos essenciais à sua construção “*da salubridade dos recintos urbanos a levantar... deverão ser construídos, então, os fundamentos das torres e das muralhas*”¹¹¹ Os fossos “*em todos os sítios... fora da muralha e plano para atacar muralhas*”¹¹².

Seguindo a linha de investigação da Doutora Francine Alves, em relação ao mosaico da “*Domus de Cantaber*”¹¹³, a arquitetura romana no tempo defensivo encontra-se representada, contendo características geometrizadas com estilo linear, simétrico, repetitivo, realçando a temática figurativa onde se destacam as torres, as portas e as muralhas. Um elemento construtivo exclusivo dos países Ibéricos, é a Torre de Menagem, foi idealizada pelo arquiteto romano Vitruvius nas campanhas da Península Ibérica¹¹⁴. A sua maioria foi construída durante a reconquista cristã, segundo Allen Brown “*The castles is not the fortified residence of a lord but houses a professional community; indeed, the true feudal castle scarcely appeared before the 15 th century. In the beginning many Spanish castles were captured and adapted alcabazas(...). The great houses keep, therefore, which is the pièce maîtresse of so many Iberian Castles (...), must, in spite of its splendidly feudal name la Torre de homenaje*”.

¹⁰⁷Apud, ROSSA, W (2002): 205 e 206.

¹⁰⁸Vitruvius, era romano e o seu nome foi citado na Antiguidade por Plínio – o - Velho, Frontino e Faventino Sérvio e Sidónio Apolinário. Viveu no século I a.C, esteve ligado a Júlio César e Octávio. Destacou-se pela sua obra como arquiteto e deixou-nos a única obra do período greco-romano “ De Architectura” que engloba várias temáticas da Arquitetura, do Urbanismo. Engenharia e hidráulica. Apud, in Tratado de Architectura, trad. Do latim, M. Justino Maciel pps,11 a 19. Vitruvius serviu como militar na Península Ibérica.

¹⁰⁹Vitruvius, I, XIII, 2, apud, M. Justino Maciel (2006).

¹¹⁰Idem.

¹¹¹Vitruvius, I, V,5, apud, M. Justino Maciel (2006).

¹¹²Vitruvius, I, VI, 3, apud, M. Justino Maciel (2006).

¹¹³ALVES, F (2008):133 a 136.

¹¹⁴Idem.

É exemplo ilustrativo destas construções em Portugal a torre romana de *Centum Cellas*¹¹⁵, ou a torre de «*São Cornélio*», situada no concelho de Belmonte. Trata-se de uma torre romana, que permitia a defesa dos ataques dos lusitanos. Alcançada a paz depois da conquista dos territórios pelos romanos a, necessidade de defesa diminuiu. Apesar da existência de fortificações na época romana, só apenas no final do período imperial e início do século IV, as principais cidades da península Ibérica foram fortificadas¹¹⁶, devido às incursões dos Alanos, Suevos, Vândalos e Visigodos que assolaram a Europa¹¹⁷.

Em Portugal, as sucessivas invasões a partir do século V provocaram um ambiente de instabilidade, o que levou as populações a deslocarem-se devido à necessidade de proteção; o instinto de sobrevivência conduziu estas comunidades a organizarem-se em volta de um recinto amuralhado e fortificado, “*a fracção suévica que segue (como apaniguada) a Maldraz, põe a saque a Lusitânia, fazem o massacre de Romanos. Juntam os despojos e entram na cidade de Lisboa com o pretexto de paz*”¹¹⁸. (...)“*Maldraz mata o seu irmão Germano, e infesta e invade o castro portucalense*”¹¹⁹ (...)“*Sunerico apodera-se da cidade de Santarém com a qual estava em conflito*”¹²⁰. As lutas protagonizadas pelos invasores, provocaram razias em algumas cidades, mas algumas cidades como é o caso visível de Évora, Idanha, Coimbra, Lisboa, Beja, Mértola e Faro, mantiveram a malha urbana da época¹²¹.

Com a chegada dos grupos germânicos, construíram e reformularam -se cercas urbanas em sítios urbanos de menor importância que influenciaram as características tipológicas do Castelo. O Castelo Ibérico tem características orientalizantes, no que difere do Castelo senhorial típico do europeu fora dos contornos da península ibérica, “*o movimento religioso e militar, originário da arábia (...) chegou através do Norte de África, confinando-se exclusivamente à Península Ibérica, uma vez que Carlos Martel lhe barrou o caminho para a Europa, num dia de 732*”¹²². Assim, o modelo ibérico, ou seja, o Castelo que difere do modelo do resto da Europa que tinha como funcionalidade a defesa da

¹¹⁵DIAS, J (1972):93.

¹¹⁶SANTOS, J (2012):53-70.

¹¹⁷Cf. Nunes (1988):22. No território, como por exemplo em Idanha-a-Velha, citado por António Nunes, “*Às fortalezas romanas que encontravam os visigodos juntaram a melhores técnicas bizantinas (barbacã e barreira bizantina) e reforçam ainda as portas com torres flanqueantes (...) São, pois, os visigodos que continuam na península Ibérica a tradição do Castelo estratégico bizantino e pré- anunciam mesmo a torre de menagem cristã*”¹¹⁷.

¹¹⁸CARDOSO, J (1982): 39.

¹¹⁹Idem, ibidem:40.

¹²⁰Idem, ibidem: 41.

¹²¹ROSSA.W (2002):207. A fonte primária para o estudo desta temática é a Crónicas de Idácio, Bispo de Chaves.

¹²²NUNES, A (2005):13.

residência do chefe, no século VII os “Ring” germânico, e nos séculos VIII as “Motas” influenciou o modelo Ibérico senhorial. Na península Ibérica, o Castelo pertencia ao Rei que por sua vez nomeava um alcaide para o representar contra o inimigo. A ideia inicial de Castelo era de “*abrigo de forças militares*”¹²³.

Em 711, com a chegada dos muçulmanos à península Ibérica, ao Gharb ali-Ândalus (sudoeste da península Ibérica), a ocupação da terra foi concretizada, através de compromissos com as diversas povoações nativas. Assim, os muçulmanos teriam aproveitado os modelos tardo-romanos e pré existentes dos bizantinos e adaptaram-nos. Os edifícios eram constituídos por torres semicilíndricas incorporadas nos ângulos nas silhuetas das muralhas, tinham um modelo ofensivo centralizador. As portas eram flanqueadas com torres e, nos recintos implantados de raiz, as plantas eram quadrangulares ou retangulares com pátios interiores, com cisterna e aquartelamentos¹²⁴. Pois, como afirma Fernando Branco “*é muito difícil traçar fronteiras temporais e determinar, com toda a exactidão, onde terminam as obras defensivas do período romano e onde começam as modificações introduzidas durante os primeiros anos do período islâmico, sabendo-se que nos inícios do período islâmico em não poucos lugares se reaproveitaram materiais e sistemas defensivos decalcados dos romanos*”¹²⁵. Pelo que podemos afirmar que os castelos defensivos remontam à época muçulmana.

A cidade muçulmana era amuralhada e contribuiu para a introdução de novos elementos construtivos “*barbacãs, albarrãs, cárcovas, toures-couraça para aguada (...) portas sifonada e em cotovelo*”¹²⁶ Da diferenciação que havia entre a cidade urbana muçulmana¹²⁷ e a cidade romana, Orlando Ribeiro refere que “*ao invés da cidade romana, cuja planta reflecte a autoridade do município, na cidade muçulmana existe um alcaide ou governador, mas nada equivalente a um organismo de administração urbana que*

¹²³Idem, ibidem:11.

¹²⁴GOMES, R (1989):28.

¹²⁵Cf, BRANCO, F (1999):194.

¹²⁶ROSSA, W (2002):211.

¹²⁷C.TORRES, S.MACIAS (1988):20-29, GOMES, R.V (1989): 27 a 37. A cidade islâmica era amuralhada, a *qasaba* (alcáçova), era o centro administrativo e político, dentro deste encontravam - *qasr* (Alcácer, um palácio fortificado), a *másgid* (mesquita), a restante urbe denominava-se de *madinah* (medina, a cidade amuralhada). Em cada cidade impuseram um *qādi* (juiz administrativo), criaram-se *kura* (circunscrições militares), que ficavam entregues a *jund* (juiz administrativo). Para além das cidades amuralhadas dispunham de fortificações juntos das fronteiras, os *hisn*, (fortificação muito parecida com os castelos), as *burdi* (torres de vigilância e defensiva) a *qal'a* (povoado pequeno amuralhado) *el ribāt* (templo fortificado) e *at-talay* (torres de atalaia). Os *Hisn* edificados em Portugal, como por exemplo Al-jaziral (Aljezur), Massâna (Messines), Marjiq (Monchique), a partir do século IX, é muito provável que fossem os primeiros castelos muçulmanos. Muitas cidades em Portugal possuíam *qas' bah*, *qasm'r* e *madinah*. ,v.g. *Ushbuna* (Lisboa), *Shantariyn*(Santarém), *Sanat Maria al-Hāarum* (Faro), *Al-Qars-al- Baja*(Alcácer do Sal), *Qulumriyya* (Coimbra),*Martulah*(Mértola) e *Shilb*(Silves).

¹²⁷TORRES, C, MACIAS, S (1998):20-29.

determine o traçado e a ordem dos arruamentos. A aglomeração desenvolve-se, assim, de maneira ocasional, cerrada mas caótica”¹²⁸.

Resultado da oscilação e dos vários episódios de guerras, entre duas sociedades antagónicas, criou-se a rede de Castelos em Portugal, a construção militar que permitia o sucesso das investidas e episódios bélicos, mas esta conquista foi também consubstanciada pela construção e aproveitamento de muralhas, torres e atalaias.¹²⁹ Com o avanço de D. Afonso III das Astúrias, o paradigma guerreiro e bélico alterou o rumo o instinto de sobrevivência, a expansão e controle do território pelos cristãos aumentou.

A conquista e a expansão alteraram a organização muçulmana, *el kurāh* deu origem às *civitas*. Assim, o espaço português passou a estar dividido em *civitas*. Existiram as *civitas* do centro de Portugal e as de entre o Tejo e Douro, ou seja, as *civitas* de Lisboa, Santarém, Idanha e Coimbra. No sul havia as *coroas*, a província de Beja que englobava a *civitas* de Évora, Alcácer do Sal e Mértola. A organização administrativa das *civitas* em “terras”, com os seus castelos vai eclodir com o aparecimento dos “termos”. Estas *civitas* eram comandadas por *militēs*¹³⁰, em desfavorecimento dos condes.¹³¹ Os castelos evoluíram a partir das construções rouqueiras¹³² como refere Carlos Ferreira Almeida, os denominados “encastelamentos”, fenómenos que agrupavam toda a sociedade em virtude da necessidade de defesa. Logo surgem pequenos povoados fortificados que tinham como função a defesa das comunidades¹³³. Porém, estas significariam construções de pouca robustez pois toda a estrutura física dos castelos medievais, resultaram dum processo evolutivo da sapiência de vários povos, que se foram alterando conforme as necessidades de cada época, como por exemplo o Castelo de Penela¹³⁴. As construções poliorcéticas foram organizadas para a defesa dos Castelos, que vão sendo adaptados e reabilitados em função da força da conquista cristã contra os existentes almóadas e os cristãos castelhanos.

¹²⁸RIBEIRO, O (1987):234.

¹²⁹ANDRADE, A (2001):25.

¹³⁰Com a proteção régia o território poderia lançar impostos para as obras públicas, amuralhamentos e cercas.

¹³¹ALMEIDA, C (1989):48.

¹³²Sobre esta temática consultar “Castelologia Medieval de Entre-o Douro e Minho: Desde as Origens a 1220” de Carlos Alberto Almeida.

¹³³Apud, ALMEIDA, C (1978): “algo e radicalmente estruturado com os sistemas e a sociedade dos séculos X, XI e XII com motivações variadas, psicológicas, económicas e sociais, segundo uma composição algo diferenciada de região para região, como se verifica nos contextos das manchas que serão depois o Norte e o Centro de Portugal a sociedade dos séculos X, XI e XII”.

¹³⁴CORREIA, L (2011):28.

As estruturas amuralhadas destes tempos apresentam-nos então tipologias construtivas bastante diversificadas entre si, não só por razões históricas - culturais, económicas e geográficas, mas também porque elas procuraram satisfazer necessidades diferentes. O aparecimento das construções rouqueiras despoletou uma nova arquitetura condal que derivava dos castros ¹³⁵. Este Castelo teria uma planta mais regular e uma torre quadrangular, tinha a função de refúgio ou de residência, e também poderia ter uma torre de menagem fortificada rodeada por um recinto amuralhado, como por exemplo os Castelos de S. Mamede e Feira ¹³⁶.

Como explica Luis Miguel Correia, o Castelo meramente condal, como o Castelo de Trancoso, diferencia-se das construções rouqueiras por ter incorporado a torre de menagem. Tinha normalmente uma planta retangular ou quadrada e era governado por um nobre que organizava à sua volta um espaço administrativo denominado por “*civitates*”, versus “*territoria*” ¹³⁷. O Castelo condal tinha uma organização administrativa, os que não gozavam de privilégios especiais, eram os julgados, como exemplo: Frião, Pena da Rainha, Baião, ou terra, como exemplo: Lanhos, Neiva, Basto. ¹³⁸ Nos castelos que gozavam de privilégios, segundo Sousa Soares “*aos grandes proprietários ou aos possesores, lhes provinha tinham o direito de cobrarem impostos e, de terem foro privativo, e, conseqüentemente, de nomearem funcionários judiciais e administrativos, passando assim a exercer nos seus domínios ou senhorios actos de soberania*” ¹³⁹. Na Baixa Idade Média ¹⁴⁰ as muralhas distinguiam as aldeias das vilas. Estas eram um sítio de última resistência, por isso também se apelidavam de Castelo, a partir do século X e XII, na península Ibérica, foram aparecendo por toda a Europa fortificações. Se o processo da reconquista foi um sucesso para Portugal, isso deu-se não só à inteligência e à política dos seus protagonistas, mas aos episódios de guerra vencidos graças aos intervenientes e ao Monumento – o Castelo.

Foi a partir da Reconquista Cristã que os castelos tiveram um papel central, proporcionando ao território, a permanência humana e a estabilização das fronteiras. O Castelo significava autonomia, independência, vitórias. De facto, é a partir dele que se estruturam toda a organização e infraestruturas militares medievais. Depois de uma retração da reconquista, provocada pelo ataque de Almansor e a desagregação dos reinos

¹³⁵Cf, ALMEIDA, C (1978).

¹³⁶BARROCA, M. J (1990):94-115.

¹³⁷Cf, CORREIA, L (2011).

¹³⁸VEIGA, C (1965):9-11.

¹³⁹SOARES, S. T (2002):1290.

¹⁴⁰Idem.

taifas, só com Fernando Magno (1016-1065)¹⁴¹, Conde de Castela e de Leão, foi possível que os reinos cristãos de Navarra e Leão se unificassem, e a partir desse momento foi, então possível avançar para o território português conquistando Coimbra em 1064¹⁴² e Viseu. Entregue o condado de Coimbra a D. Sisnando, segundo Mário Barroca, este mandou construir castelos, os quais apresentavam algumas novidades: as torres eram semi cilíndricas, tinham alcáçova e cisternas, portas reforçadas, muralhas mais extensas¹⁴³. Ao nível organizacional este substitui as *civitas* pela *terra*, o Castelo era capitaneado por um *tenens*, deixando estas de ser a posse da terra meramente condal, onde o vínculo organizacional do território eram as terras, e donde emergiu uma nova aristocracia local, *os infanções*. D. Sisnando conseguiu construir um regime senhorial mais fiel ao rei nos locais recém – conquistados que facilitou a consolidação do território entre o Douro e o Mondego e, assim, autonomizar, se bem que ironicamente, o território portugalense em relação a Leão¹⁴⁴, quando D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique de Borgonha (que tinha recebido como recompensa o condado portugalense e a filha ilegítima de D. Afonso VI, ou seja, D. Teresa), venceu a batalha de S. Mamede e utilizou o sistema de terras para consolidar a independência de Portugal em relação ao reino leonês¹⁴⁵. A nova organização das *terras* ocasionou a disputa pela hegemonia imposta pelos tenentes para os seus castelos.

Foi importante também, para a definição do Castelo românico português a influência das ordens religiosas militares. Estas ordens militares organizaram-se a partir do momento em que o sultão Malik Xã vedou a peregrinação à cidade de Jerusalém; então, sob o apelo do Papa Urbano II e após a realização o Concílio de Clermont em 1095, organizou-se o exército de Deus para preservar a conquista de Jerusalém, os cruzados ou monges guerreiros¹⁴⁶. Não tendo um séquito militar régio suficiente, D. Afonso Henriques atribui às ordens militares as zonas importantes e estratégicas para a reconquista, os Templários,

¹⁴¹Consulte-se: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_I_de_Le%C3%A3o.

¹⁴²VARELA, R.G (1989):30.

¹⁴³BARROCA, M (1990):104 105.

¹⁴⁴GOMES, R (2003):9.

¹⁴⁵MATTOSO, J (1988):83 e 84. Numa primeira fase (1131-1190), D. Afonso Henriques, desde a vitória de São Mamede foi aumentando as linhas de fronteiras de norte para sul, desde o rio Minho e Lima até ao Mondego. O Rei estabelece-se em Coimbra, em colaboração com a nobreza senhorial e os cavaleiros – vilãos, e a partir daqui assiste a uma fase expansionista, que vai culminar com a conquista de Santarém, Almada e Lisboa em 1147 e Évora em 1065, terras que nunca mais voltaram as mãos dos muçulmanos. Estes castelos ocuparam uma área extensa, devido à sua importância política, económica e demográfica. Vão sendo criadas as relações políticas-administrativas e económicos-sociais, que estão instituídas no feudo, ou seja bens concedidos pelo rei a outros homens que lhe prestam juramento de vassalagem de bom e fiel.

¹⁴⁶CUNHA, M (1991):26.

Ordem de Santiago, Ordem de Avis¹⁴⁷ e os Hospitalares, que influenciaram bastante a organização e arquitetura militar. A ordem militar dos Templários foi criada em 1128 sob o impulso do seu Mestre Gualdim Pais¹⁴⁸; controlou fundamentalmente o norte de Portugal acima do Tejo, a sua expressividade encontra-se nos monumentos arquitetónicos, de Tomar, Pombal, Almourol, Penas de Róias e Longroiva¹⁴⁹.

Ocuparam castelos estratégicos, que também se designam por castelos de detenção, penetração e de ocupação. Estes serviam de quartel das tropas que participavam na política de defesa do território do Rei e nas estratégias de reconquista territorial, que também foram entregues a ordens religiosas, como por exemplo os Templários e a Ordem de Santiago. Segundo Edison Bisso Cruzen, as ordens religiosas militares inovaram ao nível da arquitetura¹⁵⁰. Devido à sua proveniência do Oriente foram conhecedoras das melhores técnicas construtivas militares, por exemplo, pelos templários foram introduzidos os “*Alambor*”¹⁵¹ e os “*Hourds*”¹⁵². A Ordem dos Templários é mais internacional. A Ordem de Santiago¹⁵³ seguiu o exemplo da ordem de Calatrava, de cariz peninsular. Muito ligada inicialmente ao reino de Leão de D. Fernando II e do Rei D. Afonso VIII de Castela, a Ordem de Santiago recebeu muitas doações de Castelos, como por exemplo o Castelo de Mora, em Toledo, e de D. Afonso Henriques recebeu Arruda dos Vinhos, Abrantes, entre outros. No caso do Castelo de Lisboa, este integrou a monarquia portuguesa definitivamente em 1170, ano em que D. Afonso Henriques assinou a carta de privilégio aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal, que caíram nas mãos dos mouros durante dois anos mas que voltaram às mãos dos monges guerreiros em 1193/94, a ordem de Santiago teve várias sedes em Santos – o – Velho e depois entre 1239 e 1316 em Mértola, Alcácer do Sal foi fundamental para a organização dos territórios no sul do Tejo e para a conquista de Silves¹⁵⁴ sob o impulso do Mestre Paio Peres Correia¹⁵⁵. Só em 1443 a sede voltou ao Castelo de Palmela. Esta ordem militar controlou uma importante rede de castelos, como o Castelo de Sesimbra, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Mértola,

¹⁴⁷MATTOSO, J (2006), W. ROSSA (2002), CORREIA, L (2011). Esta ordem transferiu-se pra Avis e no XIV, transformou-se na Ordem de Calatrava. Ao rei D. João I esteve ligada a Ordem Militar de Avis, que teve mais expressividade no sul do país. Para retirar alguma importância à política de D. Fernando II, D. Afonso Henriques criou uma nova ordem militar e religiosa, que inicialmente se denominou *de Évora* e depois *de Avis*; foram posse desta Ordem, o Castelo de Coruche, que assegurava a passagem da estrada para Évora e Santarém.

¹⁴⁸ Este Mestre participou, combateu e correu a Terra Santa de norte a sul. Na segunda cruzada contactou com a arquitetura defensiva dos cruzados mais avançada da época. Vide anexo 8.

¹⁴⁹BARROCA, M (1990/91):89.

¹⁵⁰CRUXEN, E. B (2005):289-303.

¹⁵¹ Parte reforçada e saliente de um muro.

¹⁵² Varandim em madeira.

¹⁵³ Criada em 1170 em Cáceres.

¹⁵⁴ PAVÃO, L (2002):17-20.

¹⁵⁵ Vide em anexo 9.

Alcoutim e Palmela ¹⁵⁶. A Reconquista alterou o paradigma bélico: conquistar um território era conquistar o seu Castelo.¹⁵⁷

A implantação dos castelos românicos acompanhou e reutilizou os núcleos urbanos hierarquizando-os sucessivas áreas de ocupação como Évora; Tomar, Castro Marim e Alcácer ¹⁵⁸, vias de comunicação vitais e áreas de maior produtividade, como é o caso de Lisboa e Santarém, dando continuidade ao seu cariz urbano, também aproveitaram os afloramentos rochosos que detinham uma boa visibilidade e proporcionavam a defesa e o controlo desse território. O Castelo românico típico do século XII é o que desempenha as funções de cabeça-de-terra, que tem duas funções: passiva e românica, ativa e gótica¹⁵⁹. O modelo românico fez parte da defesa “passiva”, pois a sua estrutura condicionava ataques ineficientes, como são exemplo o Castelo de Guimarães, Coimbra, Viseu, Leira, Santarém e Lisboa. O Castelo romântico do século XII distingue-se dos Góticos ao nível dos seus elementos construtivos.

As construções defensivas surgiram em resposta a funções e objetivos muito concretos que marcam as suas formas e nos servem para a sua classificação mais geral. Funcionalmente, é fácil distinguirmos quatro grandes géneros de construções defensivas: - as cercas urbanas, os recintos para guardar de gados no cimo de outeiros ou montes e os castelos e as torres (estas uniram-se e associaram-se inúmeras vezes).¹⁶⁰ O Castelo românico tem uma ou duas cercas que defendem a torre de menagem, normalmente localizada no centro, as cortinas com adarve e ameias melhoraram, há uma relativa melhoria na defesa mais ativa do recinto, foi dominado pela ideia de uma defesa passiva, visando, sobretudo, dificultar a aproximação e a entrada na torre de menagem e resistir aos ataques, as prerrogativas poliorcéticas, tentava dificultar a passagem para o centro, símbolo da senhoria, através de um sistema concêntrico de várias linhas até ao centro.

Segundo Mário Barroca, os castelos eram erguidos em sítios altos com boa visibilidade e para que a defesa fosse mais eficiente, a fortaleza contava ainda com o apoio de atalaias, que, comunicavam entre si através do fumo em caso de ataque. Ainda para a sua defesa contavam com muros espessos, a cerca era sempre de pedra e coroada pelo adarve, que detinha torreões adossados, normalmente retangulares de frente arredondada com seteiras

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ MATTOSO, J (1985):70 -75.

¹⁵⁸ ANDRADE, A. A (2001):33.

¹⁵⁹ ALMEIDA, C (1989):48 - 49. Refere que os “castelos românicos têm o seu ponto nevrálgico mais característico na torre de menagem (...). Esta torre é a do “senhor da terra” e é também o símbolo da sua senhoralidade”.

¹⁶⁰ Idem.

verticais rasgadas em locais apropriados para o tiro neurobalístico (arco ou besta) e que tinham a função de evitar que os tiros abalasses os alicerces. A planta era quadrada, as muralhas definiam um pátio que permitia a permanência de militares, o qual tinha uma cisterna. O Castelo românico¹⁶¹ tem uma ou duas portas: a principal, e a porta da traição e isolada no interior do pátio, a Torre de Menagem situava-se na cota mais alta, de planta quadrangular, tinha um andar com uma porta rasgada, o acesso era efetuado através de uma escada de madeira móvel, como por exemplo no Castelo de Pombal.

Assim como refere Mário Barroca, “o Castelo era a cabeça – de - terra, que corporizava o Poder e a Ordem nesse território e onde se concentravam os principais esforços da arquitetura militar”¹⁶². Quanto às diferentes tipologias Mário Barroca indica o seguinte: o primeiro Castelo é o “Ibérico”, referindo-se a um Castelo de influência árabe, ou seja, seguindo o modelo da “Alcáçova”¹⁶³. “A alcáçova é a marca principal no perfil da cidade islâmica que herdámos”¹⁶⁴ com altas muralhas e torreões ameados, localizados estrategicamente para vigiar as populações, no primeiro morava o “alcabar”,¹⁶⁵ e o recinto rasteiro, área ocupada pelos militares, oficiais, servia também para proteger as pessoas e os animais. As torres de menagem, segundo Barroca “surgiram apenas com o advento do Castelo românico no século XII, não existindo portanto nos velhos castelos roqueiros”.

Os Castelos de modelo Ibérico mantiveram elementos da arquitetura árabe, devido aos contatos com as ordens militares no sul. Os castelos Ibéricos¹⁶⁶ conservaram dois elementos importantes a “torre albarrã” e a “couraça dos árabes”¹⁶⁷. Assim, António Lopes Nunes diz-nos que a “Albarrã”¹⁶⁸ ou torre servia de proteção para as pessoas aquando das investidas inimigas. Esta torre é um elemento construtivo exclusivo dos países Ibéricos, sendo um exemplo em Portugal o Castelo de Guimarães, com a sua torre ao meio ladeada da alcáçova¹⁶⁹. O Castelo ibérico não se revestiu de uma função de residência, mas assumiu-se como um centro de vida das forças militares, citando António Lopes Nunes, era “uma torre para onde o alcaide, deixando o conforto da sua alcaidaria, se dirigia no

¹⁶¹ Vide anexo 10.

¹⁶²BARROCA, M (1990/91):129.

¹⁶³ALCÁÇOVA -Fortaleza de influência árabe constituída por duas partes , um recinto para as residências oficiais e serviços, um bairro militar, onde a população e os animais se abrigavam, e um pátio superior onde morava o Alcácer.

¹⁶⁴WALTER, R (2002):211.

¹⁶⁵Idem. “ Pátio de armas ou Pátio de baixo, “. Este piso destinava-se ao refúgio das pessoas e dos animais e, era também onde os militares treinavam a arte de manejar armas. É frequente referirmo-nos ao recinto que ocupa o espaço entre esta porta e a principal.

¹⁶⁶Ver anexo 11 e 12.

¹⁶⁷A couraça - muro que protegia as comunicações da parte baixa para a alta onde assentava o castelo.

¹⁶⁸Cf, NUNES, A (1998): 14.

¹⁶⁹MATTOSO, J (1988):17.

exercício de funções militares, onde prestava juramento de menagem e onde constituía o último reduto de defesa”, pelo que coexistiam, (...) no Castelo medieval português, a alcaidaria e a torre de menagem”.¹⁷⁰ O Castelo cristão ibérico era normalmente edificado em duas áreas desniveladas e era constituído por dois e três pátios: o primeiro piso tinha uma função pragmática e protetora, alojava os militares e protegia a população. Tinha um espaço comunal onde existiam os ofícios; o segundo pátio era a moradia dos alcaides e o último era a “*torre de menagem*”¹⁷¹, o último ponto arquitetónico que servia para defesa do território. Estas torres tinham um elemento imprescindível para a defesa, a “*seteira*”¹⁷²: é uma fenda vertical, rasgada nas torres, característica dos castelos ibéricos. Tinham também, um pátio central onde os refugiados recolhiam em tempo de ataques e a casa de guarnição.

Na parte superior existiam os adarves, ladeados por muros fortes e ameidados. Os castelos tinham duas portas: da traição¹⁷³ ou porta falsa, como refere Jorge Larcher¹⁷⁴, uma pequena porta por onde os sitiados saíam para contra-atacar e por onde fugiam da praça em circunstâncias desesperadas, e também a porta da vila. Existia também a poterna, que era uma passagem para o exterior, sem se ser visto pelo atacante. Com o rei D. Sancho I, o Castelo românico foi essencial no controlo. Fez face às adversidades inerentes ao processo da reconquista cristã, na dinamização administrativa e económica dos territórios conquistados, numa estratégia defensiva que começou no Norte e avançou até Coimbra¹⁷⁵.

Até 1248, viveu-se uma fase perturbadora para os proprietários das terras senhoriais versus posse concelhias que conduziu ao abandono de muitos castelos, o que permitiu centralizar as atenções nos castelos que eram posse da terra e incrementar uma arquitetura defensiva. O reino foi varrido por maus anos agrícolas, pelo que o Castelo gótico só vingou no reinado de D. Afonso III e sobretudo no reinado de D. Dinis. Com D. Afonso III (1210-1279), aproveitando, os triunfos da guerra civil, encetou-se uma política de organização do

¹⁷⁰NUNES, A (1990):161.Vide anexo 10.

¹⁷¹Termo Cristão que substitui a Albarrã.

¹⁷²Consulte-se o anexo 12.

¹⁷³ Vide anexo13.

¹⁷⁴LARCHER, J (1937): 33.

¹⁷⁵Para isso reforçou a torre Quinária de Coimbra e a Torre de Belcouce, e a reconquista rapidamente chegou ao Algarve, se não fosse a ação de Al-Mansor (1160-1199) que conduziu um exército almóada e recuperou os territórios ao sul do Tejo, restabelecendo aí as fronteiras.¹⁷⁵ Foi esse o motivo que levou D. Sancho I a ligar Palmela à ordem de Santiago, na decisão régia tomada a 28 de Outubro de 1186, para impedir as investidas de Abu Yacub Yusuf, al-Mansur. Sucedeu ao trono D. Afonso II (1223-1248) que tentou centralizar o poder, através das «Inquirições» e viveu-se um período de anarquia social que provocou a guerra civil de 1245-48 e a insatisfação da nobreza senhorial.

poder régio¹⁷⁶. O Rei, terminada a tomada de Silves, assinou o Tratado de Alcanices, em 1297, e estabeleceu a capital em Lisboa. Devido ao seu casamento com Matilde II de Bolonha e à sua permanência em França (Duque de Boulogne-sur-Mer, genro de Filipe II Augusto), durante quase vinte anos, devemos-lhe a ele a introdução do balcão com matacões na arquitetura militar portuguesa e encontramos a sua expressividade em Melgaço.¹⁷⁷ Encontramos também estes balcões e matacões, ou seja, uma varanda estreita em diversos pontos do torreão, no Castelo de Sabugal, Belmonte e Penamacor.¹⁷⁸ Contudo devemos ao Rei D. Dinis um novo período na arquitetura militar, cujas alterações se deram fundamentalmente nos fins do século XIII, e “Castelo Gótico”, “Ativo”. Na sua ação política substituiu os *tenens* pelos *juílgados*, nomeou alcaides para os castelos, instituiu o princípio judicial do *Ius crenelandi* (*direito de ser crenelado por ameias*), fomentou o monopólio de fortificações¹⁷⁹, pois de facto, quando a fronteira terrestre do reino se estabelece de uma forma praticamente definitiva a preocupação fundamental é a de povoar toda a linha de separação com a Castela através de castelos fronteiriços¹⁸⁰.

D. Dinis¹⁸¹ promoveu obras em 57 castelos, desde o norte (Caminha) até ao sul (Castro Marim).¹⁸² Além da função defensiva o Castelo Gótico teve uma nova função, a de “*residencialização*”, pelo aumento das torres de Menagem, que deixam de estar a meio, para se situarem na linha da frente, e pela multiplicação das torres ao longo da muralha. Estudos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida dizem que a defesa ativa no período Gótico se deu “*no flanqueamento da cerca pela colocação de uma série de torres em seu redor-estas permitem vigiar os seus alicerces e possibilitam mais facilmente os tiros sobre os sitiados, na invenção das torres albarrãs, na melhoria dos caminhos de ronda e no uso das hurdes e do sistema de mata-cães ao longo das torres, nas esquinas ou sobre as portas, o que lhes faculta uma boa guarda*”¹⁸³.

No Castelo de S. Jorge¹⁸⁴ é bem visível a muralha e a couraça descendo pela encosta até a torre de S. Lourenço. Apareceram os cubelos nas torres ou em cima das portas, os

¹⁷⁶MATTOSO, J (1985): 70 a 75. Nesta fase existiu uma “*política de oposição à expansão, de apropriação de fortunas de casas mais ricas, de criação de uma nobreza de serviço feita de vassallos fiéis e até subservientes, sem poder, no entanto, impedir o aparecimento de novas casas senhoriais, instaladas não já no Norte do País mas, no Centro*”. Idem.

¹⁷⁷Apud, BARATA, M, TEIXEIRA, N, (2000):117.

¹⁷⁸Idem.

¹⁷⁹Vide anexo 14.

¹⁸⁰ALMEIDA, C (1989):62.

¹⁸¹Vide anexo 15.

¹⁸²Cf. BARROCA (1998).

¹⁸³ALMEIDA, C (1989):55.

¹⁸⁴Vide em anexo 16.

balcões com matacões, para complementar os tiros, dando a possibilidade de se fixar tiros horizontais, mas também de cima para baixo, generalizou-se a utilização de barbacãs¹⁸⁵. As torres atingem um porte maior e os torreões são prismáticos. As portas dos castelos ficaram ladeadas por mais torreões, alargaram-se os adarves e as ameias. Com a generalização das armas de fogo houve alterações ao nível construtivo, os “*trons ou bombardas*” e “*casamatas*” ficaram mais eficientes na defesa e, nalguns casos também, foram relevantes as escarpas, com fossos. Estes tipos de torres, muros em escarpa, podem ser observados nos castelos: Moura, Noudar, Juromenha, Elvas, Idanha-a-Nova, Segura e Sabugal. Exemplos de Torres de Menagem do tipo Gótico encontram-se nos: o Castelo de Bragança, Estremoz, Beja, Vilar Maior Monforte do Rio e Leiria, que é de entre estes o maior exemplo de Modelo Residencial¹⁸⁶.

Podemos observar com mais exatidão os balcões e matacões, ou seja, uma varanda estreita em diversos sítios no torreão, no Castelo de Sabugal, Belmonte e Penamacor.¹⁸⁷ Através de o *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas¹⁸⁸, Rita Gomes, conclui que, no caso das Beiras, o Castelo medieval, na zona da raia, pode ser essencialmente de dois tipos. Uma construção fortificada, simples torre rodeada ou não por um pequeno recinto, no interior da qual não encontramos casas de habitação nem rede viária, ou seja, os muros ou muralhas não rodeavam uma localidade, ainda que à sombra protetora da fortificação se tenha originado um núcleo de povoamento, de maior ou menor dimensão, cujos habitantes podiam refugiar-se no “Castelo” em tempo de guerra. E uma outra estrutura mais complexa, geralmente associada, como vimos, às localidades que são sede de territórios, e na qual podemos distinguir dois espaços diversos: o “Castelo” propriamente dito, circundado por um recinto mais exíguo de muros, muitas vezes com saída direta para o exterior: é a alcáçova, o espaço rodeado e muralhas, no interior das quais se expande a localidade, com as suas ruas e praças, igrejas e casas de morada.

Essas muralhas integram uma ou mais torres (geralmente associadas às portas, pontos mais frágeis na ótica defensiva) e vão entroncar na alcáçova: é a vila amuralhada. A

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ MONTEIRO, J (1999):45 e 46.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Duarte de Armas escudeiro de D. Manuel I, é um testemunho da arquitetura militar manuelina deixou-no como legado, o “Livro das Fortalezas”. Percorreu 1509 a fronteira com a Espanha desenhando os principais castelos com as suas medidas e planta, para fornecer a D. Manuel informações sobre os castelos e aglomerados urbanos existente na paisagem portuguesa. Apud , Gomes, R (1996).

tipologia inclui também torres da atalaia e as torres residenciais¹⁸⁹. Pode-se também vislumbrar a existência de novas vilas na zona da raia a partir do século XIII, as quais apresentam muitas afinidades com as *bastides* do sudoeste de França. D. Dinis incrementou também a construção de cercas urbanas góticas, o “*fazer vila*”, chamava-se ao facto de cercar uma povoação devido ao desenvolvimento do comércio e ao aumento da população, por necessidade de alargar as muralhas para novos bairros, o que dava prestígio à cidade. Para além das intervenções nos castelos, com D. Dinis deu-se o início dos amuralhamentos de cidades importante como Évora e Estremoz.¹⁹⁰ O *ius crenelandi*,¹⁹¹ refletiu-se na supervisão da construção, só em certos casos as casas –fortes eram autorizadas¹⁹². Para fomentar a povoação das vilas na zona da raia, D. Dinis implementou os *coutos hominizados*¹⁹³, os quais permitiram aos habitantes da zona da raia que cometeram crimes comuns permanecerem livres.

O período de D. Fernando, ficou marcado com a guerra contra os Trastâmaras pelo trono de Castela. E, logo a seguir, com D. João I assistimos à guerra da sucessão do trono português, com a invasão dos castelhanos. Esta instabilidade política motivou a construção e reparação das cercas urbanas, na viragem para o século XIV e a preocupação com as fortificações das cidades. Este rei mostrou alguma insatisfação devido à construção das *casas-fortes*, ou *casas de torres* sem a sua autorização, que se fazia de forma abusiva, usurpando propriedades e aumentando as honras¹⁹⁴.

Neste período, apareceram as armas de fogo e as *troneiras*. A barbacã é mais extensa, constrói-se na totalidade à frente da muralha, por vezes junto da porta principal reforçando o muro para se aumentar, automaticamente a eficiência da defesa. Uma outra novidade foi também o cubelo (torreão redondo).

Sobre a ocupação e distribuição espacial dos castelos no território, para além da sua implantação em pontos estratégicos aproveitando estradas, rios, montanhas e construções já existentes, é importante registar três ideias defendidas por diferentes autores. António

¹⁸⁹GOMES, R (1996):37 a 43.

¹⁹⁰ALMEIDA, C (1989):44.

¹⁹¹Termo jurídico, que estabelece o princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares’. Impedia assim a nobreza de construir as ‘casas fortes’ (ou ‘casas-torres’) sem o seu consentimento.

¹⁹²BARROCA, M (1998): 801 a 822.

¹⁹³V.g. Noudar, Marvão Arronches; Castelo de Meda, Juromenha, etc.

¹⁹⁴SILVA, J (2002):48.

Lopes Nunes¹⁹⁵ refere que no território as simples “*linhas de detenção*” encostadas à fronteira (sobretudo terrestre, mas também costeira) e com uma fiada -tampão mesmo junto à raia a ser secundada por mais uma ou duas faixas interiores, dispostas de norte a sul, acrescentaram-se “*linhas de infiltração*” concebidas para consubstanciar formas de defesa em profundidade de pontos estrategicamente decisivos, como era, nitidamente, o caso de Lisboa, “*a chave militar do nosso reino.*” À volta do Castelo estava toda uma rede de castelos régios que permitiam flanquear os inimigos que atacassem pela zona da raia e pelo Norte. A partir da conquista de Lisboa, foi possível criar toda uma estratégia de consolidação e ocupação do território. O exemplo mais conhecido é o *de Lisboa*¹⁹⁶ que foi descrito por Fernão Lopes, o qual descreve o aparelho de defesa de Lisboa: todos os muros bem reparados, as torres reforçadas com hurdes, abundância de armas (escudos e lanças, dardos bestas e virotões, lanças, bacinetes e alguns trons). Os castelhanos foram obrigados a levantar o cerco e a desistir da cidade, após quatro meses e vinte e sete dias de resistência de Lisboa, devido à peste que dizimou o arraial castelhano. Outro caso de resistência ocorreu também em Torres Vedras.

Por outro lado, Macedo¹⁹⁷ diz que “*tendo em conta a posição Oriente - Ocidente, de Castela, face a Portugal*” distinguem-se três faixas principais, dispostas de norte a sul: uma primeira linha mais próxima de Espanha, no eixo Miranda do Douro – Mértola – Castro-Marim; uma segunda faixa correndo pelo centro do reino, de Chaves a Tavira, a terceira indo de Caminha até núcleos de posições de apoio que protegiam as vias de acesso a Lisboa e às principais cidades próximas do Atlântico – que o mesmo considera, como sendo então o último lugar da “*resistência nacional*”. Sobre essa ideia cita Francisco Lobo:¹⁹⁸ “*nos perímetros muralhados de diversas cidades e da presença no interior do território - os quais cumpriam uma função essencialmente residencial, não deixando no entanto de conferir também alguma protecção*”.

¹⁹⁵Cf, NUNES, A (1988):131.

¹⁹⁶O Castelo de Lisboa estava bem apetrechado. A *Crónica de D. João I* refere que são poucas as fortalezas que resistem aos exércitos atacantes e isso deve-se a motivos específicos e não militares. MATTOSO (2006), W. ROSSA (2002), CORREIA (2011). Esta ordem transferiu-se pra Avis e no XIV, transformou-se na Ordem de Calatrava. Ao rei D. João I esteve ligada a Ordem Militar de Avis, que teve mais expressividade no sul do país. Para retirar alguma importância à política de D. Fernando II, D. Afonso Henriques criou uma nova ordem militar e religiosa, que inicialmente se denominou *de Évora*¹⁹⁶ e depois *de Avis*; foi posse desta ordem, o Castelo de Coruche, que assegurava a passagem da estrada para Évora e Santarém.

¹⁹⁷Cf, MACEDO, J. B (1994):397-428.

¹⁹⁸LOBO, F. S (1994):54 e55.

O Castelo gótico¹⁹⁹ recebeu da defesa ativa soluções e novos elementos arquitetónicos “no flanqueamento da cerca pela colocação de uma série de torres ao seu redor – estas permitem vigiar os seus alicerces e possibilitam mais facilmente os tiros sobre os sitiados –, na invenção das torres albarrãs, na melhoria dos caminhos de ronda e no uso das *hurdes* e do sistema de *matacões* ao longo das torres, nas esquinas ou sobre as portas, o que lhes *faculta* uma boa guarda”.²⁰⁰ Com D. Afonso V dá-se uma atenção ao reforço dos castelos da raia alentejana e à artilharia. Nesta época concluem-se a *Cerca Nova* de Évora, as muralhas de Portimão e a fortaleza henriquina de Sagres. Com estes amuralhamentos, encontramos uma inovação pré-abaluartada o sistema de dente de serra que usando as reentrâncias em ângulo reto permite cobrir o troço de muro adjacente com tiro flanqueante de besta ou de artilharia. Teve também importância neste reinado o Castelo de Ourém e a reforma do Castelo de Santa Maria da Feira.

Segundo Rafael Moreira, a sequência do reforço de defesa de D. João II fez a ponte entre a castelologia medieval e a arquitetura militar moderna. A sua ação política foi fundamental ao nível da arquitetura, na adequação dos castelos da raia ao sistema abaluartado e nas fortificações da defesa da barra do Tejo, como a Torre de Cascais, (tinha duas bombardeiras de cruzetas e baluarte aberto idêntico no interior da fortaleza quinhentista), Porto Brandão e Restelo.²⁰¹

Nos séculos XV e XVI, viveu-se uma fase de transição porque se alterou o paradigma da arquitetura militar em Portugal. Durante quase um século, nos países europeus, assistimos a um período experimental devido à introdução da *pirobalística*. Foi nesta transição que se deram profundas transformações na arquitetura militar: as torres baixaram; reforçaram-se as muralhas, acrescentaram-se as obras externas para suportar a artilharia pesada até ao aparecimento do *sistema abaluartado*, o qual permitia o flanqueante e cruzamento de fogos. Foi com D. Manuel I²⁰² que se introduziu esta mudança ao nível arquitetónico, ou seja, deu-se início à construção *abaluartada* em Portugal, da qual o primeiro exemplo vivo foi a Torre de Belém, construída em 1516, por Francisco de Arruda. Estas construções e experiências poliorcéticas acompanharam o avanço dos descobrimentos e política de expansão no espaço do ultramar.

¹⁹⁹Vide anexo 17.

²⁰⁰MOREIRA, R (1989):92 A 158.

²⁰¹Idem.

²⁰²Idem, *ibidem*:91.

Sob a influência dos Duques de Bragança e influência Italiana e, passado um tempo experimental, o ponto de viragem da arquitetura deu-se com a fortaleza de Mazagão, em África. Esta vila amuralhada, hoje património turístico, constitui o melhor da arquitetura militar do Renascimento, e o seu modelo acompanhou o rumo da expansão. Da tratadística italiana nasce o termo "baluarte" que deriva de "*dois tipos de obras diferente: uma barbacã baixa, quebrada em ângulo reto, em frente á porta principal, característica da Idade Média (por exemplo no Castelo de São Jorge em Lisboa), porém equipadas com bombardeiras*"²⁰³ nas várias faces; e as torres, cubelos ou tambores com bocas-de-fogo, em via de regra em casamatas fechadas"²⁰⁴. Estas novas fortificações tinham a forma de planta quadrangular ou pentagonal com torre mais alta e torres defensivas com protoabaluarte, muito geometrizadas, que permitiu a otimização do tiro. Estas fortificações foram implementadas a partir do século XIV e durante o período do domínio filipino.²⁰⁵ Em Portugal, desde o século XV, assiste-se à evolução do Castelo em residência e é neste século que surgem as primeiras residências senhoriais que chegaram até aos dias de hoje, como o Paço dos duques de Bragança em Guimarães e os paços fortalezas de Ourém e Santa Maria da Feira²⁰⁶. Esta evolução foi também acompanhada pelas construções medievais que foram modernizadas e onde foram integradas estruturas defensivas.

Com o apaziguamento do país, a necessidade de defesa diminui, então houve muitos castelos que foram abandonados ou se tornaram obsoletos. Só no século XV se assiste a uma nova viragem positiva, associada ao crescimento económico. A centralização do Estado levada a cabo por D. Manuel originou o aparecimento de uma nova nobreza, que se perpétua na construção de uma nova imagem que simboliza os nobres. Nesta época, alguns castelos mudaram a sua funcionalidade, a função militar desaparece e dá lugar à arquitetura civil, os castelos são adaptados para servir como residência. Estas construções evoluem para casas nobres que mantêm a sua aparência de fortificações com torres, ameias, seteira.²⁰⁷ São exemplo destas alterações das funções residencial e militar o Castelo de Santa Maria da Feira ou a transformação da alcáçova em paço acastelado, com salão de festas e aposentos aquecidos por fogões de sala e vistosas chaminés, nos palácios régios de Lisboa, Sintra, Leiria, Évora, Guimarães, Bragança, Alvito e Avis. Esta arquitetura carrega uma grande carga simbólica do poder senhorial. As imagens dos castelos apalaçados

²⁰³ Por curiosidade, as bombardeiras foi o elemento que Duarte d'Armas não se cansou de desenhar.

²⁰⁴ MOREIRA, R (1989):146 e 147.

²⁰⁵ Idem, ibidem:155.

²⁰⁶ SILVA, C (1989):71.

²⁰⁷ Daí que a palavra Castelo foi substituída para fortificação e muitas vezes se criem dúvidas, sobre a palavra Castelo e fortificação.

senhorias destacam-se nas paisagens através da distinção de nobres que foi incrementada através do *Ius crenelandi*, primeiros as residências da alta aristocracia depois as da fidalguia, e por último as dos nobres sem título; sob esta política as *casas – fortes ou paços acastelados* foram restaurados e integrados na arquitetura civil, dando lugar a residências. Os solares, com ameias e merlões que lhe concedem um aspeto senhorial.²⁰⁸ É esta imagem que hoje encontramos hoje na paisagem portuguesa, que nos lembra com emoção os nossos antepassados²⁰⁹.

2.1- O Castelo de S. Jorge como «caso» significativo, na sua inserção espaço-urbana e no confronto com conotações e discursos culturais.

Os castelos são construções militares de origem medieval distintas dos fortes ou fortalezas. Foi a partir da Idade Média que surgiram os castelos, hoje monumentos, que serviram como estruturas para a defesa dos territórios nacionais e dos seus interesses²¹⁰. O castelo de S. Jorge foi também exemplo do monumento que contribuiu para a estruturação da memória histórica de Lisboa desde a sua ocupação na época islâmica, mas em meados do século XVI²¹¹, dignificou – se mais o valor histórico – artístico, dos espaços urbanos das cidades, através dos monumentos²¹². Do latim «*monumentum*», significa recordar, interpelar a memória, portanto chama-se monumento a qualquer artefacto que tenha sido edificado por gerações anteriores, para se recordarem ou fazerem recordar as outras gerações, acontecimentos, ritos ou crenças, mobilizando ações afetivas que agem através da memória²¹³. É fundamental para o estudo do Castelo de S. Jorge o interesse demonstrado por Olissipógrafos como: Gustavo Sequeira em *Oito séculos de História*, Júlio Castilho na publicação de *Lisboa Antiga*, Norberto Araújo com *Peregrinações em Lisboa e o Castelo de S. Jorge*. A obra de Augusto Vieira da Silva²¹⁴, *O Castelo de S.*

²⁰⁸SANTOS, J (2012):66.

²⁰⁹ Vide quadro 4 e 7.

²¹⁰SOROMENHO, P (1981/82):25.

²¹¹HOLANDA, F (1571): 3 a 6.Da Fabrica que faleca à cidade de Lisboa, capítulo 2, edição preparada por Alberto Cortês, publica por Vergílio Correia, Madrid 1929. Del archivo Español de Arte y Arquelogia, núm 15. Foi importante no século XX a obra de Alöis Riegl, “O Culto Moderno dos Monumentos”, pela reflexão /debate da importância dos monumentos e a sua relação com a cidade.

²¹²RODRIGUES, P (2005):55.

²¹³CHOAY, F (2008):17.

²¹⁴Os trabalhos do engenheiro militar Augusto Vieira da Silva, sobre as fortificações militares na Idade Média, foram publicados na *Revista de Engenharia Militar e os Serões*. Foram possíveis, através de visitas ao local, contatos com e a amabilidade do capitão da guarnição daquela fortaleza José *Mimoso Correia*. Através do estudo da freguesia de Santa Cruz do Castelo, pretende-se realizar uma caracterização das origens da evolução do castelo, evidenciando os elementos fortificados. O estudo do Engenheiro Vieira da Silva, teve como base três plantas do castelo que se mostraram fundamentais para a definição do castelo. A obra de Vieira da Silva, foi reeditada em 1937.No ano anterior Vieira da

Jorge em Lisboa, Estudo histórico - Descritivo, editada em 1898, é a primeira publicação sobre o Castelo em que os estudos realizados resultaram do trabalho de pesquisa do engenheiro militar, sobre as fortificações militares na Idade Média, o qual servirá para se descrever o castelo antes das obras de restauro realizadas durante o período do Estado Novo. O trabalho de A. V. Silva teve como ponto de partida trabalhos publicados na *Revista de Engenharia Militar* e os *Serões*, visitas ao local, contactos e a amabilidade do capitão da guarnição daquela fortaleza José Mimoso Correia, realizado depois do terramoto de 1755. Em 1959, Norberto de Araújo publica *O Castelo de S. Jorge*. É também importante a publicação, de 1996, o *Castelo de S. Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos*, o contributo do estudo da tese de mestrado de João Pimenta, *As Ânforas Romanas do Castelo de S. Jorge (Lisboa)* de 2007, por fim, em 2010, as obras de musealização promovidas pela EGEAC (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico). Revisitando-se diferentes épocas, iremos evidenciar o castelo enquanto monumento de arte militar da Idade Média, que consequentemente constitui um recurso vivo para a valorização da aprendizagem em ambiente escolar. Foi através da leitura e do cruzamento de diversas informações que nos foi possível traçar o trajeto do Castelo de S. Jorge ao longo dos séculos. Para a caracterização do Castelo de S. Jorge, partimos da análise dos seus primeiros momentos, desde o século VII a.C. até ao século XXI, pretendemos demonstrar a sua evolução arquitetónica, através das diversas plantas que temos e destacar aspetos importantes dos episódios primordiais passados no monumento, o sítio ou melhor, “A colina hoje ocupada pelo Castelo de São Jorge é o primeiro sítio da ocupação humana— datada da Idade do Ferro — que transfiguraria em lugar a elevação estratégica sobre o estuário do Tejo e o seu território interior que deu origem à cidade de Lisboa”²¹⁵, ou como refere Ana Margarida Arruda, “(...) que en términos de área ocupada, Olissipo corresponde al mayor poblado orientalizante del territorio actual portugués, habiendo ocupado, en la protohistoria, una extensión que no es comparable a ninguna otra conocida hasta el momento.”²¹⁶ Manuel do Patrocínio, recapitula em *Identidade e Cidadania* que “Olissipo seria mais velha que a própria Roma. As suas «verdadeiras» origens remontariam à passagem de eminentes figuras bíblicas e, só depois, ao próprio contributo do afamado herói grego, Ulisses”²¹⁷.

Silva foi incluído na comissão destinada a “elaborar um plano definitivo da reintegração e urbanização do Castelo de S. Jorge”, cuja portaria é de 29 de Agosto de 1938.

²¹⁵HELM, J (2012),<http://www.archdaily.com.br/br/page/379>.

²¹⁶ARRUDA, A. M (2002):129.

²¹⁷PATROCINIO, M (2010):325/6.

Os descendentes de Noé eram soberanos em terras no território lusitano, como em Cetóbriga *Tubal*, nos meandros do rio Tejo, e em *Tago*, onde entretanto *Ulisses*, ocupou os primitivos montes de Olissipo²¹⁸. Referindo-se ao mito, Luis Marinho de Azevedo²¹⁹ afirmou que é “*cousa verisimil*”: um templo Ulisseico fora edificado e dedicado a Diana e estava localizado no castelo de S. Jorge. Pelos trechos encontrados, pelos edifícios e pelos nove monumentos que foram erigidos em Olissipo, esta era uma urbe populosa. No sítio da Madalena, supõe-se que tenha existido um templo dedicada a Cibele,²²⁰ Mãe dos Deuses, junto de São Nicolau, o templo de Thétis, também as inscrições encontradas fazem referência a quinze divindades que em Olissipo foram objeto de culto²²¹.

Seguindo a análise de João Pimenta, a descoberta dos primeiros vestígios da ocupação pré-romana da atual cidade de Lisboa remonta a inícios do século XX, quando Leite de Vasconcelos²²² e Vergílio Correia identificaram alguns materiais que apresentavam claras influências orientalizantes, no Claustro da Igreja de Santa Maria Maior e no vale da Baixa. Só com o início da prática arqueológica em meio urbano, na cidade de Lisboa é que, segundo, o autor, “*essa ocupação foi claramente detectada, ainda que os dados disponíveis sejam reduzidos tendo em conta a dimensão das áreas intervencionada*”²²³. Assim, os primeiros dados arqueológicos sobre o Castelo de S. Jorge, em Lisboa, remontam a meados do século VII a. C.²²⁴; esta ocupação deu-se no morro e na colina do Castelo, onde se encontra bem patente esta existência, confirmada nas escavações realizadas em 1996, que têm no seu espólio materiais que correspondem à Idade do Ferro e orientalizante entre os quais, cerâmicas, *phittoi de bandas policromas, ânforas, cerâmica manual e de estrutura bem conservadas*”²²⁵. Segundo Carlos Fabião, “*A cidade pré-romana estaria situada sobre o morro do castelo e dela pouco se conhece, para além de algumas cerâmicas pintadas de bandas, recolhidas na Baixa e no Claustro da Igreja e um fragmento de cerâmica campaniense recolhido nas escavações da Casa dos Bicos. A isto se resume a informação sobre OLISSIPO dos sécs. II-I a.C.*”²²⁶. Segundo Vieira da Silva,²²⁷ os romanos depois de assaltarem e ocuparem a cidade de Lisboa, fortificaram e

²¹⁸Idem, ibidem:327.

²¹⁹Consultar: Luís Marinho de Azevedo, apud http://purl.pt/12676/2/res-1184-v_PDF.

²²⁰Cibele era representada por um coroaento representado a cidade para os romanos.

²²¹SEQUEIRA, A (1947):72 e 73.

²²²Apud, CORREIA, V (1972):121-125.

²²³PIMENTA, J (2004):12.

²²⁴ARRUDA, A. M (2002):123.

²²⁵GOMES, A, GASPARGAS, A (2003) (Coord):214-223.

²²⁶FABIÃO, C (1989):96.

²²⁷SILVA, A (1937):10. “Pensou-se que é de origem fenícia o nome da cidade de Lisboa – «*alis ubbo*» –, depois colocou-se a hipótese de ser grega – «*Elassippos*» – e de este nome ter sido corrompido pelos romanos para «*olisipo*»; em 73 d.C fixou-se oficialmente o nome da cidade em «*Felicitas Julia*», segundo várias inscrições do ano 73.d.C. e mais recentemente do século III.

colonizaram-na. Assim, descreve-se a cidade de Lisboa Romana contendo a sul edificações e um teatro, dedicado ao imperador Nero em 57 d.C.; umas termas, dos Cássios, reconstruídas no ano 336 d.C, termas, cais, numerosas inscrições. Segundo as pesquisas de Vieira da Silva este presume que as fortificações romanas, pela obra defensiva do “*castellum*” estariam situadas no alto do monte. Ainda se conservam as muralhas de uma pequena delas no atual castelo. Esta parte do castelo denomina-se de “*castelejo*”.²²⁸ Lisboa não fugiu aos ataques bárbaros pela cidade passaram vários povos e culturas no século V (Alanos e Suevos), mas Lisboa ficou definitivamente entregue aos Visigodos, de Recaredo I. Mais tarde, chegam os normandos que desembarcaram em Lisboa, em direção à Andaluzia, mas o seu avanço foi travado em Silves pelos Muçulmanos, em 844. A partir de 711, com as invasões muçulmanas na península Ibérica, Lisboa foi submetida em 1111 aos poderes dos almorávidas, mas, após a sua desagregação, a cidade acabou por ficar a capital de um pequeno reino de taifas independente²²⁹. Sobre a passagem dos muçulmanos por Lisboa chegam-nos relatos escritos do cruzado e cavaleiro inglês de Dartmouth, Osberno, e de Arnulfo que, em 1147, descreve a chegada dos cristãos a Lisboa para participarem no cerco e na conquista da cidade. Com o legado descritivo destes cruzados temos as primeiras descrições do Castelo, das suas portas, recintos amuralhados, do bairro de Alfama (banhos, termas em abóbada onde brotava água quente e fria, a mesquita na alcáçova, onde se situava o palácio do chefe mouro). Sobre a cidade de Lisboa relata o cruzado Arguo “*Esta cidade... construída sobre um monte é, pela estrutura admirável das suas muralhas e das suas torres, inexpugnável a forças humanas*”²³⁰. Segundo João Pimenta, “*No que diz respeito à área ocupada os dados de que dispomos actualmente deixam antever uma superfície de grandes dimensões, que ocuparia o morro do Castelo e desceria pelas encostas até encontrar as margens do rio sul, encontrando-se a ocidente limitada pelo esteiro da baixa e a oriente pela própria topografia da colina, que aí apresenta um declive muito acentuado mais tarde aproveitado para a instalação da chamada cerca Moura e pelo curso de água que percorria o vale de Alfama que permanece na toponímia como rua da regueira*”²³¹. O cruzado Osberno refere-se à colina do castelo assim: “*O alto do monte é cingido de uma muralha circular, e os muros da cidade descem pela encosta, á direita e à esquerda, até à margem do Tejo. Ao sopé dos muros existem arrabaldes alcandorados nos rochedos cortados a pique, e são tantas as dificuldades que os defendem, que se podem ter em conta de castelos bem fortificados. (...)*

²²⁸Idem, ibidem:10.

²²⁹PRADILIÉ, G (1975):14.

²³⁰OLIVEIRA, J (1938):35.

²³¹PIMENTA, J (2004):15.

*Os seus edifícios estão aglomerados tão apertadamente que, a não ser entre os comerciantes, dificilmente se achará uma rua com mais de oito pés de largura*²³².

O castelo pertence à freguesia de Santa Cruz do Castelo,²³³ uma das “fundadas por D. Afonso Henriques depois da conquista de Lisboa aos muçulmanos”, em 1147²³⁴. Osberno descreve assim a entrada em Lisboa pelos cristãos seguidores do príncipe: “A entrada no Tejo é feita no dia 28 de Junho de 1147. Observámos no céu um prodigioso sinal. Foi o acaso de vermos umas grandes nuvens brancas, das bandas da Gália, e que nos tinham acompanhado, irem ao encontro de outras grandes nuvens negras que vinham do continente e, como exércitos em linha de batalha, (...) Então entramos de clamar. Venceu a nossa nuvem! Deus está connosco! Foi dispersado o poder dos inimigos e estão confundidos, porque o Senhor os dissipará”.²³⁵ Já Norberto de Araújo refere que, D. Afonso Henriques encontrou um castelo numa cidade praça-forte alcandorada, limitada à sua cerca muralhada – “a Moura”²³⁶.

O Castelo foi denominado de S. Jorge²³⁷, apenas no reinado de D. João I. Nascido na província da Capadócia, no século III, ao mártir S. Jorge está associado o seu carácter guerreiro e a crença em Deus, foi nomeado, desde cedo, oficial general e perseguido pelo imperador Deocleciano que então governava o vasto Império Romano, pelo facto de adorar a Deus. Devido às suas desobediências, o próprio imperador, o mandou decapitar, no ano 303, foi canonizado em 494 e o seu culto alastrou pelo mundo. A devoção de S. Jorge chegou a Portugal através dos ingleses, “apelidar Santiago²³⁸, he cousa mais própria de Hespanha contra os Mouros; appellindando S. Jorge era de Ingleses” era o santo padroeiro de Inglaterra. Desde sempre, os reis portugueses, tal como D. Afonso Henriques, veneraram este santo e D. Sancho I, em 1189, deixou em testamento o seu cavalo à imagem do santo, para participar nas procissões²³⁹. D. Afonso IV invocava o nome do santo nas suas lutas, como um grito guerreiro. O castelo de S. Jorge serviu de habitação à dinastia de Avis. Na Batalha de Aljubarrota, em 14 de Agosto de 1385, evocando S. Jorge,

²³²MOREIRA, M, Melo, A (1993):10.

²³³Encontra-se no monte do Castelo, a 95 metros do solo.

²³⁴SILVA, A (1898):7.

²³⁵MOREIRA Maria et Melo Ana, (1993):11.

²³⁶Cf, Norberto, A (1959):54Livro I.

²³⁷ Consulte-se o trabalho sobre o “Castelo de S. Jorge: elementos para uma cronologia de Marília Abel e Carlos Consiglieri.(2011).

²³⁸ARANHA, T (1638): 11 a 14 de outubro Sermão que pregou o Muito Reverendo o Padre Presentado Frey Thomas na Festa que celebrou ao glorioso martyr S. Jorge seu padroeiro a nobilíssima nação inglesa em S. Domingos no anno de 638, publicado com a licença da Santa Inquisição, impresso por Manoel da Silva.

²³⁹Idem.

reforçou-se a ideologia através do esforço heróico e da vitalidade da raça portuguesa, e, nas lutas com Castela, D. João I atestava as vitórias com o envio de algumas bandeiras conquistadas, pelo reconhecimento e interferência do Santo Mártir, por isso o senado da Câmara determinou que se realizasse uma procissão em honra do santo e o castelo secular recebeu o nome de S. Jorge.²⁴⁰ Foi na alcáçova deste castelo que faleceu D. João I. Em 1499, D. Manuel recebeu Vasco da Gama quando este regressou da Índia e foi aqui que também teve início o Teatro com a representação da peça “*O Monólogo do Vaqueiro*”, de mestre Gil Vicente. Vários reis, tal como D. João III e D. Sebastião, realizaram obras dentro do recinto muralhado. No tempo dos Filipes, o castelo foi adaptado para servir de prisões e quartéis. Em 1640, D. Luis del Campo entregou-o à Duquesa de Mântua e, mais tarde, D. João V aí mandou fazer “*uma nova câdea*²⁴¹, *d’onde se infere. Assim, Frei Apollinário da Conceição*²⁴² cita que na entrada da porta do Castro de S. Jorge, residia o corpo da guarda do dito castelo, tendo da parte do Oriente a cadeia dos militares²⁴³”.

Em 1709, o Castelo de S. Jorge foi palco da célebre experiência do padre Bartolomeu de Gusmão com a Passarola, que tinha inventado “*Diz o Padre Bartholomeu Lourenço, que ele tem descuberto hum instrumento para se andar pelo ar, da mesma sorte do que pella terra, e pello mar, e com muito mais brevidade.*”²⁴⁴, partindo do Castelo até ao Terreiro do Paço.

Em 18 de Setembro de 1778, por aviso régio, criou-se a Casa Pia de Correção²⁴⁵, demorando-se a sua instalação no Castelo de S. Jorge até 3 de Junho de 1780. Por ocasião da invasão francesa parece que se fechou a Casa Pia e, por motivos que se ignoram, foi transferida para o mosteiro de S. Bernardo²⁴⁶, em 1812, onde se conservou até 1833 e daí passou para o Mosteiro dos Jerónimos, onde se encontra²⁴⁷.

Em 1898 surge a primeira descrição pormenorizada sobre o Castelo de S. Jorge, estudado pelo engenheiro militar Augusto Vieira da Silva, que nos descreve o monumento, contextualizando a sua existência, vestígios e ruínas com os factos históricos.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Este termo significa “cadeia” ou “prisão”.

²⁴² Apud, SILVA, V (1989);188.(Demonstração histórica da parochia de Nossa Senhora dos Martyres).

²⁴³ Idem, ibidem:188.

²⁴⁴ TAUNAY, A (1935):14.

²⁴⁵ (pelo intendente geral Diogo Ignacio Pina Manique).

²⁴⁶ (hoje o Hospital do Desterro).

²⁴⁷ SILVA, A.V (1898):10.

Segundo A.V. da Silva o castelo²⁴⁸ era composto por uma parte civil ou praça-nova a ocidente, e uma parte militar ou castelejo a oriente. Este tem uma planta quadrada²⁴⁹. Tem diversos elementos arquitetónicos: muros, cercas, portas, torres, paço real, cisterna, muralha, o adarve ou caminho de ronda. O lugar de «castelejo» é também conhecido por “Alcáçova” ou “Cidadella”. A cidadela é composta pelo castelejo que ocupa o vértice NO, comunica com as muralhas pelo lado da torre da cisterna e pela torre que lhe é oposta, e é constituída pela praça de armas, virada para os lados da Madalena, e pela «praça nova» que confronta com o largo de S. Vicente e com o Monte da Graça; tem um pátio isolado, por dois muros com 0,6m de espessura e outro com 1,75m.

Na planta de João Tinoco, de 1650 a praça de armas apresenta a forma de trapézio. A sua frente (ocidental), está orientada em direção à rua Garrett, e é hoje a Praça do Comércio. Apresenta um muro interior, que divide a planta, com 2,5m de espessura e 10 m de altura. A esta divisão do espaço, Augusto Vieira da Silva chamou de recinto oriental e ocidental²⁵⁰. Esta divisão teve como base a divisão da Lisboa dinisiana que ficou marcada por um acontecimento decisivo para a história de Lisboa e para a sua evolução arquitetónica, que consistiu na construção de um pano de muralhas ao longo do vale da ribeira, unindo a colina de S. Jorge à colina de S. Francisco. Assim, como refere Mário de Saa: *“Eram as mesmas muralhas que el-rei D. Fernando havia erguido para defender das invasões castelhanas. Corriam elas deste lado do ocidente junto às ruas do Alecrim e de São Roque (...) Tinham deste lado uma abertura, a Porta de Santa Catarina junto ao sítio que se denominou Lorêto, (...) Era uma das portas principais da cidade. Ficava-lhe em frente a ermida de Santa Catarina de Ribamar, num outeiro eminente hoje conhecido pelo Alto de Santa Catarina (...) todo o campo a ocidente das muralhas se dividia em duas grandes herdades-Santa Catarina, e Bôa Vista- a primeira ocupando as terras mais altas e em que depois surgiu o Bairro Alto, e a segunda marginando o Tejo até á Esperança*²⁵¹.

Assim, a partir desta alteração surge um reordenamento das infraestruturas administrativas, comerciais e portuárias que teve um enorme impacto ao nível urbanístico

²⁴⁸Ver anexo 18 (planta atual).

²⁴⁹Idem, ibidem:9.Vide anexo 19 (planta de1650).

²⁵⁰No muro divisório existia uma saliência que comunicava com 2,6m de largura, com um corredor que tinha cerca de 2,5 abobado no pequeno corredor, é abatida. Esta divisão teve uma grande significância no tempo de D. Manuel I, quando Lisboa se constituiu como capital de um Império, onde a imagem de centralidade do poder não foi secundarizada. O novo centro da cidade era a ribeira. Ao longo das praças situam-se os edifícios comerciais. A cidade desenvolve-se através de uma estrutura axial desenvolvendo-se de dentro para fora- a Rua Nova, afirmando uma nova espacialidade dinâmica direcionada e contínua, oposta á descontinuidade da cidade islâmica estruturada em núcleos autónomos. A oriente situa-se a grande nobreza, e a ocidente, o povo, em Cata –Que –Farás, Ribeira das Naus e Paria da Boavista.

²⁵¹SAA, M (1929):3.

devido ao aparecimento da Rua Nova, centro da cidade no tempo de D. Dinis. Esta nova organização espacial e urbana de Lisboa teve, como ponto principal e estruturante, o núcleo do Castelo, ou seja, foi a partir deste pólo que, principalmente durante aos reinados de D. Dinis e D. Manuel, a cidade de Lisboa cresceu e alterou a sua fisionomia arquitetónica, fazendo a sua transição para a época moderna.

Como refere Hélder Carita “*Neste sentido é particularmente significativo que a Rua Nova se forme a partir de um núcleo central da cidade, os açougues, assumindo simultaneamente uma orientação para ocidente que imprime uma direcção ao desenvolvimento da cidade. Edifícios religiosos ou de poder administrativo são secundarizados em favor duma centralidade urbana de carácter comercial radicada no «souk», elemento fundamental e estruturante das grandes metrópoles islâmicas.*”²⁵²

Se, no tempo de D. Dinis, a Rua Nova assumiu um papel fundamental na organização do espaço da cidade, D. Manuel alterou a sua funcionalidade e a organização, surgindo uma nova conceção urbana que se estruturou a partir da rua direita e num eixo de desenvolvimento em direcção às margens da ribeira. Esta nova organização da malha urbana medieval centralizava-se num ponto nuclear, a praça, centro do poder cívico, hoje Praça do Comércio. Este foi o novo traçado urbano que desenvolveu e alargou os limites da cidade e que passou a definir-se através de quarteirões de base retangular, nos primeiros anos do século XVI, envolvendo os quarteirões de Cata-Que-Farás, Vila Nova de Oliveira e Vila Nova de Andrade, evoluindo esta última, no período moderno e evoluindo esta última para em novas funcionalidades, para o Bairro Alto, zona alta da cidade (habitacional) e a baixa (comercial e administrativa)²⁵³.

O Paço Real – ou Alcáçova ou Torre de Menagem – foi, até ao reinado de D. Sebastião, residência dos reis, permanente ou temporária. Provavelmente o edifício remonta à época muçulmana, mas foi reformado e acrescentado em várias épocas, principalmente na época de D. Dinis, caindo totalmente devido ao terramoto de 1755²⁵⁴.

²⁵²CARITA, H (1998):18.

²⁵³ Idem, ibidem:125.

²⁵⁴Vide anexo 20. (planta do castelo de 1755.).

Existe uma descrição do Paço Real no tempo de D. Sebastião, feita pelo cardeal Venturino²⁵⁵ mas descrita pelo Dr. Vilhena Barbosa que se passa a citar: *à direita (de quem entra na praça -nova pela porta do Moniz) está a barbacã moirisca (é o muro que dissemos seria o da contra- escarpa do fosso, e que provavelmente, n'esse sitio, nunca se elevou mais alto do que hoje se encontra), e por detraz elevam-se os altos muros torreados da cidadella ou alcáçova(são os do castelejo); onde terminava a alcáçova, da porta do sul, levantaram-se os paços reaes, que d'ella tomaram o nome, e dos quaes resta uma parede com janelas²⁵⁶*. Vieira da Silva supõe que a monstruosa espessura da muralha não é completamente maciça e que deve conter no seu interior uma escada de acesso ao adarve e servir de depósito de material de guerra e víveres. A muralha²⁵⁷ é composta pelo, *adarve* ou *caminho de ronda*, cuja largura varia entre 1,1m e 1,5 m. Este caminho de serventia e de comunicação entre as duas torres só não existe na quadrela (Sul), desde a torre da entrada principal até à torre do observatório. O adarve é composto por muretes em alvenaria²⁵⁸. Para se entrar no adarve existem duas escadas, uma ao pé da torre que ficava perto do vértice noroeste e a outra no lado exterior da torre junto à porta principal, subindo os dois lanços de escadas encontramos um terraço, e logo um túnel ou corredor através da dita torre²⁵⁹. A. V. Silva refere – se à muralha moura dizendo: *“Desde a torre do ângulo SO do castelejo até à praça de armas não se conhece a muralha moura, mas podemos fixar parte do seu traçado, pela existência de um muro do presidio(...)subentende-se que ali se conservava a muralha primitiva e sobre esta se levantou a parede da fachada ocidental da casa de reclusão. (...) “E’ junto d’aquelle cubello, único que hoje resta nas muralhas da praça, que vinha provavelmente inserir-se o lanço da cerca dos mouros, que se dirigia á ribeira.”*²⁶⁰ O castelo²⁶¹ é constituído também por dez primitivas torres, todas maciças até à altura do adarve, exceto a «Torre da Cisterna». A torre 1 que fica na porta principal é a maior de todas, com cerca de 13 m de comprimento. Tem à frente um muro, que tem um terraço e que contorna duas faces do cubelo, tem ligações no túnel na direção SN e a céu descoberto na direção OE (oeste). A torre 2, que foi construída no século XVIII, serviu de observatório geodésico de Lisboa, à altitude de 111,2229m; encontrava-se, em 1898 inserida num edifício denominado de antiga auditoria militar. A torre 3 não

²⁵⁵ Secretário do Cardeal de Roma que visitou a capital. É no Paço Real da alcáçova que se recebe o Cardeal Legado do Papa Pio V numa receção primorosamente documentada por João Baptista Venturino, secretário do Cardeal numa epístola onde este descreve detalhadamente o velho Paço Real.

²⁵⁶ SILVA, A (1898):27, 28.

²⁵⁷ Anexo 21.

²⁵⁸ Este muro tem 0,5m de espessura e 1,0m de alt. sobre o pavimento).

²⁵⁹ SILVA, A (1898):14.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Anexo 22.

existe na planta de Tinoco. A Torre 4 é a torre da Cisterna 4 – do vértice NE (nordeste) do Castelejo, contém no seu interior uma cisterna, com armação em ferro para roldana. Dentro dessa torre existe uma *seteira* tapada, e uma porta ogival perfeita, com a cantaria do vão em aresta quebrada. Na outra que fica orientada para norte existem duas *seteiras*, também tapadas, e recentemente ²⁶² foi aberta uma janela. A esta torre, em linha continua às muralhas, foi acrescentado um compartimento residência de veteranos (noutro tempo calabouço), fazendo – se o acesso através de um corredor para o pátio dos quartéis velhos. Entre esta torre e a seguinte existe na muralha uma janela pequena e uma janela de muito maiores dimensões, munidas de grades. A Torre 5 tem a curiosidade de ter tido duas portas iguais e nos muretes há vestígios nas quatro faces da existência de uma antiga janela. Entre as torres 5 e 6 fica a porta da traição, com 1,2 m de largura e a abóbada de pequena comunicação, que tem hoje dois metros de comprimento. Na Torre 6 há vestígios de duas portas e acham-se abertas umas troneiras ou *seteiras* nas faces exteriores, para o lado do Rossio e das Olarias. Nas Torres 7, 8, 9 não se encontraram vestígios de *seteiras*, portas ou outros elementos de extrema importância. Na torre 7, na parede que deita para o recinto ocidental está tapada uma janela, que dava luz à escada e também existe no murete interior do adarve, junto à torre, um rasgamento de 4,5 metros, onde se calcula que deveria ser um patamar. A Torre 8 não mereceu nenhuma atenção. Na Torre 9 só se vislumbram duas faces exteriores, ficando a terceira adjacente ao quartel dos caçadores. A Torre 10 estava parcialmente destruída pelo terramoto, era de grandes dimensões (7,6/10m), em planta, mas hoje encontra-se afogada pelo edifício do quartel de caçadores. Parece que é a esta torre que se alude no auto de aclamação de D. João II: “*N’ aquella solemnidade arvoraram os vereadores na mencionada torre a bandeira da cidade que comsigo traziam, tendo primeiro Gonçalo Anes, tenente alcaide - mór do castello, levantado a bandeira com as quinas e coroa de rrey na torre de menagem do dito castello.*”²⁶³ (...) *Os documentos antigos faziam referencia às seguintes:”Torre de Ulysses, (...)em homenagem ao heroe grego que a tradição dizia ter sido o fundador de Lisboa; cahiu pelo terramoto de 1755(...)Torre Albarrã ou do haver, que era o depósito ou cofre dos productos dos impostos e das rendas. Três chaves tinham esta torre, sendo seus depositários o guardião de S. Francisco, o prior de S. Domingos e um beneficiado da Sé. Fernão Lopes diz que esta torre era mui forte, e nom foi porem acabada; estava em cima da porta do castelo (...)*²⁶⁴ *Outro facto nobilita esta torre, que é o de ter sido ahi que teve origem o archivo ou*

²⁶² Idem, ibidem:14 e ss.

²⁶³ SILVA, A (1898):19.

²⁶⁴ Idem, ibidem:20.

tombo do reino, d'onde proveio para ella e para este a designação de torre do tombo. Desde que D. Fernando I determinou que fossem coleccionados os documentos nacionaes e reaes de todo o reino, serviu esta torre de archivo para os mesmos (mudando-se-lhes a antiga denominação) até que em 1755 o terramoto a arruinou, sendo transferido por diligencia do brigadeiro Manoel da Maia, em 1757, os pergaminhos, papeis e livros para o edificio de S.Bento, no qual hoje se conservam. N'esta torre é que parece ter sido fundada por D. João III, em 1540, uma biblioteca, pondo-se lá em 1687, uma lápide por cima da porta, ignorando-se hoje onde era esta e onde para aquella²⁶⁵”. Quanto ao fosso, segundo Augusto Vieira da Silva, somos levados a concluir que o fosso do castelo poderia ser de origem romana, uma vez que em 1383 este ainda existia, quando o castelo se rendeu ao partido do mestre de Avis então defensor do reino,”Diz o Sr. J. Castilho, baseando-se na phrase de Fernão Lopes: cava que entonce o castello tinha, que passados poucos annos depois da acclamação de D. João I, tal cava há não existia, entuthada talvez por ocasião de se inutilisarem, por exigência do povo, algumas das fortificações com que o castello permanentemente ameaçava a segurança da cidade (...)”²⁶⁶. Nesta face S, ficaria uma ponte, barbacã e o fosso. Entre o muro da barbacã, as muralhas e as torres principais podemos admitir que fosse a cava, onde é hoje o pátio, contudo julga-se que houvesse fosso em ambos estes sítios. O castelo tem uma porta principal ogival²⁶⁷: “Tinha o castelo duas portas abertas nas suas muralhas desde a fundação... porta do castelo(...) fica situada a meio da face S, junto e a E da torre principal; tem 2,2m de largura, abóbada em aza de cesto²⁶⁸ e a espessura da muralha em que a porta está aberta é de 3 m (a planta de Tinoco não contém esta porta) (...) “Das palavras do citado auto de aclamação de D. João II (refere-se ao ano de 1481), conclue-se que, além do fosso, tinha a entrada principal do castello duas portas, communicando-se pela ponte levadiça (...) entrou pella ponte dentro as primeiras portas do castello; e a porta principall estaua fechada (...)Podiam as primeiras portas existir no muro da barbacã, e ser a porta principal a que ainda hoje se abre na muralha, e chamassem porta principal à ogival, que existe no muro divisório do pateo”²⁶⁹. Segundo o mesmo autor existe também a porta da traição: “A outra porta, que denominavam de traição²⁷⁰, fica situada na face N do castello, no recinto ocidental, na planta de Tinoco está indicada esta porta, tendo em frente um travez, formando-lhe uma comunicação talvez coberta, e munida de um outro postigo na

²⁶⁵Idem, ibidem:21.

²⁶⁶Idem, ibidem: 22.

²⁶⁷Idem, ibidem:23.

²⁶⁸Vide em anexo 23.

²⁶⁹Idem, ibidem:25.

²⁷⁰Vide em anexo 24.

*extremidade*²⁷¹. Hoje em dia não tem serventia, mas no século XVI sabe-se que “Affonso Eannes Nogueira, enviado da rainha D. Leonor Telles, com mais dez ou doze escudeiros, subiram pelo caminho da encosta, e entraram no castello pela porta da Traição. Esta serventia durou até 1763 pelo menos, segundo João de Barros de Castro²⁷². (...) do auto de aclamação de D. João II. E’ o que claramente se depreheende das seguintes palavras (...) E entraram pela porta da alcaçova (hoje porta de S. jorge), e dassy se foram as portas dos paços delrey, e entraram dentro no curral... E daly se foram as portas do castello...²⁷³.

A partir da análise da imagem e das diferentes perspetivas das estampas de Lisboa de Jorge Braunio²⁷⁴, Augusto Vieira da Silva comenta as mesmas deste modo: “Se examináramos qualquer das estampas que representam a perspectiva de Lisboa no século XVI notaremos, no que ellas designam palacio real, duas torres elevadas terminando em pyramides quadrangulares, e entre ellas uma fachada de edificio, que mostra mesmo três janelas em uma das vistas de J. Braunio. As torres n’ esta estampa teem dóis andares, e visivelmente são duas que acima ficam indicadas. Ao lado da torre da direita vê-se a porta principal, comquanto a perspectiva esteja completamente deformada. Entre as duas referidas torres, e para rectaguarda das muralhas ficava pois o vetusto paço da Alcáçova, notando-se ainda hoje, na extremidade sul do recinto occidental, bastantes restos e vestigios de muros, arcos, portas e janellas, signaes de que houve por ali vastas construcções. Julgam alguns que os edificios dos auctaes aquartelamentos dos dois recintos foram outr’ora aposentos, salas e outras dependências do palácio”²⁷⁵.

A antiga zona palatina serviu de aposentos dos senhores que comandavam militarmente o castelo e que zelavam pela sua segurança. Estabilizada a vida na cidade medieval, existiram vários edifícios que foram reparados e adaptados. A praça - nova foi palácio dos bispos e sofreu reparações no reinado de D. Afonso III (podemos observar o seu brasão colocado na porta do Espírito Santo), também na época de Dinis e de D. Fernando o Paço²⁷⁶ foi melhorado aquando da construção da cerca nova como descreve Fernão Lopes “(...) a cerca velha, que he des a porta do ferro ataa porta dalfama. E des o chafriz, del-

²⁷¹Idem, ibidem:25.

²⁷²Idem, ibidem:25.(citado por Julio Castilho - Lisboa antiga, 2ª parte. Tom. I:185).Consulte-se A Revista Panorama, vol II, 1838:18.)

²⁷³Sr, Freire de Oliveira.- Elementos, etc, tomo I:343, citado em Viera da Silva (1898).

²⁷⁴Vide anexo 16, a legenda da cerca moura.

²⁷⁵SILVA, A (1898):28-29.

²⁷⁶O Rei ordenou que se rezasse as horas canónicas na capela de S. Miguel, onde podemos testemunhar ainda hoje uma abside.

*Rei ataa Porta de Martim Moniz*²⁷⁷ e Frei Nicolau descreve com mais pormenor ainda “[...] a cerca velha, que ainda hoje está em pee, e toma do Castello té a porta do ferro, ed’alli dece té jûto à misericórdia, e correndo pêra o Oriente chega ao Chafariz d’el Rey, donde torna a subir té a porta d’ Alfama, que está defronte da Igreja de São Pedro, donde se continua té a porta do Sol, e d’alli té o Castlelo, ficando tudo mais, que he dálli té São Vicente, e da porta do ferro té a porta de Sancta Catharina em arrabalde, e tudo aquillo que toma do pee do Castello té as portas da Mouraria, e de Sancto Antão”. D Fernando instalou o arquivo nacional, que desde então se chama Torre do Tombo²⁷⁸. D. João I mandou aterrar o fosso do castelo que em 1898, como demonstra a planta, era um terraplano, a planta demonstra a existência de inúmeras habitações, que se ligavam por uma rua travessa e duas paralelas, uma em direção à porta do Moniz e outra por detrás do espaldão da carreira de tiro²⁷⁹.

Os antigos paços dos bispos de Lisboa, que se julga que foram doados por D. Afonso Henriques ao primeiro bispo D. Gilberto, ficariam nesta praça: “*Estas casas eram (palavras de Coelho da Gasco) cercadas de um alto muro com suas ameias, como os moiros edificam tem um pateo e recebimento mui grande em que assistem hoje alguns soldados castelhanos por guarda. Em 1383 habitava n’estes paços D.João, mestre d’aviz, então defensor do reino; entre 1424 e 52 morou n’elles o arcebispo D.Pedro de Noronha; no primeiro quartel do século XVII serviu os paços de quartéis d’algumas tropas castelhanas*²⁸⁰”. Dentro desta praça fica a Igreja de Santa Cruz do Castelo²⁸¹, que comunica com a parte civil da freguesia. O recinto militar do castelo tem comunicação com a parte civil da freguesia de Santa Cruz por duas portas principais: a do Norte (antigamente denominada de Portão do Espírito Santo) e a porta do Sul (em frente da entrada do castelejo, no alto da rua do Espírito Santo, porta das cozinhas, reparada no tempo do Rei D. Afonso III, como indicam as armas do reino que se vêem do lado esquerdo do vão). A porta do Sul é ogival, tendo a cantaria do vão as arestas quebradas, e no alto da ogiva está a esfera armilar de D. Manuel I, o vão da porta é munido de portões de ferro, ladeado de seteiras abertas no muro. É possível que seja esta a porta do curral dos paços «del rey», referida no auto de aclamação de D. João II. O Paço Real da Alcáçova, durante o século XIX, ficou com a sua funcionalidade alterada para construções de

²⁷⁷ LOPES, F (2004):51.

²⁷⁸ SOROMENHO, P (1981/82):25.

²⁷⁹ Este conjunto foi arrasado entre 1775 e 1807.

²⁸⁰ SILVA, A (1898):30,31.

²⁸¹ Idem, ibidem:31.

aquartelamento de tropas. Dos quartéis do recinto ocidental, apenas se conservam de pé as paredes-mestras e um edifício com dois andares, que serve hoje de oficina e de residência do espingardeiro; as ruínas são conhecidas pela denominação de quartéis do castelo dos mouros. Do lado oriental, os alojamentos, vulgarmente chamados de quartéis velhos, ainda que bastante arruinados, contêm residências de oficiais de sargentos, são quartel da 7ª companhia de reformados, e têm servido de casernas a algumas forças que temporariamente têm vindo a residir em Lisboa²⁸². Segundo A.V Silva, “*Entre a Praça de D’Armas e o castelejo, levanta-se um edifício de três pavimentos que serve de quartel ao regimento de caçadores nº5, e de casa de reclusão um terraplano que se chama de bateria dos morteiros*”²⁸³. Deduz-se que, no sítio onde atualmente está o quartel, ficava um palácio, talvez dependência do Paço da Alcáçova.²⁸⁴ Em 1779, construiu-se numa das torres do castelo o primeiro observatório astronómico visto em Lisboa.²⁸⁵ Em 1813, a porta de S. Jorge, também denominada de Alcáçova, foi reconstruída por D. Maria II (contem um arco redondo). A 16 de Junho de 1910, D. Manuel II (último rei de Portugal), manda publicar o decreto de classificação do património nacional com estatuto de *monumento nacional*. Em 1909, sugeriu-se à Câmara Municipal um Museu Histórico da Cidade, o qual deveria ter a sua sede nos paços do concelho: “*O nosso Museu, o museu da Cidade, não deverá, segundo entendo, ser apenas histórico, respeitar apenas o passado, nem limitar-se a perpetuar os acontecimentos citadinos ou nacionais ligados à vida de Lisboa, deixando no esquecimento aspectos de não menor interesse relativos à vida do homem em sua actividade e costumes, indústrias populares ou domésticas, etc*”²⁸⁶.

Logo em 1910, o Castelo foi considerado monumento nacional, destacando-se, assim, a sua importância para a história de Lisboa, mais tarde foi também sede do Museu da Cidade. Em 1932, começaram então a obra de restauro. Mais tarde, abordam-se os Castelos de Montalegre (1934) e de Póvoa do Lanhoso (1937). O Castelo de S. Jorge foi intervencionado por motivo da Exposição do Mundo Português, entre 1938 e 1940. A operação é concretizada para as Comemorações Centenárias, que elegem o castelo como um dos cenários mais importantes das celebrações²⁸⁷. De acordo com a nota oficiosa de

²⁸² Idem, ibidem:10-11.

²⁸³ Idem, ibidem:32.

²⁸⁴ Para aprofundar esta informação através da iconografia, ver os desenhos de José Valentim de Freitas na Biblioteca Pública de Lisboa. Aquelle a que nos referimos é a reconstituição da planta de Lisboa como se achava antes do terramoto de 1755.

²⁸⁵ CASTILHO, J (1885):135.

²⁸⁶ DIAS, J (1943):16.

²⁸⁷ Vide Anexo 5.

Salazar, publicada em 1938 e com o testemunho de Vieira da Silva,²⁸⁸ “*foi deliberado proceder a obras de restauro do castelo que o reconstituiu com a estrutura e aspecto que devia ter em conta uma época indefinida*”. Em 1938, da construção original da fortaleza medieval de S. Jorge, restavam alguns lanços de muralha desguarnecidos de ameias e algumas torres bastante danificadas.

Em 1959, Norberto de Araújo publica a obra *O Castelo de S. Jorge*, na qual realiza uma discriminação do monumento nacional, apresentando uma planta legendada da sua reintegração entre 1938 e 1941, que nos dá uma imagem mais real do castelo da década de 60 e das obras de restauração. Através dessa planta temos uma melhor perceção da área do castelo, depois daquelas obras, assim como da sua ligação com o espaço envolvente. Comparativamente com a planta levantada por António Augusto Nogueira, em 1893, após o terramoto, os quartéis, a estação meteorológica e a torre do Tombo desapareceram, a praça de armas e a praça nova deram lugar a uma esplanada, valorizaram-se os elementos arqueológicos, quer da fortificação quer do Paço da Alcáçova. As obras de restauração²⁸⁹ que se reiniciaram em 1938/4, puseram a descoberto elementos do primitivo Paço da Alcáçova e outras construções, também se demoliram os quartéis, zona denominada de Praça de Armas, que continham alguns elementos primitivos que depois foram restaurados. Norberto de Araújo, na sua publicação sobre o castelo cita os vários espaços que foram alvo de restauro. Assim, depois da publicação da portaria de 29 de Agosto começaram as obras no monumento²⁹⁰ que abrangeram o «Castelejo»,²⁹¹ “*No castelejo ou fortaleza, no vértice Noroeste, há a anotar: Barbacã, em face das muralhas Sul e Nascente; Muralhas em quadrelas de envolvência, e seus adarves contornantes; onze torres de guarnição defensiva, incluindo a central; Torre, avançada, chamada de S. Lourenço; Cinco portas, das quais três a Sul constituem três sucessivas entradas na Fortaleza, uma interior, de ligação dos dois pátios (...) e uma, a Norte, com descida para o “Passeio”. No Passeio zona de servidão, assinalam-se: três restos, em arco, e construção demolida; Uma passagem escavada na quadrela que liga Castelo à torre de S. Lourenço e o exterior das portas da Traição e de Martim Moniz*”.²⁹² Destaca-se também o passeio, na Cidadela ou Alcáçova, a muralha, seis torres, três cubelos, sete portas, restos dos vestígios da Capela de S. Miguel Museu de espécie arqueológicas e de elementos arquitetónicos. Os vestígios que

²⁸⁸SILVA, A (1954):60.

²⁸⁹Vide anexo 25

²⁹⁰Vide anexo 26.

²⁹¹ARAÚJO, N (1959):5.

²⁹²Idem, ibidem:8.

se encontraram no Paço da Alcáçova²⁹³ foram: Casa Ogival, a porta de perfil ogival, arcaria interior com cinco arcos de forma ogival, uma pequena porta, a porta do presídio, um pequeno museu e pedaços de lavra arquitetónica, uma imagem mutilada em pedra colorida, lápidas romanas, capitéis soltos, peças de cerâmica vidrada e a inscrição do ensaio da passarola, uma janela manuelina e também uma lápide que resumia a façanha lendária de Martim Moniz, uma casa abobadada, restos da casa do alcaide, várias colunas, o chão da capela de S. Miguel, duas cisternas²⁹⁴. No passeio, além das cortinas de muro existe a porta de Martim Moniz e uma lápide²⁹⁵.

No âmbito da modernização da cidade é entregue à empresa municipal EBHAL (equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa) melhorar, dinamizar e valorizar o património e a qualidade de vidas das populações. Esta prestação de serviços encontra-se na forma como a EBHAL recuperou o recinto do castelo de S. Jorge, onde foi instalado um importante núcleo de divulgação cultural para a cidade de Lisboa, o CICL (Centro Interpretação da cidade de Lisboa) ou Olisipónia, e o edifício do recinto da praia, onde é possível conhecer a história do fado e da guitarra Portuguesa, para além de se poderem apreciar as instalações de uma antiga estação elevatória de águas que servia a freguesia de Alfama²⁹⁶.

O Castelo de S. Jorge sofreu em 1995 trabalhos arqueológicos, coordenados por Ana Gomes e Alexandra Gaspar²⁹⁷ (Instituto Português do Património Arquitectónico), que tiveram como resultado níveis islâmicos e cristãos pós-reconquista. São descobertos remanescentes de três períodos históricos: um conjunto de estruturas habitacionais que datam da Idade do Ferro, restos de paredes e pavimentos de duas casas do período de ocupação muçulmana e uma superfície pavimentada de um palácio do século XV. Na Praça Nova escavou-se também um bairro com casas de padrão islâmico mediterrânico (segunda metade do século XI e XII), com pátio aberto, paredes pintadas e pavimentos de argamassa. No sítio do Beco do Forno registaram-se silos e fossas também com material do século XI e posterior. Dentro do castelo, destacamos a escavação do Palácio dos Bispos

²⁹³ Vide em anexo 27.

²⁹⁴ Idem, ibidem:22.

²⁹⁵ Idem, ibidem:24. Com a seguinte inscrição:” *EL REY DÕ AFONSO HENRIQUES MANDOV AQUI COLOCAR ESTA STATVA E CABEÇA DE PEDRA EM MEMORIA DA GLORIOSA MORTE QVE DÕ MARTIR MVNIS PROGENITOR DA FAMILIA VASCONCELOS RECEBV NESTA PORTA QVANDO ATRAVESANDOSE NELA FRANQVEOV OS SEVS A ENTRADA COM QVE SE GANHOV AOS MOUROS ESTA CIDADE NO ANNO DE 1147*” Esta lápide foi colocado por D. João Roiz de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor, e décimo quarto neto de D. Afonso Henriques.

²⁹⁶ BRITO, C, DIAS, M, MATOS, R, GASPARGAS, A, GOMES, A (2001).

²⁹⁷ Vide em anexo 28.

e dos Condes de Santiago, com ocupação entre os séculos XIV e XVIII. Os objetos mais importantes encontrados foram removidos e expostos no Núcleo Museológico do Castelo. Propôs-se a musealização das ruínas em 2010, que foi distinguido com o Prémio Piranexi Prix de Roma, “*Carrilho concebeu um projecto que se torna pouco convencional para a seara arqueológica: uma espécie de cenografia explícita e com ares de efémera, que interpreta a espacialidade grandiosa daquelas casas construídas em torno de pátios*”²⁹⁸. O arquiteto Carrilho da Graça afirma: “*É naturalmente uma intervenção incomum. Ouvi em Espanha comentários de que por lá não se permitiriam projectos como este. Respondi que em Portugal também não, foi uma luta apoiada pelas arqueólogas*”²⁹⁹. O arquiteto afirmou que: “*Olhar para a pedra pode ter uma atracção romântica, mas, para mim, vistas ao sol, elas adquirem um desenho gráfico muito bonito*”³⁰⁰.

2.2- O castelo como expressão do imaginário: lendas e narrativas.

A instabilidade política vivida com a queda do Antigo Regime, onde se quebraram os valores absolutos dos Reis com a Revolução Liberal (1820) e, por outro lado, algum descontentamento perante os ideais liberais de igualdade, liberdade e fraternidade conduziram à busca de um passado nostálgico e idealizado, recorrendo-se às fontes históricas, à literatura medieval – as crónicas, as narrativas ou as *Cantigas de Amor, de Amigo e de Maldizer*, ou aos contos infantis. Os Românticos como Alexandre Herculano, Almeida Garrett ou os irmãos Grimm procuraram transmitir na sua literatura os ideais da Idade Média, procurando que florescessem na sociedade as raízes da Nação. Assim, os Castelos Portugueses encontram-se ligados a lendas e narrativas de carácter heroico e de valentia do povo, que o imaginário, sobretudo popular, foi transmitindo ao longo do tempo³⁰¹.

Com o Romantismo surgiu um novo ideal e a expressão de uma nova sociedade, perante o ruir do Antigo Regime, baseado em valores absolutos e inquebráveis, que ganhava agora a consciência da relatividade dos seus valores e das suas limitações históricas³⁰², surgirá uma liberdade relativamente às regras, recorre-se à imaginação, à fantasia como elo de ligação ao passado, como um meio que permite inventar coisas novas³⁰³. Ressurge o

²⁹⁸GRUNOW, E (2011).Apud, ArcArcoweb.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰Idem, ibidem. O arquiteto afirmou que: “*Olhar para a pedra pode ter uma atracção romântica, mas, para mim, vistas ao sol, elas adquirem um desenho gráfico muito bonito*”.

³⁰¹Apud, História e lenda “lenda” (1988):73.

³⁰²HAUSER, A (1989):227.

³⁰³MUNARI, B (1981):35.Vide quadro 8.

sentimento religioso, o despertar das paixões, as virtudes do exótico, do ocultismo e do patriotismo.³⁰⁴ Ramalho Ortigão descreve as mais belas paisagens portuguesas que procuraram demonstrar a riqueza patrimonial no nosso país. Procurou-se encontrar as raízes da cultura nacional, que os monumentos e documentos daquele período e a tradição popular mantinham vivos, e os monumentos e o nacionalismo inspiravam-se na formação medieval dos Estados e nas tradições populares³⁰⁵.

Paralelamente, Bruno Bettelheim considera que os contos infantis como a *Branca de Neve e os Sete Anões* são uma forma de arte completamente compreensível e contém aspetos que podem ser explorados, além do sentido e impacto psicológico da leitura destes livros, pelo facto de a criança encontrar na obra de arte diferentes interesses e necessidades. Assim, a nossa herança cultural encontra também a sua expressão nos contos e nas narrativas que comunicam com as crianças e adolescentes,³⁰⁶ de onde extraem conteúdos e conhecimentos interessantes, que poderão contribuir para uma melhor estruturação da vida³⁰⁷. Para além dos contos e outras narrativas, enquanto tópico para a construção de uma linguagem que expresse e valorize a imagem do castelo, é importante salientar a relevância do uso da narrativa da aula de História como um recurso didático para a construção do saber em História, já que as narrativas se afirmam como um modo literário importante para o devir e para a realidade da condição histórica do Homem, independentemente dos cenários ideológicos.

Mattozi faz notar que “*o caminho que os alunos devem percorrer é o que conduz do leitor de textos históricos incompetente ao leitor versado; do reconstrutor espontâneo do passado ao reconstrutor metódico; do observador inconsciente dos signos da história ao observador consciente; do receptor acrítico das representações do passado ao receptor crítico.(...) Mas é precisamente fundamentando e desenvolvendo as competências cognitivas que o ensino da história assenta também as bases da educação social e cívica*”³⁰⁸. Então a narrativa histórica é também importante pelo facto de, neste contexto, poder discursar sobre as diferentes culturas e patrimónios com a vantagem de se poder alargar o conhecimento histórico-cultural patrimonial.

³⁰⁴ RIBEIRO, M (1994):16.

³⁰⁵“lenda”, in castelos da Raia da Beira, distrito da Guarda(1988):72.

³⁰⁶ BETTELHEIM, B (2003) 20e ss.

³⁰⁷ Idem, ibidem:34.

³⁰⁸Apud, PARENTE, R (2004):39.

Sobre o Castelo de S. Jorge existem algumas publicações não científicas, como, por exemplo, a obra *A Gloriosa História dos mais Belos Castelos de Portugal*³⁰⁹, que valoriza memória histórica do monumento, e da qual se transcreve “ *a colina onde tem assento o vetusto castelo lisbonense que desde os fins da Idade Média portuguesa se chama Castelo sem dúvida habitado desde remotos tempos pré-históricos; a simples presunção, baseada na consideração das excelentes condições topográficas induz a crê-lo, e razões de ordem arqueológica o confirmam. Igualmente crível é o facto de que um local assim erguido à beira dum magnífico estuário, porta de acesso ao ocidente peninsular, tivesse merecido a atenção dos povos navegadores da Antiguidade, e também para esta conclusão não faltam elementos de prova.*”

O Castelo tornou-se uma parte da mitologia medieval, ao introduzir a reminiscência das lendas, a evocação da coragem heróica e a nobreza de sentimentos na literatura. Esta ideia está expressa na obra de Alexandre Herculano *Lendas e Narrativas*, ou em *Arras por Foro de Espanha* (1371-1429), no capítulo I, com o título *Arraia-Miúda*, em que se destaca o seguinte: “ *O sino da ave-maria ou da oração tinha dado na torre da Sé a última badalada, e pelas frestas e portas dessa multidão de casas que apinhadas à roda do Castelo e como que enfeixadas e comprimidas pela apertada cintada muralhas primitivas de Lisboa(...).*³¹⁰” Ou então no conto *O Castelo de Faria* “ *com as suas torres e ameias, com a sua barbaca e fosso, com seus postigos e alçapões ferrados, campeou aí como dominador dos vales vizinhos (...)*”³¹¹.

Alexandre Herculano, em *O Bobo*, enfatiza o Castelo de Guimarães: “ *mas o castelo de Guimarães podia, do teso sobre que estava assentado, olhar com tranquilo desdém para os formidáveis e variados engenhos militares de cristãos e Sarracenos. A melhor fortaleza da Galiza, o Castro Honesto, que o mui poderoso e venerando senhor Diogo Gelmires, primeiro arcebispo de Compostela, reformara de novo, com todo o esmero de quem sabia ser aquele castro com a chave da extensa honra e senhorio compostelano, era, por trinta léguas em roda, o único, talvez, que ousaria disputar primazias com o de Guimarães.*³¹²”

³⁰⁹PERES, D (1969):189 e ss.

³¹⁰HERCULANO, A (1986):33.(...) parecia mal caberem nelas, viam-se fulgurar, aqui e acolá, as luzes interiores, enquanto as ruas, tortuosas e imundas, jaziam como baralhadas e confusas sob o manto das trevas.

³¹¹Idem, ibidem:21.

³¹²HERCULANO, A (1986): 107.

Como referido, o Castelo de S. Jorge foi palco do “nascimento” do Teatro português (porque era na Alcáçova que se localizava até ao séc. XVI o Paço Real, antes da sua mudança para a Ribeira do Tejo), e segundo consta, os episódios aventurosos abordados por Bernardim Ribeiro (1482-1552), em *Menina e Moça*, onde se evocam “ *os longos serões das espaçosas noites de inverno*”, onde “ *uma mulher de casa, já velha, que vira muito e ouvira muitas cousas (...) contava histórias de cavaleiros andantes. E verdadeiramente, as affrontas e grandes aventuras que ella contava que se pulha, polas donzellas, me fazia haver dó d’elles*”³¹³, tais episódios de ideais cavalheirescos seriam uma referência ao Castelo de S. Jorge.

No Teatro Nacional D. Maria II em 1898 destaca-se o momento da teatralização do *Monólogo do Vaqueiro*”, de Gil Vicente, ainda no Paço Real da Alcáçova, aquando do nascimento do príncipe e futuro rei D. João III³¹⁴. Esta passagem é importante porque menciona o protagonismo dessa importante peça vicentina no contexto do Castelo, quanto a um momento emergente da própria cultura portuguesa, como se cita no *Monólogo do Vaqueiro*, de Gil Vicente, vertido do castelhano, representado no Teatro de D. Maria II:

“Prólogo

*Senhoras e Senhores: em a noite de 8 de Junho de 1502, nesta cidade de Lisbôa, e na própria Câmara da Rainha, nasceu o teatro nacional. (...)*³¹⁵

“ *Será rei Dom João Terceiro, o herdeiro*

Da fama que nos deixaram,

Nos tempos em que reinaram,

O Segundo e o Primeiro

E ind’outros que passaram.

Mas ficaram-me lá fora

Uns trinta ou mais companheiros,

Pastores, zagaes, porqueiros,

E vou chamá-los agora;

Eles trazem p’ra o nascido

Esclarecido,

Ovos, leite fresquinhos,

E um cento de bolinhos; mais trouxeram

Queijos, mel o que puderam....

³¹³Sobre esta obra consulte-se Maria Laura Bettencourt Pires. (1983), 30

³¹⁴JÚDICE, N (2010):77, apud, Histórias e Lendas.

³¹⁵VIEIRA, A. L (1898):9.

*E ora os quero ir chamar,
Mas, por via dos puxões,
Agarrem os figurões
P'ra gente poder entrar*³¹⁶.

Uma outra obra teatral épica interessante pertence a Virgílio Martinho escritor e dramaturgo português que realizou uma adaptação da *Crónica de João I*, de Fernão Lopes, da qual se destaca o seguinte extrato:

“1383:

O Cerco de Lisboa: (muralhas. Mulheres e homens carregam sacos e pedras e dispõem-nos no parapeito.

Cantam enquanto trabalham).

Esta é a Lisboa prezada,

Mirai-a e deixai-a.

Se quiserdes carneiro

Terás o que demos ao andeiro.

Se quiserdes cabrito

Terás o que demos ao bispo.

*(tanoeiro e Soldado, armados, na muralha. O Soldado tem a cabeça ligada)*³¹⁷”.

Uma outra obra onde um dos espaços cénicos de referência da narrativa é também o castelo de S. Jorge, é a peça que Nicolau Valckenstein³¹⁸ escreveu sobre o *Casamento de Frederico III, com D. Leonor de Portugal*, da qual se cita: “no dia de S. Colombano, que é no dia 13 de Outubro, Dona Leonor, a desposada, por casamento por todos tratada por senhora imperatriz, foi solenemente conduzida, pelo senhor rei de Portugal D. Afonso e seu irmão, D. Fernando, e pelo Infante D. Henrique, seu tio, com duas infantas suas irmãs, do Paço, que ficava na cidade, ao castelo real situado intramuros, num alto monte. Aí tomou jantar (....). O Calendário das festas refere no dia 13 – Castelo de S. Jorge: jantar, danças e jogos variados. Cortejo com engenho. Torneios. Dia 14-Cortejo do castelo ao Rossio, representação e espectáculos. Junto à Sé, bênção do arcebispo, discursos por notáveis doutores e representações”.

³¹⁶Idem, ibidem:22 e 23. Esta obra, também consta no livro das comemorações dos seus 100 anos como monumento nacional a obra “Histórias do Castelo”.

³¹⁷MARTINHO, V (1977): 107.

³¹⁸VALCKENTEIN, N. L. (1992):33.”*Leonor de Portugal Imperatriz da Alemanha*”, diário de Viagem do embaixador Nicolau Lanckman Valckentein, Editado por Aires A. Nascimento.

Fazendo parte da narrativa histórica encontram-se textos escritos por alunos, como estratégia de motivação, como por exemplo em 1965 no jornal *O Fagulha*³¹⁹, em que se publica uma peça para teatro infantil, que tem interesse para os alunos da formação artística na área do teatro e da representação como atividade do próprio programa, para alunos que andam no ensino secundário ou para o 3º Ciclo, com o título *Bandeiras de Portugal*, onde se faz referência a um episódio histórico e também ao Castelo de S. Jorge:

*“Morreu um dia o Rei,
Deixando o trono vazio.
De Castela fronteira
Vem um clamor de cobiça...
Já se aprestam para a liça
Cavaleiros castelhanos...
Já Lisboa está cercada”*

No vasto legado cultural das obras de Fernando Pessoa³²⁰, também encontramos, em *Mensagem*, referência aos castelos:

*“O Dos Castelos:
A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.
O cotovelo esquerdo é recusado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.
Fita, com olhar esfíngico e fatal,
O rosto com que fita é Portugal”³²¹.*

Em 1985, Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada editam *Uma viagem ao Tempo dos Castelos*, da qual destaco, no capítulo X, D. Lourenço *O Espadeiro*:

“Alguém espalhava que D. Lourenço já lá vinha acompanhado por dois mensageiros, trazendo notícias da Batalha de S. Mamede. Homens, mulheres e crianças ocorreram ao largo e aguardavam a chegada dos cavaleiros na maior ansiedade. Aquela batalha entre D. Afonso Henriques e sua mãe, Dona Teresa, era decisiva. Dela dependeria o futuro do

³¹⁹LEMOS, M (1965): 8.

³²⁰PESSOA, F (1928):17.

³²¹Idem.

condado Portucalense, porque Dona Teresa, depois de viúva, tinha-se apaixonado perdidamente por um fidalgo do reino de Leão. Influenciada por ele, deixara de lutar para tornar o Condado independente, e, quando havia decisões importantes a tomar, seguia sempre os conselhos do amante, esse Fernando Peres Trava, que todos odiavam. Por ele, tinha até cometido actos indignos, como retirar terras e castelos a nobres portucalenses para lhos dar.”³²². Realça-se ainda das mesmas autoras:

“-O castelo, Ana! Lá está o castelo! Com um frémito, o João deteve-se e segurou a irmã pelo braço. Uma neblina opaca envolvia a serra, de modo que o castelo parecia suspenso no ar, esbatendo-se os contornos das ameias e da torre em ruínas.”³²³

Em 1989, surge a publicação de um romance de José Saramago, a *História do Cerco de Lisboa*, de que se destaca a seguinte passagem:

“No alto do castelo o crescente muçulmano desceu pela derradeira vez e, definitivamente, para sempre, ao lado da cruz que anunciava ao mundo o baptismo santo da nova cidade cristã, elevou-se lento no azul do espaço, beijado da luz, sacudido das brisas, a despregar-se ovante no orgulho da vitória, o pendão de D. Afonso Henriques, as quinas de Portugal (...)”³²⁴. “Há meses que D. Raimundo Silva não entra no Castelo, mas agora vai lá, acabou de o decidir, embora pense que, finalmente, para isso é que saiu de casa (...) D. Raimundo Silva quer ver a cidade, ainda não sabe para quê (...)”³²⁵. Raimundo aproxima-se do muro, olha para baixo e ao longe, os telhados, as regiões superiores das fachadas e das empenas, à esquerda o rio sujo de barro, o arco triunfal da Rua Augusta, a confusão das ruas quadriculas, um ou outro canto duma praça, as ruínas do Carmo, as outras que ficam do incêndio. Não fica ali muito tempo, e não é por incomodá-lo demasiado o vento, obscuramente sabe que este seu insólito passeio tem um fito, não veio para aqui contemplar as torres das amoreiras (.....) E lá está o monte da Graça, enfrentando-se com a torre mais alta, e o rebaixo para o Campo de Santa Clara, onde assentou arraias D. Afonso Henriques com os seus soldados, que nossos foram primeiros pais da nacionalidade, pois que os antepassados deles, por terem nascido cedo de mais, portugueses não tinham podido ser”³²⁶.

Esta é uma das várias passagens que na obra de José Saramago descrevem a conquista de Lisboa, as rivalidades entre cristãos e muçulmanos, descreve-se o sítio do castelo, valorizando o património numa perspetiva didática e pedagógica, e também o património militar.

³²²MAGALHÃES, M. ALÇADA, I (1985):73.

³²³Idem (1985):23.

³²⁴SARAMAGO, J (1989):41.

³²⁵Idem, ibidem:134

³²⁶Idem, ibidem:135.

Realizou-se, também no castelo, durante as comemorações dos cem anos de monumento nacional (2010), a teatralização da entrega do Castelo ao Mestre de Avis, em 1383³²⁷, peça da autoria de Nuno Júdice da qual se transcreve a seguinte passagem:

*“ Lisboa que arde fria na manhã do Castelo
Sonhando sombras de armadas sem hora de partir
Deitando névoas por um rio que já corre,
Tirando gaivotas das névoas que não correm”*³²⁸.

A musicalização da peça começa com o recital de piano” *O Castelo e a cidade. Notas soltas = tempo e espaço, glissandos, trémulos, viagens da memória e da imaginação. Minuto 36= junta-se um baixo contínuo, desenvolve em volta de uma só nota, cresce em volume até chegar a um novo pedal contínuo, agudo, suspenso e em decrescendo na reverberação do Castelo.*”³²⁹

Esta peça musical com Bernardo Sasseti ao piano e orquestrada, para além de acentuar o tempo e o espaço mais remoto do castelo, acrescentou um novo valor e uma nova dimensão artística no sentido em que som, imagem e desenho, se juntaram na musicalização para representarem o Castelo.

Num romance épico publicado mais recentemente, de David Soares, este faz referência às origens pré-históricas da capital portuguesa até à implantação da República, da qual se faz notar:

*“Lisboa Triunfante”*³³⁰

*“As corujas piaram a noite toda; houve quem murmurasse que a própria terra ardia de febre.
Montados em burros, o frade dominicano Gil de Valadares e o seu escudeiro Guterres deixavam para trás a área arborizada em direcção à muralha de Lisboa; as guaritas das torres que se alteavam sobre as portas da cidade lançavam uma luz lilás na atmosfera-azeite, a lua transluzindo através da amnésia do cosmos.”*

Todos estes extratos que aparecem aqui referenciados valorizam os Castelos, nas mais diversas formas literárias. Evidenciam a importância do Castelo ao longo do tempo, como o “objeto” principal na trama de contos, lendas e narrativas e na história. Constitui por isso um recurso didático e pedagógico que promove conhecimento e mobiliza saberes. Estes

³²⁷Texto da peça é de Nuno Júdice.

³²⁸JÚDICE, N (2010):65.

³²⁹SASSETTI, B (2010):33.

³³⁰SOARES, D (2008):297.

extratos mostram também a riqueza da literatura portuguesa em relação aos castelos, à sua cultura e história. Julgamos ser também pertinente a inserção no PNL dos livros de José Saramago e de David Soares. Estas obras são de compreensão para o nível do ensino secundário e promovem o conhecimento histórico.

2.3- Os castelos portugueses na referência escolar e educativa.

A referência aos castelos portugueses na organização do ensino-aprendizagem é um elemento fundamental para a compreensão histórica do passado. Por isso analisámos o Programa Curricular do 3º Ciclo e o programa curricular da disciplina de HCA, para entendermos as matérias previstas sobre a temática Castelológica nos programas e nos manuais escolares. Os conteúdos programáticos definidos pelo Ministério estão previstos nos manuais escolares; desse modo, cabe a cada professor gerir o programa para que os alunos adquiram o conhecimento através dos conteúdos programáticos, sem menosprezar conhecimentos essenciais para desenvolverem na disciplina de História e nas demais disciplinas do currículo.

Os manuais escolares são, no dizer de Françoise Gérard e Xavier Rogiers, “*um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia*³³¹”, assumem diversas funções cognitivas e têm influência também ao nível dos resultados escolares, pois são transmissores de conhecimentos e o seu uso está intimamente ligado ao desenvolvimento das competências e mobilização dos saberes³³².

Analisando, nos manuais, ao nível dos temas e do seu contributo para a valorização do património no ensino do 3º ciclo e no secundário, salientaremos, para o 7º ano de escolaridade, no tema *A Sociedade Europeia nos séculos IX a XII*, “o que se propõe como estratégia/ atividade: “*visita de trabalho a um castelo medieval, como meio de recriar, de forma aproximada, o ambiente da época em estudo*”³³³. Dos manuais escolares do 3º ciclo, do 7º ano de escolaridade, verificamos que os castelos estão referenciados em: *Descobrir a História* 7³³⁴, encontrando-se estes integrados no tema C, *A formação da cristandade ocidental e a expansão islâmica*, contendo como subtema C1 *A Europa do século VI ao*

³³¹GÉRARD, F. M, ROGIERS, X (1998): 47.

³³²Idem, CHOAY. F.

³³³Programa de HCA:28.

³³⁴NEVES, P, AMARAL,C, PINTO, L (2006).

século IX; não menciona nada sobre castelos C2- *O Mundo Muçulmano em Expansão*; o subtema C3 - *A Sociedade Europeia nos séculos IX e XII*'- faz referência a uma " casa senhorial"³³⁵; e, no tema C4 - *A Península Ibérica: dois mundos em Presença*, mostra-se um documento iconográfico³³⁶ onde se avista um castelo, muralhas e torres, simulando um ataque a cristãos na fase da reconquista cristã a uma cidade muçulmana, o único castelo que se referencia é o castelo de mouros em Sintra³³⁷. Analisamos, também, o manual *História Sete*³³⁸, no Tema *A Sociedade Europeia nos séculos IX e XII*³³⁹, que faz referência ao castelo senhorial de Loarre, no subtema, *Cristãos e Muçulmanos na Península Ibérica*³⁴⁰, faz referencia ao Castelo de Guimarães; e ao Castelo de Almourol; no sub-tema *Desenvolvimento económico, relações sociais e poder político*, o Castelo de Penedono (Viseu)³⁴¹, O Castelo de Sortelha (no Sabugal)³⁴², e também aparece uma gravura do aglomerado medieval de Mértola³⁴³.

Num outro manual escolar adotado no 3º ciclo, *Cadernos de História 7*³⁴⁴, no tema C - " *A Formação da Cristandade Ocidental e a Expressão Islâmica*", e no subtema, *A invasão Europa - um novo mapa político*-, referencia-se o Castelo de Óbidos³⁴⁵ e, de novo, Castelo de Mértola sobre a sua povoação³⁴⁶.

Para a disciplina de HCA, foi publicado o *Programa de História da Cultura e das Artes*³⁴⁷ e os manuais escolares para os 10º, 11º e 12º anos. Para apoio ao programa para os Cursos de Científico - Humanísticos de Artes Visuais e de Línguas e Literaturas do 10º, 11º e 12º Anos, e do Curso Artístico de Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, em 2004, também foi publicado um manual escolar para as diferentes ofertas: para o 10º e 11º ano, o manual escolar *História da Cultura e das Arte*, de Ana Lídia Pinto, Fernanda Meireles e Manuela Cernadas Combotas, para o 12º Ano, Curso Científico- Humanístico, foi

³³⁵Idem, ibidem:145.

³³⁶Idem, ibidem:153.

³³⁷Idem, ibidem:156.

³³⁸DINIZ, Maria, *et al* (2007).

³³⁹Idem, ibidem:139.

³⁴⁰Idem, ibidem:155.

³⁴¹Idem, ibidem:175.

³⁴²Idem, ibidem:177.

³⁴³Ver anexo 2.

³⁴⁴CIRNE, J (2007).

³⁴⁵Idem, ibidem: 34.

³⁴⁶Idem, ibidem:53.

³⁴⁷Vide apêndice I.

publicado o manual escolar com o título *História da Cultura e das Artes* de Paulo Simões Nunes, que se inicia com a *Época Moderna*³⁴⁸.

O manual indicado para o 10º ano do Curso Científico-Humanístico faz igualmente referência aos castelo,³⁴⁹ mostrando documentos iconográficos como a Torre de D. Urraca, em Covarrubias e a organização do espaço interno de uma torre medieval enquanto morada de nobres e cavaleiros³⁵⁰; bem como reproduções do Castelo de Peyrepertude no Languedoc, em França, e a reconstituição de um castelo românico. Depois,³⁵¹ existe um tema sobre *A arquitectura civil e militar*, que faz referência ao castelo da Póvoa do Lanhoso, ao da Feira e aos de Guimarães, Trancoso. Pombal e de Soure como castelos de residência ou alcáçova. Dos castelos-refúgio, dá-se como exemplo os castelos de Moreira de Rei, Jarmelo, e ao que parece o núcleo central do Castelo de Monsanto; referem-se também as torres defensivas, como o caso das torres de Cete, Refóios do Lima e S. Salvador de Travanca. Na página 53, o manual mostra-nos o Castelo de Almourol e o Castelo de Guimarães³⁵². Mais à frente³⁵³, o manual mostra, como documento iconográfico, Carcassone, inserido na temática *Arte Gótica* e no caso prático, o “*Casamento de Frederico III com D. Leonor de Portugal*” tem uma cronologia diacrónica desde o dia 13 de Outubro até ao dia 25 de Outubro, das Festas do casamento por procuração de D. Leonor, que tiveram início no Castelo de S. Jorge.

No manual dos Cursos Científico - Humanísticos - Cursos Profissionais, de Ana Lúcia Pinto, Fernanda Meireles e Manuela Cernadas Cambotas, aparece³⁵⁴ o tema Castelo, onde existe um documento iconográfico de um castelo e a organização do espaço interno de uma torre medieval³⁵⁵; no tema a Arquitetura Militar e Civil refere os Castelos de Póvoa do Lanhoso, Guimarães, Trancoso, Soure e Pombal, torres de atalaia, como as torres de Cete, Refóios do Lima e de São Salvador de Travanca, e castelos – refúgio, os castelos de Moreira de Rei, Jarmelo, Almourol, e ao que parece o núcleo inicial do castelo de

³⁴⁸ O Autor referencia os exemplos arquitetónicos do Romantismo onde se pode vislumbrar a influência da idade Média na arquitetura onde se configura a influência dos castelos na arquitetura da época romântica. Assim apresenta uma imagem após o restauro do “*Château de Pierrefonds*”, em França, na página 121, “*o Palácio de Neuschwanstein*”, Eduard Riedel e Georg Von Dollmann, na Baviera, Alemanha, p.123 “*Palácio da Pena*”, D. Fernando II Barão de Eschwege, Sintra, 1840-1847; “*Palácio da Regaleira*” de Luigi Manini, em Sintra 1905-1911p, 133 “*Palácio –hotel do Buçaco*”, Luigi Manini Buçaco,(1888):133.

³⁴⁹ Idem, ibidem:30.

³⁵⁰ Idem, ibidem:31.

³⁵¹ Idem, ibidem:52.

³⁵² Anexo 29.

³⁵³ Idem, ibidem:100.

³⁵⁴ Idem,ibidem101.

³⁵⁵ Idem, ibidem:105.

Monsanto. Notamos que os Castelos, enquanto objetos, são uma riqueza patrimonial do nosso país que está bem evidente na paisagem portuguesa e a sua dimensão como objeto cultural e social deve ser parte integrante da formação cultural dos alunos, por isso deve ser alvo de uma abordagem de desenvolvimento mais profundo, quer no currículo quer nos manuais da disciplina de HCA.

CAP III- DIDÁTICA DA HISTÓRIA DA CULTURA E DAS ARTES

3. Definição da Disciplina de História da Cultura das Artes, seu enquadramento legislativo e a sua organização no ensino.

Neste ponto pretendemos traçar a evolução da linha de pensamento educativo para a disciplina de História e salientar a sua contribuição para a definição da disciplina da HCA. O Século XIX em Portugal ficou marcado por uma mudança ao nível da educação, principalmente ao nível do ensino primário e secundário e ao nível da consciencialização histórica. Recorremos a uma breve descrição da evolução histórica do ensino e rumo das diferentes propostas organizativas para o Ensino da História. A alteração ocorrida no pensamento do século XIX conduziu, o Homem para uma abertura sobre si próprio e sobre o mundo, possibilitando uma evolução nas várias áreas do conhecimento. Esta mudança foi fundamental, quer para a introdução e definição da disciplina de História no curriculum escolar quer para afirmação do conhecimento histórico. Como refere Olga Magalhães “ *no âmbito do positivismo científico então vigente, surge uma vigorosa polémica em torno do estatuto, nomeadamente na discussão da objectividade da História e da possibilidade, ou impossibilidade, de ser considerada ciência*”³⁵⁶.

Além disso, com o aparecimento do movimento do *Gothic Revival*, no âmbito da contemplação romântica, os movimentos artísticos impulsionaram o triunfo do Romantismo e o gosto pela História da Arte, propulsionando o próprio sentido do estudo do Património, depois desenvolvido por John Ruskin e Eugène Viollet-le-Duc. Assim, o Romantismo acentuou a ideia de que a História deve salientar a formação e a vida de todos os elementos da sociedade. Nesse século a História “*aplica-se, assim, não só às sociedades humanas como à própria cultura e até às coisas. A língua, as instituições, as classes sociais realizam-se no tempo, e só tendo-a em consideração se pode compreender o homem e o mundo e a relação entre ambos*”³⁵⁷. Foi importante neste contexto uma personagem emblemática da história Alexander Von Humbolt (1769-1859)³⁵⁸, para quem o conhecimento da História realizado através dos livros é sempre inacabado, defende que os estudiosos, tal como os artistas, devem praticar o estudo da paisagem em contato direto

³⁵⁶MAGALHÃES, O (2002):15.

³⁵⁷MACEDO, J, B (2000):1166-1167.

³⁵⁸Alexandre Humbolt, na sua obra com mais importância, “Kosmos”, cruza várias áreas do saber e empenhou-se na interdisciplinaridade das disciplinas, ao contrário do que se fazia na altura pois, cada disciplina era tratada como se fosse fechada em si mesmo. Com conhecimentos específicos este investigador abre o caminho para o cruzamento das diferentes áreas do saber.

com a Natureza. Para Humboldt, a obtenção do conhecimento é realizado através do primado da observação³⁵⁹, e através da exploração realizada durante as viagens, onde existe um contacto profundo com a Natureza. Primeiro devia-se conseguir reunir toda a informação possível, para depois se delinear o conhecimento, assim,³⁶⁰ desta maneira cria-se um novo ideal pedagógico que incentiva a interdisciplinaridade, o cruzamento de saberes, para se atingir o máximo de conhecimento, recorrendo-se à memória histórica. Por outro lado, em termos latos, quanto à questão do restauro e da valorização do objeto, Cesare Brandi (1906-1988), em *Teoria del Restauro*³⁶¹, não deixaria de afirmar o modo como estes movimentos vieram contribuir para o entendimento de que a obra de arte e o seu valor patrimonial só podem ser promovidos através da sua importância histórica e estética, e que sem elas não há valorização do objeto são condições *sine que non* para que se possa explicar e motivar alguém para a valorização do objeto.

Viollet-le-Duc, foi uma personagem marcante do século XIX, viajou por França, desenhando castelos e igrejas, pois, Napoleão III tinha-o nomeado, em 1840, Inspetor-Geral dos Monumentos Diocesanos e em 1863, recebeu missão organizar a Escola Superior de Belas –Artes , onde acabará por lecionar as cadeiras de História da Arte e de Estética.³⁶² Ao abordarmos os trabalhos de Viollet-le-Duc, falamos de um restauro e de uma idealização neogótica dos monumentos, da memória histórica, da integração de materiais e na preservação da sua tipologia, da estética, da técnica e de perfeição³⁶³. Em Portugal, Ramalho de Ortigão (1836-1915), valorizava a defesa da nacionalidade, obviamente geradora da auto-valorização do povo. Fez parte da corrente tardo-romântica que se preocupou com a recolha das tradições orais e escritas, originadora do movimento literário e cultural mais amplo, desenvolvido na última década do século XIX. Na obra *As Farpas*³⁶⁴ (1885), dá a conhecer o País, o seu património e tradições. Nessa sua obra, ao descreve as viagens pelo Norte de Portugal (Viana do Castelo, Porto), deixou um legado escrito precioso, no que se refere aos monumentos artísticos nacionais, que expressa na

³⁵⁹FAYE, M (1864):2. “ si l ‘on considere pas l’étude des phénomènes physiques dans ses rapports avec les besoins matériels de la vie, mais dans son influence générale sur les progrès intellectuels de l’humanité,(...) la connaissance de la connexité des forces de la nature, le sentiment intime de leur dépendance mutuelle.(...) L’histoire révèle à quiconque sait remonter, à travers les couches des siècles antérieurs, jusqu’aux racines profondes de nos connaissances, comment depuis des milliers d’années, le genre humain a travaillé à saisir, dans des mutations sans cesse renaissantes, l’invariabilité des lois de la nature, et à conquérir progressivement une grande partie du monde physique par la force de l’intelligence”.

³⁶⁰SHLEIMACHER, HUMBOLDT, BOECKH, DROYSE, (1990):110. “le travail de l’entendement est de rassembler les faits et de construire les concepts, que l’imagination créatrice coule dans sa forme et transforme en une totalité, tout en refusant, à inverse, un matériau qu’il n’a pas produit.

³⁶¹BRANDI, C (1963):1-6.

³⁶²BUCHO, D (2000):69.

³⁶³ENAUD, F (1991):51.

³⁶⁴ORTIGÃO, R (1987):5.

obra: *O Culto da Arte em Portugal*³⁶⁵. Ramalho Ortigão foi, por esta via, também um pedagogo para o povo, ao defender e fundamentar as suas perceções valorativas e reais do progresso da nacionalidade, quer através da defesa dos ensinamentos artísticos quer na defesa da criação do museu da cidade de Lisboa.

Segundo Ramalho Ortigão, “*o desenho artístico está por fundar em Portugal. O que sob esse nome se designa nos Liceus e nos Colégios de Educação não é mais do que a preservação viciosa e sistemática do sentido natural das linhas e da natureza real das formas*”³⁶⁶, o que seria uma proposta precursora³⁶⁷. Ramalho Ortigão defende por esta via a fundação do ensino artístico em Lisboa, contudo este em primeiro lugar deve servir para desenvolver a indústria da qual dependia o desenvolvimento económico da nação³⁶⁸.

Desde muito cedo, que o caso em estudo, o Castelo de S. Jorge esteve ligado ao ensino. Senão vejamos, a Academia das Ciências foi criada em 1779, e durante o reinado de D. Maria I foi possível uma evolução na sua implementação. Para a execução do programa escolar foram criados diversos departamentos. Realça-se o Observatório Astronómico, um gabinete de física e um laboratório que funcionou no Castelo de S. Jorge, um gabinete de história natural que se transformou em museu³⁶⁹. Deu-se a criação sob diligência do Intendente-Geral da polícia Pina Manique (1780-1807) no Castelo de S. Jorge³⁷⁰.

Se o lado do pensamento teórico foi importante para a definição da disciplina de História, também as discussões e publicações legislativas e as ideologias políticas foram elementos relevantes para o ensino e para a definição da disciplina de História. Assim, no quadro do Liberalismo português e no seio de um período turbulento político, apareceu

³⁶⁵ORTIGÃO, R (1903):195.

³⁶⁶Idem, ibidem:107-108.

³⁶⁷Idem, ibidem:165. Para Ramalho de Ortigão, “*A base de toda a ordem, tanto no mundo objectivo como no mundo moral, é a suprema beleza, eterna e incorruptível de que Deus deu chave ao pensamento do homem. Pelo que eu entendo que a educação artística, a qual tanto se pode cultivar numa escola de arte, como instituto científico, tanto numa oficina, num laboratório ou numa biblioteca como no lar doméstico, na praça, no jardim ou na rua pública, é a educação que mais convém ministrar a um povo, não para que todos façam arte, mas para que todos se tornem susceptíveis de compreender e de sentir a expressão artística*”.

³⁶⁸RAMALHO, O (1956):249. “*A terra ama-se por simples instinto, em virtude de leis naturais que prendem o afecto do homem aos lugares em que nasceu, assim como a raiz prende a árvore ao solo de que bebe a seiva. O amor da tradição, esse, é um resultado educativo. Para amar a tradição é preciso conhecê-la, e é no fundo desse conhecimento que verdadeiramente reside a consciência da nacionalidade*”.

³⁶⁹CARVALHO, R (1985): 514.

³⁷⁰Inicialmente, esta teve a missão de recolher crianças que não tinham condições de serem sustentadas pelos seus pais, e gradualmente foram sendo ministradas aulas e diversas atividades pedagógicas. O aumento de alunos, levou à necessidade de se criarem novas escolas. As disciplinas que se ministravam na Casa Pia em 1895 eram as seguintes: Instrução primária, Língua Portuguesa, Francesa, Geografia e Cartografia Histórica, Princípios de Matemática, Princípios de Física, Química e História Natural³⁷⁰. Depois em 1826 foram autorizados os estatutos do novo Colégio para filhos dos militares pelo rei regente no Brasil D. João VI. Este começou a funcionar sob a designação de Real Colégio Militar. O curso tinha a duração de seis anos e fazia parte do seu currículo a disciplina de História, no quarto ano. Este ensino alargou-se depois aos quartéis.

uma personagem de extrema importância no quadro político Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), deputado, que dá um novo impulso ao ensino apresentando um projeto que visa a criação de escolas primárias, escolas secundárias, liceus, academias³⁷¹.

Após a subida ao trono de D. Maria II, Agostinho Freire ocupou o cargo do Ministro do Reino, procurou fomentar e alargar o ensino primário, através das escolas normais, onde todos os professores tinham que obrigatoriamente saber História, Geografia e prestar a sua confissão à Carta Constitucional³⁷². Em 1835, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque ficou com a pasta do Reino Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e, durante a sua permanência Guilherme de Dias Pegado realizou um trabalho pedagógico que tomou forma de *Projecto de Lei de Organização Geral da Universidade de Portugal*³⁷³ a qual previa a *Universidade de Portugal*. Esta incluía todos os estabelecimentos de ensino: Escolas Primárias, Escolas Secundárias, Liceus, Seminários, Faculdades e Escolas Especiais, das quais faziam parte as aulas de Fortificação e de Belas Artes. Este projeto influenciou bastante a criação e a distinção entre Escola Secundária a quem optasse por continuar o ensino primário e alargar a sua cultura. Os liceus serviam como ensino preparatório para quem tinha a convicção de seguir os estudos Universitários.

Foi neste contexto que surgiu a disciplina de História passou a integrar o sistema de ensino em Portugal ao nível do ensino secundário, enquanto vetor da política de Passos Manuel, deputado Liberal, nortenho e Vintista, que criou os Liceus: “*que a instrução secundária é de todas as partes da instrução pública aquela que mais carece de reforma, porquanto o sistema actual consta, na maior parte de alguns ramos de erudição estéril, quase inútil para acultura das ciências, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das artes e os progressos da civilização material do País*”³⁷⁴.

Das dez matérias distribuídas para serem estudadas nos “*Liceus*”, faziam parte da quinta rubrica as seguintes disciplinas: “*Geografia. Cronologia e História*”³⁷⁵. O primeiro programa da disciplina de História, segundo Torgal só terá surgido em 1872. Era “*muito vago, não ultrapassando, no domínio da história geral, a Idade Média, e da história de*

³⁷¹Idem, ibidem:538 -539.

³⁷²Idem, ibidem:552.

³⁷³Dias Pegado era lente na Universidade de Coimbra.

³⁷⁴CARVALHO, R (1985):562.

³⁷⁵Idem, ibidem:564.

Portugal, os descobrimentos”³⁷⁶. Em 1894 no preâmbulo do Decreto de Lei de 22 de Dezembro, também conhecido como «reforma de Jaime Moniz», o autor defende que o ensino secundário será virado para as Humanidades Modernas, fazendo parte do currículo do Liceu a Disciplina de História³⁷⁷. Para além desta inovação, D. Pedro IV criou as Faculdades de Letras, “*a criação de cursos desenvolvidos de literatura e de história que servissem de complemento aos secos resumos dessas disciplinas decoradas em nossos liceus, e que ao mesmo tempo fossem preparação para o estudo das ciências que tão divorciadas andam com as letras. Decidi-me realizá-las (...) Não sei se muitos se preocupam com o estado actual e com o futuro deste último (...) não sei porque sina das coisas do espírito estas mais servem para alentar disputas, que para darem frutos*”³⁷⁸.

No período republicano, em 1914, a primazia do ensino foi dada ao ensino primário, como forma de baixar as elevadas taxa de analfabetismo. Todavia, o ensino secundário não ficou esquecido. O governo republicano publicou um decreto que estabelecia os “trabalhos práticos”³⁷⁹. Contudo, só em 1918 é que, sob a direção de Alfredo Magalhães, foi empreendida uma nova reforma no ensino secundário, contemplando a dimensão da educação artística: “*a instrução secundária (...) é um dos ramos da instrução pública que mais cuidados e atenções carece*”(....) *porque se destina à formação de uma escola que deve ter, directa ou indirectamente, uma influência preponderante na marcha dos negócios públicos*³⁸⁰”. Nesta alteração separou-se a História da Geografia, as Ciências Físico-Químicas e das Naturais e incluíram-se os trabalhos Manuais e o Canto Coral. No ensino primário a disciplina de Português aparecia como estudo de Língua Nacional, e nos 1 e 2º ano chamava-se-lhe “*Narrativas Históricas*”³⁸¹. Nos Liceus, a disciplina de História adquiria também um papel de educação cívica juntamente com o Português.

Depois de 1918, após o assassinato de Sidónio País, em 1923, através de José da Conceição Camões, na pasta da Instrução Pública foi elaborado um documento, “*Estatutos da Educação Pública*”, que defende a repartição dos diferentes graus de saber: o grau infantil, primário, grau secundário e a educação especial. Esta por sua vez iria ter quatro

³⁷⁶TORGAL, L. R, MENDES, J, CATROGA, F (1996):431-545.

³⁷⁷Idem, ibidem:630-631.

³⁷⁸Em 1894 o político Jaime Moniz, foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública e Professor do Curso Superior de Letras. Lutou por uma reforma empreendedora que visa a instauração de um regime de classe, no ensino do liceu, ou seja, tentou implementar um sistema de comunicação entre os professores que fazia com que os mesmos procurassem interligações entre si nas mais diversas matérias.

³⁷⁹Idem:682.

³⁸⁰Apud, CARVALHO, R (Decreto de 14 de Julho de 1918):684.

³⁸¹Idem, ibidem:685.

modalidades: o curso especial do ensino secundário, o ensino técnico elementar, o ensino profissional³⁸², além da educação especial elementar. Um outro contributo importante foi o de António Sérgio³⁸³ ao criar a Junta de Orientação³⁸⁴ dos Estudos “*subsidiar investigações científicas, fundar centros de estudos e escola experimentais de todos os graus de ensino excepto o superior*”. Com o Estado Novo, dá-se relevo à História, desenvolvendo-se matérias de feição nacionalista: Educação Cívica, História de Portugal e Corografia de Portugal e das Colónias. Ao mesmo tempo que foram traçados diferentes caminhos para colmatar o analfabetismo ao longo do tempo em Portugal, a História foi sempre acompanhando as diferentes correntes ideológicas e políticas desde o Liberalismo ao Republicanismo, desde o Estado Novo ao pós 25 de Abril. O saber histórico é imprescindível no campo da educação.

Em 1954 cria-se a *Internacional Society for Education Through Art (INSEA)*, auxiliada pela *UNESCO*. A sua ação fundamentou-se na ideia da Educação pela arte que recebeu um objetivo novo. Definiu-se que a educação artística é para o indivíduo um meio natural de cultura em todos os estádios de desenvolvimento intelectual, social, afetivo, para a sua integração na sociedade, porque lhe ensina valores e competências essenciais ao seu desenvolvimento.

No contexto europeu, o primeiro livro sobre Educação e Arte de Herbert Read, *Education Through Art*³⁸⁵, fala da Arte como “*o esforço da humanidade para conseguir uma interação com as formas básicas do Universo físico e com os ritmos orgânicos da vida*”³⁸⁶. Também, em 1991, Ken Robinson³⁸⁷, na sua apresentação no colóquio sobre a Educação “*Arte de pensar o Futuro*”³⁸⁸, refletindo sobre a Arte, refere que: “*the Arts are characteristic expressions of any culture and evolve as part of it. In a multi-cultural society such as ours, schools have important responsibilities with regard to culture education. The arts are important here for two reasons. First both the practice and the discriminating enjoyment of the arts involve observation, analysis and evaluation of personal and social experience. Second, the products of the arts-plays, painting, literature,*

³⁸²Idem, ibidem:699.

³⁸³SÉRGIO, A (1918):8-11. O Ensino como Factor de Ressurgimento nacional, Porto, (1918):8-11. António Sérgio, Ministro da Instrução Pública defende a escola dizendo “*O papel da escola é (...) inocular, realizar, elaborar, o ideal dos Portugueses, o ideal da nação, e nunca o de uma seita ou de um Partido.*”

³⁸⁴Apud, CARVALHO, R (1985):706.

³⁸⁵SOUSA, A, OLIVEIRA, E, COSTA, A, CESANA, A, SOARES, M, PAES, N (2000):93.

³⁸⁶ACARTE, Educação pela arte Pensar o futuro (1992):15.

³⁸⁷ROBINSON, K (1991):33.

³⁸⁸Idem.

*music, dancing, sculpture and so on-are integral parts of the social culture and are among those things children need to experience in coming to understand it*³⁸⁹.

Nos anos 70 aconteceu em Portugal *Um colóquio sobre o projecto de reforma do ensino artístico* promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, onde também foi criado um Centro de Investigação Pedagógica. Este colóquio criou um espaço de discussão, cujo tema central era a Educação pela Arte numa, escola ativa voltada para a promoção da criatividade da criança. O então Ministro da Educação Veiga Simão, nomeou uma comissão de coordenação à qual presidiu Madalena Perdigão em 1979 e que através de um despacho ministerial (nº107/78), criou o Plano Nacional de Educação Artística³⁹⁰.

Desenvolveram-se trabalhos no campo da investigação educacional que contribuíram para a valorização da Educação pela Arte. Neste âmbito, foi fundamental, também o envolvimento da Fundação Calouste Gulbenkian, que abriu caminho a uma reflexão crítica sobre o ensino da Arte em Portugal, de como ensinar a Arte, e de como se educar pela Arte. A escola-piloto para a execução destes projeto foi a Conservatório Nacional de Lisboa, que constituiu um foco importante para a dignificação da Cultura Artística Portuguesa. Arquimedes da Silva Santos definiu a sua trajetória profissional através da psicopedagogia das expressões artísticas. A sua obra assentou nos seguintes princípios: metodologia educacional eclética, num modelo progressista, puerocentrismo na forma educacional que visava a satisfação imediata da criança. A sua finalidade é a felicidade da pessoa³⁹¹.

Mas só, e, finalmente em 1986, foi publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo (nº46/86, de 14 de Outubro), que irá estabelecer os objetivos dos ensinos básico e secundário, o qual não contemplava nenhuma referência ao ensino artístico. Essa rectificação foi feita através do Decreto nº344/90: *“a progressiva democratização do ensino, o incremento da divulgação dos bens culturais e a proliferação e desenvolvimento das artes provocaram nos últimos anos uma verdadeira exploração das apetências e das necessidades neste campo, em consonância com a multiplicação e diversificação de*

³⁸⁹Ken Robinson apresentou no colóquio Educação pela Arte Pensar o Futuro, a comunicação” *Developing the arts in schools*.

³⁹⁰O grupo de trabalho foi constituído pelos seguintes elementos Madalena Perdigão, Ana Máscolo, Arquímedes da Silva Santos, Artur Nobre de Gusmão, Constança Capdeville, Luzia Maria Martins e Alberto Seixas Santos.

³⁹¹SANTOS, A (1989):16-33. A Educação pela Arte sempre se justificou ao longo do tempo, pois desde cedo que a educação pela arte tem elos de ligação com a História e com os seus protagonistas, com Péricles predominava a *Musiké*, a poesia de Homero, Hesíodo e de Platão, no período medieval a cultura cristã livresca de Santo Agostinho ou de Santo Isidoro onde a transmissão da História e da Cultura, também se praticava através dos cânticos.

perspectivas para a actividade artística, seja em termos de criação, de interpretação, de produção, de difusão ou de fruição.” Este decreto teve por âmbito estabelecer as bases gerais organizativas da educação artística ao nível pré-escolar, escolar e extraescolar. Entendendo-se como educação artística as seguintes áreas: Música, Dança, Teatro, Audiovisuais e Artes Plásticas³⁹².

Em 1988 criou-se uma comissão de reforma do sistema educativo (CRSE) com os seguintes pressupostos:

- “- Promover a realização de estudos orientados para a reorganização do sistema educativo, em conformidade com as directrizes do governo;*
- Orientar a preparação dos diplomas legais que, em consequência dos estatutos elaborados, se torne necessário realizar;*
- Orientar a preparação dos programas de aplicação decorrentes da entrada em vigor dos diplomas legais que venham a ser aprovados, submetendo à consideração do Ministro da Educação e Cultura alternativas possíveis em termos de viabilidade financeira e executiva”*³⁹³.

No ano de 1989³⁹⁴ foram publicados dois diplomas: um que definiu os princípios de reorganização da administração educacional³⁹⁵ e outro que redefiniu a organização dos planos do ensino básico e secundário³⁹⁶. Ao nível do secundário³⁹⁷ na componente de formação específica estavam previstos: História, (4 Tempos, para o 10º, 11º e 12º); componente de formação específica, História da Arte (4 tempos) e para História da Música (3 Tempos).

Após a generalização dos planos curriculares emanados pelo decreto-lei de 1989 e com os resultados obtidos após os primeiros exames no ano letivo de 1995/96, onde foram detetadas várias insuficiências ao nível das aprendizagens e da preparação para a inserção na vida ativa ao nível de educação e formação, para colmatar estas insuficiências o ME

³⁹² Decreto-lei nº344/90:4522-4528.

³⁹³ Apud, Caderno da Reforma do Sistema Educativo.

³⁹⁴ PACHECO, J (1991):76. Tendo, também em conta que em Portugal a realidade era que 80% dos jovens portugueses possuíam como habilitação máxima apenas o 9º ano de escolaridade, esta comissão tratou de diagnosticar as deficiências sentidas e procurar soluções para uma nova reforma que se centralizou na reorganização dos planos curriculares, como referia Roberto Carneiro “ *a meu ver julgo que não constituirá escândalo para ninguém que a reforma dos planos curriculares e dos conteúdos programáticos é um dos vectores fundamentais da reforma. Trata-se de um ponto nevrálgico.*

³⁹⁵ Decreto-Lei nº43/89.

³⁹⁶ Decreto -Lei nº 286 / 89 de 29 de Agosto.

³⁹⁷ Decreto- Lei Nº 286/ 89:3634.

concretizou uma iniciativa que apelidou de *Revisão participada do currículo*, no âmbito da qual se realizaram diversos debates e reflexões para propor novas medidas de revisão curricular e se estabeleceu uma calendarização³⁹⁸. O ME realizou também iniciativas de apoio à gestão curricular como por exemplo a publicação do caderno de apoio. Ao nível da História publicou o caderno *O Património Local e Regional*³⁹⁹.

Em 1997 realizou-se na Universidade do Minho, um Colóquio sobre as Questões Curriculares *A Reforma Curricular- Da intenção à realidade*⁴⁰⁰. Em 1999 realizou-se em Évora *A conferência internacional projectar o futuro: políticas currículos e práticas*; onde se debateu a reestruturação do ensino secundário, proporcionando uma reflexão sobre o caminho a seguir para este nível de ensino. Considerou-se que, vivendo-se numa sociedade em transformação rápida, que atinge todos os setores de atividade, será importante refletirmos sobre o futuro dos jovens, de forma a contribuir para uma certa flexibilização do ensino e dos percursos escolares. Neste sentido, a definição a organização/desenvolvimento curricular devem contribuir para que os estudantes adquiram uma sólida formação científica, tecnológica, humanística e estética a par de um conjunto de competências de natureza transversal.

Como refere Domingos Fernandes “*os sistemas educativos e formativos têm que ser pensados, planeados e desenvolvidos. Em particular, ao nível do ensino secundário que, por razões óbvias, assume uma importância crescente na educação e na formação de um elevado número de jovens que pretendem ingressar no mundo do trabalho ou prosseguir estudos que lhes permitam adquirir competências de nível superior*”⁴⁰¹. Este autor defende a heterogeneidade das ofertas educativas uma vez que os jovens que procuram o secundário, detêm motivações /conhecimentos / interesses diversificados que orientam os seus percursos para a vida ativa⁴⁰². Para combater as dificuldades sentidas em 1999, o ME promoveu a gestão flexível do currículo. Ao nível da formação dos professores nas áreas artísticas, em 2001 criou-se, também na Universidade de Évora a primeira licenciatura em Artes Visuais, com a componente do ensino tecnológico de Multimédia.

³⁹⁸MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998).

³⁹⁹Idem.

⁴⁰⁰PACHECO, Maria J. F. (1997).

⁴⁰¹MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998).

⁴⁰¹Idem, ibidem:22.

⁴⁰²Idem, ibidem:23.

As alterações no ensino do secundário ao nível da História, deram-se em 2003, através do *Documento Orientador da Revisão Curricular do Ensino Secundário*⁴⁰³, a saber: “ *Os objectivos estratégicos enunciados dão prossecução aos objetivos e metas para o futuro do espaço de educação e formação europeu, definidos pelo Conselho Europeu aquando da aprovação do Programa de trabalho pormenorizado sobre o seguimento dos objetivos dos sistemas de educação e de formação na Europa e por forma a contribuir para o sucesso da Estratégia de Lisboa*”.

Neste sentido, este documento veio assegurar o “ *acesso às tecnologias de informação e comunicação, aumentando o número de diplomados em cursos técnicos e científicos e otimizando a utilização dos recursos; a promoção do acesso generalizado à educação e formação, tornando a aprendizagem mais atractiva e permitindo a flexibilização dos diferentes sistemas educativos; a abertura dos sistemas educativos e formativos ao mundo exterior, através do reforço das ligações com o mundo do trabalho, do incremento da mobilidade e da aprendizagem das línguas estrangeiras*”. Esta reforma prevê os seguintes níveis de ensino: ensino científico-humanístico, ensino tecnológico, ensino artístico especializado, ensino profissional e formação vocacional.

Para se realizar esta política educativa foi desenhado e concebido um novo “currículo mínimo”, proporcionando às escolas a oferta de disciplinas com uma carga letiva/horária mais reduzida e abrindo espaço para mais atividades de enriquecimento. Este novo modelo exigiu a “ *diminuição do número de disciplinas da componente de formação específica, seleccionando os domínios do saber estruturantes para cada um dos cursos*”. Como é referido no programa, consagra-se a “ *definição de um conjunto de disciplinas científicas estruturantes nos cursos científico-humanísticos, que garantam a aquisição dos conhecimentos considerados mais significativos, face aos objetivos de cada curso; Inclusão de disciplinas diversificadas, no elenco de opções, nos diversos cursos científico-humanísticos, permitindo uma resposta aos interesses diversificados dos jovens e a definição de um projecto curricular enriquecido*”.

Criou-se a nova disciplina de *História da Cultura e das Artes*, no campo da formação específica do currículo do secundário, através das grandes linhas orientadoras da reforma do ensino secundário, apresentadas no Programa do XV Governo Constitucional presidido

⁴⁰³Consultar o documento em : www.espn.edu.pt/pdf/Legislacao/revisao_curr_ES_vdef_10abril2003.pdf.

pelo Doutor Durão Barroso no ano de 2004, “o lançamento de um programa de emergência para o ensino da língua e cultura portuguesas, da matemática e das ciências, de forma a aumentar os desempenhos na literacia e numeracia”⁴⁰⁴, e a qualificação dos jovens e o seu desenvolvimento pessoal e social⁴⁰⁵. Este documento estabelece as diretrizes da organização e gestão curricular do ensino secundário, e também o modelo de avaliação das aprendizagens ao nível do secundário. A lecionação da disciplina de HCA, que veio substituir a lecionação da disciplina de História da Arte no secundário, começou no ano letivo de 2005/2006 e insere-se na componente de formação específica dos Cursos científicos-humanísticos de Artes Visuais e de Línguas e Literaturas, no 11º e 12º anos, bem como na componente de formação científica dos cursos artísticos, no 10º, 11º e 12º ano. Os princípios orientadores foram definidos através do Decreto – Lei nº 74/2004, de 26 de Março que organiza o ensino em “articulação com o ciclo de escolaridade anterior, entre formações de nível secundário, com o ensino superior e entre as necessidades de desenvolvimento individual e as exigências imposta por estratégias de desenvolvimento do País”⁴⁰⁶.

A organização e definição da disciplina específica de HCA esteve a cargo da Direção - Geral de Inovação de Desenvolvimento Curricular do ME⁴⁰⁷. Na sua definição estão previstas ações de formação cultural e de educação artística, valorizando a participação dos alunos e promovendo o sucesso escolar⁴⁰⁸. Nas suas orientações programáticas, a disciplina tenta perpetuar e fundamentar a interação da cultura e das artes em diferentes abordagens e perspetivas, dando-lhe um movimento dinâmico⁴⁰⁹. São finalidades da disciplina dois tipos de abordagens: o nível de formação e o nível das competências gerais. A História da Cultura, “sempre viva e em busca de novos horizontes, em que a interdisciplinaridade de novas áreas de investigação como a história das correntes, das elites culturais, da história religiosa, e da influência do sagrado nas práticas culturais, da história da ciência e da fundamentação teórica dos conceitos científicos”⁴¹⁰, e das Artes, como uma disciplina que acrescenta algo à natureza quer qualificar e formar culturalmente, apela à diversidade

⁴⁰⁴Programa de HCA:110.

⁴⁰⁵Decreto de lei nº 74/2004 de 26 de Março.

⁴⁰⁶Idem, ibidem, artigo 4-a.Artigo e). É preocupação desta política educativa a “*Transversalidade da educação para a cidadania e da valorização da língua portuguesa em todas as componentes curriculares.*”

⁴⁰⁷O Programa da disciplina foi elaborado, António Filipe Pimentel (Coordenador) pelos autores António Camões Gouveia, Elvira Maria Serra Alvarez, João Nuno Sales Machado, Raquel Pereira Henriques e Ricardo Santa Rita Monteiro. Para a organização do ensino da disciplina foi elaborado um Programa próprio para os Curso de Científicos - Humanidades de artes Visuais e de Línguas e Literaturas 11º,e 12º Anos, e do Curso de Artísticos de artes Visuais, Dança, Música e Teatro, em 2004. A Disciplina de *Historia da Cultura e das Artes* está organizada para uma oferta formativa do ensino secundário: Cursos Científico-*Humanísticos*; Cursos Tecnológicos; Cursos Artísticos Especializados; Cursos Profissionais, e visam a continuação do ensino superior ou qualificação para o mundo do trabalho.

⁴⁰⁸Idem, artigo 7º e 8º.

⁴⁰⁹Programa de HCA, (2004):3.

⁴¹⁰COSTA, A. L (2000):1182-1184.

artística; contribui para a formação académica e profissional e promove o enriquecimento pessoal para formações futuras⁴¹¹.

Assim, segundo os autores do programa os pressupostos que estiveram na base na organização da disciplina de HCA, é a Arte e a sua expressão Cultural, assim a História da Cultura ganha uma nova finalidade a da alienação à Arte, sem prejuízo para as outras Artes. A criação de uma disciplina⁴¹² onde a cultura e as artes se estudam em confronto permitirá à própria História da Cultura interagir com os objetos artísticos os quais, no decurso do tempo, se foram materializando nas sucessivas formas de entender e questionar o mundo. Então, a HCA une-se e adquire um novo significado, ao permitir uma transversalidade, através de uma educação histórica e cultural em paralelo com a educação pela arte, que não é mais do que formar a personalidade⁴¹³.

A HCA é uma disciplina do secundário que permite a valorização do monumento histórico em diversas dimensões do conhecimento. Os castelos enquanto objetos arquitetónicos são também uma forma de arte da cultura patrimonial, com raízes históricas, que é um dos motivos de desenvolvimento do país ao nível do turismo e que ao nível da educação deve ser integrada como fator do próprio desenvolvimento local e regional, quer através da formação e do desenvolvimento de ofertas educativas que permitam o próprio desenvolvimento do País, quer através da promoção do património, da cultura e do lazer. Dado que a formação deve ser fortemente diversificada, para se fazer frente às necessidades educativas e expectativas dos estudantes e ajudar na sua inserção no mundo global, a disciplina de HCA não se desprende da inovação em todas as áreas dos saber vertente formativa, com um currículo que, para além de estimular e criar diferentes oportunidades, pretende ser criativo na sua funcionalidade do seu modelo, criando um espaço de liberdade expressiva. Com base na História, pode o aluno desenvolver várias capacidades, pois música, dança, animação cultural, literatura, escultura, teatro, informática, pintura, interação entre si, valorizando o currículo e tornando-o mais abrangente e flexível.⁴¹⁴ Como referia Jorge Figueiredo num colóquio realizado em Évora em 1989, *“é tão vasta a nossa História, e são tantos os lugares onde evocá-la (...). Os*

⁴¹¹Idem, ibidem:5

⁴¹²Programa de História da Cultura e as Artes, (2004):9.

⁴¹³SANTOS, A (1989):31.Como afirma Arquimedes da Silva Santos, *“A educação pela arte processar-se á ao longo como um via contínua e ascendente ao longo da vida (...). “ pedagogicamente as complexas relações entre “educação”, “ensino”, “arte”, “ expressões artísticas”, “ estética”, “ cultura”, “ artista”, “ personalidade”, e quantas mais que daí decorreram.*

⁴¹⁴Idem, ibidem:3.

*monumentos Militares, (...) são possíveis de se adaptar a muitas outras manifestações culturais, para não falar já de realizações turísticas*⁴¹⁵”

De acordo com o programa, ao nível dos assuntos patrimoniais os alunos podem desenvolver várias atividades e competências através do património- histórico -cultural e artístico, como refere Jorge Figueiredo: “*lá fora, há muitos numerosos castelos que se tornaram mais famosos, depois de terem sido utilizados como grandes palcos de grandes espectáculos culturais*⁴¹⁶”. No âmbito da formação pessoal e social pode-se educar os alunos para os valores patrimoniais e históricos e culturais. Na Lei⁴¹⁷ de Bases do Património, no artigo 12 ° está bem explícitas as finalidades da valorização do património cultural; constituindo um dever dos cidadãos, logo cabe á escolas e ao ME o papel de programar e criar um plano de intervenção com objetivos concretos que visem a orientação dos alunos para a salvaguarda dos bens culturais⁴¹⁸.

3.1- Pressupostos e práticas da gestão curricular, legislação fundamental, papéis e funcionamento da disciplina e seu contexto na organização do ensino.

O aprofundamento desta temática vai partir da clarificação da génese de alguns conceitos que fazem parte de uma linguagem educacional e da sua interligação com a forma organizativa do ensino. Em primeiro lugar há que esclarecer o conceito de “*Curriculo*”, fundamental ao processo ensino-aprendizagem, sumariar alguns aspetos fulcrais e aprofundar algumas ideias chave e fundamentos teóricos.

As práticas e a gestão e organização curricular realizaram um longo percurso nos séculos XIX e XX e geraram uma multiplicidade de teoria. O *Curriculo* teve a sua génese nos Estados Unidos. Um marco importante foi a publicação do livro *Principles of scientific management* de Taylor⁴¹⁹ (1911). A obra de Franklin Bobbitt, *The Curriculum* (1918), “*defendeu que os alunos deviam ser processados como um produto final*”, ou seja para Bobbitt⁴²⁰, o *currículo* é “*especificação precisa de objectivo, procedimentos e métodos*

⁴¹⁵FIGUEIREDO, J (1989):6.

⁴¹⁶Idem.

⁴¹⁷Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.

⁴¹⁸ Vide quadro 9.

⁴¹⁹SILVA, T (2000):11.

⁴²⁰Bobbitt defendia que o sistema educacional fosse capaz de estabelecer metas e objetivos, logo, esta teoria traça novos princípios universais que puderam ser aplicados a todos os campos de intervenção social e empresarial e não apenas à escola. Esta teoria teve influência no campo do desenvolvimento curricular, onde o modelo institucional é a fábrica. Para este autor os alunos podem ser moldados como sendo um produto final.

para a obtenção de resultados”⁴²¹. Este modelo estava mais ligado à economia e à sua eficiência. Ralph Tyler defendeu também um “*Modelo de avaliação centrado sobre os objetivos*”⁴²². Este modelo prevê que a avaliação de um currículo se verifique ao nível dos objetivos pré-definidos, ou seja, a construção de um currículo é transformada numa ação que tem a função de intervir e servir os interesses sociais, culturais e económicos e políticos.

Em 1923, publica-se o *Curriculum Construction* de W. Charters. Estas publicações marcaram uma época de múltiplos estudos e publicações que contribuíram para o desenvolvimento desta temática e linguagem educativa. A teoria de Bobbitt ganhou consistência através da publicação de Ralph Tyler, em 1940, a qual estabeleceu a organização e desenvolvimento do currículo: “1. *Que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir?* 2. *Que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidades de alcançar esses propósitos?* 3. *Como organizar eficientemente essas experiências educacionais?* 4. *Como podemos ter a certeza de que esses objetivos estão a ser alcançados*”⁴²³. Nos anos 60 surge um movimento que se chamou “nova sociologia da educação”, e para o qual foi fundamental um ensaio de Louis Althusser *A Reprodução* realizado com base de um trabalho de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Sobre o ensaio de Louis Althusser, Tomaz da Silva refere que “*a permanência da sociedade capitalista depende da reprodução das suas componentes propriamente económicas (força de trabalho, meios de produção) e da reprodução das suas componentes ideológicas*”⁴²⁴.

Por outro lado, no final dos anos sessenta, com movimento de reconceptualização de Bourdieu e Passeron, surgiu uma visão tecnicista do currículo mais próximo do modelo de Tyler que foi criticado por William Pinar, na *I Conferência sobre o Currículo*, organizada em Nova Iorque em 1973, que defendeu uma perspectiva mais hermenêutica e fenomenológica. Assim, enquanto no currículo tradicional os alunos eram levados a tomar uma atitude científica no currículo fenomenológico, eles são conduzidos a aplicar a sua experiência no currículo. Henry Giroux⁴²⁵, defende a ideia de que a escola e o currículo devem ser os promotores de um diálogo. A voz é fundamental para a criação de um diálogo, a escola um sítio onde os estudantes devem poder democraticamente participar na

⁴²¹Idem.

⁴²²VEIGA, F.M (1997):100.

⁴²³SILVA, T (2000): 22.

⁴²⁴Idem, ibidem:28.

⁴²⁵Apud, SILVA,T (2000):38 ss.

discussão de pressupostos da vida social e do senso comum. Os professores detêm um papel de transformadores intelectuais, ativos e críticos.

Por outro lado, se é a didática uma *“disciplina que explica os processos de ensino-aprendizagem para propor a sua realização consequentemente com as finalidades educativas*⁴²⁶” então o currículo, representa, o método específico para se alcançar o conhecimento através sua organização: planificação, objetivos, conteúdos, atividades e estratégias. Para Shirley Grundy⁴²⁷, *“o currículo não é, no entanto, um conceito; é uma construção cultural, isto é, não é um conceito abstracto que possui alguma existência exterior e alguma experiência humana”*. Pelo contrário é um modo de organizar um conjunto de práticas educacionais humanas. Como refere Stephen Kemmis, na construção do currículo está subjacente a, *“relação com as condições históricas e sociais em que se produzem as suas diversas realizações concretas e na ordenação particular do seu discurso*⁴²⁸”.

Por outro lado, José Gimeno refere-se, ao currículo como sendo um fruto de diferentes variáveis, *“ por isso argumentamos que o currículo, na realidade, faz parte de múltiplos tipos de práticas que não se podem produzir unicamente a prática pedagógica de ensino; acções que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação, de avaliação intelectual, etc., e que, enquanto subsistemas autónomos e interdependentes, geram forças diversas que incidem na acção pedagógica. Âmbitos que evoluem historicamente, de um sistema político e social a outro, de um sistema educativo a um outro destino.*⁴²⁹”

Contudo, a discussão em Portugal sobre as políticas educativas, após o 25 de Abril, surge apenas nos anos oitenta do século XX, através da Lei de Bases do Sistema Educativo⁴³⁰ na qual foram definidos os normativos para a configuração do currículo nacional é definido. Podemos constatar várias conceções sobre o currículo, como por exemplo: *“O currículo constitui, por outro lado, o modo de traduzir a ligação da teoria educativa á prática pedagógica. Mas porque a primeira se situa no plano das ideias e a segunda no plano da*

⁴²⁶CONTREAS (1990):19. Apud, PACHECO, J (1996):25.

⁴²⁷GRUNDY, S (1987): Citado em PACHECO, J (1987):18.

⁴²⁸PACHECO, J (1996):18.

⁴²⁹Idem.

⁴³⁰A lei de bases que a que o autor se refere é a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, esta sofreu alterações introduzidas pelas Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro; 49/2005, de 30 de Agosto, e 85/2009, de 27 de Agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição Portuguesa.

realidade, tal ligação tem que ser concebida com uma grande dose de pragmatismo, procurando otimizar-se o que se pode ser face ao que deveria ser⁴³¹”. O currículo explica-se como um processo que estabelece uma relação e concordância entre o projeto educativo e o projeto didático. É neste contínuo nesta complementaridade que situamos o desenvolvimento do currículo como um processo que abarca o projeto educativo e projeto didático, conferindo-lhe uma estrutura lógica e coerente⁴³².

Segundo a análise de Tomaz da Silva⁴³³ sob esta perspetiva “o currículo é o local no qual docentes e aprendizes têm oportunidade de examinar, de forma renovada, aqueles significados da vida quotidiana a que se acostumaram e como local de interrogação e questionamento da experiência”⁴³⁴. Por outro lado, José Pacheco menciona que cabe à administração central, através dos especialistas as decisões curriculares⁴³⁵. Assim, Maria do Céu Roldão⁴³⁶ a partir da frase “pensar globalmente para agir localmente”, foca a importância da gestão curricular.⁴³⁷ Ainda para José Pacheco⁴³⁸ “o currículo é um projecto, um artefacto, cuja construção se insere numa dinâmica e complexa conversação. Sobre este tema refere ainda Maria Roldão que,⁴³⁹ “O Currículo escolar é em qualquer circunstância o conjunto de aprendizagens que, por se considerarem socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar”. Então a noção de currículo⁴⁴⁰ integra ideias que estão subjacentes à sua construção, ao seu desenvolvimento, à sua implementação e à sua avaliação. Através do Despacho nº 4848/97, o ME tentou dar oportunidade às escolas de “ensaiarem caminhos próprios no âmbito da Gestão Flexível do Currículo em função dos contextos em que se encontram inseridas⁴⁴¹”.

⁴³¹Documento preparatório I, crse, (1987):193

⁴³²ESTRELA, A, FALCÃO, M (1991): 80.

⁴³³Em Portugal, na atualidade destacam-se alguns trabalhos sobre o currículo e gestão curricular de Tomaz da Silva, no seu livro “Teorias do currículo: o que é isto?”, Maria do Céu Roldão tem estudado esta temática, realçando-se o trabalho de “Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas”, José Pacheco, no seu trabalho “Teorias curriculares: políticas, lógicas e processos de regulação regional das práticas curriculares “. Para Tomaz da Silva, no currículo existe uma questão de “ identidade ou de subjetividade, que vem do latim «curriculum», “ pista de corrida, podemos dizer que no curso dessa” corrida “ , que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos “. Contudo para existir um currículo é preciso uma seleção que justifique conhecimentos. Selecionar é poder, ou seja é um ato que privilegia um tipo de conhecimento, assim as teorias do currículo são poder, e estão envolvidas ativamente para garantir consenso e hegemonia.

⁴³⁴Idem, ibidem:40.

⁴³⁵PACHECO, J:1:Webs.ie.uminho.pt/jpacheco/files/currículo regional.pdf. Acedido / Consultado em 23.02.2103.

⁴³⁶ROLDÃO, M. C. – Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas. ME-DEB, (1999):28-30.

⁴³⁷Afirmam que, “ gestão, em qualquer campo, é, essencialmente, um processo de tomada de decisões orientado para as finalidades que se pretendem atingir. Trata-se portanto de um processo que implica analisar a situação que se apresenta e confrontá-la com aquilo que se pretende conseguir (...)”.

⁴³⁸PACHECO, J:1:Webs.ie.uminho.pt/jpacheco/files/currículo regional.pdf. Acedido / Consultado em 23.02.2103.

⁴³⁹ROLDÃO, M. C (1999):28-30.

⁴⁴⁰RIBEIRO, A (199:6) que segundo Ribeiro aparecem: “ como um processo dinâmico e contínuo que engloba diferentes fases, desde a justificação do currículo até à avaliação e passando necessariamente pelos momentos de concepção-elaboração e de implementação”.

⁴⁴¹Departamento de Educação Básica (1999).“ Gestão Flexível do Currículo, Ministério da Educação.

A Gestão Flexível do Currículo surge, assim, no sentido de adequar os programas formativos às reais condições dos alunos. Gerir um currículo pressupõe não retirar conteúdos essenciais enquanto, pré-requisitos necessários para outras aprendizagens, mas simplificar e tornar mais acessível para melhorar o desempenho. A flexibilização do currículo significa então: *”deslocar os centros de decisão curricular, e por isso visibilizar níveis de gestão que até aqui tinham pouca relevância neste campo* ⁴⁴²“. O documento orientador da Revisão Curricular foi concretizado tendo em consideração o aumento da idade obrigatória para os 12 anos, o combate ao abandono escolar, a educação / formação e a preparação dos alunos para a vida ativa ⁴⁴³.

Assim sendo, o Decreto – Lei 74, de 26 de Março de 2004 ⁴⁴⁴, traça os princípios orientadores para a gestão curricular da Disciplina de História da Cultura e das Artes que estão explanados no artigo nº4, confirmando o propósito de permitir aos professores da disciplina terem uma visão global, ao longo do secundário:

“Artigo 4.º; Organização e gestão do currículo e Princípios Orientadores:

A organização e a gestão do currículo do nível secundário de educação subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- b) Flexibilidade na construção de percursos formativos;*
- c) Permeabilidade, facilitando a reorientação do percurso escolar ao aluno;*
- d) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua elemento regulador do ensino e da aprendizagem;*
- g) Favorecimento da integração das dimensões teórica e prática dos saberes, através da valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas e da criação de espaços curriculares de confluência e integração de saberes e competências adquiridos ao longo de cada curso;*
- l) Alargamento da duração dos tempos lectivos, de forma a permitir maior diversidade de metodologias e estratégias de ensino e melhor consolidação das aprendizagens”.*

Em 2011, o ME publica o Decreto-Lei n.º 50/2011, em 8 de Abril, de que de novo estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do Ensino Secundário ⁴⁴⁵. Quando se fala em gestão do currículo é inevitável falar-se da distribuição

⁴⁴²ROLDÃO, M.C (2000):86.

⁴⁴³CUNHA, A (2004):14.

⁴⁴⁴Consultar a Lei em : www.dgicd.min-edu.pt/ensinosecundario/data/.../dl_74_2004.pdf

⁴⁴⁵Apud, anexo nº 14, Decreto de Lei nº50 de 8 de Abril de 2011. Do qual destacamos o artigo nº 2 do I Capítulo sobre o “Currículo”, e no Capítulo II o artigo 4º sobre “a organização e gestão do currículo”. Não foi revogado e diz o seguinte:

da carga horária da disciplina de HCA. Esta disciplina ocupa anos 10º e 11º anos de três tempos letivos de 90 minutos semanais⁴⁴⁶.

Verificados os pressupostos do funcionamento da disciplina de HCA, parece-nos importante, também o seu desenvolver no seu contexto organizativo do ensino, a correlação dos diversos temas do atual programa de HCA e a sensibilização patrimonial⁴⁴⁷.

3.2- Pressupostos, objetivos e práticas dos conteúdos programáticos, quanto à sensibilização patrimonial e a correlação com os temas letivos.

Os anos 60 e 70 do século XX foram um período culminante de correntes que defendiam a Sociologia da Arte, conceção de estudiosos franceses como Pierre de Francastel⁴⁴⁸ ganharam força. Esta corrente também foi fundamentada por Françoise Choay, filósofa, na elaboração de sua tese sobre a cultura patrimonial muito associada à História da Cultura. Para Pierre de Francastel a Sociologia da Arte tem sempre uma intencionalidade, “*o papel próprio da arte é o de fornecer às sociedades um meio de fabricar objetos de civilização materializando um ordem ao mesmo tempo representativa e operatória de uma decomposição, ousadamente elaborada, dos dados da vista ou do ouvido*”⁴⁴⁹. Neste enquadramento, o programa curricular de HCA tem como objetivo fundamental, ensinar os alunos a ver, ouvir, interpretar e a contextualizar, tendo como finalidade diversificar a qualificação e a formação cultural, artística, académica, profissional e promover o investimento e a preparação dos alunos para o futuro. Mas, também temos o desenvolvimento paralelo da História Cultural e das Mentalidades.

Quanto às práticas dos conteúdos programáticos, ao nível das competências gerais, traçadas para a sensibilização patrimonial, o programa pressupõe a importância da

“Artigo 2.º; Currículo: 1-Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens a desenvolver pelos alunos de cada curso de nível secundário, de acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo. 2-O currículo nacional concretiza-se em planos de estudo elaborados com base nas matrizes curriculares anexas ao presente diploma, do qual fazem parte integrante. 3-As aprendizagens a desenvolver pelos alunos de cada curso de nível secundário têm como referência os programas das respectivas disciplinas, homologados por despacho do Ministro da Educação, bem como as orientações fixadas para as áreas não disciplinares. 4-As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional são objecto de um projecto curricular de escola, integrado no respectivo projecto educativo.

⁴⁴⁶Idem.

⁴⁴⁷Vide quadro 10 e 11.

⁴⁴⁸Pierre de Francastel na década de 60, criticou teóricos, como Arnold de Hauser por interpretarem de uma forma grosseira as regras que serviam para a interpretação sociológica e a sua ligação às matérias da arte, como por exemplo ideias do género: espiritualidade da Idade Média / naturalismo científico de Giotto, na visão de Pierre este autor negava “*toda a complexidade da atividade humana e não retendo senão os produtos ditos “ superiores “ da civilização a obra de arte como a moeda de conceitos absolutos, ele apresenta uma visão das coisas que implica que a história e as sociedades não se desenvolvem senão nos quadros da noções prefiguradas”*.

⁴⁴⁹Idem, ibidem: 35.

educação para a preservação e valorização do património artístico e cultural, e também a defesa deste como um ato de cidadania. Deve ser preocupação dos Professores, ao longo do programa, ensinar os mais variados conteúdos programáticos da Cultura Patrimonial que rodeia os alunos, como base para o entendimento da realidade artística e patrimonial, quer seja ela material ou imaterial. É importante que o aluno reconheça o Património e o valorizem quer ao nível do programa, quer ao nível da sua formação para uma educação Patrimonial integrada na política e filosofia universal que rodeia esta temática. A Educação Patrimonial é um ponto de partida e uma fonte para o conhecimento da HCA, quer seja material ou imaterial, tangível ou intangível, pertença da história local ou universal.

A disciplina de HCA está dividida em onze módulos, que se dividem em Tronco Comum no que diz respeito à História da Cultura e Tronco Específico que dizem respeito à História das Artes Visuais e dos espetáculos. A organização desta temática está homogeneizadas e estruturadas por meio de categorias analíticas, ou seja, *Tempo, Espaço, Biografia, Local, Acontecimento, Síntese, e Casos Práticos*. Nesta última categoria está implícito o contato com as diferentes artes e com a transversalidade das diferentes áreas artísticas de formação, relevantes para a valorização e sensibilização do Património⁴⁵⁰ e importante para a valorização curricular e para o enriquecimento e mobilização dos saberes da História Cultural do Património e das Artes Visuais.

Em cada módulo do programa da HCA e da História das Artes Visuais estão implícitos os marcos simbólicos das civilizações antigas e da atualidade: no Módulo inicial, *Criatividade e Rupturas* reflete sob a cultura e arte e a sua problemática que segundo os seus autores do programa, deve ser entendido como *Motivação*, pois os alunos visualizam e tomam contacto com diversas e complexas produções artísticas contemporâneas, onde a sua expressão artística, é entendida como um elemento formador de cidadania e um ponto de partida para próxima unidade *A Cultura da Ágora*⁴⁵¹, marco simbólico da civilização Helénica, marcado pelo período da democracia de Péricles, defensor das liberdades cívicas e da igualdade. Ao nível patrimonial e da arte grega enfatiza os elementos arquitetónicos da cidade grega. Nos casos práticos, estuda-se o templo de *Atenas Niké* e o *Parténon*, os *Persas de Ésquilo*. *O Estádio e o Teatro*. *A Tragédia e a Comédia*, ao nível escultural mostra o ideal físico do homem grego sob os cânones de Policleto e de Lisipo e ao nível da cerâmica destacam-se as figuras negras e vermelhas.

⁴⁵⁰Programa de HCA.

⁴⁵¹Consultar o programa de HCA.

No Módulo dois *A Cultura do Senado*, reflete sobre a civilização Romana, destaca-se a importância do seu sistema civilizacional e jurídico e a construção do latim, o circo e as artes romanas, os teatros as inovações na arquitetura, o ócio, os banhos e os jogos circenses. Nos casos práticos, temos a *Coluna de Trajano* e, a nível da pintura, os *Frescos de Pompeia*. Seguidamente o módulo *A Cultura do Mosteiro* realça a reorganização cristã na Europa, fortalecendo a imagem e o poder de Deus, o Mosteiro, a Catedral, o Castelo. Nos casos práticos, estuda-se *A Igreja de São Pedro de Rates*, onde se utiliza pela primeira vez o conceito de “ restauro “, importante para a sensibilização do Património Cultural material, o *Canto Gregoriano* como exemplo de expressão e transmissão da cultura cristã e artística da música medieval. Na *Cultura da Catedral* foca-se o renascimento e a cultura cortesã; a arte gótica e a sua arquitetura, representada na *Catedral de Notre Dame de Amiens*, e o *Casamento de Frederico III com D. Leonor de Portugal*.

A temática do módulo três é *A Cultura do Palácio*, o humanismo e mecenato, as artes e o renascimento, anunciando o maneirismo e a sua arte, destacando-se os casos práticos *A Anunciação* de Leonardo Da Vinci, e a *Fala do Licenciado e diálogo de Todo o Mundo e Ninguém*, de Gil Vicente. O módulo *A Cultura do Palco* evidencia a cidade dos ricos e a ostentação do barroco, os espetáculos, o teatro e a ópera. Os casos práticos estudam *La cérémonie turque em le Bougeois* e o *Real Edifício de Mafra*. *A Cultura do Salão*, a Europa das monarquias e as revoluções liberais, *A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, as ruturas cultural e científica, a arte do Neoclassismo e Rococó, os casos práticos *Le Nozze di Figaro (1786)-finale* e o *Urbanismo da Baixa Pombalina* .

O módulo seguinte, a *A Cultura da Gare*, refere-se ao aparecimento da «Gare», como um espaço de encontro da sociedade de discussão e de divulgação cultural é a europa do romantismo, do naturalismo, do impressionismo e pós impressionismo; a arte nova do ferro e do vidro. Apresenta nos casos práticos o *Palácio da Pena* e *Italian on ferry-boat leaving Ellis Island*. Na *Cultura do Cinema*, realça uma nova linguagem a Sétima arte, o cinema, o modernismo e o design como no estudo dos casos práticos o *Ultimatum futurista ás gerações portuguesas do século XX* e a *Guernica*. O último módulo, *A Cultura do Espaço Virtual*, reflete sobre o fenómeno da globalização, fundamenta-se no lema: criar é agir. A arte enquanto processo, nos casos práticos, analisa os temas *Coca-Cola*, de Andy Warloy e o *Café Müller*, de Pina Bausch.

Os autores do Programa mencionam que “*entendeu-se, por se tratar de um programa concebido em função do ensino secundário, com um enquadramento temporal necessariamente limitado, dever centrar-se a sua análise, tanto no plano da História da Cultura como no das diferentes áreas artísticas, numa perspectiva ocidental de base europeia, com o necessário enfoque na correlativa situação portuguesa, que particularmente se pretendeu valorizar, desde logo no que respeita aos casos práticos analisados. O programa assume, assim, uma matriz que funda a nossa própria cultura, cimentando uma informação identitária, não sem procurar pontos de contacto com outras culturas e formas de expressão artística*”⁴⁵². Tenta-se conciliar os acontecimentos Históricos e GeoPolíticos, com a História da Cultura e das Mentalidades e das Artes Visuais.

Assim sendo, é aqui que reside a importância e a correlação da História da Cultura e a valorização do Património, entendendo-se por Património o legado cultural que tem uma continuidade que acompanhou muitas gerações ao longo do tempo e do espaço. Assim, a valorização do património em Portugal, e no caso em estudo o *Castelo de S. Jorge*, como monumento nacional, para além de ter uma função didática para a construção do conhecimento, valoriza a sensibilização educacional e patrimonial dos Castelos como exemplo a Arte Militar. Não se evidencia só em Lisboa, pois em Portugal existem muitos mais castelos o que justifica o seu valor patrimonial e pedagógico. Uma visita ao Castelo é tão importante como uma visita ao Mosteiro dos Jerónimos ou ao Palácio de Mafra, pelo que deveria ser integrada no programa escolar, nos Módulos 3 e 4 –; *A Cultura do Palácio e A Cultura da Catedral*, na categoria do programa, os *Casos Práticos*, ou então criar-se um novo módulo.

Em termos de gestão horária este programa refere o seguinte:

“1º- *Dadas as especificidades das áreas artísticas, considerou-se que a maior parte do tempo lhes deverá ser atribuído – são cerca de 55% do total (embora as atividades fora da sala de aula devam ser entendidas como trabalho para as áreas específicas).*

2º- *O tronco comum obrigará a um esforço de síntese prévio por parte do professor e, por isso mesmo, a uma seleção criteriosa da forma como organizará as atividades, mas não deverá ocupar mais do que 26% do total de tempos letivos disponíveis.*

⁴⁵²Idem.

3º- Para as tradicionais avaliações sumativas (em número de duas por período escolar) mas, sobretudo, para as visitas de estudo e, de um modo geral para o conjunto de atividades fora da sala de aula, que entendemos como inquestionáveis embora flexíveis, propomos 19% do tempo total⁴⁵³.

Tratando-se de uma disciplina que tem uma carga teórica de 55% no total da carga horária letiva, é fundamental que os alunos tenham uma carga horária de 4 x 90 minutos por semana, de forma a serem aprofundadas temáticas diferentes com dinâmicas e estratégias de diversificadas.

Como se pode verificar através da análise do Currículo de HCA, este não inclui no elenco das suas áreas de estudo uma perspetiva abrangente da evolução e criação do conceito Património, mas, está subjacente que cabe a cada professor a sua viabilização. Na verdade, no Programa, não existe uma definição de “*Património*”, nem uma definição de “*Arte*”, embora clarifique conceitos mais técnicos. Fala-se de Cultura Religiosa Cristã Medieval, mas não se trata do tema Reforma e Contra – Reforma Cristã, nem na sua Arte. Também, não foca nenhuma legislação patrimonial, importante para a compreensão das políticas e iniciativas patrimoniais do mundo atual⁴⁵⁴.

3.3- O papel da sensibilização para o património.

A educação para o património é imprescindível para a integração da Pessoa neste mundo global. Cada vez mais pertencemos a uma comunidade multicultural que estabelece relações de afinidade com o património através das suas permanências e vivências. Estas, porém, não se esgotam no tempo nem no espaço, pelo contrário materializam-se. O património é o reflexo ideológico e cultural das comunidades que nos antecederam e que deixaram a sua herança. Sobre a importância da sensibilidade patrimonial afirma Kofi Yamgnane⁴⁵⁵, “*o património restitui o passado para perspectivar o futuro. Fazendo reviver a história de um espaço e dos seus habitantes através dos monumentos, das pinturas, das esculturas e dos arquivos, alimenta a memória dos cidadãos. Assim, permite-lhes situarem-se no tempo e no mundo, e arma-os para defender uma democracia autêntica.*”

⁴⁵³ Programa de HCA:16-17.

⁴⁵⁴ Vide quadro 12.

⁴⁵⁵ YAMGNAME, K (1999):100.

Segundo Patrice Canivez⁴⁵⁶, na linha de pensamento de Kant na “*Crítica da Faculdade de Julgar*” é através da contemplação e apreciação da obra artística que o cidadão desenvolve a sensibilidade às diferenças. Quando se fala em sensibilizar, primeiro é necessário pensar o que significa sensibilidade. Segundo as definições correntes de dicionários⁴⁵⁷ e enciclopédias⁴⁵⁸, é a faculdade de sentir, de perceber modificações no meio em que se vive, e de reagir perante elas. Por outro lado Lucien Godmann⁴⁵⁹ refere que a arte é um caminho que retrata uma realidade social e histórica que é expressa através da sua sensibilidade. Paralelamente à ideia de sensível encontra-se a estética ou *aisthesis* do grego, que significa um horizonte, ou seja, o conhecimento dado pelo sensível e pelos objetos⁴⁶⁰. Estar sensível, portanto, significa estar apto a sentir em profundidade as impressões, como uma “*faculdade de sentir (...) capacidade de perceber impressões provenientes do próprio corpo e do exterior; capacidade que o sujeito tem de gozar e de sofrer, de se comover, de o desejar e de amar*”⁴⁶¹. Através da estética e do sensível, podemos participar ativamente e tentar intervir sobre aquilo que está à nossa volta, para preservar e salvaguarda o património. Assim, a sensibilização patrimonial faz com que cada um perceba que é capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida e da comunidade.

Como, já foi referido anteriormente no século XX, o conceito de património atingiu uma complexa valorização e universalidade, despertando novos olhares e novos desafios valorativos sobre o património. Em 1974, o Diretor Geral da Unesco René Maheu⁴⁶² refere a importância de salvaguarda do património escrevendo “*par la prise de conscience d’un patrimoine culturel universal, l’humanité se reconnaît solidaire dans le temps et dans l’espace et proclame l’unité de son destin à travers les siècles et les nations.*”

O preâmbulo do Decreto-Lei nº 245/80 diz o seguinte em defesa do Património Cultural: “*a defesa do património cultural é uma tarefa ingente que apela, na maior parte dos casos, para um trabalho de equipa interdisciplinar, do historiador, do arqueólogo, do historiador de arte, do químico e de outras especialidades das ciências humanas e*

⁴⁵⁶CANIVEZ, P (1995):128.

⁴⁵⁷COSTA, J, SAMPAIO, A (1999):1493-4.

⁴⁵⁸MORAES, M (2000):767.

Termo aplicado a diversas áreas do conhecimento “ Faculdade de e sentir (...) capacidade de perceber impressões provenientes do próprio corpo e do exterior; capacidade que o sujeito tem de gozar e de sofrer, de se comover, de desejar e de amar.”

⁴⁵⁹ Obra referida por Pierre de Francastel em Sociologia da arte, apud: Lucien Goldman (1950/59).

⁴⁶⁰ MORAIS, B (1990):270-271.

⁴⁶¹ COSTA, J, SAMPAIO, A (1999):1512.

⁴⁶² MAHEU, R (1974) in Bulletin d’ information nº2.

sociais.” E, sobre a relação que se estabelece entre História e Património, refere José Mattoso, “ a história tornou-se também uma técnica de preservação do património nacional ou cultural. É preciso guardar e valorizar a memória. Ao contrário de muitas outras disciplinas, porém, a História traz em si mesmo o antídoto contra as preservações da acumulação, ao mostrar a variabilidade dos valores. Acontece o mesmo com a Antropologia cultural, que mostra, além disso, a impossibilidade de lhes descobrir o sentido fora do nexa mediatizador das relações sociais que o inspiram.(...)”⁴⁶³.

A 30 de Novembro de 1976, em Nairobi, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, considerou que *“os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte da paisagem quotidiana dos seres humanos, que lhes asseguram a presença viva do passado que os moldou e que lhes garantem no quadro da vida a diversidade necessária para responder aos desafios sociais e que, neste aspecto, eles adquirem uma dimensão humana suplementar”*⁴⁶⁴. Defendeu-se nesta conferência a importância escolar do património; *“O estudo dos conjuntos históricos deve ser incluindo no ensino a todos os níveis e, em particular, no ensino da História, a fim de enraizar nos espíritos jovens a compreensão e o respeito pelas obras do passado e de mostrar o papel desse património na vida contemporânea. Um tal ensino deveria utilizar em profundidade meios áudio -visuais e a visita a conjuntos históricos ou tradicionais”*⁴⁶⁵.

Assim, a Unesco anuncia orientações para o fundamento do papel da sensibilização para o património também na escola referindo o seguinte, *“a tomada de consciência das necessidades da salvaguarda deveria ser encorajada pela educação escolar, pré-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação”*⁴⁶⁶. Em Portugal publicou-se em 2001 a Lei Base do Património nº107/2001 em de 8 de setembro, na qual se destaca:

“Artigo 1 (...) A presente lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.(...) Artigo 2(...)O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico,

⁴⁶³ MATTOSO, J (1989):5.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Idem, ibidem:20.

⁴⁶⁶ Idem, ibidem:20. *“Tais como Livros, imprensa, televisão, rádio, cinema e exposições itinerantes. As vantagens não somente estéticas e culturais, mas também sociais e económicas, que podem advir de uma política bem dirigida de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e das suas envolventes devem ser objeto duma informação clara e completa. Esta informação deve ser largamente difundida junto dos organismos públicos ou privados, nacionais, regionais, e locais, e entre a população, que deve saber porquê e como o seu quadro de vida pode, assim, melhorar (...).”*

etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”.

A História enquanto disciplina da humanidade da Cultura e das Artes assume um papel fundamental para a sensibilização do património por se tratar de uma disciplina que se debruça sobre os bens culturais e patrimoniais valorizando a cultura e a arte. Segundo José Soares: *“a História oferece inúmeras possibilidades para a educação para a cidadania tendo em consideração que as variáveis tempo e espaço interagem para a percepção de identidade, especialmente na compreensão das raízes culturais na significação do presente e na fundamentação do futuro”*⁴⁶⁷. A escola assume uma importância central para a sensibilização patrimonial, porque educa e pode alterar os comportamentos humanos. É um meio difusor e privilegiado para a reflexão e desenvolvimento da sensibilização patrimonial e para se adquirirem competências de cidadania, como refere Maria Rosa Afonso,⁴⁶⁸ *“A escola é entendida como lugar de aprendizagem e de convivência social “ é assim “ um espaço privilegiado da sociabilização para as crianças e para os jovens, que, aí aprendem a viver, partilhando experiências, valores, sonhos, desejos, amizades e compromissos; aí se empenham em causas que consideram justas, a favor da paz, dos direitos humanos, das questões sociais, ambientais, patrimoniais, etc”*. O papel da sensibilização patrimonial como refere Maria Rosa Afonso⁴⁶⁹, é muito importante, pois o contato com a cultura e com os monumentos nacionais, desperta os alunos para a tomada de consciência do valor da cultura local, regional e nacional e para as *“ marcas culturais visíveis que nos identificam com um povo, um passado histórico, uma cultura, uma língua, um património, etc. É igualmente marcas culturais invisíveis, laços afectivos, que têm fundamentalmente a ver com aquilo a que, em linguagem comum, chamamos as nossas raízes-saberes, sentimentos, experiências, sensações, nostalgias, que fazem com que nos emocionemos, com manifestações e aspectos que têm a ver com elementos mais profundos da nossa identidade”*. Lépinay⁴⁷⁰ acentua a seguinte ideia: *”o património, pela história que nos descreve e pelo ensino que fornece, constitui um meio de desenvolver o nosso sentido crítico e a nossa capacidade de colher ensinamentos. Permite-nos assim resituar as acções no seu contexto, aumentar a nossa compreensão do outro. Facilita a construção, individual e colectiva, do nosso futuro “*.

⁴⁶⁷SOARES, J (2003):40.

⁴⁶⁸AFONSO, R (2005):17.

⁴⁶⁹Idem, ibidem:12-13.

⁴⁷⁰LÉPINAY, H (1999):71.

Em vários documentos, sejam eles políticos, mediáticos, ou legais, regista-se assim a necessidade e apelo à sensibilização do Património Histórico-Cultural, como meio de preservar a identidade do património construído, como é exemplo, o Castelo de S. Jorge em Lisboa⁴⁷¹.

Como se pode verificar a sensibilização para o património é, para a sociedade do século XXI, um fator educacional e civilizacional necessário ao nível cultural, económico ou político. Como já foi referido por Ana Ramos⁴⁷² na sua tese de mestrado, “ *O lugar da Educação Patrimonial no currículo escolar*”, é importante que a educação para o património comece na escola, para depois passar para a sociedade. É muito importante mais formação sobre o património nas escolas, para que se criem quadros de profissionais mais capazes para agir a favor do património da sua salvaguarda, conservação e restauro, junto das instituições que defendem e promovem o Património material, imaterial, tangível ou intangível⁴⁷³.

⁴⁷¹ALARCÃO, J (1982):33. Sobre a noção de património construído refere Jorge Alarcão “*aquilo que os homens edificaram, igrejas e mosteiros, casa e solares, castelos, praças-fortes, e muralhas, prisões, azenhas, moinhos, espigueiros, fábricas (...), pelourinhos, alminhas ou cruzeiros, e o que vai sendo uso designar por mobiliário urbano, isto é os bancos de praças e jardins*”.

⁴⁷²RAMOS, A (2009).

⁴⁷³ Vide quadro 13.

CAPÍTULO IV- O CASTELO DE S JORGE COMO PROPOSTA DE INSERÇÃO LETIVA

4. O Castelo de S. Jorge: uma proposta de exploração educativa e de sensibilização para o Património.

O Programa de HCA pretende integrar diversas áreas artísticas que permitam dar uma resposta à vocação e formação educativa ⁴⁷⁴ e, ao mesmo tempo explorar as capacidades dos estudantes. Contempla diversas temáticas patrimoniais que devem ser salientadas ao longo da lecionação, as quais pressupõem uma preocupação do professor com a otimização da gestão dos conteúdos e com uma exploração didática virada para a sensibilização do património material, imaterial, tangível e intangível. A temática da arquitetura militar e da arte na Idade Média não se confina só ao espaço da cristandade, logo poderá ser objeto de um novo tema na categoria” *Casos Práticos* ⁴⁷⁵“, onde se desenvolvem e aprofundam, os casos mais específicos das diversas épocas históricas, como por exemplo o Castelo de S. Jorge. Este estudo da arquitetura e do legado militar deve acompanhar as temáticas da *Cultura do Mosteiro* e da *Cultura da Catedral*, ou em alternativa, deve ser tratada como uma “*Cultura*” específica e autónoma.

Segundo os autores do programa de História da Cultura e das Artes, “*esta última categoria tem, com efeito, por objectivo, proporcionar aos alunos de cada uma das áreas específicas o contacto com as diferentes artes, alcançando assim, pela descoberta da transversalidade das expressões artísticas, uma formação mais completa e abrangente*”⁴⁷⁶. Esta exploração deve ser efetuada e integrada nas aulas práticas. Um pressuposto dos “*Casos Práticos*”, são as visitas de estudo; como refere Maria Manuela Abreu “*as vistas de estudo a monumentos, museus, arquivos e localidades de relevância Histórica constituem indubitavelmente uma das vias mais seguras de um ensino activo e interessante da História, tanto regional como nacional e universal*”⁴⁷⁷. Assim segundo Maria Manuela

⁴⁷⁴ALARCÃO, J (1982):8.

⁴⁷⁵ Cf, Programa de HCA: 9. Apêndice I.

⁴⁷⁶Idem.

⁴⁷⁷ABREU, M (1972):45.

Abreu, “ *as visitas de estudo devem ser aulas práticas, e como tal devem ser concebidas e convenientemente preparadas* ” ⁴⁷⁸.

Perante um monumento ou uma localidade de interesse histórico é a própria situação humana que o concebeu e construiu ou nele viveu, que adquire uma dimensão de presença, aberta e disponível a uma forma de convívio quase existencial. A imaginação ⁴⁷⁹ é induzida a realizar um trabalho de reconstituição das condições reais da sua via quotidiana, da aquisição dos materiais de construção e sua técnica, aos regimes de produção e uso de bens, às crenças e sistemas axiológicos que determinam o sentido da vida e regulam o modo de atuar no mundo, a imaginação vê o mundo e o pensamento pensa. Por exemplo no alto do castelo de S. Jorge, os alunos poderão ver a vastidão e a grandiosidade deslumbrante da cidade, a arquitetura dos diferentes bairros, como também ver o tempo que nos separa dos remotos construtores, a paisagem e a linha do horizonte, que nos explica a forte ligação com o rio e o extenso oceano. Assim, a presença do património edificado ⁴⁸⁰ é uma realidade que não se pode postergar no conhecimento histórico, pois este serve de fundo para a compreensão histórica do passado.

O Castelo de S. Jorge é constituído por três espaços, principais, o núcleo museológico, o castelejo e o núcleo arqueológico. A exploração do Castelo deve ser realizada de forma transversal e em consonância com os outros professores da turma, de forma a otimizar os recursos e a contribuir para a consolidação e aquisição de conhecimentos psicossociais educativos, como por exemplo educação tecnológica e complementaridade interdisciplinar. Na disciplina de História no 2º ciclo, 3º e secundário, uma visita ao museu, ao castelo, realizar uma caminhada no caminho da ronda, observar as diferentes tipologias e morfologias arquitetónicas, contribui para compreensão dos contextos históricos e mobiliza saberes ⁴⁸¹.

O Castelo tem também, a vertente museológica. Uma visita de estudo ao museu para além de ter um valor cultural compreende também um valor didático, pois permite o encontro entre o objeto do museu e o sujeito facilitando a interação entre ambos. A visita

⁴⁷⁸Idem, ibidem:145.

⁴⁷⁹ Apud, Bruno Munari (1987):21.“...o mundo exterior ao indivíduo é explorado pela inteligência mediante manipulações e operações lógicas, com o objetivo de procurar compreender as coisas e os fenómenos que nos rodeiam”

⁴⁸⁰As vistas de estudo constituírem uma oportunidade para de contatar de mais perto com a realidade histórica, devendo-se elaborar uma Ficha de Observação, em todas as visitas de estudo que se faça independentemente do âmbito da visita, ou seja, material didático que servirá de apoio às mesmas.

⁴⁸¹Vide anexo 33.

propicia uma troca de conhecimentos entre os sujeitos, que estimula a sua exploração, quer sob os aspetos técnicos do objeto quer sobre o seu contexto histórico ou movimento artístico⁴⁸². Segundo Tuclely⁴⁸³, a aprendizagem que se realiza através do museu tem muitas vantagens: reforça a curiosidade, é um estímulo para a motivação e incentiva a observação. Como também refere Roser Masachs, “*si a un bien cultural se le aplican mecanismos de interpretacion, se inicia su valorización como patrimonio*”⁴⁸⁴. Assim, no museu do Castelo de S. Jorge os alunos podem fazer uma observação direta, e depararem-se com as culturas e artefactos de outras de civilizações. Esta exploração é representativa da plurimodalidade e funcionalidade de uma estrutura, que foi sendo adaptada ao longo do tempo. Sendo um exemplo de um monumento que exprime o seu valor artístico/patrimonial e sociocultural, que demonstra as tradições das várias comunidades que o ocuparam em diversas épocas da História, é um espaço onde os alunos podem interagir e desenvolver atividades científicas-tecnológicas, ambientais, etnológicas, artísticas, teatrais, artes plásticas e musicais⁴⁸⁵.

4.1– Os castelos e conhecimento do passado histórico-cultural.

Quando hoje nos lembramos dos castelos, chega-nos uma imagem arquitetónica dos castelos e das suas ruínas. O estudo da castelologia, normalmente, foca-se mais no estudo dos elementos arquitetónicos, nas suas estruturas e seus modelos, nos modos de implantação nos locais. Contudo, como defende Huizinga “*A história começa com a transmissão de uma geração para outra, e tradição significa o transmitir de hábitos e de lições do passado para o futuro*”⁴⁸⁶. Numa perspetiva sociológica, o Homem é um ser social e cultural, que comunica entre si ao longo de diversas gerações, e acumula as suas vivências ao longo da História, o homem constrói-se no tempo e partilha as descobertas que faz no espaço, transmitindo cultura⁴⁸⁷.

Nesta visão sobre o castelo defende Muñoz que um edifício, um monumento é uma fonte para o estudo da castelologia, é um elemento importante para a compreensão do espaço e do tempo na Idade Média⁴⁸⁸. O Castelo como documento possibilita analisar diversos aspetos da Idade Média, ao nível social, político, económico, administrativo, judicial, cultural, na sua relação com o homem e a natureza. Ao longo da História o

⁴⁸²BUFFET, F (1997):16.

⁴⁸³TUCLEY, C.J (1992):35.

⁴⁸⁴MASACHS, R. C (2009):120.

⁴⁸⁵ Vide quadro 14.

⁴⁸⁶HUIDINZA, J (1957):293.

⁴⁸⁷PESTANA, M (1985):1.

⁴⁸⁸MUÑOZ, A (2004).

Homem sempre teve necessidade de se defender, de sociabilizar, para isso protegeu-se, construiu e viveu em cavernas, abrigos, casas, castelos ou seja, habitações, ou até mesmo em arranha-céus, que coabitava com outros homens vivendo em comunidade ⁴⁸⁹. O Homem protegeu-se, quer por motivos alheios, ou de ataques inimigos, então, a sociedade teve necessidade de se organizar e adaptar às vicissitudes dos acontecimentos do quotidiano. Com a necessidade de comunicação e defesa, o castelo foi um ponto de partida para a organização da comunidade quer dentro, quer fora do espaço castelo. Neste sentido é importante refletirmos sobre os castelos, pois de facto eles constituíram uma estrutura organizativa nas comunidades locais à sua volta, aí através da figura do alcaide, o rei exercia o seu poder e definia a organização social, política e cultural da sociedade da Idade Média.

Assim, os castelos foram, na Idade Média, uma verdadeira instituição com estatutos, organização, com valores, funções, equipamentos, leis e normas régias e clericais, que tinham como objetivo organizar a sociedade, logo constituem uma fonte inquestionável de informação para o conhecimento do passado histórico ⁴⁹⁰.

Sobre a organização do campo social materializou o contacto entre culturas diferentes, por exemplo, no Castelo de S. Jorge este foi um ponto de confronto de culturas opostas, cristãos e muçulmanos, que influenciaram toda a organização do espaço-urbano, da cidade medieval ⁴⁹¹. A questão política e o controle da sociedade tiveram como base a organização piramidal da sociedade Medieval, que tem porventura a sua génese na organização espacial dos castelos uma vez que o poder está no alto na colina, ou seja na torre que é o poder e representa supremacia ⁴⁹².

O castelo incorporava o poder e a ordem na organização social que tutelados pelos *tenens* assumiam vários papéis como o judicial, militar e fiscal. Através da leitura do esquema piramidal ⁴⁹³ da sociedade da Idade Média, fonte legítima para o conhecimento do passado dos castelos, este constitui um documento material primário, que nos permite perscrutar a sociedade da Idade Média.

⁴⁸⁹PESTANA, M (1985):3.

⁴⁹⁰Idem, ibidem:5. Consulte-se o artigo sobre o “Feudalismo”, em Encicopédia luso-brasileira.

⁴⁹¹Idem.

⁴⁹²AGÜI, E (1998):27.

⁴⁹³Vide anexo 31.

Por outro lado, a importância da imagem do castelo, expressa a linguagem da arquitetura e o seu poder. Podemos constatar a sua importância através da observação, por exemplo, dos pináculos nos castelos senhoriais. Esta elevação transmite-nos poder e distinção, e pode também ser entendida como um símbolo esotérico, forte, que protege as minorias. A tridimensionalidade pode ser interpretada através de uma linguagem simbólica, que se expressa na arquitectura, nas muralhas, torres, e no poder.⁴⁹⁴

A imagem do castelo enquanto realidade física comunica com as comunidades que vai percebendo a sua importância e imponência, a muralha delimita e divide o espaço urbano, no espaço exterior estão as minorias, no espaço interior a administração régia, e com ela o poder judicial, administrativo e executivo, as muralhas delimitam os poderes e a organização urbana da cidade medieval. Logo, também a vertente imaginativa, simbólica e expressiva contribuiu para que o castelo fosse um ponto de partida para a organização espacial da comunidade quer dentro ou fora dele⁴⁹⁵. A preocupação com a proteção do espaço dos castelos, coube à centralização régia das suas possessões, como se pode comprovar com a promulgação do *Ius Crenelandi*, que só com D. Dinis ela se concretizou.

O estudo dos castelos também se revela importante no entendimento das estratégias militares no processo da reconquista e, à posterior organização e consolidação territorial, pois de facto o castelo não deve ser visto como um elemento isolado. Pelo contrário, ele manteve uma relação íntima com as populações com as quais coabita, protegendo os campos, a economia, abrigou as populações dos ataques inimigos⁴⁹⁶. Os nomes e as classes dos habitantes muitas vezes derivavam das comunicações e relações que estas comunidades estabeleciam entre si. O espaço ocupado pelos castelos foi um palco importante de acontecimentos históricos-militares. São exemplos de acontecimentos históricos importantes: o cerco de Lisboa de 1383, as reuniões de Cortes como as de Coimbra, aquando a crise de 1383-1385, ou as Cortes de Leiria em 1254, enfim sem esquecer as festas e celebrações. Ao nível da organização administrativa, a existência da Torre do Tombo e da habitação Régia no Castelo de São Jorge, demonstram que os castelos também foram fundamentais na organização do poder e na defesa, e por isso acarretam com elas uma simbologia de poder, ainda hoje patente na sua implantação na paisagem. Em modo de conclusão, diremos que os castelos tiveram várias funções:

⁴⁹⁴FUSCO, R (1970):91.

⁴⁹⁵VELASCO, I (1992):13.

⁴⁹⁶Idem.

políticas, sociais, económicas, administrativas e judiciais, que não devem ser menosprezadas no currículo nacional, porque completam a formação sócio-cultural dos alunos e aprofunda o seu entendimento sobre o mundo atual.

4.2- A expressão do imaginário dos castelos, lendas e narrativas como motivação de aprendizagem.

Para se perceber como é que as lendas e as narrativas podem ser um ponto de partida para a motivação na aprendizagem é necessário, primeiro definir o conceito motivação e perceber qual o seu valor nas aprendizagens, contudo também nos pareceu pertinente, falarmos de contos de forma a completar mais este mundo imaginário. A motivação é aquilo que nos faz realizar determinadas objetivos, ou seja é aquilo, que faz com que façamos uma atividade, ou aquilo que nos faz manter um comportamento ⁴⁹⁷. Para Stipek⁴⁹⁸, a motivação no processo ensino-aprendizagem é um método ativo que implica por parte do aluno uma atividade consciente e deliberada, ou seja um esforço para a realização e, conseqüentemente para a aprendizagem e aquisição de conhecimento, já que não existem alunos desmotivados, o que existe são maneiras diferentes de motivar os alunos.

O papel do professor, como salientam Balancho e Coelho⁴⁹⁹, é o mediador de satisfações e manifestador de incentivos, que deverá, em primeiro lugar, identificar as motivações dos alunos para que haja um ajustamento entre esses interesses e as atividades pedagógicas, ou seja, face ao aluno o professor não é o motivador. O professor, como elemento fundamental no processo ensino / aprendizagem constrói uma relação com o conhecimento histórico, estimulando a construção do saber, de forma progressiva e gradual⁵⁰⁰, tendo como objetivo atingir o próprio conhecimento. Seguindo a linha de pensamento construtivista do conhecimento, cabe ao professor proporcionar aos alunos incentivos e oportunidades para que estes sejam os construtores da sua própria aprendizagem, entendida como uma ação construtivista⁵⁰¹, e assim o professor pode e deve recorrer às lendas e narrativas como instrumento importante na motivação.

A narrativa pode proporcionar vários cenários ideológicos e potencialidades que não se confinam às representações literárias, pelo contrário a história e a ficção, referem-se à ação

⁴⁹⁷BALANCHO, M, COELHO, F (2001): 47.

⁴⁹⁸STIPEK, D (1998): <http://www.ibe.unesco.org/>.

⁴⁹⁹Idem, ibidem:47.

⁵⁰⁰Ministério da Educação, (2000):1.

⁵⁰¹FOSNOT, T.C (1999):20.

do Homem sobre o passado, no qual a narrativa pode surgir como a representação da realidade⁵⁰², ou seja em contexto fantasioso, o indivíduo pode desenvolver e conceber estratégias que, depois, adequará ao seu comportamento na vida real. O mundo da imaginação e da fantasia ocupou sempre um lugar privilegiado na literatura infantil⁵⁰³, que se perpetua por exemplo, nos contos de Perrault, ou nos contos dos irmãos Grimm.

Nesta perspetiva, com o Romantismo, o Castelo tornou-se em Oitocentos, cenário da “mitologia medieval” ao introduzir a reminiscência lendária, a evocação da coragem heróica e nobreza de sentimentos e do espírito, que se expressou na publicação das lendas e narrativas⁵⁰⁴. Por outro lado, durante o século XIX expandiram-se os livros de cavalaria, romances e contos populares, suportes de lendas sobre os castelos, de que a própria banda desenhada, mais tarde, no século XX, se apropriou. Os Castelos medievais representam a habitação dos reis, rainhas, princesas, príncipes e cavaleiros, ou seja, os castelos são a imagem real, o testemunho patrimonial que ainda hoje persiste na paisagem portuguesa e que se destaca pela sua funcionalidade e pela vertente arquitetónica da arte de fortificar. O estudo histórico e cultural dos Castelos é fundamental para a compreensão do meio envolvente dos alunos e para a promoção e valorização do património da Idade Média⁵⁰⁵. Porém, esta imagem suscita a imaginação que faz sonhar, descobrir, pensar e conhecer coisas diferentes, provoca fantasia e faz com que os alunos/ crianças possam disfrutar livremente, provocando uma singular criatividade de novas ideias, onde a criança pode imaginar, inventar, criar novos mundos desenvolvendo novos talentos⁵⁰⁶.

Como nos diz José Mattoso, os castelos “*parecem ressuscitar a vivência de outros tempos, mas permanecem calados, mas a sua linguagem é o silêncio. São o grito mudo dos homens e mulheres cuja marca ficou para sempre impressa na matéria. Por isso atraem: são a ponte entre o passado e o permanente, entre a morte e a vida. O imaginário que os povoa de princesas ou de senhores feudais não é mais do que a fixação do desejo ou do medo: do desejo da vida e do medo da morte. Mas a solidez tranquila das suas pedras dissipa as ilusões: une a vida e a morte, proclamando uma realidade imutável*”⁵⁰⁷. As lendas, narrativas e os contos, contêm uma estrutura discursiva que envolve o ser humano

⁵⁰²REIS, LOPES (2002): 273.

⁵⁰³MANZANO, M.G (1988):12. As lendas, os contos originam o deslumbramento, é um espaço livre onde se pode imaginar novos mundos, “ *O conto maravilhoso origina deslumbramento e dispõe para imaginar novos mundos; os contos fantásticos, pela ruptura da harmonia e coerência do universo que se explica cientificamente, produzem surpresa e a surpresa, geralmente, não leva à necessidade de repetir a leitura*”.

⁵⁰⁴SANTOS, J (2008):442.

⁵⁰⁵CHORÃO, J (Coord),1999: 1252 a 1262.

⁵⁰⁶MANZANO, M (1988):121.

⁵⁰⁷MATTOSO, J (1988):1.

como um ator vivo, no tempo e no espaço, logo para se explicar algo humano e pessoal ou coletivo, é necessário narrar histórias, os protagonistas dessas histórias cheias de intrigas, de maus, amores, desencantos, castelos assombrados, reis, príncipes, princesas, conflitos e ações, incentivam a imaginação, logo, potenciam o entusiasmo e a motivação, dos alunos pela História ⁵⁰⁸.

Para Roldão⁵⁰⁹ o uso da narrativa é um meio de divulgação de mensagens ideológicas, políticas e crenças que podem focar aspetos culturais, do dia-a-dia ou passadas, que promovem e desenvolvem a capacidade de pesquisa, interpretação, organização e estruturação do conhecimento, onde o aluno tem interesse em saber o como e o porquê de acontecimentos de diversa ordem: políticos, económicos, sociais, de pensamento, vestuário, alimentação, de cultura, e também de procura de referências passadas. Então, as narrativas devem ser utilizadas como meio didático, uma vez que estas provocam exploraram potencialidades criativas e imaginativas, e fazem despoletar a curiosidade, que é fundamental para o conhecimento dos Castelos, por isso devem explorar-se as suas potencialidades, como por exemplo este extrato que narra a evolução histórica dos castelos:

“Do Castelo Românico ao Castelo Gótico”

Em cada terra existia uma única estrutura militar, o castelo. Era considerado o cabeçade-terra, representava o poder, a ordem e o comando militar. O castelo românico era concebido para uma “defesa passiva”. Era constituído pela cerca, normalmente tinha uma planta quadrada, adarve ou caminho da ronda, com torreões, as muralhas, porta principal e a porta da traição, torre de menagem no interior do pátio, o acesso fazia-se por uma escada em madeira móvel e tinham também uma cisterna.

No século XIII, protagonizadas por D. Dinis começam a surgir reformas nos castelos portugueses, esta passagem permitiu um “defesa ativa”, que é a originalidade do castelo gótico, pois a articulação dos vários elementos da muralha permitia uma defesa direta com o inimigo à distância. Com este castelo a torre de menagem, passa a estar adossada ao pano de muralha, o adarve é mais largo, o que permite a utilização da besta e para o resto da guarnição, no coroamento surgem os balçães ou matacães⁵¹⁰.

⁵⁰⁸MORALES, Moya, A. (1995):183.

⁵⁰⁹FÉLIX, N, ROLDÃO, M. (1997):39.

⁵¹⁰Elaboração própria, apud, Mário Barroca.

Como refere Regina Parente “*assumir a Narrativa como forma de representar a História é encarar a História como uma narrativa abrangente, global, onde cabem o político, o social, o económico, o grande acontecimento, o indigente ou o marginal, o grande homem ou o desconhecido, a História Local ou a História Universal, ou seja, a história de todos... e para todos*”⁵¹¹.

Em forma de conclusão, as lendas e as narrativas tem dimensão como instrumento didático que proporciona a motivação e o interesse pelo conhecimento e aprendizagem. A narrativa desdobra-se sem princípio, meio ou fim, sem a sua inerente temporalidade, espacialidade, que existem não de *per si*, mas contextualizadas, primeiro num todo específico, depois num todo mais geral, com personagens, ações, emoções, desenlaces e finais triste ou alegres.

4.3– O castelo como referente para aprendizagens plásticas e visuais.

Enquanto referente para a aprendizagem plástica e visual, a integração da cultura castelológica, nos “*Casos Práticos*” no programa curricular da disciplina de HCA, este traça uma abordagem que focaliza os elementos caraterísticos, definidores do que é um Castelo Medieval e seus elementos arquitetónicos e emblemáticos. A “torre” é dos elementos, pela sua dimensão e visualização acarreta uma simbologia que pode permitir aos alunos desenvolver as suas competências plásticas, visuais e históricas e criativas. Esta acarreta uma variedade de histórias e de personagens que podem ser motivadoras para as aprendizagens. A integração dos alunos na sociedade através das atividades plásticas e visuais proporcionam aos alunos o desenvolvimento, a liberdade de criação artística, o pensamento criativo, a capacidade de imaginação, a singularidade de expressão de cada aluno, o sentido crítico, rítmico e musical, ou seja, permite-lhe expressar o seu mundo interior, a sua sensibilidade e o seu imaginário.

A procura de uma harmonia entre o elemento emocional, racional e a criatividade são valores imprescindíveis para a construção psicossocial dos alunos e importante para o seu futuro⁵¹², os alunos poderão entender a sua importância não só no passado, mas também no presente, “*o modelo arquitetónico em que a torre de menagem sobressai acima das muralhas, e está rodeada pela alcáçova, é expressivamente representado pelo Castelo de*

⁵¹¹PARENTE, R (2004): 242.

⁵¹²MATTOSO, J (1988):15 a 17.

Guimarães. Foi adoptado muito para além das fronteiras do antigo Condado portugalense, nos territórios conquistados Portugalense e foi muito para além das fronteiras do antigo Condado Portugalense, nos territórios conquistados ao Islão, depois de 1147⁵¹³”.

Para além desta ideia, e mesmo no período de transição, a imagem da torre persistiu sem destruir a arquitetura que a antecedeu, procurou ser parte integrante de um estilo de transição, inaugurou um novo estilo - o Manuelino, que marcou o período da abertura de Portugal para o mundo e para a exploração de uma nova economia, bem presente no Mosteiro da Batalha. A expressividade da torre está presente na Torre de Belém simbolizando o mastro de um navio, local onde e tomam as decisões de comando e de poder⁵¹⁴.

António Belo⁵¹⁵ afirma num estudo realizado com atividades desenvolvidas na áreas da educação, que “ Arte e Cultura”, proporcionam aos alunos o desenvolvimento do sentido rítmico e musical, a liberdade de criação artística, o pensamento criativo, a capacidade de imaginação e a singularidade de expressão de cada aluno, a expressão oral e sentido crítico, ou seja, permitiram expressar o seu mundo interior, a sua sensibilidade e o seu imaginário. Deste modo a criança e o adolescente, viver e exprimir situações inerentes à arte e cultura, poderá reconhecer-se melhor e assim, entender melhor os outros⁵¹⁶. Logo a arte é fundamental para o desenvolvimento e para a formação dos indivíduos. Assim as imagens que recebemos através da televisão, internet, rádio, cinema, da internet ou ainda desenhada, ilustração de contos, provoca uma alteração que leva a uma mudança qualitativa no raciocínio, e no mundo sensorial dos indivíduos.

Renato Fusco faz notar que a “torre” na imagem do castelo global, podem ser vista como um elemento integrante de uma linguagem simbólica, que através da sua perceção visual, comunica e exprime conceitos e atitudes dirigindo-se a um imaginário coletivo.⁵¹⁷ As Torres constituíram assim um símbolo da cidade medieval, mas esta imagem teve origem em tempos mais remotos. A *Torre de Babel* é uma primeira referência que encontramos, a sua construção evoca a porta do céu, como um eixo primordial ele levanta-se da terra até

⁵¹³Idem.

⁵¹⁴Idem.

⁵¹⁵BELO, A (2007):58.

⁵¹⁶BELTÃO, L, NASCIMENTO, H. (2000):192.

⁵¹⁷FUSCO, R (1970): 91.

ao céu. A primeira torre descobriu-se em Ur⁵¹⁸, esta tem degraus, é coroada por um templo no topo, que simboliza a torre a morada de Deus, correspondendo ao modelo do *zigurate* mesopotâmico. Este tema está devidamente relacionado com o tema do 7^a ano “*Das Sociedades Recolectoras ás primeiras Civilizações*”. A Torre ligada ao sagrado dirigia ao céu e canalizava o seu poder para a terra, a Torre de Babel é considerada uma maravilha no orgulho da Humanidade⁵¹⁹.

Veja-se, então o que se entende por «torre»: ” *construção fuerte y alta ,exenta o integrada entre lienzos de muralla, que en planta y alzado puede presentar se bajo múltiples formas. Constituye el elemento prístimo e invariante de la poliorcéticas*⁵²⁰”. Para José Mattoso a “torre” revela um poder “*a torre de menagem se eleva, quase sempre, de maneira tão ativa acima do conjunto das muralhas. Era o símbolo da Homenagem ao rei, como o seu próprio nome indica. Marca a autoridade do alcaide, representante do soberano, e lembrava, portanto o senhorio da coroa ou do senhor a quem era preciso prestar juramento de fidelidade*⁵²¹. As torres e os castelos estão associados também, ao simbolismo da nacionalidade. Encontram-se semeados na bordadura vermelha da bandeira de Portugal, desde o tempo de D. Afonso III até ao século XXI⁵²².

Foi a partir da imagem Histórica da cidade medieval que artistas plásticos como Almada Negreiros, o escultor Pedro Cabrita Reis ou o arquiteto Tomás Taveira, se motivaram e apresentaram, ao longo do século XX, exemplos de projetos contemporâneos emblemáticos da arquitetura. Na Gare Marítima de Alcântara de Almada Negreiros⁵²³ é visível, num dos painéis, a imagem do castelo, onde é evidentes dois edifícios que caracterizam, iconograficamente a Idade Média, a Sé de Lisboa e o Castelo e neste destaca-se a torre. Quando observamos este painel a imagem verificamos que temos dois edifícios arquitetónicos e reparamos que as torres, ao nível da composição da imagem preenchem grande parte do painel.

⁵¹⁸Cidade do Patriarca da palestina. Cidade dos Zigurates, Correlação com os temas do ensino de História quanto às primeiras civilizações lecionadas no 7º ano.

⁵¹⁹CHEVALIER, J, GHEERBRANT, A (1994).

⁵²⁰MORA, L, F (1996):191.

⁵²¹MATTOSO, J (1988):15 a 17.

⁵²²Divisão de Relações Internacionais do Estado Maior- General das Forças Armadas Portuguesas, Bandeira de Portugal, (1988).

⁵²³Vide anexo:1.

A imagem da torre medieval também pode ser deslumbrada com uma visita ao Portugal dos Pequeninos, em Coimbra, projeto do Estado Novo. Através da planta⁵²⁴, vemos que a entrada é constituída pela larga porta e ladeadas por duas torres com hurdícios, ao lado o pano de muralha ameado e com torres que evidenciam a ideologia do regime.

Pode-se apreciar escultoricamente, a torre como ícone simbólico do Castelo no trabalho escultórico de Pedro Cabrita Reis (precisamente chamado de “O Castelo”⁵²⁵). Este recupera a imagem da cidade de medieval adaptando-a ao modernismo, onde mais uma vez, a “Torre”⁵²⁶, denuncia o seu lugar imponente na paisagem. O autor descreve a sua presença da seguinte forma:

*“ Escultura, que de alguma maneira traz, essa reminiscência, traz essa memória, essa vivência, mas ao mesmo tempo que a traz, transforma-a e devolve-a de novo à comunidade sobre uma forma completamente diferente e contemporânea.”*⁵²⁷

Uma outra realização contemporânea é do arquiteto Tomás Taveira responsável pelo Projeto Imagem Urbano – Arquitetónica, vencedor do concurso organizado pela Caixa Geral de depósitos adaptou o projeto para o Amoreiras Shopping, em Lisboa, em que a sua principal preocupação foi a organização espacial e funcional das torres. Para as Torres do Edifício Amoreiras, Tomás Taveira teve por base três ideias fundamentais ao nível da organização da imagem⁵²⁸ e procurou concretizar um projeto para uma “Cidade Feliz”. Esta cidade era constituída por uma *res* pública à qual se sobrepunha uma *res ciuitatem* (edifícios destinado à administração, residências e atividades produtivas), tudo isto para se constituírem uma *res* privada.

Esta arquitetura fundamenta a sua ideia de construção da imagem urbana na cidade medieval. Esta organização estrutural e espacial teve também a influência da organização contemporânea da cidade, teve também uma preocupação em adaptar e aproximar a cidade histórica à moderna. Ideologicamente, para Tomás Taveira, a cidade moderna tinha por um lado a influência de um regime autoritário e, por outro, um regime democrático. Para a

⁵²⁴Vide em anexo 32.

⁵²⁵In (“Castelo”, granito amarelo - 3m x 1.8m x 1.8m; peso: 18 on.9, Parque de Escultura Contemporânea Almourol - Vila Nova da Barquinha.

⁵²⁶Anexo 33.

⁵²⁷Apud, programa da rtp 2 “Pedro Cabrita Reis “ do dia 25 de Novembro de 2012. #Compound # castelo.

⁵²⁸O projeto da obra foi uma opção feita pela Gefel uma vez que CML já tinha aprovado o projeto, o arquiteto adaptou a o projeto às condições que já tinham sido aprovadas.

construção do edifício Amoreiras o arquiteto alicerçou a sua ideia optando entre um compromisso de desenhar edifícios que representassem uma arquitetura antropomórfica com base na herança histórica, e no uso de sinais que revalidassem o passado cultural e estilístico. Esta noção contrariava a opção do Modernismo que corta definitivamente com o passado, a esta opção juntou a ideia de progresso em contraposição ao autoritarismo. A ideia central para a habitação das Amoreiras é a “Cultura do Sol”, o sol como elemento mediterrânico, que se expressa nas grandes colunas espelhadas que deixam passar o sol, as *bow windows*⁵²⁹, nelas relembramos coroamentos como apelo à memória clássica, que assume imensa alegoria e paródia ao nível da criação da imagem.

Tomás Taveira defende a ideia de que as características mais marcantes de Lisboa se referem à cidade Medieval e não à cidade Modernista, embora esta última seja não menos um outro tópico da sua arquitetura. Assim o Edifício Amoreira é para Tomás Taveira o resultando de tendências e características da arquitetura Moderna (procura do *genius loci*; intervenção de um neoracionalismo; e também do *folk* e do neoclássico)⁵³⁰.

No Projeto Amoreiras as torres acarretam o que aí se transpõe de simbologia medieval: segundo o próprio Tomás Taveira: “*as três torres destinadas a escritórios têm um desenho antropomórfico [neo-classicismo puro]; as das pontas lembram guerreiros [são “evidentemente “ masculinas!] a central uma dama [evidentemente, também, feminina], enquanto a imagem geral se refere às torres medievais! Consuma-se assim o grande mito da idade Média -os guerreiros defendendo a sua dama!*”⁵³¹”.

Além da arquitetura, foi Tomás Taveira o criador / design artístico de todos os objetos que encontramos no interior e exterior do Shopping Amoreiras. Um elemento importante nesta obra foi a cor. Nas Amoreiras as cores utilizadas foram as que mais encontramos facilmente em Lisboa: os ocres, os rosas, os azuis acinzentados.

Muito recentemente, em Guimarães, a Torre apareceu na paisagem sob a forma de uma linguagem visual e plástica⁵³². Como se pode verificar ainda hoje, a torre assume uma simbologia forte e emblemática do poder que se associou ao feudalismo. Esta imagem

⁵²⁹Segundo Tomás Taveira “ esta introdução visa enquadrar a minha arquitetura já que ela se tem “ apoiado “ em circunstâncias e em constrações de ordem poética da mais variada natureza.

⁵³⁰TAVEIRA, T (1985), in arquitetura Portuguesa.4.

⁵³¹ Idem, ibidem:27. Vide anexo 34.

⁵³²Vide, a imagem em anexo 31.

transmite fortaleza e robustez, que se e acha perto de uma população que cuja tranquilidade assegura. A sua presença está ligada a um grupo, ela é a expressão plástica arquitetónica do grupo, com carácter privilegiado, e hierarquizado, que exerceu na comunidade uma imagem simbólica e portentosa.

Segundo Beltrão e Nascimento ⁵³³a arte e a sua expressividade *são o “essencial na educação para a cidadania, na medida dos seus valores próprios, que dão ao jovem o poder de transformar a sua circunstância”*, visa a realização pessoal, o aprofundamento da sua dimensão social e cultural(...) *irradia valores de criatividade, divergência, abertura, treino e decisão, inovação e risco. Procura uma harmonia entre o elemento emocional e o racional*⁵³⁴, mas no entanto esta função só se atinge em harmonia com a História, só ela consegue estabelecer esta ligação e provocar na pessoa o conhecimento.

4.4- A Cultura castelológica e patrimonial como temática letiva: Base para uma planificação.

Para se realizar esta planificação para além de toda a bibliografia que se apresenta, consultamos a Planificação da Disciplina de HCA editada pelo Ministério da Educação e, a partir da planificação construímos uma proposta didática para um novo Tema a “*A Cultura do Castelo*”. A abordagem na sala de aula deve ser realizada numa perspetiva de sensibilização e de preservação do património. Esta proposta tem como objetivo geral a valorização do castelo no currículo Nacional na Disciplina de HCA, e tem como objetivos específicos vários episódios e factos fundamentais da temática castelológica ao longo da Idade Média, que foram fundamentais para a HCA em Portugal, no seu contexto Ibérico e Europeu. A importância dos castelos não se esgota na expressão das artes visuais, ainda que a arte valorize o seu conteúdo histórico e cultural e pode ser um ponto de partida para sua valorização.

A proposta para a planificação para a disciplina é a seguinte:

História da Cultura Patrimonial e das Artes
Componente de Formação Específica dos Cursos Científico-Humanísticos de Artes Visuais e de Línguas e Literatura, Dança, Música e Teatro

⁵³³BELTRÃO, L, NASCIMENTO, H (2000):192.

⁵³⁴Idem, ibidem:192 e 193.

Ano de Escolaridade	Tronco Comum e Área de Dança	Tempos letivos de 90m
11º ano	Módulo 3- A Cultura do Castelo	Totais
Temática- “ A Cultura dos Castelos”	Tronco Comum A arquitetura românica e Gótico. Os castelos românicos do século X a XIII, De D. Dinis ao «Transitive Style»	8 Tempos.

Visão Geral do Tronco Comum:

Módulo : “A Cultura dos Castelos”⁵³⁵
Categorias Analíticas e Indicadores:
Tempo - Séculos IX –XIII
Espaço- A Europa dos Reinos Cristãos
Biografia- D. Dinis⁵³⁶
O Local- Hísn Balmâmalla⁵³⁷
Acontecimento- A Conquista de Silves⁵³⁸
Síntese 1- A Cultura Cortesã.
Síntese 2- O Canto Gregoriano
1º Caso Prático- O Castelo de S. Jorge em Lisboa
2º Caso Prático – O Edifício Amoreiras.

Com base nesta proposta propõe-se a integração no Currículo Nacional de História da Cultura e das Artes. A temática castelológica deve constar como um módulo temático, para que o aluno tenha uma formação cultura geral mais abrangente e desta forma aprofunde os conhecimentos sobre o nascimento da nacionalidade e a sua evolução no quadro da história social, político, económico, judicial. Os Castelos assumiram, também a sua importância na matriz urbana da cidade medieval. Estes acolheram as ordens militares religiosas, os reis e toda sociedade à sua volta. São um símbolo da sociedade da Idade Média e um elemento fundamental para o conhecimento histórico e cultural.

O programa de HCA é destinado a alunos que seguem diferentes áreas de formação. Por isso, este programa abrange uma variedade de temas, para os alunos que não seguem os

⁵³⁵ Ver exemplo em anexos de biografia. Local e acontecimento.

⁵³⁶ Vide em anexo uma proposta de um texto pedagógico: Fonte:Elaboração própria.

⁵³⁷ Vide em anexo uma proposta de um texto pedagógico: Fonte:Idem.

⁵³⁸ Vide em anexo uma proposta de um texto pedagógico: Fonte:Idem.

cursos profissionais, é realizada uma avaliação externa no final do biénio. Devido à realização dos exames nacionais, para as diferentes áreas de formação específica, nomeadamente, literaturas e artes visuais, música, dança, teatro, proponho que para além do cumprimento obrigatório do Programa da disciplina de HCA seja importante que se aprofundem os temas dos Casos Práticos para que ao longo do biénio se crie um portefólio de apoio para a preparação do exame nacional. Desta forma, os alunos poderão atingir um patamar mais elevado no conhecimento e concomitantemente atingir o sucesso escolar. É igualmente importante que se introduza o conceito “ Património ”, nos Programas escolares.

Devido ao grande leque e à grande diversidade de conteúdos programáticos que é notória no programa de HCA, através destes temas, os alunos poderão aprofundar os seus conhecimentos, e atingir objetivos gerais que são: *“propositadamente, e no intuito de contribuir de outro modo para o esclarecimento das categorias analíticas do Tronco Comum, os objectivos gerais da disciplina foram elaborados a partir desses indicadores que se denominam “Tempo”, “Espaço”, “Biografia”, “Local”, “Acontecimento”, “Sínteses” e “Casos Práticos”.*

Como objetivos, temos os seguintes:

“-Situat cronologicamente as principais etapas da evolução humana que enquadram fenómenos culturais e artísticos específicos. (Tempo).

-Reconhecer o contexto geográfico dos diversos fenómenos culturais e artísticos. (Espaço).

-Compreender a acção individual como determinante na apreciação dos diversos processos históricos, culturais e artísticos. (Biografia).

-Valorizar o local como cruzamento de múltiplas interações (culturais, políticas, económicas ou sociais). (Local).

- Relacionar um tempo breve, de natureza especialmente marcante, com o contexto em que se inscreve. (Acontecimento).

-Identificar os elementos estruturantes que caracterizam a singularidade da cultura de cada época. (Sínteses).

- Reconhecer o objeto artístico como produto e agente do processo histórico-cultural em que se enquadra. (Casos Práticos) e desenvolver competências fundamentais como:

- Utilizar em cada área artística o vocabulário próprio.

- Analisar o objeto artístico na sua especificidade técnica e formal.

- Reconhecer o objeto artístico como documento/testemunho do seu tempo histórico
- Reconhecer o estudo do objecto artístico como processo fundamental para o conhecimento do passado.
- Adotar métodos de trabalho próprios, individuais e/ou de grupo.
- Comunicar corretamente opiniões e resultados de pesquisa (oralmente e por escrito).
- Utilizar diversos recursos na pesquisa e comunicação de informação⁵³⁹.

Hoje em dia não podemos desprovir a Cultura do Património ou a Arte do Património, por isso fica mais uma sugestão, a da alteração do nome da disciplina de HCA para História do Património Cultural e das Artes no Currículo Nacional do Secundário. Podemos também evidenciar o carácter narrativo da Cultura dos Castelos, sendo o *castelo* um símbolo da autonomia e do poder Régio. Estes são um elemento fundamental para a caracterização cultural de diferentes gerações e gentes que habitavam a terra. Como refere um grupo de investigadores da Universidade de Huelva: *“la didáctica del patrimonio no tiene como finalidad directa el conocimiento de los elementos patrimoniales, ni el patrimonio para ser un nuevo contenido a añadir a la asignatura de conocimiento del medio en educación primaria, o de ciencias sociales, geografía e historia de la ESO, ni un motivo para llevar a cabo salidas extraescolares que pueden hacer más atractivas estas asignaturas para los alumnos, sino que debe de integrarse en el currículo y en particular en la enseñanza de las ciencias sociales, para permitir un mejor comprensión de la realidad social”*⁵⁴⁰.

Parece-nos pertinente, também que se crie, um novo curso técnico, como oferta de escola para a formação profissionalizante sobre Património, para que os alunos realizem uma escolha mais abrangente e seletiva que lhes permitirá ter acesso ao mundo do trabalho com uma formação mais especializada, virada para o apoio às instituições que promovem o património de uma forma mais técnico-científica e enquadrada numa política educacional que promova o património como uma forma de sustentação económica e de progresso.

⁵³⁹ Programa de HCA (2004):6 e 7.

⁵⁴⁰ MASACHS, R.C (2009):299.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho destacámos várias facetas que nos parecem primordiais para a sua fundamentação e enquadramento legislativo no currículo nacional. Num mundo global sem fronteiras, só através da educação e da cultura é possível realizarmos um ação concertada de sensibilização patrimonial. A preservação e a salvaguarda do legado patrimonial tangível, intangível, material ou imaterial é um tema que está em constante debate na sociedade do século XXI. Desde as denúncias de Alexandre Herculano e de Almeida Garret até à criação do Igespar que o património, em Portugal adquiriu uma importância que se repercutiu na publicação de legislação sob a salvaguarda do património nacional. A Lei do Património tem mantido um consenso geral sobre a necessidade de sensibilizar e salvaguardar o Património. Esta evolução contribuiu também para a alteração da definição da disciplina de História da Arte e para a História da Cultura.

A valorização patrimonial explica a necessidade de introduzir no currículo diferentes dimensões do património que se fundamenta na compreensão do mundo global.

“Las dimensiones del proceso de enseñanza-aprendizaje que a la didáctica del patrimonio le corresponde desarrollar como base de su disciplina son: el conocimiento y las estrategias de valorización. Si a un bien cultural se le aplican mecanismos de interpretación, se inicia su valorización como patrimonio.”⁵⁴¹”

Através da Cultura dos Castelos encontramos as bases para uma fundamentação política de salvaguarda dos bens culturais que promove o património. Sem a dimensão Histórica dos Castelos não é possível conhecer a estrutura social e cultural do mundo atual. Para isso é necessário a compreensão e o conhecimento histórico. Os castelos são parte estruturante da fundamentação da identidade e da nação. Os Castelos como Monumento assumem hoje uma importância educacional que envolve a sociedade em diversas ações que demonstram o seu valor artístico e didático.

A imagem dos Castelos na cultura, na educação e, no espaço escola assumem um papel determinante na nossa sociedade, que é cada vez mais plural e multicultural. A educação escolar serve de mediação e regulação da sociedade, como instituição cultural tem uma

⁵⁴¹MASACHS, R.C (2009):299.

função primordial na difusão e no estudo da sensibilização do património, para a sua salvaguarda e valorização. Os castelos refletem também a sua importância ao longo do tempo. À imagem de monumentos estáticos é acrescentado um valor transcendental que se perpetua na memória histórica, nos contos, lendas, narrativas, na imaginação e na fantasia e criatividade.

Este trabalho centralizou-se no desenvolvimento temática dos Castelos, a qual deve ser integrada no programa de HCA, para que os alunos adquiram competências e conhecimentos valorativos sobre os objetos artísticos e a arquitetura militar. Nesta vertente é imprescindível uma bibliografia que oriente e promova os conhecimentos e a cultura dos castelos. Os manuais escolares são um elemento de estudo importante no acompanhamento escolar das várias temáticas, e como auxiliares estruturantes nas aprendizagens estes devem conter na globalidade a menção bibliográfica em toda a narrativa e documentos iconográficos, o que por vezes não acontece.

Evidenciamos a Torre de Menagem, pois de facto este elemento arquitetónico é exclusivo da península Ibérica, é um legado Romano do arquiteto e militar Vitruvius que deve ser valorizado como obra-prima e que serve de inspiração no mundo contemporâneo.

Contudo existe algumas limitações ao nível de publicações científicas nesta temática. A falta de bibliografia não que evidencie a importância que os alunos atribuem aos castelos no processo ensino-aprendizagem.

Glossário

Termo:	Descrição:
Alcáçova	pág 36
Baluarte	pág 43
Barbacã	Pág 52
Castelo	pág 8,27
<i>Castella</i>	pág 27
Castelejo	pág 47,50,99
castrejo	pág 27
<i>castrum</i>	pág 27
cidadela	pág 27 50
ciuitas, -tates	Pág 31,32
crenelura, crenelado	Pág 40
“função cabeça-de-terra”	Pág 35
poliorcético	Pág 31,42
roqueiro	Pág 27,31

Bibliografia

ABREU, M (1972).”*As visitas de estudo no Ensino da História*”, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, Instituto de estudos psicológicos e Pedagógicos, Coimbra.

ACARTE (1992):15. “*Educação pela Arte Pensar o futuro*”. Colóquio Educação pela Arte, Pensar o Futuro, Lisboa, 1991; Fundação Calouste Gulbenkian. ACARTE, co-autor; Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação, co-autor, Lisboa.

AFONSO, R (2005).”*Construir e Viver a Cidadania em Contexto Escolar*”, Coleção aula prática. Editora Lisboa Plátano, pp17.

ALARCÃO, J (1988).”*O Domínio Romano em Portugal*”, publicações Europa América, Lisboa.

ALMEIDA, M (1990). ” *Castelo*”, Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura”, edição Século XXI- vol VI , Lisboa, Editora Verbo, pps, 270-271.

ALMEIDA, C (1989).” *Castelos e Cercas Medievais-Século X A XII*”, Portugal no Mundo-História das Fortificações Portuguesas no Mundo (Dir) Moreira Rafael, Alfa Editores, pps.38-54.

ALMEIDA, C (1978).”*Castelologia Medieval de Entre-o Douro e Minho: Desde as Origens a 1220*”.Tese Complementar de Doutoramento, Apresentada à Universidade do Porto.

ALVES, F (2008).”*A Iconicidade de representações arquitectónicas, em mosaicos pavimentais Romanos*”. Revista de história de Arte nº6.

AGÜI, E (1998).” *La dimensión simbólica del castillo plenomedieval*” In: Altas de la XV Assambela General de la Socieda Española de Studios Medievais. *La fortalezamedieval: realidade y símbolo*. Murcia: Ed.da Universidad de Murcia, 1998.

ANDRADE, A (2001) ”*A Construção Medieval do território Português*”, Lisboa, livros Horizonte.

ANDRADE, F (1993) : 82v , 83v. “*Do livro I das doações- De D. Afonso III*”, , como dizem , de Afonso III, transcrevemos o texto, Nada acrescentámos ao original- Foral Afonsino. Por Filomena andrade, Câmara Municipal de Silves, pp 23.

ARANHA, T (638): 11 a 14 de outubro” *Sermão que pregou o Muito Reverendo o Padre Presentado Frey Thomas na Festa que celebrou ao glorioso martyr S. Jorge seu padroeiro a nobilíssima nação inglesa em S. Domingos no anno de 638*”, Impresso por Manoel da Silva.

ARRUDA, A. M (2002).”*Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal(siglo VIII-VI a.C)*”. Cuadernos de Arqueologia mediterrânea, 5-6.Barcelona.- Arruda A M, pps 123.

ARAÚJO, N (1959).”Castelo de S. Jorge”. Edição da Câmara de Lisboa. Separata do Inventário de Lisboa, fascículo 1, pps5.

AZEVEDO, L. M (1652).”*Primeira parte da fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres em sanctidade, armas, & letras : catalogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiasticas, & politicas ate o anno 1147... / escrita pelo Capitão Luis Marinho de Azevedo. Em Lisboa : na Officina Craesbeckiana.*

BALANCHO, M, COELHO, F (2001). “ *Motivar os Alunos- criatividade na Relação pedagógica: Conceitos e práticas*”. Lisboa: Texto Editora, pp,47.

BANNIARD, M (1989).” *Génese Cultural da Europa, séculos V-VIII,*” Editora Terra-mar.

BARROCA, M (1990/1991), “*Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Séc. IX a X).*”Portvgalia”, Nova Série, vol., XI-XII, pps 89-136.
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3803.pdf>. BARROCA, M (1990/1991):89.

BARROCA, M (1998).”*D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa*”, História, Série 2, vol 15 ,t1 Oporto ,pps 801-822.

BARATA, M, TEIXEIRA, N, (2000), (Coord), “ *O Castelo Românico*”, in Nova História Militar de Portugal, Círculo de leitores.

BORGES COELHO (1989). “*Epigrafia árabe no Gharb*”, Portugal islâmico, os últimos sinais do mediterrâneo, Coord C. Torres e S. Macias, Editado pelo Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pps 227-234.

BRAGA, T (1904) (Dir). “*Viagens na Minha Terra*” in “Obras Completas “Obras Completas de Almeida Garrett”, Lisboa, v.2, toma 19, Empreza da História de Portugal, pp 1 87.

BRANCO, F (1999).”*Fortificações islâmicas do Gharb*”, Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo, Editada pelo Museu de Arqueologia de Lisboa, Lisboa pp.194.

BRANCO, M (1990).” *Castelo de Mértola, Livro da Fortalezas de Duarte de Armas*”, in Livro das Fortalezas de Duarte D’ Armas, introdução de Manuel da Silva castelo Branco, Academia Portuguesa da História.

BRANDI, C (2006). “*Teoria do Restauo*”, tradução e revisão técnica de Cristina Pratas, José Delgado Rodrigues, José Aguiar, Nuno Proença, Edições Orion.

BRITO, C, DIAS, M, MATOS, R, GASPAR, A, GOMES, A (2001).”*Um Olhar sobre O castelo de S. jorge século VII a.C. século XX*”, Edição da Câmara Municipal de Lisboa.

BROWN, A (1996). “Medieval”. In TURNER, J. Dictionary of Art “, Edition Grove, New York, vol.6, pps, 49-50.

BELO, A (2007):58.”*O papel da escola com Espaço de Educação para a Cidadania*”, dissertação de mestrado em educação, a criança em diferentes contextos educativos orientadora: Professor Doutor José Lopes Cortes Verdasca.

BETTELHEIM, B (2003). “*Psicanálise dos Contos de Fadas*”, Bertrand Editora.

BELTRÃO, L, NASCIMENTO, H (2000):192.“ *O desafio da Cidadania na Escola*”, Editorial Presença, Colecção Ensinar a Aprender.

BUCHO, D. A (2000).” *Herança Cultural e práticas do Restauro Arquitectónicos em Portugal durante o Estado Novo: intervenção nas fortificações do distrito de Portalegre*”, Évora: Dissertação de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora.

BUFFET, F (1997).”*O Museu a Escola e a Comunidade* “, Encontros workshops Outubro e Dezembro 1997.Cadernos encontro 2, Françoise Bufftet. Cesc-Centro de Estudos da Criança IEC-Universidade do Minho,pp16.

CALADO, L; PEREIRA, P; LEITE, J. P (2006).”*Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)*” pps 262-265.

CHASTEL, A (1986). “*les Lieux de Memoire*”, dir. Pierre Nora, Traduzido da “ La notion de patrimoine”, La Nation, Vol II, ed. Gallimard, Paris, pp 405.

CAPELO, J. M, LOUÇÃO, P. A (2003).”*Portugal Templário – Relação e sucessão dos seus Mestres [1124- 131]*”, Castelos, comendas e lugares de Portugal que foram pertença da Ordem dos Templários, Colecção Manuscritos do Tempo, Publicações Arion.

CARDOSO, J (1982). “ *Crónica de Idácio – Descrição da invasão e conquista da península ibérica pelos Suevos (Séc. V)*”, Universidade do Minho, pp39.

CAPELO, J. M. (2003). “*Portugal Templário – Relação e sucessão dos seus Mestres [1124- 131]*”. Publicações Orion.

CARITA, H (1998). ” *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época Moderna (1495-1521)*”, Dissertação de mestrado apresentado à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pps 18.

CARVALHO, R (1985).”*História do Ensino em Portugal, Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar – Caetano*”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp 562.

CASTILHO, J (1885).”*Lisboa antiga*”, 2ª parte. Tom. I:185. Lisboa: Livro de A. M. Pereira, 1879-1890.

CHEVALIER, J, GHEERBRANT, A (1994).” *Dicionários dos Símbolos: Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números* “. Tradução de Cristina Rodrigues, Artur Guerra, Lisboa: Teorema.

CHOAY, F (2008).”*A Alegoria do Património*”, Edições 70.

- CIRNE, J (2007). “ *Cadernos de História 7*”, 3ª parte, Areal Editores.
- CORREIA, L (2011).”*Castelos em Portugal*”, *Retrato do seu perfil Arquitectónico* [1509 - 1949], 2ª Edição Coimbra.
- CORREIA, V (1900). ”*Antiguidades Romanas de Lisboa*”. O Archeólogo de Rome athènes (Antiquité).87(2),pps 793-855.
- CORREIA, V (1924). “*A cerâmica ibérica no centro e sul de Portugal*”, Vergílio Correia, vol.4. Estudos Arqueológicos. Coimbra. Universidade de Coimbra, 1972, pps.121-125.
- COSTA, J, SAMPAIO, A (1999).”*Dicionário da Língua Portuguesa*”, Porto Editora, pps 1493- 4.
- COSTA, A. L (2000).“ *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*”, edição Século XXI- vol 14- Guerra-Horeb, Lisboa, pps 1182-1184.
- CRUXEN, E. B (2005). “*O sistema defensivo Português nos Séculos XIII e XIV: a defesa do Sul de Portugal contra Castela*”. In actas del III Congreso de Castellologia Ibérica (pp.289- 303). Madrid: Asociación de Amigos de los Castillos/diputación Provincial de Guadalajara.
- CUNHA, A (2004).“ *Reforma do ensino secundário – currículo e Avaliações, síntese e guia prático*”, Edições Asa.
- CUNHA, M (1991). “*A Ordem Militar de Santiago (Das origens a 1327)* ”. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto, sob Orientação do Professor Doutor Luís Adão da Fonseca.
- DECRETO-LEI, nº43/89: dre.pt/pdf1sdip/1989/02/02900/04560461.pdf.
- DECRETO-LEI, nº 286 /89:www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?s=sug&tdip=Decreto-Lei...286/89.
- DECRETO-LEI, nº344/90: www.dre.pt/.../dr1s.exe?...Decreto-Lei'.
- DECRETO-LEI, nº 115/2012: <https://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/10200/0277202777.pdf>.
- DECRETO-LEI, nº50: www.gave.min-edu.pt.
- DIAS, J (1943).“*O museu da cidade de Lisboa*”, 1943,separata dos nºs 11 e 12 da “*Revista Municipal*”, pp16.
- DIAS, J (1972).“ *Centum-Cellas na Arqueologia e na História Luso-Romana e Portuguesa*”, Academia das Ciências de Lisboa, 1972, pp 93.
- DINIZ, Maria, *et al* (2007).“*História Sete*”, Lisboa Editora,7ºano do Ensino Básico.
- ESPERANÇA, Eduardo, (1997).”*Património e comunicação: políticas e práticas culturais*”, Coleção Veja Universidade.

ESTRELA, A, FALCÃO, M (1991). “A *Reforma Curricular em Portugal e nos países da comunidade europeia*”, II Colóquio Nacional 22-23 Novembro de 1991. Association francophone internationale de recherche en sciences de l' Education, pp80.

ENAUD, F (1991). “*Les Principes de Restauration des Monuments en France de Viollet-le Duc à la Charte de Venise*”, Geschichte der Restaurierung in Europa/ Histoire de la Restauration en Europe I , Worms, pp51.

FABIÃO, C (1989). “*Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho(Arganil)*”. Lisboa. UNIAR, pp 96.

FAYE, M. H (1864). “*Oeuvres D'Alexandre de Humboldt*”, COSMOS , Essay D'Une Description physique du monde , tome premier , Librairie des Sciences Naturelles et illustrés, Tradução. Paris, pp2.

FERRO, A, (1978). ” Salazar”, edições templo, Aveiro, pps 123-124.

FÉLIX, N, ROLDÃO, M. (1997).” Dimensões Formativas de Disciplinas do Ensino Básico: História”. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

FIGUEIREDO, J (1989).” Os monumentos Militares-Um congresso e seus fins culturais e museológicos”, Património XXI associação cultural.

FONSECA, F (1987): 82.A Crónica da Conquista do Algarve , Separata do Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

FOSNOT, T. C. (1999). “Construtivismo e Educação. Teoria, Perspectivas e Prática”. Lisboa: Instituto Piaget.

FOUCAULT, M (2005). ” *A Arqueologia do Saber*”, Editora Almedina, 77.

FRANÇA, J. A (1974).”*A Arte em Portugal no Século XX*”. Livraria Bertrand, Lisboa, pp 458.

FREITAS, F (2003).”*Enciclopédia Verbo Luso – Brasileira*”, edição XXI nº26 . São Paulo, pp770.

FUSCO, R (1970).”*Arquitetura como “mass médium”*: notas para uma semiologia arquitetónica. Barcelona: Anagrama, 1970.

JÚDICE, N (1992). “*A imagem do Mundo na Idade Média* “, Actas, Ministério da Educação, compilação e Impressão Minerva comércio, 1ª edição.

JÚDICE, N (2010). “*100 anos de Monumento Nacional*”. Publicação EGEAC-Castelo de S. Jorge, pp 65.

GARRET, A (1987) “*Viagem na minha Terra*”, Introdução de Maria Ema Tarracha Ferreira, editores, Biblioteca Ulisses de autor portugueses, pp 167.

GÉRARD, F.M, ROEGIERS, X (1998). “*Conceber e Avaliar Manuais Escolares* “, Trad. Júlia Ferreira, Helena Peralta, Porto Editora, pp 47.

GOLDMAN, L (1959).” *Matérialisme dialectique et histoire de la littérature*”, em Revue de métaphysique et le morale,1950, e recherches dialectiques.

GOMES, A, GASPAS, A (2003), (Coord.), “ *Castelo de S. Jorge-balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos*”, In património Estudos 4.pps, 214,223.

GOMES, R (1989).“ *A arquitectura militar muçulmana*” in História das fortificações PORTUGUESAS NO MUNDO (Dir) Moreira Rafael, Alfa Editores,27-37.

GOMES, R (1996).”*Castelos da Raia I*”. Lisboa, Dezembro. IPPAR. Ministério da Cultura.

GOMES, R (2003).”*Castelos da Raia: Trás –os Montes*” . Lisboa. Edição do InstitutoPortuguês do Património Arquitectónico, vol II.

GOMES, R (2003).”*Castelos da Raia: Beira-Baixa*”. Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa,vol I.

GRUNDY, S (1987). “*Currucilum: Produto or praxis ?* “. London: the Falmer Press.

GRUNOW, E (2011).”*Núcleo Arqueológico do Castelo de São Jorge*”, Lisboa, In ArcArcoweb, in , <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/joao-luis-carrilho-da-graca-musealizacao-de-04-05-2011.html>.

GRIMM, J. W (2001). ” *A Branca de Neve*”, Lisboa: Guimarães Editores.

HAUSER, A. H (1989).”*História Social da Arte e da Cultura*”, vol.4, pp 227. Editora Vega.

HERCULANO, A (1986). “*Eurico o Presbítero*”, Biblioteca Ulisseia de autores portugueses, (3^aed).

HERCULANO, A (1986).“ *Lendas e Narrativas* “, Círculo de Leitores”,vol, VI.

HERCULANO, A (1986). “*O Bobo*”, Círculo de Leitores, vol I, pp107.

HELM, J (2012) “*Musealização da Área Arqueológica da Praça Nova do Castelo de S. Jorge*” de Carrilho da Graça Arquitectos, in Archdaily Brasil, 2012.

HOBBSBAWN, Eric Earnest, (1983) “*Introdução : Inventing Traditions*” in Hobsbawn, Eric Ernest, RANGER, Terence Osborn (e.d), The Invention of Tradition, Cambridge University Press Cambridge, pp 7.

HOLANDA, F (1571). “ *Da Fabrica que faleca à cidade de Lisboa* ”, capítulo 2, edição preparada por Alberto Cortês, publica por Vergílio Correia, Madrid 1929. Del archivo Español de Arte y Arquelogia, núm 15.

HUYGHE, R (1986). “*O Poder da Imagem*”, Edições 70.

JUHEL, F (1996) “*Dicionário da imagem*”, Paris, Editora Nathau, pp.210.

LARCHER, J. N (1937). “*Em Defesa dos Castelos Portugueses*”. Figueira da foz: Tipografia Popular, pp 33.

LEI-nº 107/2001 de 8 de Setembro: dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf

LEI-n.º 46/86 : www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/2A5E978A-0D63-4D4E.../L4686.pdf

LEMOS, M (1965).”*Dez*”, in jornal de publicação infantil da Mocidade Portuguesa Feminina.

LÉPINAY, H (1999).”*Liens entre patrimoine et citoyenneté*”. In Guichard, G. (Coord). Patrimoine et citoyenneté. Paris: Édition du club France Loisirs, 70-72.

LÉVI PROVENÇAL, E (1938).”*Kitāb ar_ rawd al_ mi ‘ tār fī Habr al Aktar d’ ibn ‘abd al-mun ‘im al – Himyari*”. Leidem editores, 131.

LÉVI-Provençal (1996). “*L’ Éspagne Musulmane au X ème Siècle*”, Institutions et Vie Sociale, Maisonneuve et Larose, Paris , pp 131.

LOBO, F (1994). “ *A arquitectura militar no periodo henriquino*; in actas do V Colóquio” Do Infante e Tordesilhas”, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pps 51-61.

LOPES, F (2007). ”*Crónica de D. Pedro I*”, Imprensa nacional- Casa da moeda, 2ª edição, Lisboa, pp 51.

MACEDO, J. B (1990).”*Unidade, transição e ajustamento na evolução militar portuguesa-Séculos, XII a XV (1139 a 1495)* ”. Ensaio de síntese crítica: in “ Actas do II Colóquio” Panorama e perspectivas actuais da história militar em Portugal”. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp.397-428.

MACEDO, J. B (2000). “*História*“, in “ Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura”, edição Século XXI- vol 14-Guerra-Horeb, Lisboa, Editora Verbo, 1166-1167.

MACIEL, J (2006), Tradução do Latim do “*Tratado de Arquitetura* “, de Vitruvius, I, VI, 3; Vitruvius, I V,5. Vitruvius, I, XIII, 2.

MAGALHÃES, O (2002).”*Concepções de História e de Ensino da História -Um Estudo no Alentejo*”. Edições Colibri.Centro de Investigação Desenvolvimento em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Évora, pp 15.

MAGALHÃES, M, ALÇADA, I (1985) “ *Uma Viagem ao tempo dos Castelos* “ Editorial Caminho, pps73.

MAHEU, R (1974).”*Patrimoine Culturel de L’Humanité*” in Bulletin d’ information nº2. Unesco.

MANTAS, V (1987): 25. “ *As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal*” in Povos e Culturas, Centro de Estudos de Povos e Cultural de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pps 13- 55.

- MANZANO, M. G. (1988). ”*Criança e a leitura-Como fazer da criança um leitor*”, Porto Editora. Tradução de Maria Filomena Silva Santos.
- MARQUES, R (2003). “*Valores Éticos e cidadania na escola*”. Lisboa: Editorial Presença.
- MARROU, H. I (1991). “ *Do conhecimento histórico*”, Rei dos livros, pps 250- 272.
- MASACHS, R. C (2009).” *Didáctica del patrimonio, epistemologia, metodologia y estudios de casos*”, Editora Bullosa, Astúrias.
- MARTINHO, V (1977). “*1383*”, Editorial Caminho, pp 107.
- MATTOSO, J. (1986). “*A Escrita da História* “, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciência e Tecnologia, pps 8 ss.
- MATTOSO, J (1985). “*Identificação de um país, Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*”, Vol I, Editorial Estampa, Lisboa, pps. 70- 75.
- MATTOSO, J (1986).” *A escrita da História*”, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- MATTOSO, J (1987). “*Cidades e História*”, Ciclo de Conferências promovido pelo Serviço de Belas Artes em Novembro, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATTOSO, J (1988). ” *Castelos de Portugal*”, Edições da Direção de relações Internacionais e Filatelia Correios e Telecomunicações de Portugal.
- MATTOSO, J (1993). “*História de Portugal*”, Editorial Estampa, Vol II. (1993).
- MATTOSO, J (1998). “ *Ricos -Homens e Cavaleiros, a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*”, Guimarães Editores, Lisboa, pp 83.
- MATTOSO, J (1998), (Dir.). “*História de Portugal, Antes de Portugal* “, Editorial Estampa.
- MAURICIO, D (1990).”*Feudalismo*”, Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura”, edição Século XXI- vol Esteri/Filipa, Lisboa, Editora Verbo, pps, 1251-1257.
- MEDEIROS, F (2007).” *A Lisboa Cronística. Espaço e sociologia urbana nas crónicas de D. Pedro I e de D. Fernando de Fernão Lopes*,” in Lisboa Medieval, O Rosto da Cidade, Livro Horizonte. pps, 435-6.
- MELO, J, ALMEIDA C, SAMPAIO, A (1999).”*Dicionário da Língua Portuguesa*”, Porto, pp 317.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1987).”*Documento preparatório I*”, CRSE, pp.193
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1998).”*Ensino Secundário, Ajustar para Consolidar*”, Departamento do Ensino Básico.

MINISTÉRIO da EDUCAÇÃO (1999). “*Gestão Flexível do Currículo*”, Departamento de Educação Básica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). “*Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*”. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

MONTEIRO, J (1999). “*Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média, Presença, perfil, vigilância e comando*”, Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra, Edições Colibri.

MORAES, M (1990). “*Sensível* “. Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura”, edição Século XXI- vol 26-Sampai-Sinipt, Lisboa, pps,770.

MORA-FIGUEROA, L (1996). “*Glossário de Arquitectura Defensiva Medieval*” Universidade de Cádiz, Espanha.

MOREIRA, M, MELO, A (1993). “*O Cruzado Osberno*”, Edições Câmara Municipal de Lisboa, pps 11.

MORALES, M. A (1995). “*Paul Ricouer y la Narración Histórica*”. In C. Barros. (Ed.), *A História a Debate*. Tomo III (pps.183-a 193). Coruña: Gráficas Sementeiras.

MORGADO, J (1999). “*A Relação Pedagógica*”, Lisboa, Editora Presença.

MOURA, V. G (2011). “*A divina comédia de Dante Alighieri*”. Quetzal Editores.

MUNARI, B (1981). “*Fantasia, Invenção, Criatividade e Imaginação*”. Editorial Presença, Lisboa, pp 35.

NEGREIROS, A (1947). “*Gare Marítima de Lisboa*”, in Revista Portuguesa de Arte e Turismo nº 31, Vol . 6.

NETO, M (2001), “*Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*”, Faculdade de Ciências do Porto, Impressão e acabamento Marca Artes Gráficas, (1ºed).

NETO, J (1997). “*Duas leituras do Tratado ascético-Místico Castelo Perigoso*”, Tese apresentada ao departamento de letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, área de Filologia e Língua Portuguesa.

NEVES, P, AMARAL, C, PINTO, L (2006). “*Descobrir história 7*”, Porto Editora.

NUNES, A (1988). “*O Castelo estratégico Português e a estratégia do castelo em Portugal*”, Edição da Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa.

NUNES, A (2005). “*Dicionário de Arquitectura Militar*”, Edição Caleidoscópio.

OLIVEIRA, J (1938). “*O Cêrco de Lisboa em 1147-Narrativa do glorioso feito conforme os documentos coevos*”. Lisboa.

- ORTIGÃO, R (1903). “ *O Culto da Arte em Portugal*”, livraria Bertrand (Ed. 2ª) pp195.
- ORTIGÃO, R (1947). ” *Arte portuguesa*”, Editora Clássica, pps 107-108.
- ORTIGÃO, R (1956). ” *Folhas Soltas 1865-1915*”, Obras Completas de Ramalho Ortigão, Livraria Clássica Editora – A.M. Teixeira & C.^a (Filhos), Lda, Lisboa pps,249.
- ORTIGÃO, R (1987). ”*As Farpas*”, Círculo de Leitores, Vol. I, pps.5.
- PACHECO, J. A (1991).” *Reforma curricular em Portugal e nos países da Comunidade Europeia*” La reforme curriculaire de l'enseignement au Portugal et dans les pays de la Communauté Européenne / II Colóquio Nacional de Lisboa ; [org.] Section Portugaise de l'Association Francophone Internationale de Recherche en Sciences de l'Education ; [colab.] Albano Estrela, Maria Eugénia Falcão.
- PACHECO, J. A (1996).”*Currículo: Teoria e Práxis*”, Porto Editora, pps18.
- PACHECO,J;Webs.ie.uminho.pt/jpacheco/files/currículo regional.doMinho,jpacheco@iep.uminho.pt.Webs.ie.uminho.pt/jpacheco/files/currículo regional.pdf.
- PACHECO, MARIA J. FLORES, M (1997), (Org.)” *Reforma Curricular da intenção á realidade*”, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- PARENTE, R (2004). “*A narrativa na aula de história: um estudo com alunos do 3º ciclo do ensino básico*”, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/702>. Dissertação de Mestrado, orientada por Isabel Barca e Olga Magalhães, apresentada á Universidade do Minho.
- PATROCINIO, M (2010).”*Identidade e Cidadania*”, Actas de Congresso, vol II, Papiro Editora, pps.325/6
- PAVÃO, L (2002).”*Castelos da Ordem de Santiago*”, Edição da Câmara de Palmela, pps17-20.
- PRADILIÉ, G (1975).”*Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*”, Editores Lisboa.
- PESSOA, F (1928):17.”*A Mensagem*”, Obras de Fernando Pessoa, Clássica Editora, pps17.
- PEREIRA G, P (1900), “*Monumentos Nacionais*”, Lisboa, Conselho Superior dos Monumentos Nacionais:17-19.
- PEREIRA, F. GUERREIRO; L; MARTINHO, J; CONDEÇO, A; PACHECO, P (1990). “*O Castelo e a Ordem de Santiago na História de Palmela*”. Edição da Câmara Municipal de Palmela, pp73.
- PEREIRA, M (Coord)” *História e lenda* “, Anónimo “Lenda”(1988), in castelos da Raia da Beira, distrito da Guarda, pp 73.
- PERES, D (1969). “*A Gloriosa História dos mais Belos Castelos de Portugal*”, Imprensa na topografia Nunes, pps 189 e ss.

PIMENTA, J (2007).”*As ânforas Romanas do Castelo de S. Jorge(Lisboa)*”, Mestrado em Pré-História e arqueologia, orientada por Carlos Fabião, apresentada à universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

PIMENTEL, A. (2004), (Coord). “*Programa da História da Cultura e das Artes*”, Direção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular (dgidc), Ministério da Educação.

PINTO, A, MEIRELES, F, CAMBOTAS, M (2004), Programa de História da Cultura e das Artes, Direção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, Programa de História da Cultura e das Artes.

PINTO, A, MEIRELES, F, CAMBOTAS, M (2004), Programa de História da Cultura e das Artes , Direção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular, Programa de História da Cultura e das Artes, Ensino Profissional , Nível 3.

PINTO, A, MEIRELES, F, CAMBOTAS, M. (2006). ”*Arte Portuguesa*”. Porto Editora, pps,48.

PIZARRO, J (2008)” *D. Dinis*”, Editora Temas e Debates.

PROGRAMA DA RTP 2 “*Pedro Cabrita Reis* “ do dia 25 de Novembro de 2012. #Compound # castelo.

RAMOS, A (2009). “*O lugar da Educação Patrimonial n currículo escolar*”, Tese de mestrado em Gestão e valorização do Património Histórico e Cultural, tese orientado pela Professora Doutora Antónia Fialho Conde e pela Professora Doutora Olga Magalhães, Évora.

REVISTA DOS CENTENÁRIOS, Janeiro de 1939 de Março de 1938. Nota oficiosa da Presidência do Conselho

REIS, C, LOPES, A. C. M. (2002). “*Dicionário de Narratologia*”, Livraria Almedina, Coimbra, 7ª edição.

RIBEIRO, A (1990).” *Desenvolvimento curricular*”. Lisboa: Texto Editora, pp 6.

RIBEIRO, O (1968):234, “*Mediterrâneo, ambiente e tradição*”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

RIBEIRO, M (1994). “*O Tempo do Neomanuelino, Cultura e representação*”, Separata do Catálogo sobre o Neomanuelino ou a Reinvenção da Arquitetura dos Descobrimentos, pp 6.

ROBINSON, K (1991). ”*Developing the arts in schools*”, Director do Departamento de Artes na Educação na Universidade de Warwick. ACARTE, Fundação Calouste Gulbenkian, compilação das comunicações na apresentadas em colóquio, Educação pela Arte de Pensar o Futuro, realizado de 13 de dez a 15 de dez , pps 33.

RODRIGUES, P (2005), “*Lisboa*”, *A Construção da Memória da Cidade*”, Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora.

RODRIGUES, P (1998). “ *Património, Identidade e história- o valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal Oitocentos*”, vol I; Dissertação de Mestrado em história da arte Contemporânea (séculos XVIII-XIX), apresentada à Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, orientada pela Doutora, Margarida Acciaiuoli de Brito, Universidade Nova de Lisboa.

ROLDÃO, M. C (1987).”*Gostar de História: um Desafio Pedagógico*”. Lisboa: Texto Editora.

ROLDÃO, M. C (1995).”*Racionalidade e Imaginário na Aprendizagem Significativa da História*”, Actas XII Encontro de Professores de História da Zona Centro, Coimbra.

ROLDÃO, M.C (1999).”*Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*”. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Básico.

ROSSA, W (2002). ”*A Urbe e o Traço: Uma década de Estudos sobre o Urbanismo Português*”, Coimbra, pps 207.-211.

RUSKIN, J (1912). ”*The complete Works of John*” Ruskin, Dir. E. T. Cook e A. Wedderburn (Library edition), vol.III, pps 234,ss.

SAA, M (1929. ”*As Origens do Bairro-Alto de Lisboa, Verdadeira Notícia*”, tipografia colonial, Junho de 1929, pps3.

SANTOS, A (1989). ”*Mediações Artístico-Pedagógicas*”, Livros Horizonte, Biblioteca do Educador, pps 31- 33.

SANTOS, J (2012). “*Fortificaciones medievales en el espacio portugués*,”Universida de León , in De Arte, Facultade Filosofia y Letras de La Universidad de León,),(54) nr 11, pp 53-70.

SANTOS, J. R (2008).”*Alexandre Herculano: A idealização de uma imaginação do castelo Português*”,Biblos n.s.VI,(pps,441-460), Universidade de Coimbra.

SANTOS, A (1989).”*Mediações artísticos-Pedagógicas*”, Livros Horizonte, Biblioteca do Educador, pp 31.

SARAIVA, A, LOPES, O (2000). ”*História da Literatura Portuguesa*”, Porto Editora (17ª).

SARAMAGO, J (1989). “*História do Cerco de Lisboa*”, Círculo de Leitores.

SASSETI, N (2010). “*100 Anos de Monumento Nacional* “. Publicação EGEAC –Castelo de S. Jorge, pp 33.

SEPPI, G (Dir), Lídia Maurizi, (Coor), (2007),”*Medievo*”, 2007, Editorial Electa Barcelona, pps, 15 a 22.

SEQUEIRA, A (1947).”*Oito Séculos de História*”, Câmara Municipal de Lisboa, publicações comemorativas do 8º Centenário da Tomada de lisboa aos Mouros, pps72 e 73.

- SÉRGIO, A (1918).”*O Ensino como Factor de Ressurgimento Nacional*”, Porto, pp 8-11.
- SERRÃO, J (1976).”*Pequeno dicionário da História de Portugal*”, Iniciativas Editoriais.
- SHLEIRMACHER, HUMBOLDT, BOECKH , DROYSEN,” *La Naissance du Paradigme Herméneutique*”, Cahiers de Philologie, André laks et ada neschke éds Presses Universitaires de Lille,1990, pp 110.
- SILVA, A. V (2003).”*A evolução do Habitat castrejo e o processo de proto - urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C*”, in revista da Faculdade de Letras, Portugal. Universidade do Porto.
- SILVA, A.V (1987), ”*A Cerca moura de Lisboa – Estudo histórico-Descritivo*”, 3ª edição, Publicação Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Estampa VII.
- SILVA, A.V (1898).”*O Castelo de S. Jorge- Estudo histórico*” - Descritivo, typografia do Comércio. Lisboa.
- SILVA, J. S (2002). ”*Paços Medievais Portugueses*”, Lisboa, IPPAR.
- SILVA, T. T (2000). ”*Teorias do Currículo*“, uma Introdução Crítica, Porto Editora.
- SOARES, D (2008). ”*Lisboa Triunfante*”. Coleção Bane Edições Saída de Emergência, pp 297.
- SOARES, J. V (2003). ”*Como abordar... a cidadania na escola*”, Editora Areal, pp 40.
- SOUSA, GONÇALVES, J. C (1903). ”*O Castelo de Palmela*”, Breve Notícia Histórica, Imprensa Comercial.
- SOUSA, A, OLIVEIRA, E, COSTA,A, CESANA,A, SOARES, M,PAES,N, (2000). ”*Educação pela Arte* “, Estudos em homenagem ao Drº Arquimedes da Silva Santos. Edição Livros Horizonte.
- SOUSA SOARES, T (2002). ”*Privilégio*” in, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Edições Verbo, São Paulo, pp 1290.
- SOROMENHO, Paulo; (1981/82), ”*Lembranças de Lisboa - sexto roteiro fraseológico de Lisboa, O Castelo de S. jorge, os pátios de Lisboa*” - Separata do Olisipo, nº 144-145 pp 25.
- STIPEK, D (1998).”*O auto - conceito. Motivacion to Learn-From theory to practice*” USA: ALL yn and Bacon, http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/publications/EducationalPracticesSeriesPdf/prac10p.pdf.
- TAROUCA, C. S (2009), ”*Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*” , Academia Portuguesa da História. Lisboa.
- TAUNAY, A (1935).” *Bartholomeu de Gusmão e a sua prioridade aerostática*”, S.Paulo, Escolas profissionais Salesianas, pp 14.

TORGAL, L.R (1996). ” Ensino e História. In L.R. Torgal, J.A. Mendes & F. Catroga. História da história em Portugal (Sécs XIX-XX). Lisboa: Círculo de Leitores, pp 431-545.

TORRES, C, MACIAS, S (1998). ”*O legado Islâmico em Portugal*”, Lisboa, pps 20-29.

TUCLEY, C. J. (1992). “*School children’s reactions to an interactive science center*”. Curator, 35 (1), 28-38.

VALCKENTEINV, N. L. (1992).”*Leonor de Portugal Imperatriz da Alemanha*”, diário de Viagem do embaixador Nicolau Lanckman Valckentein, Editado por Aires A. Nascimento pps.33.

VEIGA, C (1965).“ *Estudos de História Militar Portuguesa*”, publicado Dicionário de História de Portugal, de Joel Serrão, Livraria Figueirinha, Porto, ppg 9 a 11.

VEIGA GOMES, F. M (1997). “ *Do Currículo Oficial ao Currículo Real (um estudo de caso) : Avaliação do currículo de geografia do 7º ano*”, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, pp 100.

VELASCO, I (1992).“*La arquitectura militar como símbolo y emblema de las realidades medievales*”. CURSO DE CULTURA MEDIEVAL: SEMINARIO – LA FORTIFICACIÓN MEDIEVAL EN LA PENÍNSULA IBÉRICA, 4., 1992. Aguilar del Campo.

VICENTE, G (2007).”*Tragicomédia representada na festa de depositário do Rei Católico João III, com a rainha D. Catarina*”, Évora, pp 11.

VIEIRA, A. S (1898). “ *O Castelo de S. Jorge - estudo histórico – Descritivo*”, typografia do commercio-Rua Ivens, nº 50, Lisboa.

VIEIRA, A. L” (1898).”*Monólogo do Vaqueiro*”, Gil Vicente, vertido do castelhano, representado no teatro de D. Maria II. Lisboa.pps 9.

VIOLLET-Le-Duc.E:E. *Dictionnaire raisonné de L’architecture Français*” Du siècle XIE au XVIIE Siècle, PARIS, s .d., tomo VIII, pp.14.

TAVEIRA, T (1985).”*Entrevista Amoreira*” ,Grandes Intervenções em Lisboa, in arquitetura Portuguesa .4.

WEBGRAFIA:

<http://www.archdaily.com.br/br/page/379>.

www.dgfdc.min-edu.pt/outrosprojetos/data/...Cultural/.../lei_107_2001.pdf.

www.dgfdc.min-edu.pt/ensinosecundario/data/.../dl_74_2004.pdf.

[www. eccofort.eu](http://www.eccofort.eu).

www.espn.edu.pt/pdf/Legislacao/revisao_curr_ES_vdef_10abril2003.pdf.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Shrek->

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Disneyland /](http://pt.wikipedia.org/wiki/Disneyland/)

http://purl.pt/718/3/p-5638-p/p-5638-p_item3/p-5638-p_PDF/p-5638-p_PDF_24-C-R0090/p-5638-p_0000_rosto-341_t24-C-R0090.pdf.

<http://www.icomos.org/en/>. Acedido/consultado a 5-10-2012.

<http://mestradoreabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/ppereira/CartaVeneza.pdf>.acedido/consultado em: 4-10-2012.

www.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf.

www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_docs.php.

www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_docs.php.

whc.unesco.org/en/list/1367.

www.igespar.pt .

http://purl.pt/12676/2/res-1184-v_PDF/res-1184-v_PDF_24-C-R0150/res-1184-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

http://www.uc.pt/sobrenos/historia/marcoshistoricos_xii_xvi

<http://www.publico.pt/cultura/noticia/unesco-classifica-universidade-de-coimbra-como-patrimonio-mundial-1598086#0> de 22-06-1013.Acedido /consultado em 23-06 de 2013.

Listagem dos anexos :

Anexo 1- Documento iconográfico de Almada Negreiros.

Anexo 2- Castelo de Mértola de Duarte de D'Armas.

Anexo 3- Decreto de 10 de Janeiro de 1907.

Anexo 4- Decreto de 16 de Junho de 1910, Diário do Governo, nº 137 de 25-06.

Anexo 5- Revista dos Centenários, Março de 1938.

Anexo 6- Acta com os nomes dos associados dos Amigos dos Castelos em 29 de Julho de 1983.

Anexo 7- Listagem dos castelos, que são de Interesse Público e Monumentos Nacionais, e as datas dos decretos que lhes atribuíram a valorização patrimonial.

Anexo 8 - Mapa: de Castelos, comendas e lugares de Portugal que foram pertença da Ordem dos Templários.

Anexo 9- Mapa: Comendas Santiguistas em 1327.

Anexo 10- Castelo Ibérico de Três Pátios.

Anexo 11- Quadro Comparativo entre o Castelo Árabe Final e o Castelo Cristão inicial.

Anexo 12 - Quadro de evolução dos elementos de um Castelo

Anexo 13 - Planta didáctica.

Anexo 14- Da Reconquista a D. Dinis.

Anexo 15- Mapa: Castelos cristãos e muçulmanos.

Anexos 16- A cerca moura de Lisboa.

Anexo 17- Castelo de Beja.

Anexo 18- Planta atual do Castelo de S. Jorge.

Anexo 19- Planta de 1650 do Arquiteto João Tinoco.

Anexo 20- Planta do Castelo de S. Jorge, depois de 1755.

Anexo 21- Planta da freguesia de Santa Cruz do Castelo em 1807.

Anexo 22: Vista aérea do sul do Castelo de S. Jorge após o restauro.

Anexo 23: Imagem da porta do Castelo de S. Jorge.

Anexo 24: Porta da traição.

Anexo 25 -Vista do Castelo antes das obras.

Anexo 26 -Vista do Castelo depois das obras.

Anexo 27 -Vista do Paço da Alçaçova.

Anexo 28- Praça –nova.

Anexo 29- Imagem do Castelo de Guimarães.

Anexo 30- Pirâmide da organização social feudal.

Anexo 31- Torre de Amoreiras.

Anexo 32-“ Castelo”, de Pedro Cabrita Reis

Anexo 33- Fichas de Observação.

Anexo 34- Entrevista a Tomás Taveira.

Anexo 35- Biografia de D.Dins.

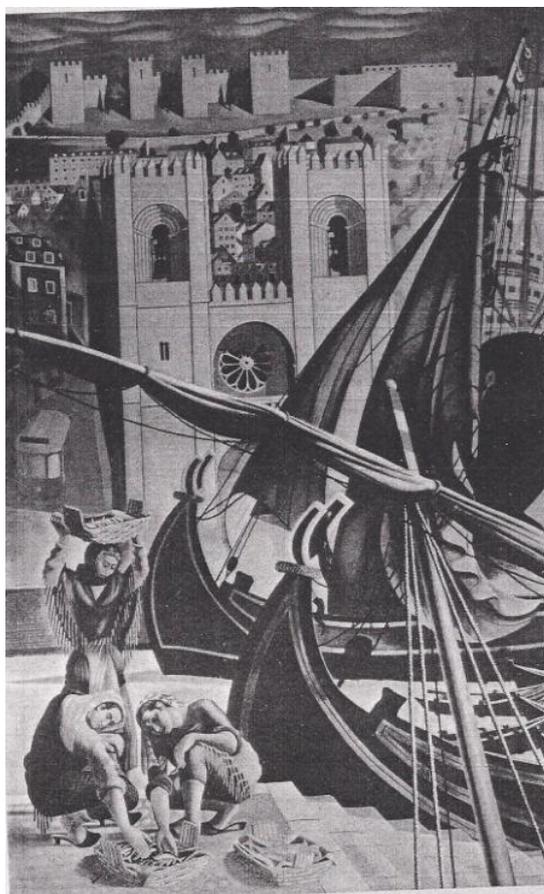
Anexo 36- O Local – Hísn Balmmlálla.

Anexo 35- Acontecimento- A Conquista de Silves.

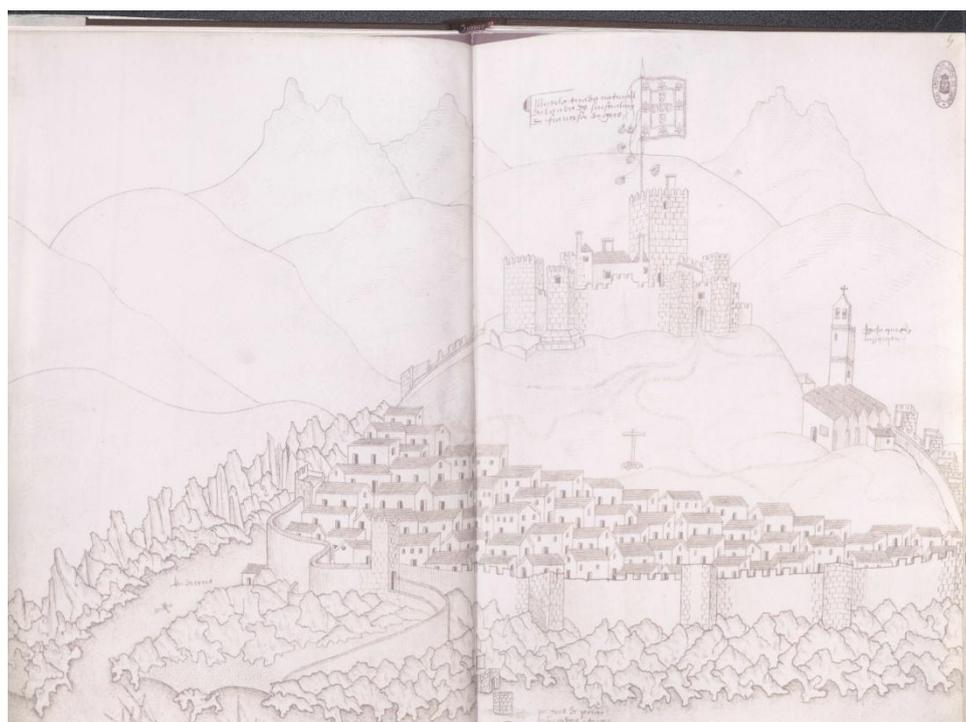
Apêndice I-Quadros / Síntese

Apêndice II- Programa de História da Cultura e das Artes

Anexo 1: Documento iconográfico. Um dos magníficos frescos de Almada Negreiros, “*Gare Marítima de Lisboa*”, in *Revista Portuguesa de Arte e Turismo* nº 31(1947), Vol . 6.



Anexo 2: Castelo de Mértola, “*Livro da Fortalezas de Duarte de Armas*”. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco (1990), Academia Portuguesa da História.



Anexo 3: Decreto de 10 de Janeiro de 1907, in Diário do Governo.

N.º 14 — 17, DE JANEIRO DE 1907

Tendo sido satisfeitas as disposições do artigo 2.º e seu § 1.º das bases para classificação dos immoveis que devem ser considerados monumentos nacionaes, approvadas por decreto de 30 de dezembro de 1901: lici por bem determinar que o Mosteiro da Batalha, Convento dos Jeronimos, em Belem, Convento de Christo, em Thomar, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Sé Velha de Coimbra, Sé da Guarda, Sé de Lisboa, Sé de Evora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basilica do Coração de Jesus, em Lisboa, Torre de S. Vicente, em Belem, Ruínas do Templo Romano, em Evora e Ruínas da Igreja do Carmo, em Lisboa, sejam considerados monumentos nacionaes.

O Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Guerra e o Ministro e Secretario do Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 10 de janeiro de 1907.—REI.—*José Malheiro Reyman*—*Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto*.

Resarcção de Minas

ção da mina do Monte das Lavradas, medidos no prolongamento para sueste do lado A B da demarcação da dita mina; medindo na perpendicular á recta A x que passa pelo ponto α e a partir d'esto ponto 290 metros para o lado do norte e 210 metros para o lado do sul, determinam-se respectivamente os pontos E e F.

As perpendiculars de 1:000 metros cada uma, levantadas pelos pontos E F, á recta E F, para o lado de sueste, determinam respectivamente os pontos H G.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do citado decreto, são concedidos á requerente seis meses, contados da publicação d'este titulo no *Diario do Governo*, para requerer a concessão, devendo mostrar que possui a quantia de 5:000\$000 réis, minimo do capital necessario para a lavra d'este jazigo, e bem assim a proposta de pessoa idonea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que acceta o encargo com todas as suas responsabilidades; na intelligencia de que, não se habilitando nestes termos, dentro d'aquelle prazo improrogavel, será annullado o presente diploma, ficando livre o campo para novos registos.

O que se lhe communica para seu conhecimento e mais effectos.

Anexo 4: Decreto de 16 de Junho de 1910, Diário do Governo, nº 137 de 25-06 -1910.

Distrito da Guarda

Ceia — Antas de Paranhos.

Distrito de Coimbra

Figueira — Monumentos da Serra da Brenha.

Distrito de Lisboa

Cintra:

Anta de Adrenunes.

Anta de Aguaiva.

Antas de Bellas.

Torres Vedras — Monumento funerario da Pena.

Distrito de Portalegre

Nisa — Anta da Villa de Nisa.

Castello de Vide:

Anta de Melriço.

Anta dos Fombaes.

Anta de Fonte de Mouratão.

Antas da Coutada de Alcoçgulo.

Anta de Corteiros.

Anta da Casa dos Galhardes.

Antas das Tapadas de Pedro Alvaro.

Anta da Varzea dos Mourões.

Anta da Nave do Grou.

Crato:

Anta do Crato.

Anta da Aldeia da Mala.

Avis — Anta da Herdade da Ordem.

Distrito do Evora

Arraiolos:

Anta da Villa de Arraiolos.

Anta de Silvaldas.

Mora — Anta de Pavia, transformada em capella de S. Dismis.

Montemor-o-Novo:

Anta da Herdade dos Touraes.

Anta de S. Briseos.

Anta da Herdade das Commendas.

Redondo:

Anta da Venda do Duque.

Anta da Herdade da Candieira.

Anta da Herdade das Tesouras.

Anta da Vidigueira.

Evora:

Anta do Pinheiro do Campo.

Anta da Herdade do Montinho.

Anta da Herdade da Galvoeira.

Anta do Paço da Vinha.

Anta de Paredes.

Anta da Herdade da Serranheira.

Anta do Barrocal.

Anta da Herdade da Tisnada.

Anta da Herdade do Zambujal.

Anta da Herdade da Murteira.

Portel — Antas da Herdade do Freixo. ▲

Distrito de Faro

Portimão — Monumentos de Alcalar.

Villa Real de Santo Antonio — Monumentos da Quinta da

Nora e Herdade da Marcella.

Monumentos Lusitanos e Lusitano-romanos

Castros

Distrito de Vianna

Melgaço — Castro de Melgaço.

Arcos de Valdevez — Castro de Azere.

Distrito do Braga

Braga — Castro de Monte-Redondo.

Guimarães:

Citania de Britoios.

Citania de Sabroso.

Distrito de Bragança

Bragança — Castro de Saccosias.

Miranda do Douro — Castro de Aldeia-Nova.

Distrito do Porto

Villa do Conde — Castro de Baganite.

Santo Tirso:

Citania de Roriz.

Castro de Monte-Cordova.

Castro de Alvalvelhos.

Marco de Canavezes — Castro dos Arados.

Distrito da Guarda

Guarda — Castro de Tintimolho.

Distrito de Lisboa

Cadaval — Castro de Rocha-Forte.

Distrito de Evora

Alandroal — Castro de Castello Velho.

Distrito de Beja

Castro Verde — Castro de Castro Verde.
Ourique — Castro de Colla.

Entrincheiramento

Distrito de Viseu

Viseu — Cava de Viriato.

Fovoações

Distrito de Coimbra

Condeixa-Velha — Ruínas de Conimbriga.

Thomar — Ruínas ditas de Nabancia.

Distrito de Lisboa

Setúbal — Ruínas de Troia.

Distrito de Faro

Faro — Ruínas de Estoi.

Castello

Distrito de Evora

Evora — Castello de Vallongo.

Castello de Vallongo

Marcos milliares (Série capella)

Distrito de Vianna

Valença, Coura e Ponte de Lima — Braga a Tuy (14

Distrito de Braga

Distrito de Beja

Distrito de Evora

Distrito de Faro

Distrito de Lisboa

Distrito de Porto

Famalicão, Santo Tirso e Maia — Braga ao Porto (8 mar-

cos).

63

Braga e Marco de Canavezes — Braga incerta via (21

Distrito de Villa Real

Montalegre, Boticas e Valpaços — Braga a Chaves (13

Marcos milliares

Distritos de Lisboa e Evora

Almquer e Evora — Lisboa a Merida (2 marcos)

Pontes

Distrito de Braga

Amares — Ponte de Rodas.

Distrito de Villa Real

Chaves — Ponte de Trajang.

Distrito de Beja

Mertola — Ponte de Mertola.

Templo

Distrito de Evora

Distrito Romano de Evora.

Arcos

Distrito de Viseu

Distrito de Evora

Distrito Romano de Bobadella.

Distrito de Evora

Distrito de Beja

Inscrições
 Distrito de Braga
 Guimarães — Lápide das Taipas (Ara de Trajano).
 Distrito de Villa Real
 Villa Real — Fragas de Panoias.
 Distrito de Lisboa
 Lisboa: Lápides das Pedras Negras.
 Lápide do Deus Ziscutapio.
 Distrito de Portalegre
 Portalegre — Lápide de Município de Portalegre.
 Avis — Lápide da Igreja de Bemavilla.
 Montemor-o-Novo:
 Lápide do chariz da villa de Montemor-o-Novo.
 Lápide na parede fronteira á casa da camera.
 E, em geral, todas as lapides da serie Hübnér,
 que não tecm sido recolhidas em museu.

1910
 Distrito da Guarda
 Guarda — Sé da Guarda.
 Distrito de Coimbra
 Coimbra — Sé de Coimbra.
 Distrito de Lisboa
 Lisboa — Sé de Lisboa.
 Distrito de Portalegre
 Portalegre — Sé de Portalegre.
 Distrito de Evora
 Evora — Sé de Evora.
 Distrito de Funchal
 Funchal — Sé do Funchal.

Mosteiros
 Distrito do Porto
 Felgueiras — Mosteiro de Pombeiro.
 Santo Tirso — Mosteiro de Santo Tirso.
 Bouças — Mosteiro de Leça do Balio, comprehendendo a lamina sepulcral de bronze.
 Distrito de Aveiro
 Aveiro — Mosteiro de Aveiro, comprehendendo o tumulo de Santa Matilde.
 Aveiro — Mosteiro de Jesus, comprehendendo o tumulo de Santa Joana.
 Distrito de Coimbra
 Mosteiro de Lorrão, comprehendendo os tumulos de Santa Teresa e de Santa Sancha.
 Mosteiro de Santa Clara primitivo (ruinas).
 Mosteiro de Santa Clara, comprehendendo o tumulo da Rainha Santa Isabel.
 Mosteiro de Santa Cruz, comprehendendo os tumulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I.
 Mosteiro de Cellas.
 Distrito de Leiria
 Batalha — Mosteiro da Batalha, comprehendendo os tumulos, designadamente os de D. João I e da Rainha

Arraiolos — Ruinas romanas de S. João do Campo.
Monumentos medievales, do renascimento e modernos
 Monumentos religiosos
 Cathedraes
 Districto de Braga
 Braga — Sé de Braga, comprehendendo os tumulos, designadamente os do Conde D. Henrique e D. Teresa, do Infante D. Afonso e do arcebispo D. Gonçalo Pereira.
 Distrito do Porto
 Porto — Sé do Porto.
 Distrito de Viseu
 Lamego — Sé de Lamego.
 Viseu — Sé de Viseu.

D. Filipa de Lencastre e do segundo Conde do Miranda. Alcobaca — Mosteiro de Alcobaca, compreendendo os tumulos de D. Pedro I e de L. Inês de Castro.

Distrito de Santarem

Thomar — Mosteiro de Christo.

Distrito de Lisboa

Torres Vedras — Mosteiro do Varatojo.

Lisboa: Mosteiro de Odivellas, compreendendo os tumulos de D. Dinis e de sua filha.

Mosteiro do Belem, compreendendo os tumulos, designadamente os de D. Manuel, de D. João III, de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique.

Basilicas

Distrito de Lisboa

Lisboa:

Basilica de Mafra.

Basilica da Estrella, compreendendo os tumulos de D. Maria I e do seu confessor.

Igrejas

Distrito de Vianna

Caminha — Igreja matriz de Caminha.

Ponte da Barca:

Igreja de Bravães.

Igreja de Ponte da Barca.

Vianna do Castello:

Igreja de S. Claudio.

Igreja de Santa Cruz.

Distrito de Braga

Povoa de Lanhoso — Igreja de Fonte Arcada.

Barcellos — Igreja de Villar de Frades.

Guimarães:

Igreja de S. Miguel do Castello.

Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Igreja de S. Domingos (claustró).

Igreja de S. Martinho de Candoso.

Distrito de Villa Real

Montalegre — Igreja de S. Vicente da Chã.

13

Bragança — Igreja de Castello de Avellãs.
Miranda — Igreja de Miranda (antiga Sé).
Freixo de Espada-à-Cinta — Igreja do Freixo de Espada-à-Cinta.
Torre de Moncorvo — Igreja matriz de Moncorvo.

Distrito do Porto

Povoa de Varzim — Igreja de S. Pedro de Rates.

Villa do Conde:

Igreja de S. Christovam de Rio Mau.

Igreja matriz de Villa do Conde.

Igreja de Santa Clara (1.ª), compreendendo os tumulos, designadamente os dos fundadores D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins.

Igreja de Azurara.

Santo Tirso — Igreja de Roziz.

Amarante — Igreja de S. Gongalo, compreendendo o claustró.

Paredes — Igreja de Cetto.

Penafiel:

Igreja parochial de S. Martinho.

Igreja de Payo de Sousa, compreendendo o tumulo de Egas Moniz.

Maia — Igreja de Aguas Santas.

Porto:

Igreja de S. Martinho de Cedofeita.

Igreja dos Clerigos, designadamente a sua torre.

Igreja de Santa Clara (2.ª).

Igreja de S. Francisco (1.ª).

Gaia — Igreja da Serra do Pilar.

Distrito de Aveiro

Aveiro — Igreja das Carmelitas.

Aguada — Igreja da Trofa, compreendendo os tumulos dos Lemos.

Distrito de Viseu

Lamego — Igreja de Santa Maria de Almaceve.

Resende — Igreja matriz de Carqueire.

Distrito da Guarda

Villa Nova de Fozcoa — Igreja matriz de Villa Nova de Fozcoa.

Distrito de Coimbra

Coimbra — Igreja da Sé Velha.
 Igreja de S. Salvador.
 Igreja de S. Tiago.
 Igreja de S. Domingos (capella-mor) inacabada.
 Igreja de S. Marcos, compreendendo os tumulos dos Silvas.
 Montemor-o-Velho — Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, compreendendo o tumulo de Diogo de Azambuja. (Vide Castello de Montemor-o-Velho).
 Gões — Igreja de Gões, compreendendo o tumulo do Conde de Sortelha.

Distrito de Leiria

Batalha — Igreja matriz da Batalha.
 Caldas da Rainha — Igreja matriz das Caldas da Rainha.

Distrito de Santarem

Thomar: Igreja de Santa Maria do Olivai, compreendendo os tumulos, designadamente o de D. Diogo Pinheiro, 1.º bispo do Funchal.
 Igreja de S. João Baptista.
 Abrantes — Igreja de Santa Maria do Castello (1.ª).

Santarem:

Igreja de Santo Agostinho (Graça), compreendendo os tumulos, designadamente os dos fundadores e de Pedro Alvares Cabral.
 Igreja de S. João de Alportlo.
 Collegiã — Igreja matriz da Collegiã.

Distrito de Lisboa

Lourinhã — Igreja matriz da Lourinhã.
 Torres Vedras — Igreja de S. Pedro.
 Arruda — Igreja de S. Quintino (Sobral de Monte Agraço).
 Loures — Igreja matriz de Loures.
 Cintra — Igreja da Penha Longa.
 Lisboa: Igreja do Carmo (ruínas).
 Igreja da Conceição Velha.
 Igreja da Madre de Deus.
 Igreja de S. Vicente de Fora.
 Igreja (incomplete) de Santa Engracia.
 Igreja de S. Roque.

1910 Igreja de Chellas.
 Alcochete — Igreja de Alcochete.
 Setúbal: Igreja de S. Tiago de Palmella, compreendendo o tumulo de D. Jorge de Lencastre.
 Igreja do antigo mosteiro de Jesus.
 Igreja matriz de S. Julião.
 S. Tiago de Cacem — Igreja matriz de S. Tiago.

Distrito de Portalegre

Portalegre — Igreja de S. Bernardo, compreendendo o tumulo de D. Jorge de Mello.
 Crato — Igreja de Flor da Rosa (ruínas), compreendendo o tumulo de D. Alvaro Gonçalves Pereira.

Elvas:

Igreja, antiga Sé de Elvas.
 Igreja de S. Pedro.
 Igreja dos Dominicanos.
 Igreja das Dominicanas.

Distrito de Evora

Evora: Igreja de S. Francisco (2.ª).
 Igreja dos Loios, compreendendo as campas de bronze.
 Igreja de Nossa Senhora do Espinhoiro.
 Igreja da Cartuxa («Scala coeli»);
 Vianna de Alemtejo — Igreja matriz de Vianna.

Distrito de Beja

Serpa — Igreja de S. Francisco (3.ª).
 Castro Verde — Igreja das Chagas do Salvador.
 Mertola — Igreja matriz do Mertola.

Distrito do Faro

Tavira — Igreja parochial de Santa Maria.

Capellas

Distrito de Vianna

Melgaço — Capella de Nossa Senhora da Orada.

Distrito de Braga

Braga — Capella de Nossa Senhora da Conceição (1.ª).

- Districto de Villa Real
 Villa Real — Capella de S. Brás (1.^a), comprehendendo o tumulo de Teixeira de Macedo.
 Districto de Aveiro
 Ilhavo — Capella da Vista-Alegre, comprehendendo o tumulo de D. Manuel de Moura Manuel, bispo de Miranda.
 Districto de Coimbra
 Cantanhedo — Capella de Varziella.
 Districto de Leiria
 Leiria — Capella de S. Pedro.
 Alcobaca:
 Capella de S. Jorge (Ajubarrota).
 Capella de Nossa Senhora do Desterro.
 Districto de Santarem
 Thomar — Ermida de Nossa Senhora da Conceição (2.^a).
 Districto de Lisboa
 Torres Vedras — Ermida de Nossa Senhora do Ameal.
 Lisboa:
 Capella de Santo Amaro.
 Capella dos Castros.
 Districto de Evora
 Alandroal — Capella da Boa-Nova (Terena).
 Evora — Ermida de S. Brás (2.^a).
 Districto de Beja
 Beja — Ermida de Santo André.
 Cruzeiros
 Districto de Viana
 Melgaço — Cruzeiro de S. Gregorio.
 Districto de Braga
 Amares — Cruzeiro de S. João do Campo.
 Braga:
 Cruzeiros (2) dos Campos das Hortas e de Sant'Anna.
 Cruzeiro de Tibães.
 Guimarães — Cruzeiro da Senhora da Guia.
- Districto do Porto
 Vallongo — Cruzeiro de Vallongo.
 Bouças — Cruzeiro de Leça do Baillo.
 Districto de Aveiro
 Aveiro — Cruzeiro de Nossa Senhora da Gloria.
 Pinheiro da Bemposta — Cruzeiro do Pinheiro da Bemposta.
 Districto de Coimbra
 Coimbra — Cruzeiro de S. Marcos.
 Districto de Castello Branco
 Castello Branco — Cruzeiro do Castello Branco.
 Districto de Santarem
 Cartaxo — Cruzeiro do Cartaxo.
 Districto de Lisboa
 Loures — Cruzeiro de Loures.
 Lisboa:
 Cruzeiro de Arroios. (Vide Padrões).
 Cruzeiro das Laranjeiras.
 Setubal:
 Cruz das Vendas (Azeitão).
 Cruzeiro de Setubal.
 Districto de Portalegre
 Portalegre — Cruzeiro de Portalegre (S. Bernardo).
 Alter do Chão — Cruzeiro de Cabeço de Vide.
 Districto de Evora
 Villa Viçosa — Cruzeiro de Villa Viçosa.
 Districto de Faro
 Silves — Cruz de Portugal.
 Tumulos e sepulturas
 Districto de Braga
 Braga:
 Tumulo do Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa. (Vide Sé de Braga).
 Tumulo do Arcebispo D. Diogo do Sousa.
 Districto de Villa Real
 Chaves — Tumulo do 1.^o Duque de Bragança.

Túmulo da Rainha D. Maria I. (Vide Basílica da Estrela).
 Túmulo de D. Mendo Froyos, na sacristia da igreja da Graça.
 Túmulo de D. João das Regras.
 Túmulos de D. Manuel I., D. João III, de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique. (Vide Mosteiro de Belem).

Monumentos militares

Castellos

Districto de Vianna

Melgaço — Castello de Melgaço.
 Monção — Castello de Monção.
 Caminha — Forte da Insua.
 Ponte da Barca — Castello de Lindoso.

Districto de Braga

Povos de Lanhoso — Castello de Lanhoso.
 Braga — Castello de Braga (restos), designadamente a Torre de Menagem.
 Guimarães — Castello de Guimarães.

Districto de Villa Real

Montalegre — Castello de Montalegre.

Districto de Bragança

Bragança — Castello de Bragança.
 Carrizeda de Anciezes — Castello de Carrizeda (ruínas).
 Freixo de Espada-a-Cinta — Castello de Freixo de Espada-a-Cinta.

Districto de Aveiro

Feira — Castello da Feira.

Districto de Viseu

Lamego — Castello de Lamego.
 Freixo de Numão — Castello de Freixo de Numão.
 Penedono — Castello de Penedono.

Districto da tñaria

Celorico da Beira — Castello de Celorico.
 Guarda — Castello da Guarda.
 Sabugal:
 Castello do Sabugal.
 Castello de Sortelha.

Districto do Porto

Fenafiel — Túmulo do Monte de S. Roque.
 Gaia — Túmulo de D. Rodrigo Sanches (Grijó).

Districto de Aveiro

Arouca — Túmulo de Santa Mafalda. (Vide Mosteiro de Arouca).
 Aveiro — Túmulo de Santa Joana. (Vide Mosteiro de Jesus).

Districto de Viseu

Carragal — Túmulo de Fernam Gomes de Goes, em Oliveira do Conde.

Districto de Coimbra

Penacova — Túmulos de Santa Teresa e Santa Saucha. (Vide Mosteiro de Lorvão).

Coimbra:

Túmulo da Rainha Santa Isabel. (Vide Mosteiro de Santa Clara).
 Túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I. (Vide Mosteiro de Santa Cruz).
 Túmulo de D. Senando.

Districto de Leiria

Batalha — Túmulos de D. João I e de D. Filipa de Leiria. (Vide Mosteiro de Batalha).
 Alcobaca — Túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro. (Vide Mosteiro de Alcobaca).

Districto de Santarem

Santarem — Túmulos de João Afonso, fundador do antigo hospital de Santarem, na Igreja Parochial de S. Nicolau, e de Fernão Rodrigues Redondo, na capella de S. Pedro, actualmente annexa á mesma igreja.

Districto de Lisboa

Alemquer — Túmulo de Damião Goes.
 Loures — Túmulo de D. Dinis e de sua filha. (Vide Mosteiro de Odivellas).

Lisboa:

Sepulturas da igreja de Santa Luzia.
 Sepultura da Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, na igreja de Luz.
 Túmulo da Rainha D. Mariana Victoria, na igreja de S. Francisco de Paula.

Arriolos — Castello de Arriolos.
 Vianna — Castello de Vianna do Alentejo.
 Portel — Castello de Portel (ruínas).
 Districto de Beja
 Alvito — Castello de Alvito.
 Barrancos — Castello de Noudar.
 Beja — Castello de Beja, designadamente a Torre de Menagem.
 Districto de Faro
 Silves — Castello de Silves.
 Castro Marim — Castello de Castro Marim.
 Torres
 Districto de Vianna
 Monção — Torre de Lapell.
 Districto de Braga
 Braga — Torre de Menagem. (Vide Castello do Braga).
 Districto de Villa Real
 Villa Maxim — Torre de Quintella.
 Districto do Porto
 Porto — Torre do palacio dos Terceiros.
 Districto de Viseu
 Tarouca — Torre de Ucanha.
 Districto de Lisboa
 Lisboa — Torre de S. Vicente de Belém.
 Districto de Evora
 Mora — Torre das Aguias.
 Districto de Faro
 Villa do Bispo — Torre e muralhas de Sagres.
 Padrões
 Districto de Braga
 Guimarães — Padrão de D. João I (1.º).
 Districto da Gernada
 Figueira do Castello Rodrigo — Cruz de Pedro Jacques.

Coimbra — Cérca de Coimbra, designadamente o Arco de Alameda.
 Districto de Coimbra
 Montemor-o-Velho — Castello de Montemor-o-Velho, comprehendendo a igreja anexa (Vide igreja de Montemor-o-Velho).
 Louçã — Castello de Louçã.
 Penella — Castello de Penella (ruínas).
 Districto de Leiria
 Pombal — Castello de Pombal.
 Leiria — Castello de Leiria.
 Porto de Mós — Castello de Porto de Mós.
 Obidos — Castello de Obidos.
 Districto de Saairem
 Villa Nova de Ourem — Castello de Ourem.
 Thomar — Castello de Thomar.
 Magão — Castello de Belver.
 Torres Novas — Castello de Torres Novas.
 Barquinha — Castello de Almorel.
 Districto de Lisboa
 Cintra — Castello dos Mouros, comprehendendo a cisterna.
 Lisboa — Castello de S. Jorge e resto das cêrcas de Lisboa.
 Palmella — Castello de Palmella.
 Cezimbra — Castello de Cezimbra.
 Alcaçer do Sal — Castello de Alcaçer do Sal.
 S. Tiago de Cacem — Castello de S. Tiago de Cacem.
 Districto de Portalegre
 Castello de Vide — Castello de Vide (ruínas).
 Alter do Chão — Castello de Alter do Chão.
 Elvas:
 Castello de Elvas.
 Forte de Nossa Senhora da Graça.
 Avis — Castello de Avis.
 Districto de Evora
 Estremoz:
 Castello de Estremoz.
 Castello de Evora Monte.
 Villa Viçosa — Castello de Villa Viçosa (ruínas).
 Alandroal — Castello do Alandroal.

Castello Branco — Paço episcopal de Castello Branco.
 Districto de Castello Branco

Coimbra — Paços da Universidade de Coimbra.
 Districto de Coimbra

Evora — Collegio do Espirito Santo.
 Districto de Evora

Palacios particulares e casas memoraveis
 Districto de Vianna

Monção — Palacio da Brejoira.
 Arcos de Valdevez — Paço de Giella.
 Vianna do Castello — Palacio dos Viscondes da Carreira.
 Districto de Braga

Barcellos — Palacio, solar dos Pinheiros.
 Districto de Villa Real

Villa Real — Palacio de Mathens.
 Districto do Porto

Porto — Palacio do Freixo.
 Districto de Viseu

Viseu — Casa da Rua de D. Duarte.
 Districto de Coimbra

Coimbra — Paço de Sub-Ripas.
 Districto de Lisboa

Lisboa:
 Casa de Brás de Albuquerque (casa dos Bicos), factuada.
 Palacio dos Condes de Almada, comprehendendo os padroes commemorativos da conjuração de 1640.
 Districto de Evora

Arraiolos — Casa da «Sempre Noiva».
 Evora — Casa de Garcia de Resende.
 Misericordias e hospitaes
 Districto de Vianna

Vianna do Castello — Misericordia de Vianna do Castello.

Thomar — Padrão de D. João I (2.º).
 Districto de Santarem

Elvas — Padrão no arrabalde da cidade.
 Districto de Evora

Estremoz — Padrão do Ameixial.
 Borba — Padrão de Montes Claros.

Monumentos civis
 Paços reaes
 Districto de Braga

Barcellos — Paços dos Duques de Bragança (ruinas).
 Guimarães — Idem (idem).
 Districto de Lisboa

Cintra:
 Paço de Cintra.
 Paço da Pena.
 Paço de Queluz, comprehendendo os jardins.
 Lisboa — Paço da Ajuda.
 Setúbal — Palacio da Bacalhúa.
 Districto de Evora

Evora — Paços de Evora (restos).
 Paços municipaes
 Districto de Vianna

Vianna do Castello — Paços municipaes de Vianna do Castello.
 Districto de Braga

Guimarães — Paços municipaes de Guimarães.
 Districto de Bragança

Bragança — Paços municipaes de Bragança (antigos).
 Paços episcopaes
 Districto de Porto

Porto — Paço episcopal do Porto.
 Districto de Coimbra

Coimbra — Paço episcopal de Coimbra.

Distrito do Porto
 Porto — Hospital de Santo Antonio.
 Distrito de Coimbra
 Coimbra — Misericórdia de Coimbra (Collegio Novo),
 igreja e claustro.
 Aqueductos
 Distrito do Porto
 Villa do Conde — Aqueducto de Villa do Conde.
 Distrito de Coimbra
 Coimbra — Aqueducto de S. Sebastião.
 Distrito de Santarem
 Thomar — Aqueducto do Convento de Christo.
 Distrito de Lisboa
 Torres Vedras — Aqueducto de Torres Vedras.
 Lisboa — Aqueducto das Aguas Livres, comprehendendo
 a Mãe de Agua.
 Distrito de Portalegre
 Elvas — Aqueducto da Amoreira.
 Distrito de Evora
 Evora — Aqueducto da Prata.
 Chafarizes e Fontes
 Distrito de Vianna
 Caminha — Chafariz da Praça Municipal.
 Viannh do Castello — Chafariz da Praça da Rainha.
 Distrito de Porto
 Porto:
 Chafariz das Virtudes.
 Chafariz do Passacio Alegre, em S. João da Foz.
 Distrito de Santarem
 Santarem — Fonte das Figueiras (vulgarmente dita «Fonte
 Mourisca»)
 Distrito de Lisboa
 Torres Vedras — Chafariz dos Canos.
 Cintra — Antigo repuxo da villa de Cintra.
 Lisbon — Chafariz da Esperança.

Distrito de Evora
 Borba — Chafariz de Borba.
 Evora — Chafariz da Praça de Geraldo.
 Pontes
 Distrito de Vianna
 Caminha — Ponte de Villar de Mouras.
 Ponte da Barca — Ponte sobre o Lima.
 Ponte do Lima — Ponte sobre o Lima.
 Distrito de Braga
 Amareal e Povoa de Lanhoso — Ponte de Perozello, sobre
 o Cavado.
 Villa Verde e Braga — Ponte do Prado, idem.
 Povoa de Lanhoso — Ponte de Mem Gutierrez, sobre o
 Ave.
 Cabeceiras de Basto — Ponte do Cavez.
 Guimarães — Ponte Velha de Vizella, sobre o Vizella.
 Barcellos — Ponte sobre o Cavado.
 Distrito de Bragança
 Mirandella — Ponte sobre o Tua.
 Distrito do Porto
 Amarante — Ponte sobre o Tamega.
 Marco de Canavezes — Ponte sobre o Tamoga.
 Distrito de Leiria
 Pedrogam Grande — Ponte do Cabril.
 Distrito de Portalegre
 Altor do Chão — Ponte de Villa Formosa.
 Arcos e padrões commemorativos
 Distrito de Braga
 Braga — Arco da Rua do Souto.
 Distrito do Porto*
 Penafiel — Memorial da Ermida.
 Marco de Canavezes — Memorial da Alpendurada.
 Distrito de Aveiro
 Arouca — Memorial de Santo Antonio do Burgo.

bora estranhos à responsabilidade e à administração da Comissão Executiva, se subordinam ao mesmo pensamento das grandes festas nacionais e devem ser, na medida do possível, acompanhados pelo nosso interesse e orientados pelo conhecimento da nossa própria acção. Não nos limitaremos a contribuir para o êxito oficial das comemorações de 1940; vamos procurar, quanto em nós caiba, assegurar a unidade da sua expressão nacional.

Finalmente, a «Revista dos Centenários» realizará a propaganda externa e interna das festas, chamando para elas, e para a alta significação dos acontecimentos históricos que se comemoram, a atenção de portugueses e de estrangeiros. Será um cartaz de larga expansão e de considerável mobilidade. Esforçar-nos-emos por torná-lo sugestivo e atraente.

JÚLIO DANTAS

INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

(NOTA OFICIOSA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO)

1. No ano que vem — 1939 — pode dizer-se que faz oitocentos anos Portugal, contada a sua independência desde que D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez. Em 1940 passa por seu turno o terceiro centenário da Restauração, ou seja o terceiro centenário da reafirmação, solenemente selada com o sangue de muitas batalhas, da mesma independência.

Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o Mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. Quási desde o princípio, com o esforço dos primeiros reis, ficaram definidas e fixadas na península ibérica as nossas fronteiras. Guerras, muitas; mas nem invasão ou confusão de raças, nem anexações de territórios, nem substituição de casas reinantes, nem variação de fronteiras: do primeiro ao último os próprios chefes tinham nas veias o mesmo sangue português.

Liberto de tódas as perturbações da Europa, donde foram surgindo uns após outros Estados modernos, Portugal viu nascer muitos, juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desaparecerem uns tantos. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido,

mas realizando através dos séculos da sua existência uma das obras mais vastas e valiosas para o património colectivo da humanidade de que algum povo se poderá ufanar. Isto é, não durou, porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu — a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização.

2. Entendeu-se que seria bem celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo portanto um ciclo único de comemorações festivas.

Seria, primeiro, dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência.

Em segundo lugar, conseguir-se-ia pela pressão do tempo e pelo entusiasmo criador, levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora

de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos tantas vezes admiráveis.

Por um e outro modo demonstraríamos com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no Mundo.

3. Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa de família, não interessam só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela. E não só nós.

Tratando-se de acontecimento invulgar, não é ambiciosa a esperança de que países estrangeiros queiram ter a gentileza de se associar às comemorações festivas pelas muitas formas por que pode render-se homenagem a uma velha nação civilizadora ou cooperar-se no brilhantismo de uma solenidade. Temos por esse Mundo alianças, amizades fiéis, estreitas afinidades de raça, comunidade de civilização; e não hão-de esquecer todos aqueles povos de um extremo ao outro da Ásia que nos devem o primeiro contacto com o Mundo ocidental.

Pena é que o monumento do Infante D. Henrique, à volta do qual se anda há anos, não possa ser inaugurado nessa época, e nos não seja por isso dado assistir ao espectáculo maravilhoso que seria desfilar em grande parada naval, diante da ponta de Sagres, em face do monumento ao propulsor da navegação e dos descobrimentos nos tempos modernos, luzidas representações de todas as marinhas do Mundo. Por mim não julgo impossível que a Europa, a Ásia e a América viessem da melhor vontade e com a presença de barcos seus reconhecer na obra do Infante a ambição e o impulso das descobertas e o serviço prestado à mais estreita comunidade dos povos através dos caminhos do mar.

4. Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual for a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil.

A História dos dois povos é comum a ambos, até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto Mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua língua e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quasi um continente, um mundo novo, e dele jorram pelos séculos adiante torrentes de humanidade, em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connosco.

Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejaremos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o Mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica.

Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenários de 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efectivo e intenso como nunca o foi; e que o Mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria.

5. Não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há dúvida de que tais solenidades terão — nós desejamos que tenham — repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser rece-

bidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher.

A volta desta primeira preocupação devem ser postos, estudados e resolvidos um certo número de problemas, entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos, no pórtico de Lisboa; o aerodromo da Portela de Sacavém; algumas, se não todas, as estradas de acesso imediato à capital; o aperto de certas malhas na rede de estradas, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e o aperfeiçoamento dos serviços dos hotéis de Lisboa e da província; estabelecimento de certo número de pousadas em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilância na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitam.

6. Sendo os dois centenários a celebrar da Fundação de Portugal e da Restauração, e não devendo alhear-nos das figuras centrais daqueles dois grandes factos históricos — D. Afonso Henriques e D. João IV — que faremos para os honrar de modo especial nas comemorações de 1939-1940?

Quanto ao último, deve lembrar-se que o Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa pertence hoje, com muitos outros bens, a uma Fundação instituída pelo Senhor D. Manuel e que, por expressa e voluntária cedência das Herdeiras, a Fundação usufrue já quasi todo o Palácio em que há-de instituir um Museu e uma Biblioteca. Dado o carácter de utilidade pública da aludida Fundação, o valor arquitectónico do palácio e o interesse histórico e artístico do seu recheio,

está indicado se trate já da sua restauração para poder ser efectuada o mais cedo possível a vontade do Fundador. No largo em frente, devidamente regularizado e embelezado, deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O palácio, a vasta praça, a formosa igreja fronteira dos Agostinhos, que constitue o panteon dos Duques de Bragança, seriam, por este modo, elevados no conjunto à beleza e dignidade que lhes pertence.

Por outro lado, quando se considera Lisboa na sua sintética expressão de capital portuguesa, e com o pensamento no fundador da nacionalidade se busca o meio mais próprio de consagrar-lhe a memória, nenhuma outra idea sobreleva à da reconstituição e aproveitamento do Castelo de S. Jorge, pois se a cidade está, por tradição, valor e direito consagrada como o centro vital da própria Nação, é no Castelo que se encontra a afirmação da conquista e do domínio da terra, que quer dizer o penhor da independência de Portugal. Despido dos estabelecimentos militares que ali se encontram, aliás em más condições, e restituído ao traçado e beleza das suas muralhas, ainda que fiquem parcialmente em ruínas e mesmo sem se levantar estátua ou qualquer outro monumento, o Castelo, que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas. Acresce que dali se desfruta — nem os lisboetas o saberão — um dos mais belos panoramas que em qualquer cidade do Mundo pode existir; e não há o direito de desperdiçá-lo.

7. Será preciso talvez, no período intenso e de certo modo febril em que vamos preparar as duas comemorações centenárias, defender-nos do excesso de querer realizar agora em dois anos o que não pôde sê-lo em 800, desde o começo. Mas, no intuito de afirmar o nosso poder realizador — um dos intentos afirmados no começo desta exposição — muitas obras já começadas deveriam concluir-se e outras em projecto, em estudo ou simplesmente desejadas deveriam ter o seu começo ou melhor ainda começo e fim neste período. Os serviços a quem se vai pedir um esforço excepcional deveriam ter como questão de brio e de honra própria (além de

tudo o que ficou mencionado e lhes pertence) pelo menos as seguintes realizações:

- a) Acabamento das obras de restauração do Palácio, jardim e parque de Queluz;
- b) Acabamento da Casa da Moeda (parte administrativa e oficial);
- c) As obras anexas do Museu das Janelas Verdes (Arte Antiga) de forma que fique em condições de nêle se poderem realizar exposições temporárias de Arte;
- d) Construção da auto-estrada para Cascais;
- e) Construção do Estádio, que deve ser levada a efeito e simultaneamente com a da auto-estrada para Cascais, sua ligação a Lisboa e construção da estrada marginal, qualquer delas, pelo menos, até à Cruz Quebrada;
- f) Libertação definitiva da Torre de Belém: ninguém compreenderia que ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História e quando exactamente por meio delas se procura exaltar o valor da raça e o seu esforço mundial, aquele bellissimo monumento não esteja definitivamente livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o enodoa e a nacionais e estrangeiros pode dar a falsa idea de desapêgo nosso às tradições e ao património artístico português;
- g) Conclusão das obras no Palácio de S. Bento e urbanização do local;
- h) Resolução do problema do chamado Parque Eduardo VII e construção de um palácio de exposições, antiga aspiração da capital, onde não existe qualquer edificio próprio para tal fim;
- i) Reparações necessárias no Teatro de S. Carlos;
- j) O maior impulso possível ao parque florestal de Monsanto e, se possível (não sei em que tem esbarrado esta aspiração), a arborização da encosta marginal do Tejo, desde os Estoris, cuja nudez muito prejudica a beleza do estuário;
- k) A primeira fase de construção dos novos Hospitais-Ecolares, em que se visiona pelo menos a grandeza da obra;

l) Decidido impulso nas obras de novos bairros económicos, de modo que se possam fazer desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa;

m) Ligação radiofónica de Portugal e do seu Império, com a aspiração de que, durante as festas e depois, a partir delas, todos os domínios ultramarinos possam seguir em cada momento as manifestações espirituais da Mãe-Pátria.

8. Se bem que poucas vezes estaria tão bem fundamentada uma Exposição Internacional como com a celebração do duplo centenário por nós empreendida, renunciaremos a ela; mas não seriam completas nem de certo modo possíveis as nossas comemorações festivas sem que do programa definitivo constassem algumas exposições nacionais: e não se opõe isso a que num ou noutro caso se peça a colaboração de outros países.

1.º — Impõe-se naturalmente, dada a índole das comemorações, e em primeiro lugar, a *Grande Exposição Histórica do Mundo Português*. O local poderia ser os terrenos vagos da Junqueira até Belém, já nessa altura certamente do Estado e da Câmara Municipal; os fins da Exposição apresentar uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na História do Mundo, mostrar, por assim dizer, tôdas as pègadas e vestígios de Portugal no globo.

2.º — *Exposição de Arte Portuguesa*, que deverá, na parte relativa à pintura, restringir-se aos primitivos. Na parte decorativa acessória poderiam figurar obras de outras épocas. Os trabalhos de restauração, a começar immediatamente, poriam em estado de ser expostos polípticos e tábuas que, no conjunto, seriam uma autêntica revelação para nacionais e estrangeiros. O local poderá ser o anexo ao Museu de Arte Antiga.

3.º — *Grande Exposição Etnográfica*, na Tapada da Ajuda. Tentar-se-ia a reprodução da arquitectura característica de cada uma das 21 províncias portuguesas, de aquém e de além mar, em casa onde os habitantes, com indumentária própria, reproduzissem os usos e costumes das suas regiões. Poderiam ser convidados outros países a fazer-se re-

presentar com uma síntese do seu folclore, o que poderia dar lugar a uma interessante competição do folclore comparado.

4.º — *Grande Exposição do Estado Novo*, na qual se procuraria mostrar tudo quanto o Estado Novo tem feito, desde a sua estrutura orgânica, até à obra de renovação e de ressurgimento moral e material, o que está realizado e a projecção no futuro.

5.º — Julga-se que, por iniciativa de sub-comissões da província ou de outros organismos competentes, poderiam ainda realizar-se pequenas exposições acessórias e locais, como, por exemplo, uma de ourivesaria em Coimbra, outra de barroco no Pôrto, etc.

9. Simultaneamente e até como complemento de algumas das exposições indicadas há a oportunidade de promover alguns congressos, estes de carácter internacional. De entre os possíveis destaco apenas um *Congresso do Mundo Português*, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos de ciência estrangeiros com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa História. E numa das secções deste Congresso onde se tratasse de política indígena e de colonização poderiam ser versados com interesse internacional problemas da maior oportunidade.

10. Quanto a cortejos, festas, manifestações patrióticas e cívicas, falecem-me ao mesmo tempo imaginação e experiência para indicá-los, mas representam, por definição, parte importante das festas comemorativas. Como somos ricos de datas históricas, que podem ser nos dois anos dos centenários celebradas de modo especial, algumas serão incluídas no programa, que também compreenderá romagens patrióticas a lugares mais especialmente ligados aos factos que se celebram.

Parece ainda que dois grandes cortejos podem ser tentados com êxito:

1.º — Em Lisboa, um cortejo do Mundo Português, por assim dizer apoteose da Exposição e do Congresso do mesmo nome;

2.º — No Pôrto, grande cortejo do trabalho, em Maio de 1940, onde desfilariam represen-

tantes de tódas as actividades económicas nacionais, Sindicatos, Grémios, Casas do Povo, etc., continuando-se a tradição já estabelecida nos últimos anos e realizando-se em mais larga escala o que já se fez em Braga, Barcelos, Guimarães e este ano se projecta em Viana do Castelo.

II. Uma vez posta em marcha a ideia das celebrações centenárias o Governo julga que muitas publicações aparecerão em que particulares e corporações ou institutos científicos de ensino hão-de mostrar, sob os mais diversos aspectos e nos mais diversos domínios, a acção de Portugal e dos portugueses nos oito séculos de existência. Não podem prever-se os resultados desta ideia a dominar todos os espíritos nos próximos anos; a atenção convergindo no mesmo plano fundamental de glorificação pátria pode dar lugar a muitas e valiosas criações.

Neste lugar queria, porém, referir-me apenas a certas publicações que de forma especial, directa, deveriam ficar marcando os centenários e que exemplificarei indicando as seguintes:

Publicação da documentação diplomática e iconográfica respeitante tanto à fundação da nacionalidade como à restauração;

Terras, paisagens e monumentos de Portugal;

Álbum folclórico de costumes e tipos populares portugueses;

A casa portuguesa (fachadas e interiores dos nossos solares e casas típicas portuguesas);

Os primitivos portugueses;

Catálogo monumental, ilustrado, da Exposição do Mundo Português;

1940 (álbum panorâmico da obra do Estado Novo).

12. Gisando a traços muito largos os fins a que obedecem as comemorações e a orientação que pretende dar-se-lhes, creio ter ficado dentro das nossas possibilidades — isto é, dentro da nossa capacidade de realização e da modéstia dos nossos recursos: seria contra os nossos princípios de política e de

administração empenhar ou vender as pratas da casa para servir um chá luxuoso à família ou aos amigos. É ainda por esta consideração fundamental que só pequena percentagem das importâncias a gastar o serão em coisas que morrem, em coisas que passam; a máxima parte deve ficar como obra útil e ajudará por si mesma a perpetuar as festas.

Embora pretendendo ser modestos e devendo sê-lo, não creio que nos moldes habituais consigamos realizar tôda a soma de trabalho reclamada em harmonia com o indicado acima. Há, decerto, que acelerar o ritmo do nosso esforço normal, estabelecendo regras de trabalho de que possa provir rendimento excepcional.

Será ainda necessário começar a trabalhar desde já, porque os estudos levarão forçosamente muito tempo que já é pouco para tanto que há a executar; e para não nos dispersarmos não deverão ser consentidas nem aceites iniciativas isoladas, isto é, que se não integrem nem subordinem ao programa definitivo ou aos seus objectivos.

A' comissão que fôr nomeada e aos vários pelouros a constituir impõe-se seja concedida, uma vez garantida pelo Governo a unidade de comando, grande liberdade de acção, descentralizando-se quanto possível a execução das várias iniciativas. Onde há organis-

mos com serviços próprios para a levar a bom termo devem êstes ser aproveitados: tal orientação não só estimulará e desenvolverá a vida dêsses organismos como diminuirá os inconvenientes da escassez de tempo.

13. Eis, sucintamente, uma idea, uma aspiração, um programa (êste apenas ligeiramente esboçado) e, além disto, os fins a atingir, os meios, as condições de trabalho.

As comemorações centenárias são, acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do Mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva. E se todos para elas contribuem, todos devem ter sua parte na alegria que criem, na satisfação que dêem, na fé e optimismo que hão-de arregar nos espíritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador.

E vamos a ver se, dominados por tão alta e bela idea, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festejar condignamente — o que raros poderão fazer — oito séculos de independência, querêr dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da terra.

Março, 1938



Anexo 6: Ata e os nomes dos associados da primeira fase que deram corpo associativo ao movimento e que estiveram na base da escrituração e constituição dos Amigos dos Castelos em 29 de Julho de 1983 com um documento do 5º cartório Notarial de Lisboa L.º 155 páginas 45 a 55v, tendo ficado registada sob a Acta da Escritura da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, cedida em 7/11/212.

①

ACTA Nº 1

- Aos trinta dias do mês de Julho de mil novecentos e oitenta e três, pela catorze horas, reuniu-se, na sua sede, a Assembleia Geral Extraordinária da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, constituída por escritura pública, lavrada no Quinto Cartório Notarial de Lisboa, no dia vinte e nove de Julho de mil novecentos e oitenta e três, e que, nos termos dos Estatutos respectivos, pelo seu artigo trigésimo oitavo, teria de reunir-se no prazo de quarenta e oito horas após a celebração do pacto social, para a aprovação daqueles e de outras disposições necessárias à iniciação das actividades da instituição. A sessão compareceram mais de metade dos sócios, conforme consta de folha de presença, assinada por todos os participantes, rubricada pelo Presidente da Mesa em exercício e pelo secretário designado e apensa aos documentos de Mesa de Assembleia Geral.

- Sobre os presentes, por unanimidade, foi escolhido, para presidir aos trabalhos, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral unicamente para esta sessão e até à tomada de posse do respectivo Presidente, o Doutor Orlando Loureiro Nunes, Secretário pelo Dr. Jorge Augusto Dias de Figueiredo.

- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral apresentou aos sócios participantes na sessão, verificadas que foram as representações de sócios ausentes e aceites sem oposição, a ordem dos trabalhos proposta para discussão e aprovação, com os seguintes pontos:

- a) - A aprovação dos Estatutos; b) - Nomeação dos Corpos Gerentes, constantes de uma única lista apresentada pela Comissão Organizadora da Associação; c) - Estabelecimento de quotizações e respectiva Jria; d) - Criação de Delegações Distritais e sua constituição; e) - Definição de cargos honoríficos e de uma Cruzada de Honra; f) - Autorização para a Junta Directiva Nacional eleita poder assumir compromissos de validação de Congressos e formados sobre documentos militares já em preparação que lhe sejam enviados em propostas; g) - Fixação da data de realização do primeiro Anual de Anfitriamento de Associação, do Dia Nacional dos Castelos e de forma de atribuição de Medalha de Mérito, a atribuir pela instituição a personalidades que ao patriuismo histórico-militar

(2)

lembam se verbalem a prestar relevantes serviços; h) - Permissão para ser editada, em a maior urgência, a revista "Castelos de Portugal", que, devendo constituir uma publicação própria, autónoma, necessita de um regulamento adequado.

- Deite o ordem de trabalhos, por unanimidade, o Presidente da Mesa estabeleceu um período de quinze minutos para a apresentação de questões antes da discussão e aprovação daquela. Foi posto o problema de ser essencial a extensão do título de sócio fundador até ao número cinquenta dos inscritos na Associação, que todos aprovaram. Em seguida levantou-se a questão da sede, considerando-se prioritária a obtenção de instalações adequadas ao desenvolvimento das actividades, pelo âmbito destas, pela importância assumida pela Associação no contexto do património nacional e pela importância que convenientes meios de trabalho conferem a boa imagem de instituição. Por decisão global dos presentes, decidiu-se nomear uma Comissão pró-Sede, constituída pelo Doutor Jorge Augusto Dias e Figueiredo, Engenheiro Agrônomo e Doutor Duarte e Arquitecto Eduardo Manuel Kol de Cavalles, que, independentemente de outras acções desenvolvidas pela própria Associação, promova todas as diligências no sentido de ser conseguida a sede desejada pelas circunstâncias.

- Terminado o período de antes de ordem do dia, seu resumo apuradas outras questões, o Presidente da Mesa deu início a discussão dos respectivos trabalhos.

- Foram postos a discussão, em primeiro lugar, casos se estabeleceu, os estatutos da Associação e não havendo nenhuma objecção a fazer ao que fora assinado por todos no acto do pacto social, foram aqueles aprovados, por unanimidade.

- Foi, em seguida, apresentada, pelo Doutor Jorge Augusto Dias e Figueiredo, em nome da Comissão organizadora, uma lista dos corpos ferentes, com as personalidades já designadas para o exercício das funções neles fixadas, sendo o propunente aduzido à informação o facto de que se a maioria das personalidades referidas naquela mesma lista tinha sido contactada e aceita a incumbência, algumas delas não haviam

(3)

acção porvidis a indispensável confirmação, embora os presentes fossem acceitos na ausência de todos, pelo que se assigna subiecto a aprovação da Assembleia o pedido de se considerar e assignar na acta, a possibilidade da Junta Directiva Nacional, em vez empossada, poder effectuar a substituição de qualquer elemento assignado, em perfeita subordinação ao parecer do Presidente da Mesa da Assembleia geral, em exercicio. A proposta apresentada não teve opposição e, após alguns esclarecimentos do promotor considerado seu historico, foi aprovada por unanimidade. A constituição do Corpo Geral ficou, portanto, a modo de seguinte forma, no termos do estatuto: —

Assembleia Geral: Presidente - Professor Doutor Humberto Cav
Bazqueiro de Azevedo; Vice-Presidente - Eugenio Vasco Rivatti Silva;
meio Secretário - Maria Adelaide Franco Patrício; Segundo Secretário
Francisco Manuel Pinto de França Salvador; Terceiro Secretário - Fil.
Augusto Ferreira Parente do Figueiredo. Conselho Fiscal: Presidente
Doutor Luis Plácido Miranda Garcia; Vogal - Fernando Raste
Calado Mateus; Vogal - Paulo Filipe Figueiredo de Sousa. Junta
Directiva Nacional (Divisão): Presidente: Doutor Jorge Augusto de
as Figueiredo; Vice-Presidente - Tenente-Coronel Doutor Artur Trinis Lope
Pires Nunes; Vice-Presidente - Doutor Manuel Coelho Baptista
de Almeida; Vice-Presidente - Doutor Orlando Correia Neves; Secret
rio - Doutor Fernando Rodrigues Branco Correia; Tesoureiro - J
António de Melo Santos Lima; Vogal - Doutora Maria de Graça
de Sousa Beça Gil Saundes de Sousa; Vogal - Doutora Ana
Marta Nunes de Azevedo; Vogal - Doutor Mário Pires Beato; Vogal
Doutor João de Deus de Azevedo; Vogal - Doutor João Vicente de
Almeida. Esta Junta Directiva Nacional englobará ainda um Con
selho Geral, compreendendo um representante districtal e, p
tanto, vinte e um membros, ou seja, por Açores, Aveiro, Beja
Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Gua
da, Leiria, Lisboa, Madalena, Marvão e Lousada, Portalegre,
Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.
Estas representações serão feitas, ou pelo Presidente da
Junta Regional de Associação, a estabelecer preferencial.

(4)

mento nas capitais dos distritos, que já atrás se especi-
ficam, ou por uma individualidade designada pela Junta Di-
rectiva Nacional quando não exista a respectiva Delegação
(Junta Regional). A opção a cargo da Junta Directiva Na-
cional, além do Conselho Geral, fixada pelos estatutos, delibe-
ra-se também a existência, como meios de apoio à acção
orientadora de instituições, das seguintes Direcções e a de-
signação, como elementos a dinamizá-las, de seguintes sítios :
 RELACÕES INTERNACIONAIS - Doutor Manuel Coelho Baptista de
Silva; COORDENAÇÃO REGIONAL - Tenente-Coronel Doutor António L-
opes Pires Nunes; HISTÓRIA - Doutor Joaquim António Fernandes Fei-
meiras; RECUPERAÇÃO E RESTAURO - Doutora Maria José de Lima
Gouveia de Silva; ARQUITECTURA MILITAR - Professor Engenheiro Fran-
cisco José Gomes Sousa Lobo; APRESENTAÇÃO - Doutor Maria Pires Bon-
do; DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA - Doutor José António Machado Moreno
Afonso; PUBLICAÇÕES - Doutor Orlando Rumeiro Neves; MUSEOLOGIA
- Doutora Mafalda Pereira de Figueiredo; DINAMIZAÇÃO CULTURAL
- Doutora Ana Luísa Nunes Jacas; ANIM. TERRITORIAIS PORTUGUE-
SES - Arquitecto Eduardo Manuel de Moraes Kol de Cavalheiro;
 CONCRETOS - Doutor Joaquim Mathias Moreira; VISITANTES CULTURAS
- Doutor António Silveira Cabana; MONUMENTO CIVIL E RELIGIO-
SOS - Doutor João José Beutels Pimenta; JORNALISMO REGIONAL -
Doutora Maria de Graça de Sousa Beza Gil Sanches de Faria;
 COMISSÃO DE VIGILÂNCIA - Doutor Alberto de Paula Alfus; BIBLIO-
TECA - Doutor Manuel Júlio Pestana; JUVENTUDE - Pedro Manuel
Gomes Ortius de Bellecourt; COMUNICAÇÃO SOCIAL - António de
Sousa Costa. A Direcção " TURISMO " será preenchida oportunamente,
por proposta da Junta Directiva Nacional, bastando pa-
ra a posse do elemento designado o parecer do Presidente da
Assembleia Geral em exercício. Fica igualmente deliberado
que, no caso de haver necessidade de realisar ajustes nas
individualidades indicadas, terão competência para as pro-
por e julgar para as concílios, respectivamente, a Junta
Directiva Nacional - o Presidente da Assembleia Geral em
exercício. A criação de novas Direcções, subsecutas, só pode

5

ser efectuada por deliberação da Assembleia Geral, em termos de
Artículos.

- Foi ainda aprovada, por unanimidade, a proposta de estabeleci-
mento de quota única, para todos efectivos, cinquenta es-
cudo mensais, paga adiantadamente e em liquidação se-
mestral, a fim de facilitar a gestão económica e adminis-
trativa, face aos custos exigidos. Também para os pro-
fectivos, constituídos por individualidades, entidades colectivas
e outros, que o desejarem, a quota única, no termos
dos Artículos, será de mil escudo mensais (em dez vezes o
valor de quota de todos efectivos, como prescreve o artigo
de cinco), paga trimestralmente e adiantada, pelas mes-
mas razões. Adé mais parecer da Assembleia Geral fica
dispensado o pagamento de juro pelos pro-
fectivos.

- No que diz respeito ás Delegações Distritais, que se reunirão
Junta Regionais e devem ter, como atrás se defi-
uiu, a sua sede na capital do distrito, preferencialmente,
estas serão órgãos com autonomia limitada, sujeitos a um
Regulamento a elaborar e poderão ser assumidas por um
elemento a empregar pela Junta Directiva Nacional, depois do
fazer parecer do Presidente da mesma Assembleia Geral,
constituído, no mínimo por: Presidente, Vice-Presidente e três
Vogais. A área de sua jurisdição é aquela que define o dis-
trito administrativo de todo nacional e em caso específico
em Angra e Madalena, englobará o espaço de cada arquipel-
ago, quaisquer que sejam as suas pequenas divisões admini-
strativas. Quanto a Massan e estrangeiros, compreende o terri-
tório de que trata e ainda o espaço cultural de todos os terri-
tórios onde se verifica a presença de portugueses, na África, na
Ásia, nas Américas e na Oceania.

- Foi mais aprovada a criação, em tempo oportuno e desde que
estabelecidas condições para o efeito, do cargo honorífico de
PRESIDENTE DE HONRA da Associação e de uma Comissão de
HONRA, que será composta por cinco entidades ou personalidades
de alto valor cultural e ligadas ao passado histórico-cultural

6

tar, competido à Junta Diretiva Nacional apresentar a proposta, verificadas estas mesmas condições, sendo consideradas o facto de que, em Espanha, os Presidentes de Honra e Associações Espanhola de Honra de Castelos são suas Magestades os Reis de Espanha e a Cruzada de Honra e Cruzada por distinguidas figuras de vida cultural espanhola. Será nesta perspectiva que competirá estudar e voltar a abordar o assunto, no futuro de futuro.

- A Assembleia aprovou ainda a proposta para que a Junta Diretiva Nacional, de acordo com as disposições estatutárias que lhe estão consignadas e que elle compete as atribuições de presença e administração, em vista a alcançarem-se os fins para que se instituiu a Associação, possa aceitar a realização de Congressos e Jornadas sobre temas de interesse já em preparação que elle foram propostas por outras entidades, atendendo-se a que mais lhe compete do que as entidades responsáveis por tais manifestações culturais. Todos os compromissos a assumir, entretanto, devem verificar-se através de um convenio, assinado pelos representantes das respectivas instituições.

- Foi igualmente deliberado realizar-se um futuro estudo de confraternização para membros e simpatizantes de Associação e de seus objetivos, que deverá ter lugar em local e dia históricos, preferencialmente. A Junta Diretiva Nacional compete definir a estes, tendo em conta os aspectos e promover enquadrá-los em interesses gerais da futura Associação. Também se deliberou aceitar, por unanimidade, que a Associação possa realizar, anualmente, o DIA NACIONAL DE CASTELLOS, iniciativa que deve ter a competente aprovação oficial, acordando-se o mecanismo para se alcançar essa autorização, e que deve visar a realização de todo o movimento militar, através das mais diversas manifestações culturais e sociais e de celebrações mais amplas das entidades locais e, ainda, de maiores apoios, da entidade oficiais respectivas. A proposta de criação de medidas

(7)

DE MÉRITO da Associação, que mereceu a melhor atenção de Jôão
presentes, fica autorizada, uma vez criadas também as condi-
ções exigidas por tal distincão, competeudo a Junta Directiva Na-
cional, em devido tempo, obter, em termos do estatuto, a aprova-
ção do seu Regulamento respectivo.

- Foi deliberado, mais ainda, autorizar a dar immediato quanto
possivel publicação de uma revista a intitular (se autori-
zado o titulo) "CASTELLOS DE PORTUGAL" e de periodicidade não
superior semestral e, preferencialmente, trimestral, que deve
existir como organização autónoma, dependente dos lu-
brutos, que estes previrem, mas capaz de possuir uma en-
fiteza de independência e eficacia, validada por seu estatuto
próprio, a submeter a Junta Directiva Nacional.

- Face ás necessidades impostas por uma immediata actualidade
da Associação e pelas dificuldades da presença de diversos
elementos envolvidos para o desempenho de funções e cargo
nesta Acta, a proposta do Jôão Doutor Jorge Augusto Dias
e figurado para as todas as personalidades designadas para
o Corpo Gerente e respectivas Direcções se considerassem,
imediatamente após a Assembleia, em exercício para o
biénio de mil novecentos e oitenta e três - mil novecentos
e oitenta e quatro (pequena nota que mereceu unanimidade
da Assembleia) foi aprovada, considerando-se o Presidente
da Mesa autorizada a sancionar a adunidade de nomes
apresentados e conferidos-lhes, assim, plena posse do
respectivos cargo e funções.

Não mais havendo a acrescentar ou a discutir, foi a Assen-
bleia declarada encerrada ás dezassis horas e chamada
a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da
Mesa em exercício e pelo Secretario, designados para este
acto final.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Orlando Duarte Reis

O SECRETARIO DA MESA:

Francisco de Assis...

Anexo 7- Listagem dos castelos, que são de Interesse Público e Monumentos Nacionais, e as datas dos decretos que lhes atribuíram a valorização patrimonial, Cedido em 31-10 - 2012, pelo IGESPAR.

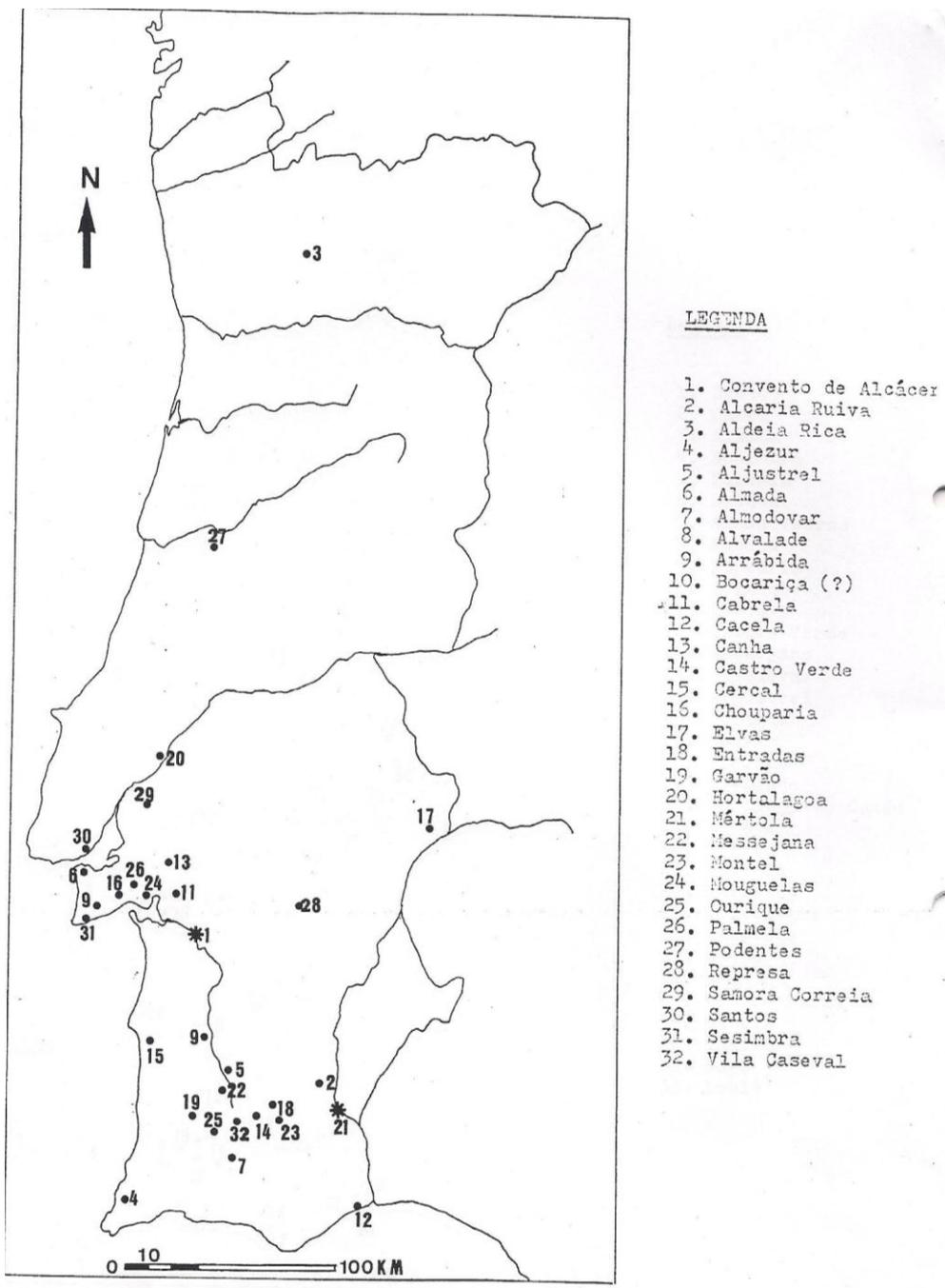
Designação	Distrito	Concelho	Freguesia	Catag. Protecção	Diploma de Class.
Castelo Velho de Cobres Castelo de Moura, incluindo as ruínas do convento das freiras dominicanas e igreja anexa	Beja	Castro Verde	Entradas	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 45/93, DR, I Série-S, n.º 280, de 30-11-1993
	Beja	Moura	Moura (São João Baptista)	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 35 587, DG, I Série, n.º 83, de 27-03-1944
Castelo de Vidigueira	Beja	Vidigueira	Vidigueira	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 251/70, DG, I Série, n.º 129, de 3-06-1970
Castelo de Rebordões	Bragança	Bragança	Rebordões	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Alva	Bragança	Frielo de Espada à Cinta	Polares	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Miranda do Douro	Bragança	Miranda do Douro	Miranda do Douro	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Mirandela	Bragança	Mirandela	Mirandela	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Oleiros	Bragança	Mogadouro	Urós	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 26/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990
Castelo de Mós	Bragança	Torre de Moncorvo	Mós	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Torre de Moncorvo	Bragança	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Vila Flor	Bragança	Vila Flor	Vila Flor	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Algozo	Bragança	Vimioso	Algozo	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 981, DG, I Série, nº 228, de 20-10-1955
Castelo de Ródão e Capela de Nossa Senhora do Castelo, também denominado «Castelo do Rei Vamba»	Castelo Branco	Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 45/93, DR, I Série-S, n.º 280, de 30-11-1993
Castelo de Avó, incluindo as ruínas da Ermida de São Miguel situada no âmbito do Castelo	Coimbra	Oliveira do Hospital	Avó	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 45 327, DG, I Série, n.º 251, de 25-10-1963

Castelo de Borba	Évora	Borba	Borba (Matiz)	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07-1957
Castelo de Veiros	Évora	Extremoz	Veiros	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07-1957
Castelo de Torre de Coelheiros	Évora	Évora	Torre de Coelheiros	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07-1957
Castelo de Mourão	Évora	Mourão	Mourão	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07-1957
Castelo de Azinhalinho	Évora	Reguengos de Monsaraz	Corval	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07-1957
Castelo de Esporão	Évora	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07-1957
Castelo de Vidigueiras	Évora	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07-1957
Castelo de Pademe	Faro	Albufeira	Pademe	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 518/71, DG, I Série, n.º 274, de 22-11-1971
Fortaleza de Alcoutim	Faro	Alcoutim	Alcoutim	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993
Castelo velho de Alcoutim	Faro	Alcoutim	Alcoutim	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997
Castelo de Ajezur	Faro	Ajezur	Ajezur	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 228, de 29-09-1977
Castelo de São João de Arade	Faro	Lagos	Ferragudo	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21-12-1974
Castelo da Senhora da Luz	Faro	Lagos	Luz	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 228, de 29-09-1977
Ruínas do antigo castelo ou Forte de Alvor	Faro	Portimão	Alvor	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 29/84, DR, I Série, n.º 145, de 25-06-1984
Castelo de Alcantarilha	Faro	Silves	Alcantarilha	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 228, de 29-09-1977

Castelo de Folgoeiro	Guarda	Gouveia	Folgoeiro	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 28 453, DG n.º 70, de 25-03-1936
Castelo de Ranhados	Guarda	Meda	Ranhados	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 12977, DR, I Série, n.º 226, de 29-09- 1977
Castelo de Vilar Maior	Guarda	Sabugal	Vilar Maior	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 298, DR, I Série-S, n.º 56, de 6-03- 1996
Castelo de Castelo Melhor	Guarda	Vila Nova de Foz Côa	Castelo Melhor	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 2682, DR, I Série, n.º 47, de 26-02- 1982
Ruínas do Castelo de Alcobaca	Lisboa	Alcobaca	Alcobaca	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 9578, DR, I Série, n.º 210, de 12-09- 1978
Restos da torre e muralhas do antigo Castelo de Atougua de Baleia	Lisboa	Periche	Atougua de Baleia	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Portaria n.º 1072006, DR, II Série nº 6, de 9-01-2006
Castelo de Alenquer	Lisboa	Alenquer	Alenquer (Trilene)	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 40 361, DG, I Série, nº 228, de 20-10- 1955
Castelo de Vila Verde dos Francos (ruínas)	Lisboa	Alenquer	Vila Verde dos Francos	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07- 1957
Castelo de Pirescos (ruínas)	Lisboa	Loures	Santa Iria de Azoia	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 44 075, DG, I Série, n.º 281, de 5-12- 1961
Castelo de Torres Vedras	Lisboa	Torres Vedras	Torres V (Sta Mafra do Castelo S Miguel)	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 41 191, DG, I Série, n.º 162, de 18-07- 1957
Castelo de Alter Pedroso (restos)	Portalegre	Alter do Chão	Alter do Chão	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 12977, DR, I Série, n.º 226, de 29-09- 1977
Castelo de Ouguela	Portalegre	Campo Maior	Nossa Senhora da Expectação	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 32 075, DG, I Série n.º 175, de 18-08- 1943
Castelo do Crato (restos)	Portalegre	Crato	Crato e Mirlines	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 2882, DR, I Série, n.º 47, de 26-02- 1982
Castelo de Barbacena	Portalegre	Elvas	Barbacena	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01- 1967
Castelo de Fontalva (restos)	Portalegre	Elvas	Barbacena	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Decreto n.º 12977, DR, I Série, n.º 226, de 29-09- 1977

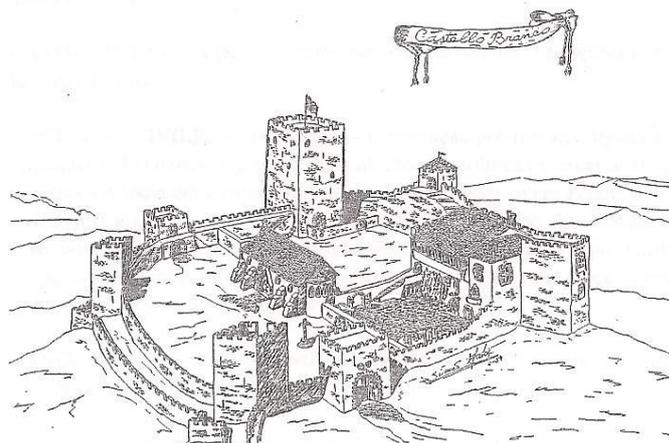
Anexo 9: CUNHA, M (1991):246. "A ordem Militar de Santiago (Das origens a 1327)", Porto, Dissertação de mestrado, apresentada à Universidade do Porto.

Comendas Santiguistas em 1327.



Anexo 10: NUNES, A (1991): 61.”*Dicionário temático de arquitetura Militar e Arte de Fortificar*”, Lisboa.

Castelo Ibérico: de Castelo Branco, com 3 pátios.

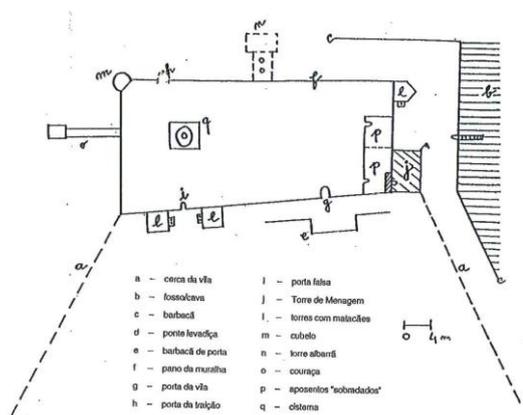


Anexo 11- Infografia de Carlos Azevedo Matos: período (almóada seculos XIII) e o castelo inicial da reconquista in, NUNES, M (2005): 7, Dicionário de Arquitetura Militar.

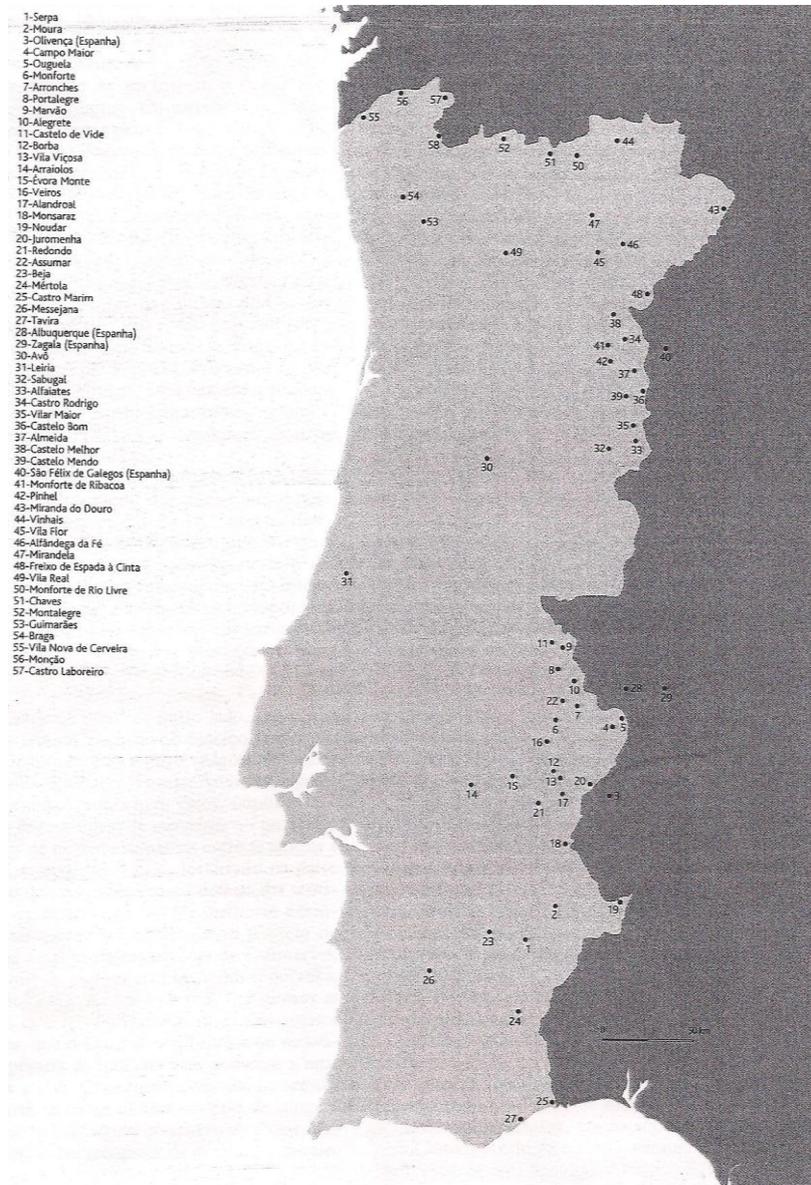
Quadro Comparativo entre o Castelo Árabe Final e o Castelo Cristão inicial:

Característica	Castelo árabe	Observações	Castelo cristão	Observações
Designação	Alcáçova "Al Kassba"	À sua volta desenvolve-se a cidade velha ou Almedina	Castelo	À sua volta desenvolve-se a vila
Exemplo	Castelo de Silves		Castelo de Castelo Branco	
Torreões	Predominantemente prismáticos (5, 6 e mais lados)	Ex: Torre do Ouro em Sevilha, sobre o Guadalquivir	Prismáticos (4 lados)	Mais tarde tornam-se arredondados
Torreões especiais	- Torre albarrrá - Couraça		Adoptou estas torres	Ex: Couraça de Lisboa
Torre de menagem	Não tem	No final da presença ibérica árabe, também a adaptou por influência cristã (Alhambra de Granada)	Introduzida pelos Templários	
Entradas	Em cotovels múltiplos		Directas ou utilizando uma discreta técnica do cotovelo árabe	
Ameias	Quadrangulares ou com remate prismático		Quadrangulares	
Elemento artístico	Arco de ferradura		Arco redondo (românico)	Arco ogival a partir de D. Dinis
Material de construção	Generalização da taipa ou utilização de pedra local	O castelo de Silves é de rocha avermelhada local	Granito ou outra pedra regional adequada	Monsanto é de granito Penha Gracia é de quartzito
Ritmos dos torreões	Pouco espaçados e pouco salientes		De acordo com os alcances das armas (besta e arco) e da topografia do terreno	Permitem um melhor flanqueamento
Estrutura	2 pátios: um inferior e amplo destinado ao pessoal menor (Albacar); e outro mais pequeno onde se localiza o Alcácer	O Alcácer está no pátio nobre, isolado do Albacar	2 pátios inspirados na estrutura árabe. O pátio inferior é destinado ao pessoal menor. O superior contém a Alcaldaria	As vezes a Torre de Menagem está implantada num 3º pátio a nível superior
Marca religiosa	Mesquita		Igreja	Quase sempre chamada Stª Mª do Castelo

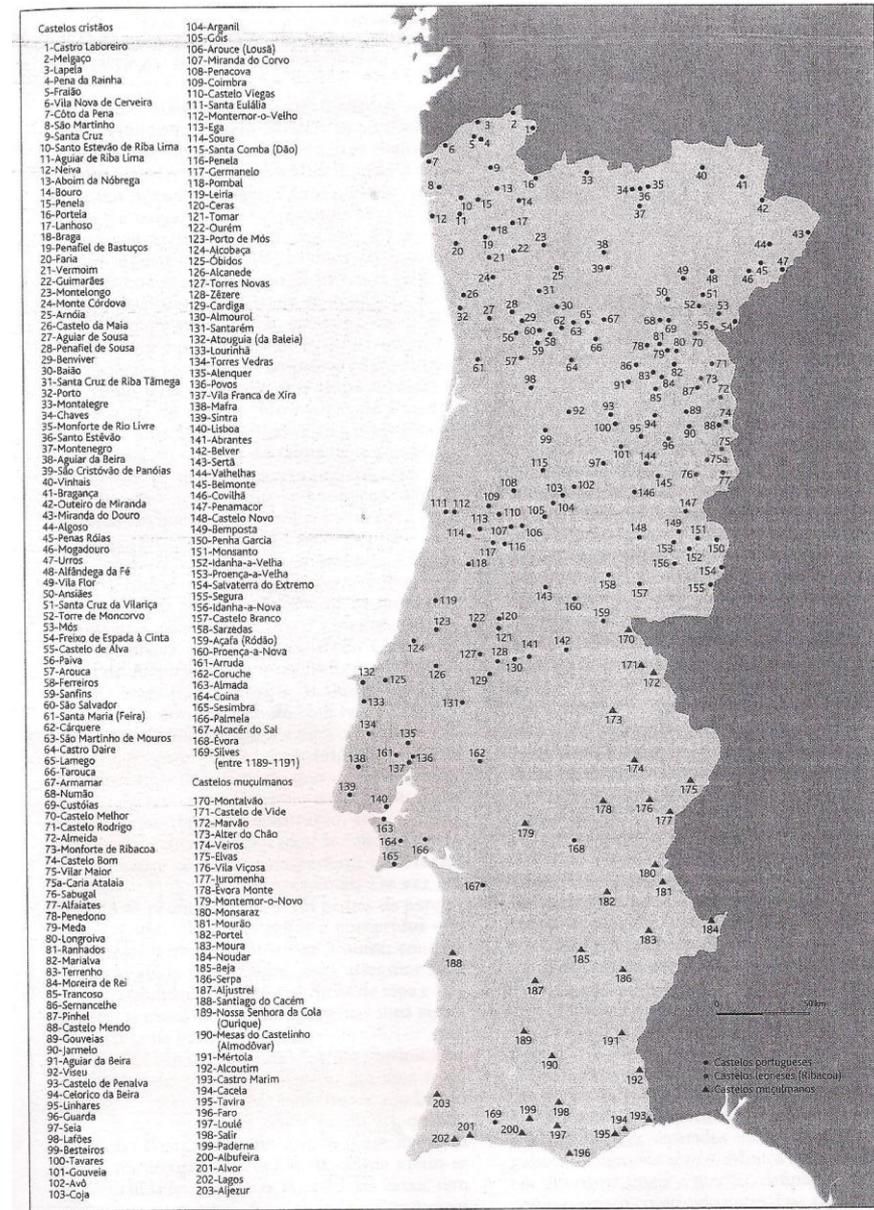
Anexo 13: Planta didática de um hipotético Castelo português do final da Idade Média, in Monteiro, J (1999): 122. "Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média", Edições Colibri, Universidade de Coimbra.



Anexo 14: Da Reconquista a D. Dinis. Fonte: Mário Jorge Barroca, D.Dinis e a arquitectura militar portuguesa, in Atas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Porto, 1998.

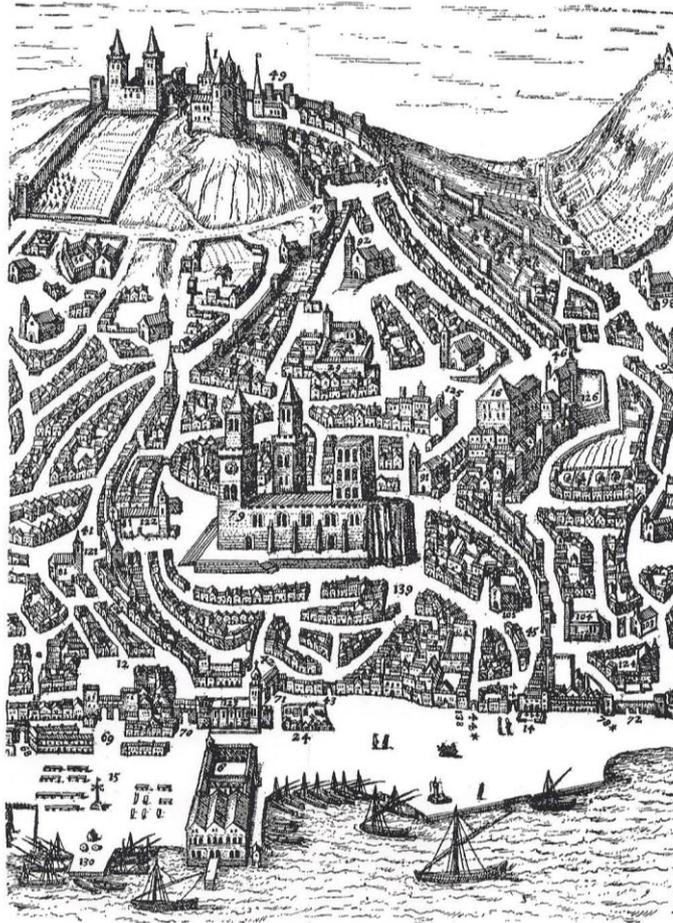


Anexo 15: Castelos Cristãos e Muçulmanos. BARROCA, M (1999): 107, apud, Nova História Militar de Portugal. BARARA, T, TEIXEIRA N, MONTEIRO(Coord)



Anexo 16: A. Vieira da Silva, (1987), A Cerca moura de Lisboa – Estudo histórico-
 Descritivo, 3ª edição, Publicação Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Estampa VII.

A Cerca Moura de Lisboa



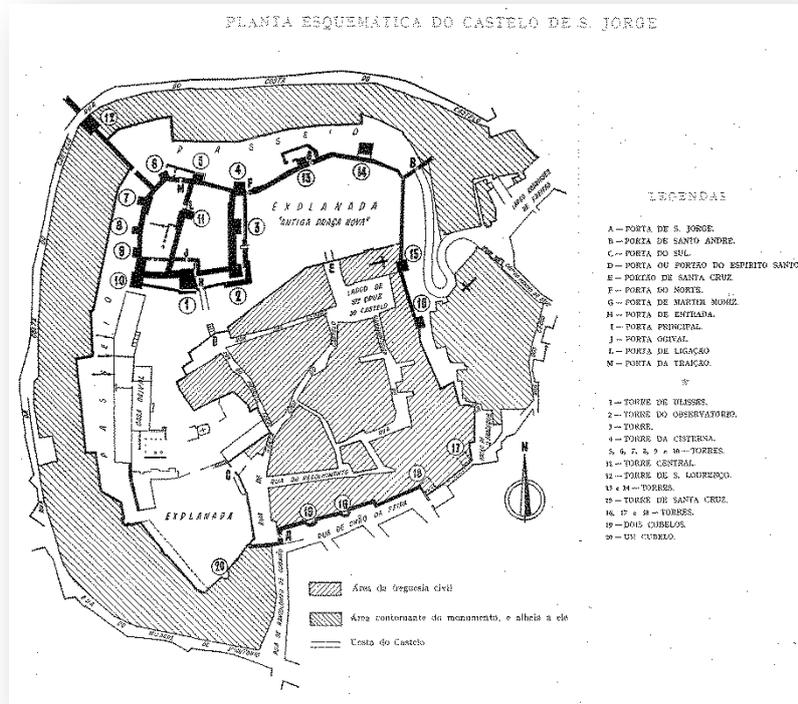
INSIGNIORA

- 1 — Castellū regia vulgo pacos do Castello.
- 4 — Sancti Eloy regia vulgo pacos de santo Eloy.
- 6 — Domus frumentaria vulgo terreiro do tugo (*trigo*).
- 12 — Platea q̄ vulgo pilourinho velis dicitur.
- 15 — Via noua mercatorū amplissima.
- 14 — Fons uberrimus sex canalibus derivatus vulgo chafaris delbel (*del-rei*).
- 15 — Forū elitorū et piscatorū vulgo Ribeira.
- 16 — Domus Senatoria vbi carcer publicus q̄ vulgo Limcoeiro dicitur.
- 18 — Circuitus in summitatis montis moenib. circumdatus, q̄ vulgo alcacoua dicitur.
- 21 — Moles lignorū, vulgo Cais da madr.*
- 24 — Paco de madeira.
- 29 — Monast. S. Eloy ordinis sancti Joannis.
- 30 — Monast. D. N. da Rosa.
- 41 — Porta ferri.
- 42 — Porta maris vetus nunc vulgo postigo da Rua das Canastias (*Canastras*).
- 43 — Porta maris ad S. Joannem.
- 44 — Portas fontis regii vulgo portido (*postigo*) do chafaris delRej.
- 44* — Postigo do conde de linhares.
- 45 — Porta sancti Petri.
- 46 — Porta Solis.
- 47 — Porta alfafae.
- 47* — Porta sancti Georgij.
- 48 — Porta de dom fadrique.
- 49 — Porta do Monis.
- 50 — Porta sancti Laurentij, vulgo postigo de S. Laur.
- 66 — Porta q̄ dicitur arco dos barretes.
- 69 — Porta ripe vulgo porta da Ribeira.
- 70 — Porta q̄ dicitur postagem.
- 71 — Porta noua Maris, vulgo porta do mar.
- 72 — Porta do chafaris dos caualos.
- 78 — Porta de santo Andre.
- 78* — Postigo da fama.
- 79 — Templum maximū sedes Archiepiscopalis.
- 81 — Tem. S. M. Magdalene.
- 91 — Tem. S. Georgij.
- 92 — Tem. S. Bartholomei.
- 97 — Tem. S. Thome.
- 98 — Tem. S. Andree.
- 108 — Tem. S. Michels.
- 104 — Te. S. Petri.
- 105 — Tem. S. Ioannis depraca.
- 106 — Tem. S. Sebastiani da padaria.
- 121 — Sacellum D. N. consolationis super portam ferri.
- 122 — Templum sancti Antonij de Padua.
- 123 — Templum Misericordie.
- 124 — Sacellum sancti Spiritus de alfama.
- 125 — Templum sancti Martini.
- 126 — Templum sancti Blasij et sancte Lucie.
- 130 — Moles lapidum vulgo Cais da pedra (*pedra*).
- 133 — Palatium Comitū de Linsare (*Linhares*).
- 189 — Praça dos Canos.

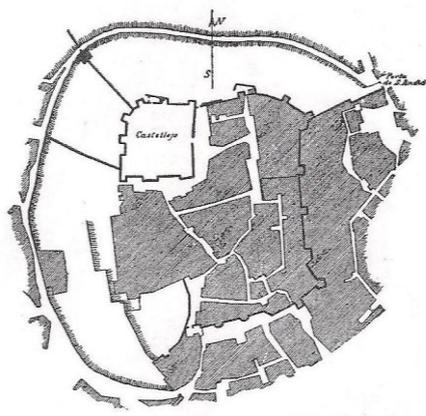
Anexo 17: Castelo de Beja, <http://www.google.pt/search?q=castelo+de+beja>.Acedido em 2 de maio de 2013.



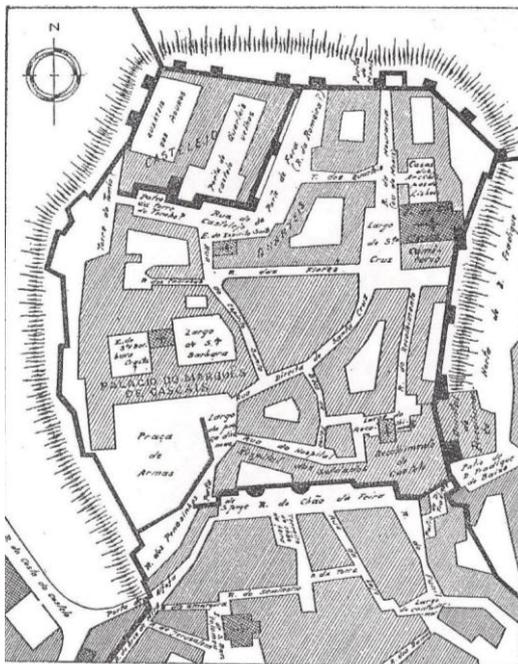
ANEXO 18 :Planta atual do Castelo de S. Jorge: site: www.castelodesão Jorge.com.



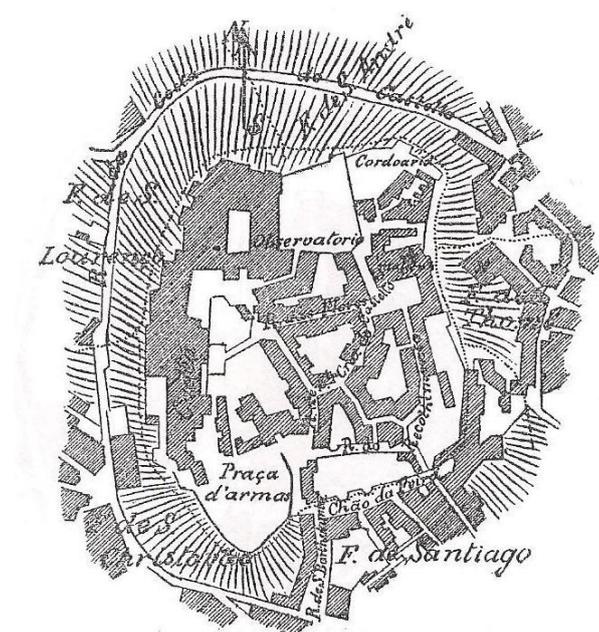
Anexo 19: Planta de João Tinoco: Planta da Freguesia de Santa Cruz do Castelo de 1650 -
Extraída da “Planta da Cidade de Lisboa....” Por João Nunes Tinoco, Arquiteto de Miguel
em 1650-Cópia de SILVA, A.V (1898): ”O Castelo de S. Jorge- Estudo histórico” -
Descriptivo, typografia do Comércio. Lisboa.



Anexo 20: Planta da Freguesia de St^a Cruz do Castelo anterior ao terramoto de 1755, mas copiada ou desenhada em 25 de Outubro de 1761.As legendas são de José Valentim de Freitas, que as escreveu numa cópia da planta, existente na Biblioteca, em Lisboa, apud, SILVA,A.V. (1937):2, O Castelo de Jorge em Lisboa,2^aEdição.



Anexo 21: Planta da freguesia de Santa Cruz do Castelo em 1807.Extraída da “Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios,...levantada no anno de 1807,do Capp.^mEngenheiro Duarte José Fava, Cópia de SILVA,A.V. (1937):2, O Castelo de Jorge em Lisboa,2ªEdição.



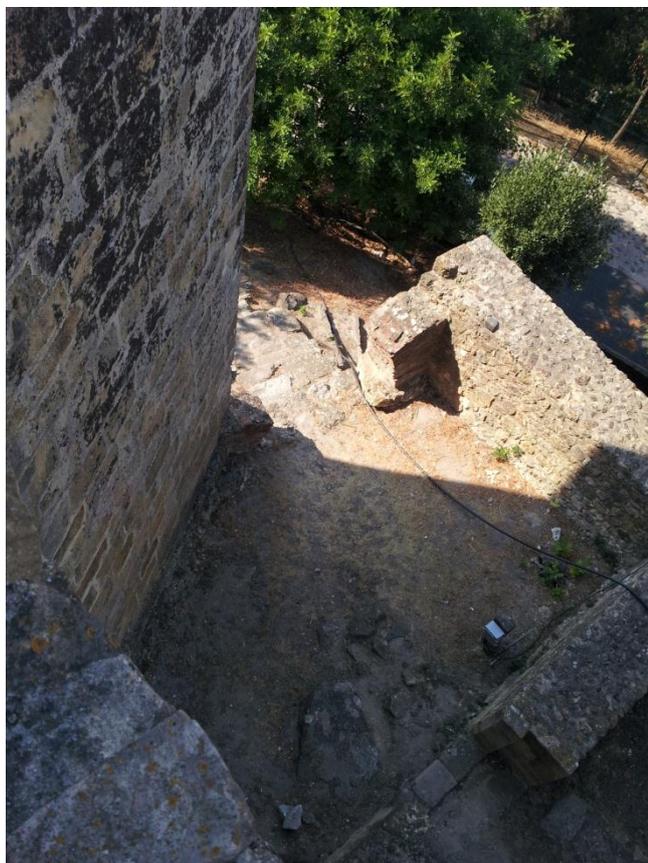
Anexo22: Vista aérea do sul do Castelo de S. Jorge após o restauro: www.monumentos.pt
(Base de dados do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico do IHRU),
consultado em 11-11-2012.



Anexo 23:Porta em Asa de Cesto: Fotografia tirada pela própria em 23 -06- 2013.



Anexo 24: Vestígios da entrada da Porta da traição. Fotografia tirada pela própria em 23 - 06- 2013.



Anexo 25: Vista panorâmica do Castelo de S. Jorge antes das obra, www.monumentos.pt
(Base de dados do Sistema de Informação para o Património arquitectónico do IHRU)/
acedido em 11-11-2012.



Anexo 26: Vista panorâmica do Castelo de S. Jorge depois das obras, www.monumentos.pt
(Base de dados do Sistema de Informação para o Património arquitectónico do IRHU,
acedido em 11-11-2012.



Anexo 27 : Paço da Alcáçova: Fotografia tirada pela própria em 23-06-2013.

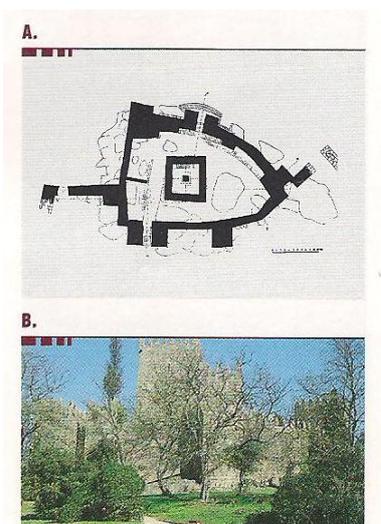


Anexo 28 :Praça -nova. Fotografia tirada pelo próprio 3m 23-06-2013.



Anexo 30: Castelo de Guimarães.

PINTO, L MEIRELES, F, CAMBOTAS, M (2010), História da Cultura e das Artes, VOL II, Porto Editora.

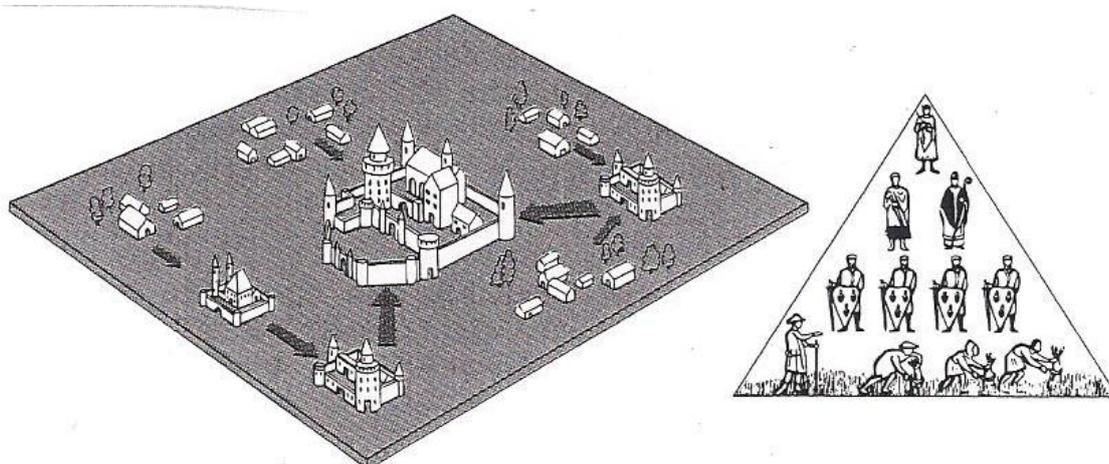


77. Castelo de Guimarães: planta [A] e vista exterior [B]

Foi fundado no século X, mas a sua planta, em forma de escudo, corresponde à reformulação românica, empreendida no tempo de D. Afonso Henriques. Mais tarde, no Gótico, foram feitas, ainda, outras alterações.

Anexo 31: Enciclopédia Verbo, Luso-Brasileira de Cultura, edição Século XXI , Vol II (ESTEI/ Flipa) Lisboa, São Paulo(Diretor João _Chorão da Academia de Ciências de Lisboa(1999): 1254. Artigo sobre o “Feudalismo”.

A Hierarquização da Sociedade Feudal



Anexos 31: Torre das Amoreiras. Fotografia tirada pelo próprio em 23-06-2013.



Anexo 32: Castelo", granito amarelo - 3m x 1.8m x 1.8m; peso: 18 on.9, Parque de Escultura Contemporânea Almourol - Vila Nova da Barquinha.



Anexo 33- Ficha de Observação. Elaborada própria.

Ficha de Observação :

Época histórica: _____

Nome:

Ano /Século

Arquitecto(S)

Influências Estéticas	
Forma :	
-Materiais :	
<u>1-Técnicas construtivas</u> -Leitura Morfológica: 1.1-Elementos de sustentação	
1.2-Elementos Decorativos	
1.3-Composição Arquitetónica	
Função: -Tipologia -Modalidade	
-Significado	
- Conceitos/expressões Chave	
- Observações:	

Anexo 34: Entrevista a Tomás Taveira, Revista Portuguesa nº4 (1985), Entrevista a Tomás Taveira “ Amoreira”.

MAJES INTERVENÇÕES EM LISBOA

T O M Á S T A V E I R A E N T R E V I S T A

AMOREIRAS



Várias são as posições que nós podemos assumir em relação ao partido urbanístico aprovado. De facto existia um plano (elaborado ao que suponho pela Gefel em colaboração com a C.M.L.) que ficou definitivamente aprovado em 1979.

Assim, quando iniciei o meu trabalho no ano seguinte havia um plano que fixava a forma geral, a estrutura funcional (habitação, escritórios, centro comercial) e as relações básicas com as áreas envolventes, bem como a volumetria.

O “podium”, embora com um desenho mais “moderno”, existia já, com três edifícios mais ou menos em T que se lhe sobrepunham, e que eu tenho vindo a transformar em edifícios pontuais mas mantendo a sua localização relativa; existia já, também, sobreposto ao “podium” um edifício em L, que “respeitei” em termos de localização e forma e que se destinava a habitação. Quando comecei o meu trabalho “tudo” estava basicamente determinado, faltando apenas a organização da “imagem”.

Se me perguntarem pois se as Amoreiras não serão uma intervenção clássica/moderna... disfarçada de cenografia pós-moderna (embora eu discorde do termo cenografia...) eu gostaria de abordar a resposta de três maneiras diferentes.

Em primeiro lugar, a existência de um podium com edifícios pousados é, naturalmente, uma atitude Moderna, na medida em que o entendimento da cidade

feita pelos neo-modernos parte do princípio e da meditação sobre a cidade antiga que condenou em absoluto este tipo de urbanismo. De facto parte-se da ideia de “CIDADE FELIZ”, a cidade que era constituída por uma RES-PÚBLICA à qual se sobrepunha uma RES-(ECONÓMICA) PRIVADA para constituir uma RES-CIVITAS. A República seria constituída pelos Edifícios públicos; pelos Espaços públicos; Monumentos e Infraestruturas. A RES-privada, pela parte do tecido urbano destinado à Administração, Residências e Actividades Produtivas. Esta cidade é no fundo a Cidade Medieval, a cidade que se constrói a partir do ano 1000 e que deriva das experiências Gregas, Helenísticas e Romanas.

É a estrutura da cidade de “colonização” que no século XVIII e XIX ainda se utilizava na América do Norte e do Sul.

Em segundo lugar, a ideia de Cidade Feliz de que partem os Neo-Modernos, sendo a que melhor se adapta a um equilíbrio de ruas e praças onde as populações são acompanhadas e vivem um ambiente urbano psicologicamente equilibrado, têm tido dificuldades em se manter, no caso das cidades históricas, e dificuldade em se impôr nas novas cidades.

Assim tem havido o recurso a uma ideia de reconstrução segundo a tradição Histórico-Urbana que, no entanto, não chega para solucionar os problemas que se põem hoje na construção da “CITÁ FELICE”...

Finalmente, uma terceira ideia necessária para

— Discute-se muito o partido urbanístico adoptado (grosseiramente: “podium maciço com torres em cima”). É uma opção que lhe interessa ou havia um plano, um estudo de pormenor para o local que obrigasse àquela opção?

Por outro lado não serão “As Amoreiras” uma intervenção “Clássico/Moderna” (pódio mais torres dispostas aleatoriamente sobre ele), disfarçada com cenografia Pós-Moderna?

A



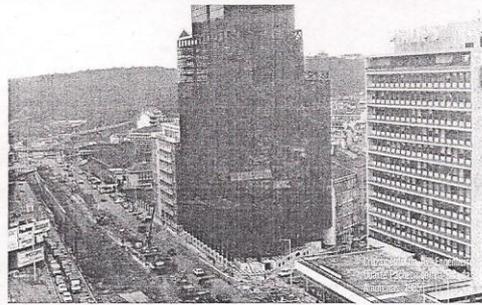
Desenhamo da Av. Espinho Duarte Pacheco com a Rua das Amoreiras e Av. Conselheiro Fernando de Sousa (esta ainda em construção). 1970.



Desenhamo da Av. Espinho Duarte Pacheco com a Rua das Amoreiras e Av. Conselheiro Fernando de Sousa (esta ainda em construção). 1970.



Desenhamo da Av. Espinho Duarte Pacheco com a Rua das Amoreiras e Av. Conselheiro Fernando de Sousa (esta ainda em construção). 1970.



Desenhamo da Av. Espinho Duarte Pacheco com a Rua das Amoreiras e Av. Conselheiro Fernando de Sousa (esta ainda em construção). 1970.

di-
uto
de
ma
O-
AS.
os;
tu-
stí-
les
al,
ue
e
no
do
em
um
ão
se
ide
ão
to,
mi
ra

enquadrar a minha resposta, resposta que ainda não dei [1], diz respeito à falência da cidade moderna, ou cidade construída segundo os princípios "Modernos". De facto verifica-se que a cidade moderna nos seus dois tipos mais característicos, falhou. Tanto a Cidade Autoritária (planeada e construída por imposição da força selvagem e onipotente do poder) como a Cidade Democrática, a qual também entra em crise por confundir democracia com populismo e espontaneísmo igualitarista, falharam. Assim a opção "Amoreiras", que não foi feita por mim, a não ser em termos de Imagem Urbano-Arquitetónica, para não usar os vossos adjectivos, não teria aquela FORMA URBANA se me tivesse sido dado ensejo para tal (os clientes por razões de tempo e finanças, absolutamente compreensíveis não permitiram que se alterasse o estudo Gefel-CML, senão em "quantidades" tão pequenas que não prejudicassem o andamento do processo), sendo, na minha opinião, uma solução moderna.

— Dentro do partido geral adoptado, se os volumes de escritórios se lêem claramente na relação que estabelecem com a Av. Duarte Pacheco e com a rua do depósito de água, já os blocos de habitação aparecem mais caóticos, acastelando-se numa esquina do volume do embasamento. Ficará ainda a dever-se a restrições camarárias?

No processo conceptual global que papel cabe aos coroamentos de betão pintado que encimam esses blocos?



Esta pergunta está em parte respondida na anterior, visto que não me era dado fazer alterações que porventura inviabilizassem o projecto obrigando a novas aprovações.

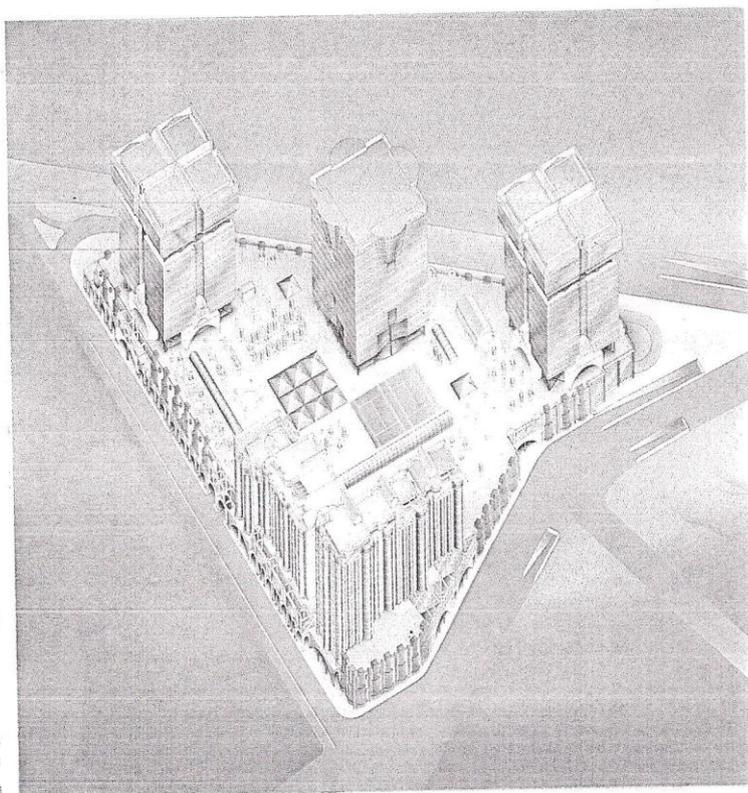
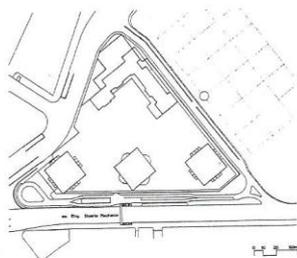
Assim as alterações levadas a cabo verificaram-se essencialmente nas torres de escritórios ganhando-se com a sua passagem a edifícios pontuais, uma maior transparência... Mais difícil senão impossível seria alterar o 'L' destinado a habitação sem se correrem tamanhos riscos que poderiam pôr em perigo a situação legal! De qualquer modo eu gostaria de pegar na ideia de caos sugerida pela pergunta para explicitar melhor o modo como actuei e actuo. De facto, a minha arquitectura é, regra geral, um grande compromisso entre a Ideia Neo-Moderna de Classicismo, capaz de ser levada ao extremo do desenhar de edifícios com uma clara imagem antropomórfica e, ao mesmo tempo, a vontade de desenhar edifícios com um apelo ao sentido histórico, à reavaliação da nossa herança histórico-arquitetónica com a ajuda do uso de sinais que permitem, por assim dizer, uma chamada de atenção para o passado.

Não pretendo com os edifícios resolver o problema da divulgação histórica como se calcula. É evidente que

acredito que a história deve ser vista, pelos arquitectos e não só, como uma educação moral como um repostório de cultura e não apenas como um repostório de estilos.

No entanto o enormíssimo esforço do Movimento Moderno de cortar todas as raízes com a história, de eleger a máquina como alma mater de toda a arquitectura justifica hoje a introdução de uma Contra-Força de Imagem, que não divulga a história, como se diz atrás, mas estabelece um profundo apelo à história e é capaz de até certo ponto, fazer criar um clima por o cavalição da destruição da Imagem Urbana tal como ela se apresenta após a passagem do Movimento Moderno. Por outro lado, ainda, parte do grande compromisso que se estabelece sempre dentro da minha arquitectura diz respeito aos elementos que se referem à história recente, ao progresso, à modernidade e que são, eventualmente, a base para a minha ideia de Neo-Moderno contra a de Pós-Moderno.

De facto o Moderno para mim ainda não acabou, mas vai-se transformando progressivamente através da revisão das construções básicas da sua teorização. Assim na habitação das Amoreiras surge algo que tem a ver com a "cultura do sol", com a cultura mediterrânica, principalmente através das "enormes" colunas de vidro, que não passam de "Bow windows" e que têm sido criticadas (?) apenas pela aparência e não pelo conteúdo e consideradas mais ou menos Bofillianas...



É tão ridículo quanto, Boffill, tanto em "S. Quentin en Evelines" como nas arcadas "du Lac" procura um novo Neo-Clássico, um novo Iluminismo com uma intervenção urbana indiscutível; nas Amoreiras a habitação é, nos seus termos, essencialmente "Late modern" funcionando os coroamentos como um apelo à memória clássica, uma reconstrução histórica onde a paródia assume um fim louvável. Parece-me ridícula a crítica que se baseia nas "aparências", no "imediatismo formal", que acéfala e não informada toma sistematicamente como boa a "crítica ingénua-social"... Quantos projectos de Michael Graves, para citar um exemplo, não poderiam ter sido segundo as aparências "desenhados" por Leon Krier? E alguns destes por Aldo Rossi? E que dizer do próprio Rossi e algumas obras de Grassi? E que dizer, ainda, do último Ungers em Frankfurt perante a obra do Grupo Arquitectónica, de Miami? Meus senhores que exercício tão mórbido e inconsequente! Mas voltando à habitação nas Amoreiras devo dizer que foi "deliberadamente" pensada como uma "obra

moderna", com um coroamento neo-moderno de inspiração clássica, acentuando algumas das reminiscências daquele movimento (por ex: uma certa pureza no uso dos materiais), enquanto o desenho se assume como uma imensa alegoria ao que de mais tectónico existe na criação da Imagem!

— Há um processo simbólico "geral" que tem usado em entrevistas para descrever o conjunto: Medievalismo, cavaleiros e damas, etc., quer desenvolver mais profundamente?



Têm sido por mim várias vezes enfatizadas as características mais marcantes do Movimento Moderno...

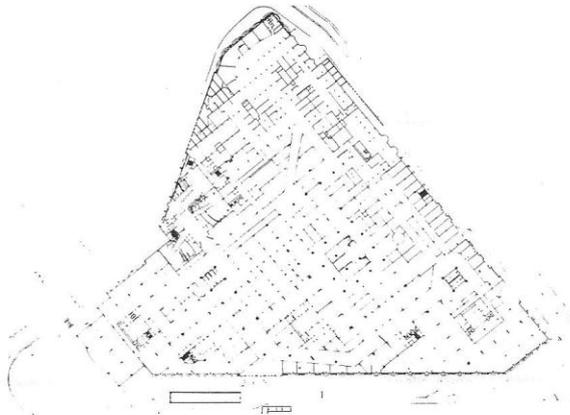
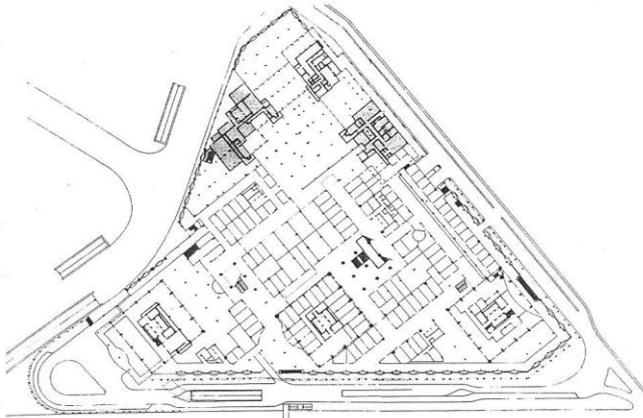
- anulação de ornamento e anulação da decoração
- subordinação absoluta da forma à função
- pureza na utilização dos materiais
- assunção da ideia de progresso como ideia democrática

— a produção em série como algo que expressa essa democracia

— corte com a continuidade histórica (Baunhaus).

O Movimento Moderno consegue assim anular a relação da Arquitectura com a História e evitar que a Arquitectura assumo o papel de uma segunda linguagem, isto é: a possibilidade de ser ela também portadora de Mitos e de Sinais que ultrapassem a sua função imediata, a de articular espaços que albergam funções, atitudes e movimentos humanos específicos.

Assim o Movimento Moderno transforma-se, como é sabido, num tipo de arquitectura facilmente repetível, facilmente democratizável no pior sentido, no sentido de até os curiosos (para além de desenhadores, engenheiros e construtores), já sem cultura, poderem produzir; transforma-se numa força destruidora de uma imagem urbana que vinha embuída de valores culturais muito diferentes; e ao mesmo tempo, numa força destruidora de uma vida urbana que se tinha sedimentado ao longo de séculos. O Movimento Moderno sendo um movimento explosivo, mercê da explosão da popu-



lação, da explosão da economia e do progresso, acaba por ser um movimento avassalador, transformando a imagem das cidades de tal modo que "ele" passa a ser a "Imagem" que as populações hoje vivas têm da cidade!

A partir do meio dos anos setenta, no entanto, várias têm sido as posições e reacções dos arquitectos face ao Movimento Moderno e várias têm sido as posições "pós" ou "neo-modernas". A saber:

- a) A partir da Antropologia Cultural, tem vindo a ser dinamizada a ideia do "Genius Loci" e, nesta circunstância, o espírito do lugar acaba por ter uma importância primordial na reorganização das construções de ordem poética que levam à invenção dos novos objectos arquitectónicos;
- b) Outra ideia tem sido a de um "Neo Racionalismo" inspirado numa arquitectura dos anos 20 e na leitura da cidade anterior à 2.ª Guerra Mundial;
- c) Outra ainda diz respeito aos arquitectos que têm assumido uma posição mais "folk" por assim dizer levando a que se medite nas formas e organização

espaciais de certas regiões (Venturi) dinamizando deste modo a ideia de contexto;

- d) Outra ideia, ainda, tem sido baseada na História e no restabelecimento de laços com o passado, gerando uma arquitectura agora "conhecida" por neo-clássica...

Isto para só falar nas mais importantes correntes pós-modernas já que existem várias sub-correntes que não interessa aqui focar.

Esta introdução visa enquadrar a minha arquitectura já que ela se tem "apoiado" em circunstâncias e em construções de ordem poética da mais variada natureza. Assim deve explicitar-se que eu tenho vindo (sempre) a dizer que as características mais marcantes de Lisboa se referem à Cidade Medieval, e menos à cidade Iluminista e ainda menos eventualmente à Cidade Modernista, embora esta última tenha tido sempre para mim um valor muito grande e venha num futuro próximo a tornar-se visível (ou mais visível) na minha obra.

Assim, voltando atrás, se acredito que Lisboa é acima

de tudo uma "cidade medieval", ou se transporta em si o espírito medieval, e se dentro da poética pós-moderna há uma possibilidade de estabelecer laços com uma arquitectura antiga e com o "Genius Loci" então, justifica-se que eu tenha desenvolvido nas Amoreiras a rectórica, ou o mito, do Medievalismo. Pode ver-se claramente através das fotografias e dos alçados que as três torres destinadas a escritórios têm um desenho antropomórfico (neo-classicismo puro); as das pontas lembram guerreiros (são "evidentemente" masculinas!) a central uma dama (evidentemente, também, feminina), enquanto a imagem geral se refere às torres medievais! Consuma-se assim o grande mito da idade média — os guerreiros defendendo a sua dama!

Isto não quer dizer que eu faça ou eleja para mim apenas um tipo de poética neo-moderna e nem sequer que eu acredite que deve ser apenas uma a eleita por todos os outros arquitectos, antes e ao contrário, acredito que numa mesma obra podem coexistir várias "poéticas" e que um mesmo arquitecto, por maioria de razões, possa variar de poética de obra para obra. Posso mesmo referir que um dos meus projectos mais significativos, não construído ainda, a Central de Camionagem do Areeiro, foi desenhado tendo como base a Lisboa dos anos 30, 40 e a Idade Média...

A poética como princípio e projecto é o grande território de meditação e de pesquisa da arquitectura!

— As duas "esculturas-fontes" que assinou, são as únicas peças de arte incluídas no conjunto. Porquê a ausência de colaboração de artistas plásticos?

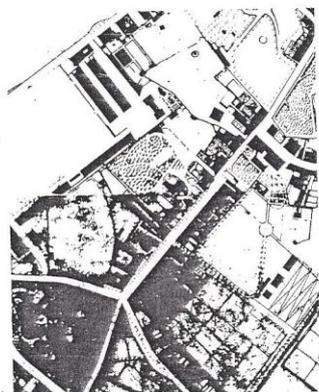


Nas Amoreiras aparecem efectivamente dois objectos/fontes que foram desenhados por mim e a explicação não é muito simples, no entanto existem dentro dos limites desta entrevista duas respostas possíveis: A primeira diz respeito a restrições de verba que a partir de certo momento se começaram a sentir... isto é: a partir do momento em que o equipamento do Shopping foi reduzido ao mínimo, como atrás se refere, deixou de haver oportunidade para chamar a intervir quaisquer outros artistas, não por a sua colaboração ser cara, mas porque essa colaboração se traduziria certamente em "trabalhos" que a firma Mundicenter (proprietária do Shopping) não estava já sensibilizada para aceitar por razões de custo. De facto o Shopping veio a custar algumas centenas de milhares de contos a mais do que estava previsto...

A segunda resposta possível deriva em parte desta razão, mas diz respeito também à especial posição que eu tenho hoje sobre o papel do "Arquitecto" e sobre o seu território de intervenção.

De facto eu penso hoje, e à maneira de muitos outros neo-modernos ou pós-modernos, que o território do arquitecto deve ser alargado ao "design" e a quaisquer outros objectos, um pouco à maneira "renacentista"!

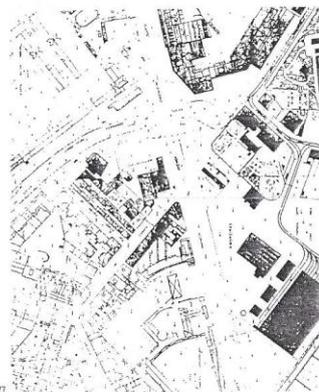
Nesta circunstância pode dizer-se que desenhei todos os objectos de equipamento construídos, e não construídos, assim como toda a sinalização (não construída...) e esculturas de interior e exterior... De resto



1914



1950



1977

Documentação fotográfica da p. 25 e mapas 1914, 1950, 1977 extraídos de um trabalho de João Vassalo Rosa e José Filipe Fernandes para o 2º ano do F.A.U.T.L., 1984/85 (História da Arquitectura)

esta posição tem vindo a ser desenvolvida por mim há já alguns anos, embora não tivesse ainda sido tornada pública. Há apenas três meses que comecei a executar os móveis e objectos (transfigurados) que estão expostos na Galeria "Os Cómicos".

— Em que lugar coloca a cor no processo arquitectónico das Amoreiras?



A cor "no processo arquitectónico das Amoreiras" desempenha efectivamente um papel essencial e dir-se-ia mesmo que a cor na minha arquitectura a partir de um dado momento passou a ser um elemento significativo e didáctico primordial; e porque? Efectivamente penso ter percorrido como arquitecto, através da minha obra e dos meus projectos, algumas das etapas finais do movimento moderno. De facto projectei edifícios modernos (um exemplo, o Hotel da Balaia) edifícios tardo-modernos (Castil) edifícios neo-brutalistas (Fábrica de Discos Valentim de Carvalho), para acabar por me "ancorar" numa arquitectura muito mais meditada, muito mais culta, que tem sido aquela que tenho vindo a desenvolver desde 1973.

Se pensarmos nas condições básicas de ordem poética do movimento moderno e na contra-força necessária para as alterar na arquitectura, somos levados, naturalmente, a pensar na cor, afinal um elemento de composição e de significação básico ao longo de toda a história do mundo. Com efeito, a cor é um "elemento natural" que, com a ajuda do desenho, serviu para "contar" a história dos povos e dar corpo aos mitos e aos desejos da sociedade, tendo a arquitectura desde o Egipto até ao Neo-Clássico servido como suporte para o uso dessa cor e desenho. É assim no Egipto, nos seus túmulos, nos seus templos; na Grécia, nos seus templos; em Roma na arquitectura civil e religiosa e assim por diante através de toda a história da arquitectura ocidental até à decoração schinkeliana...

Assim se há que regressar, como os pós ou neo-modernos pensam, à história, se há que regressar à meditação sobre a história e sobre o seu "valor", uma das características mais impressionantes e que imediatamente se afirma é a COR. Mesmo quando se dizia que as "Catedrais eram Brancas", a cor mantinha um valor essencial na acentuação da estrutura da luz e por consequência na estrutura do espaço dessas mesmas catedrais...

Toda a arquitectura até à "tomada do poder" pelo ascetismo do movimento moderno era "pintada", usava a cor como vibração, como elemento plástico, como elemento psicológico, como fazendo parte integrante do homem.

Deste modo eu diria que a cor, nas Amoreiras, faz parte do processo natural da invenção, embora eu não tenha escolhido umas cores quaisquer, e tenha, pelo contrário, escolhido cores que são, em minha opinião, as que se encontram facilmente em Lisboa, e em grande profusão. São os ocres, são os rosas, são os verdes, os azuis acinzentados...

Os verdes, de facto, nas Amoreiras só aparecem em "desenho" visto que não me foi "permitido" (pelos clientes), usá-los; Eles que são tão importantes e tão

decisivos para um certo desenho e para a luz de certas ruas... Veja-se o caso da Casa da Moeda!

— "Uma cidade dentro da cidade" é o "slogan" adoptado para o Centro Comercial. Essa "cidade" interior parece um pouco confusa, susceptível de provocar a sensação de "desnortamento" que é um pouco típica dos Centros Comerciais.

Porque fugiu a um certo "dirigismo", como nas Olaias, ou, pelo menos, a uma estruturação mais clara, como no Castil?



De facto eu sou capaz de concordar que existe uma certa sensação de desnortamento no Shopping das Amoreiras, reconheço que existem falhas "graves", no entanto várias circunstâncias concorreram para isso umas "deliberadas" outras "resultantes" de todo o processo, da dialéctica arquitectos-clientes/custo-financeiro!

Primeira, a estrutura geral do centro é um conjunto de ruas dispostas em dois níveis que são articuladas através de praças, portanto dir-se-ia que as lojas à semelhança do que acontece numa cidade ocupam quarteirões! É claro que poder-se-á dizer que a estrutura de uma cidade-clássica neste caso, não é a mesma a céu aberto que aquela fabricada para ser coberta, ainda que com a ajuda de lanternis (Iluminação zenital...) como é o caso das Amoreiras.

Em certas circunstâncias a leitura do espaço é absolutamente evidente e a organização dos percursos bastante clara quando existem clarabóias, isto é: luz natural. Acontece no entanto que nalgumas zonas onde existem edifícios que se sobrepõem ao Shopping evitando ou negando a possibilidade de estruturação normal do percurso (acompanhado por luz natural...) a leitura é mais problemática. Ao mesmo tempo existem algumas circunstâncias que dum forma imediata podem justificar a sensação de desnortamento: por exemplo o facto de não existir praticamente "equipamento urbano", digamos assim, considerando que a estrutura do centro foi pensada como se fosse uma cidade hipodâmica com ruas perpendiculares a formarem quarteirões e articuladas, como disse atrás, por praças que seriam portadoras de "sinais" (Landmarks Linchianos!) quer fontes quer enormes esculturas. De cada uma destas praças assim assinaladas, incluindo a praça exterior da entrada face ao Liceu Charles Lepierre, onde se localizava uma fonte, ver-se-ia sempre uma outra praça "marcada" de uma forma específica. Estabelecer-se-ia deste modo uma rede de sinais que mantinham sempre entre si uma "comunicação", não permitindo o desnortamento...

Tal como veio a acontecer por razões de ordem financeira visto que apenas duas praças foram "assinaladas" e apenas com a ajuda de duas Fontes!

Reconheço que é pouco. Ainda por cima, a sinalização existente que nada tem a ver com a projectada, é extremamente insipiente não ajudando em nada a colmatar as "falhas"... Estava ainda projectado um conjunto de floreiras e bancos que ordenavam todo o espaço das ruas e que teriam cores diferentes o que ajudaria ao acompanhamento do passo... □

Anexo 35: Biografia de D. Dinis: Rei, poeta e lavrador

D. Dinis (1261-1325), subiu ao trono com apenas dezassete anos. O período dionisino durou 46 anos. No ano de 1282 foi celebrada em Trancoso a sua boda com D. Isabel de Aragão. Esta rainha é a protagonista da lenda dos " *Milagre das Rosas*", ocorrida no Castelo do Sabugal. É conhecida pela Rainha Santa Isabel. O reinado de Dinis ficou marcado pela forte capacidade de organização e liderança na condução do seu reino.

Politicamente, o rei tinha sob seu comando o reino de Portugal e dos Algarves. Deu continuidade à política de centralização régia do seu pai D. Afonso III, nomeadamente nos assuntos administrativos, financeiros, militares e judiciais. No período da sua maturidade viveu um período de agitação e instabilidade política, ao nível interno e externo.

Ao nível externo, a sua ação política peninsular, notabilizou-se pela assinatura do tratado de Alcanises com o rei Leão de Castela, D. Fernando IV. Com este tratado as fronteiras entre Portugal e Espanha ficaram definitivamente estabelecidas. Ao nível interno notabilizou-se por uma política nacional, na qual focalizou a sua ação política basicamente no controlo dos poderes dos nobres e das ordens religiosas.

D. Dinis teve também um papel importante na política peninsular, concretizada através da aliança diplomática, expressa através do casamento de D. Isabel com o Rei de Aragão D. Pedro III, o Grande. Castela vivia num período de instabilidade política devido à morte de D. Afonso X, o sábio. Após a morte do rei o território ficou fragmentado e fragilizado. Ficou como testamenteira a sua filha bastarda D. Beatriz, mãe do rei D. Dinis. Durante algum tempo, ocorreram lutas sucessórias que foram partilhadas entre Sancho IV (rei de Toledo), Fernando IV (herdeiro legal da coroa, mas que tinha apenas 9 anos), Afonso de la Cerda (era o filho mais velho) e D. Maria de Molina (viúva de Sancho IV, embora o casamento nunca tenha sido reconhecido) e os infantes Henrique e João. D. Dinis apoia a causa da luta e a disputa pelo reino, do Infante João. O infante Henrique compra a neutralidade do rei e de D. Dinis e, ao mesmo tempo, D. Dinis recebe as povoações de Moura, Serpa, arroche e Arcena. O território de Aragão é entregue a D. Fernando IV.⁵⁴²

⁵⁴²MATTOSO, J (1993): 150-1 153.

D. Dinis assinou o acordo luso-castelhano em que apoiaria Fernando IV e este casaria com D. Constança sua filha. Em 1296, os aragoneses tentaram retirar Múrcia e Alicante ao trono de Fernando IV. Esta atitude provocou uma revolta, que conduziu a guerras entre ambas as forças. Entretanto, Leão, Galiza, e Astúrias tinham sido atribuídas ao infante D. João, Castela e Andaluzia a D. Afonso de la Cerda. D. Dinis apoiou D. Maria de Molina e os infantes nestes combates, o que lhes permitiu vencer juntos os adversários.

Em 1297, surgiu, o tempo de paz e de realizar acordo entre as partes, D. Dinis e o D. Fernando IV. Este acordo, estabelece e divide os territórios. Portugal desiste da posse de Arroche, e de Arcena, Valência, Esparregal e Aiamonte e mantém Moura, Serpa e fica com Olivença, Campo Maior, Ougela e São Félix de Galegos. Assim, desta forma D. Dinis conseguiu definir a fronteira de Portugal, e desta forma seria necessário delinear os limites territoriais, repovoar, fixar, construir e reparar castelos.⁵⁴³

Ao nível interno, a política de Dinis demarcou-se pela preocupação de recrutar um exército mais jovem e operacional, encarregou os concelhos de fornecer e armar besteiros do conto mais eficientes, criou os Coutos hominizados. Renovou as Galés para combater os mouros e os piratas sarracenos, na nossa costa. Para aumentar e proteger, as Galés e as Caravelas D. Dinis, continua a plantação do Pinhal de Leiria, rentabilizando o solo agrícola e florestal. D. Dinis, ficou desde aí com cognome, *O lavrador*. Implementou o *Ius Crenelandi* que juridicamente significa que, o Rei detém o monopólio régio de construiu fortificações.⁵⁴⁴ Encetou uma política e acordos de paz com o seu irmão D. Afonso em troca de domínios de fronteira junto à fronteira entre outros domínios. D. Dinis afasta a nobreza das tenências, e encarrega os alcaides de nomeação régia, de nomear os corregedores da comarca da sua fiscalização.

Economicamente, D. Dinis deu continuidade à política económica centralizadora de D. Afonso III. Os Almojarifes cobravam a favor da coroa os foros, as rendas dos mordomos e dos arrendatários das terras então conquistadas. Com a conquista do algarve, a coroa arrecadou os rendimentos de pesca do sal, dos pisões, dos fornos, dos lagares e, também dos banhos públicos. O alcaide passou a prestar homenagem diretamente ao rei, D. Dinis ao conquistar novas terras, arrecada também os proveitos e rendimentos das mesmas.

⁵⁴³Idem.

⁵⁴⁴BARROCA,M (1998):801-822.

Promoveu o povoamento do território. Fez novos arroteamentos de terras, construiu moinhos, e pontes. Fomentou uma política económica anti-senhorial.⁵⁴⁵

No campo religioso, D. Dinis manteve uma atitude de muita persistência e centralizadora, para se tornar independente das Ordens Militares. Através da Concordata de 1289 ficou independente de Castela e da Ordem de Santiago. Mais tarde em 1312, após a publicação da *Bula Callidi serpenti vigil* e do *Concilio*, o papa Clemente V abolia para sempre a Ordem do Templo (recomendando a prisão dos frades, que eram acusados de crimes). D. Dinis para não perder os bens da ordem do Templo criou a Ordem de Cristo que foi autorizada através da *bula Ad ea ex quibus de 14 de Março de 1319*. D. Dinis participou, também na eleição do mestre da Ordem de Avis que se tinha associado à ordem de Calatrava em 1311. Com estas medidas D. Dinis empreendeu uma política de controle régio das instituições internas do Reino. Esta medida foi também alvo de apreciação por Dante de Alighieri, na sua Obra “*Divina Comédia*” no Canto XIX do “*Paraíso*”⁵⁴⁶. Nesta época D. Dinis realizou uma obra religiosa emblemática, que foi a construção o Mosteiro de D. Dinis, de mongas pertencente à ordem de São Bernardo em Odivelas e a construção do Claustro do Silêncio na abadia de Alcobaça.⁵⁴⁷

Ao nível do ensino notabilizou-se pela criação dos estudo Gerais em Coimbra através da assinatura dos documentos, “*Scientiae thesaurus mirabilis*”. O Papa Nicolau IV, confirmou, através da Bula “*De statu regni portugaliae*”, o ensino de Direito Canônico, das Artes, Direito Civil (leis) e a Medicina. Esta universidade começou a funcionar em Lisboa e, depois passou para Coimbra, embora esta questão só fica-se definitivamente resolvida em 1537⁵⁴⁸.

D. Dinis era neto de D. Afonso X, o Sábio, célebre pelas cantigas de Santa Maria. D. Dinis mandou redigir o Livro Velho de Linhagens, por um monge do mosteiro de Santo Tirso. Traduziu-se neste tempo de árabe para galego-português a crónica do mouro Rasis, do Fuero Real e Das Siete Partidas. Deve-se a ele, o facto de ter protagonizado a compilação dos *Cancioneiros dos Cavaleiros*, ou o *Segundo Cancioneiro Aristocrático*, o *Cancioneiro de Jograis Galegos*⁵⁴⁹. O seu filho Pedro, Conde de Barcelos seguiu-lhe os passos e julga-

⁵⁴⁵MATTOSO, J (1993): 142 e 143 ; PIZARRO, (2008): 223.

⁵⁴⁶MOURA, V.G (2011):22.

⁵⁴⁷PIZARRO, J (2008):224.

⁵⁴⁸http://www.uc.pt/sobrenos/historia/marcoshistoricos_xii_xvi.

⁵⁴⁹PIZARRO, J (2008):320-323.

se que o *Cancioneiro da Ajuda* e a compilação geral é do seu filho D. Pedro, o Conde Barcelos. Deixou-nos inúmeras trovas, Cantigas de Amor, de Escárnio e de Maldizer.⁵⁵⁰

Os últimos anos da sua vida foram dedicados à luta com o seu filho. Em 1319 rebentou a luta entre D. Dinis e o infante D. Afonso, devido ao seu irmão bastardo D. Afonso Sanches. O Infante por ciúmes e benevolência do Rei, seu pai, para com o seu irmão bastardo, devido a heranças recebidas, e por este ter obtido o cargo de mordomo-mor, o infante Afonso revoltou-se. Entre 1319-1324 foi tempo de guerra civil. Este teve o apoio do seu sogro, Fernando de IV de Castelã que vivia revoltado com as imposições do tratado de Alcanises. Em julho de 1320 D. Dinis, nos Paços Reais de Santarém lê publicamente as queixas que tinha com o seu filho D. Afonso. Este texto ficou conhecido como o Primeiro Manifesto do rei contra o filho. A partir daqui as relações agudizaram-se e em Abril dá-se o primeiro confronto bélico em Alvogas, perto de Benfica. O Infante leva a sua família para Alcanises, dali partiu para a conquista de Leiria e mais tarde Lisboa. Só a 26 de fevereiro de 1324, foi assinada a paz definitiva ente ambas as partes. O infante D. Afonso conseguiu, afastar o irmão bastardo e do poder.⁵⁵¹ D. Dinis faleceu de uma longa doença. Deixou filhos do casamento real, nomeadamente, a Infanta D. Constança (rainha de Castela) e o Príncipe D. Afonso Rei de Portugal. Teve também filhos ilegítimos que foram Afonso Sanches; Fernão Sanches, Pero Afonso e duas filhas D. Maria Afonso; Fernando Afonso, Martim Afonso. Criou como nobres de sangue real o mordomo-mór, D. Pedro Afonso, e o Conde de Barcelos, D. Pedro Afonso, alferes –mor.

A obra de D. Dinis contribuiu para um dos legados patrimoniais, agora reconhecido pela Unesco e pelo seu órgão consultivo, o ICOMOS como património da Humanidade. O património e a valorização da Universidade de Coimbra,⁵⁵² foi considerada um ícone da cultura, nas palavras de João Gabriel Silva, reitor da Universidade de Coimbra, “*cultura que teve impacto na humanidade*”. Esta decisão foi anunciada pela UNESCO em 22-0-2013, na 37ª sessão do Comité do património Mundial esta decisão foi tomada na 37ª sessão do Comité do Património Mundial, que aconteceu em Phom Penh, no Cambodja.

⁵⁵⁰Idem, ibidem.

⁵⁵¹PIZARRO, J (2008):246-250.

⁵⁵²<http://www.publico.pt/cultura/noticia/unesco-classifica-universidade-de-coimbra-como-patrimonio-mundial-1598086#/0> de 22-06-1013.Acedido /consultado em 23-06 de 2013.

Anexo 36: Local-“Hîsn Balmmlâ” : o território a sul do Tejo durante o domínio islâmico e Reconquista.

A Hîsn de Balmmlâ nasceu do contato entre duas forças religiosas: os cristãos e os defensores da palavra de Maomé da jihâd (combate pela fé do islão) - os muçulmanos. Os primeiros movimentos expansionistas direcionaram-se primeiramente, para o Iraque, Síria, Egito e o norte de África.

Em 710, o berbere Tarif e Tárik b.Zizâd, terminaram com a supremacia do Rei visigodo no território Português em 711. Desde esta 1ª expedição na península Ibérica que Balmmlâ⁵⁵³, foi sempre um dos locais preferidos dos invasores não cristãos. Balmmlâ era o território que se situava na bacia do tejo, ou seja, entre território, Lisboa e Santarém⁵⁵⁴. A hîsn de Balmmlâ, permitia o domínio estratégico e militar entre al-Targ e al Gharb.

Esta hîsn podia comunicar com outros territórios, como Julião da Barra, Trafaria, Almada, Sintra, Coima, Azeitão, Sesimbra, Alcacér e Lisboa. Facilmente comunicava com outras ribât e castelos, através de sinais de fumo e sonoros. Balmmlâ permitia uma ligação fácil entre os rios Tejo e o Sado. Foi considerada pelos invasores normados e muçulmanos, um ponto estratégico por excelência para a ocupação do território⁵⁵⁵. Balmmlâ tinha também um porto que facilitava o escoamento dos produtos comerciais. Permitia também, uma vigilância feita por terra e por mar.

Uma segunda expedição na Península Ibérica prossegue sob o comando de Ad al-Azîz. Este submeteu Évora, Santarém e Coimbra (714 a 716). A partir daqui o poder dos vários governos muçulmanos não parou de crescer. Mais tarde, Ibn Marwâm de Santarém e de Lisboa, controla todo o território desde Évora até ao al –Gharb e al-Andalus.

Os principais focos de comunidades muçulmanas na Península Ibérica foram Badajoz, Sevilha e Córdoba.

No século X começa uma nova fase, sob o governo de Abd Al-Rahman III (929-961) mais conhecido com Abderamão. Com o apoio do Hâyd, Al-Mansur (1160-1199), e o seu aliado D. Pedro Fernandes de Castro ganharam terreno. Estes ganharam a batalha travada em Alarcos, que foi crucial para o avanço muçulmano nesta época. Esta batalha significou a derrota de D. Afonso VIII, Rei de Castela e de Toledo, significaria um atraso para a reconquista cristã, mesmo com a investida de Martim Moniz, que não hesitou em juntar cristãos e ir prender o traidor cristão D. Pedro de Castro. Al-Mansur alcançou muitos êxitos e vitórias, como por exemplo, a conquista da hîsn de Balmmlâ. Nesta passou a viver o alfoz que controlava o território e cobrava impostos às comunidades vizinhas⁵⁵⁶.

Em 1023, iniciam-se novas expedições muçulmanas. Lisboa, Mértola, Faro e Silves são tomadas por Muhammad. No século XI Yusuf ibn Tâsfin conquista Sevilha, Badajoz, Lisboa, Coimbra.

⁵⁵³ LÈVI-Provençal (1996):131.

⁵⁵⁴ BORGES COELHO (1989):54 e 70 227-234.

⁵⁵⁵ Cf, LÈVI-Provençal.

⁵⁵⁶ Idem

A sul existem revoltas com Ibn Quasi. Geraldo Sem Pavor (sécs. XII) concretizou uma primeira tentativa cristã de conquistar o território com o apoio de Afonso Henriques. Estes tentam a tomada de Badajoz mas, ganhou D. Afonso VIII, Rei de Castela, Toledo, Lisboa, Évora e de Beja.

Após esta tentativa assistimos no território a uma redução progressiva das ações militares dos almóadas⁵⁵⁷. As investidas lideradas pelos soberanos dos jovens do condado portugalense, foram mais preeminentes.

A viragem da reconquista cristã ocorreu com avanço de D. Afonso Henriques em 1147, ao conquistar Lisboa e Santarém e depois Palmela (Balmmlâla). Este Rei em 1165 entregou o comando do castelo de Palmela aos guerreiros da Ordem de Santiago. Mas, no ano 1187 algo terrível acontecerá:

*“Amdados três anos que este Rey D.Sancho reynava/ saber/ na era de MCC XXVI anos, sendo a moltidom dos pecados grande, e o povo Christão que morauom em Jerusalem e a sua maliça multiplicada per desvayradas gujsas, leyxou Deos cajn em poder dos Mourros e jnmguos da Fee aquela Santa/ Casa e / cidade, e foy tomada por Salino, seu Duque deles, segundo se contem na Estorja de sua Conqujsta.”*⁵⁵⁸

Governando D. Sancho I⁵⁵⁹ (1154 -1211), este rei em 1186 fez com que a hîsn de Balmmlâla passa-se para as mãos da Ordem de Santiago, a qual saiu fortalecida por ordens do Rei, que a mandou repovoar e guarnecer⁵⁶⁰.

A Ordem de Santiago, protagonizou o começo de uma nova fase da reconquista cristã a sul do tejo. A ação militar destes guerreiros foi essencial para preparação e consolidação de todo o território. Foi também importante para a definição das fronteiras a sul, quer com os vizinhos de Castela, quer com as forças Muçulmanas, entre o Tagus e o Anas. A reconquista a sul começou a partir da península da Arrábida⁵⁶¹:

Começou um novo período da história da reconquista com os avanços das forças cristãs para o sul, sob o comando dos monge-guerreiros. Em 1194, a ordem instala-se em Palmela⁵⁶² mas só a partir de D. João I é que esta fica sediada definitivamente em Palmela.

A hîsn de Balmmlâla registou os efeitos guerreiros de duas forças antagónicas, que fortaleceram os postos de vigia e de observação durante a reconquista do território português, conjuntamente com o poder do régio. Estas revoltas permitiram a execução de batalhas que ainda hoje permanecem na memória histórica. Este local evoluiu de uma hîsn, para o que hoje podemos vislumbrar um castelo, um convento onde se rezava todos os dias pela justiça de Deus, entregues nas mãos dos monges Guerreiros da ordem de Santiago da Espada, onde se vigiavam as terras. O Património edificado deste local foi considerado de interesse nacional em 1910.

⁵⁵⁷Almóadas- significa unitários. Governaram na Península Ibérica até 1229.Perderam a sua força na Batalha de Tolosa.

⁵⁵⁸TAROUCA SILVA C, (2009): 156 a 161.

⁵⁵⁹Contudo só 1432, no reinado de D. João I é que a sede de fixa no Castelo de Palmela- Portugal.

⁵⁶⁰SOUSA, GONÇALVES, J.C (1903): 6.

⁵⁶¹PEREIRA, F. GUERREIRO; L; MARTINHO, J; CONDEÇO, A; PACHECO, P (1990):73.

⁵⁶²Idem. A primeira sede foi em Mértola depois em Santos-o-Velho. Os 1ºs comendadores foram Lourenço Gomes, Aperez, Paio Peres Correia, etc.

Anexo 37: Acontecimento: A Conquista de Silves

A Conquista de Silves: o contributo de Xelb na conquista do algarve.

O Castelo de Silves foi conquistado em 1242, pelo Mestre da Ordem de Santiago, Paio Peres Correia. Reinava nesta época de D. Afonso III (1210-1279). O rei confiou ao cavaleiro da ordem de Santiago a missão de conquistar, o último território aos muçulmanos.

Depois de o rei de Castela ter conquistado Sevilha o seu Mestre Paio Peres Correia veio para Portugal .

“*O mestre dom payo correa erra seo [do rei] compadre e seo naturall* “. [de D.Afonso III]⁵⁶³.

D. Paio Peres Correia criou uma estratégia para conquistar o al-Gharb. Relata a Crónica da Conquista do Algarve que:

Primeiramente, D. Paio Peres Correia sondou um mercador da zona do Algarve de nome Garcia de Rodrigues, para saber informações sobre, hábitos, capacidades físicas e psicológicas dos Mouros. Ainda antes da investida a Silves, este enviou os Almogaves ao território. Desta forma, o Mestre conseguiu reunir muitas informações sobre os mouros e preparar o ataque final.

Quando se achou preparado, o Mestre começou a investida estratégica em terras de mouros.

Primeiro conquista Tavira⁵⁶⁴ a 11 de junho de 1242. Depois cercou o Castelo de Paderne. Dali chegaram aos arredores de Albufeira, onde rodearam o termo de Silves. Alguns homens fixaram-se na torre de Estômbar e Alvor. Uns cavaleiros rodearam as portas do castelo e outros cercaram todo o Castelo.

Al Amansur quando sentiu perigo dirigiu-se para a porta *ZOYA*. Foi aqui que começou a batalha (onde se encontrava nesta altura a igreja de Santa Maria dos Mártires), entre os dois chefes guerreiros, D. Paio Peres Correia e Al-Amansur. Os cristãos entraram pela porta da vila e ganharam o Castelo de Silves, este nunca mais passaria para as mãos dos muçulmanos.⁵⁶⁵

Sem demoras, D. Beatriz pediu ao seu pai D. Afonso de Castela, as terras já conquistadas por D. Paio Peres Correia e seus companheiros, para o seu marido o Rei D. Afonso III. Ou seja, Tavira, Cacela, Castro Marim, Loulé e Aljezur.

Após receber esta autorização D. Afonso III [*mandou logo aparelhar suas gentes e foice logo á grão preça ao algarve e foi por beja e dali a Almodovar do campo de Ourique e*

⁵⁶³FONSECA, F (1987): 82.

⁵⁶⁴FONSECA, F (1988): 84-90.

⁵⁶⁵Idem.

passou a serra pelas corticadas e encaminhou a faráo]⁵⁶⁶. D. Afonso III, conquista Faro, Albufeira e Loulé e recebe Silves, Cacela, Tavira e Castro Marim, ou seja, as terras conquistadas pelo Mestre.

Mais tarde, em 1266 D. Afonso III dá a Silves o Foral:

*“ Em nome de Deus e por Graça. Saibam todos, assim os presentes como os vindouros, que eu Afonso, por graça de Deus Rei De Portugal com minha mulher a Rainha D. Beatriz, filha do Ilustre Rei De Leão e Castela e com os nossos filhos e filhas os infantes D. Dinis, e de D. Afonso, e D. Branca e D. Sancha faço carta de foro a vós povoadores de Silves, convém saber, dou e outorgo a vós povoadores de Silves presentes e vindouros foros, usos e costumes da cidade de Lisboa excepto jugada de pão que vos deixo para sempre; e conservo para mim e todos os meus sucessores, perpetuamente todos os fornos de pão e todas as salinas construídas e a construir em Silves e nos seus termos, e todas as tendas de Silves que, no tempo dos sarracenos, os seus reis tinham”*⁵⁶⁷.

Esta conquista marcou uma nova fase da História de Portugal. Foi o ponto de partida para a conquista do território algarvio. Permitiu também, a consolidação e delimitação das fronteiras definitivas de Portugal. Com esta conquista, assistimos ao recuo definitivo dos muçulmanos no território. A tomada do Castelo de Silves abriu o caminho para a assinatura do tratado de Alcanises, com o Reino de Castela.

⁵⁶⁶Idem. Ibidem:90.

⁵⁶⁷ANDRADE, F (1993):23.

Listagem dos quadros :

Quadro 1- Síntese de apresentação da Introdução

Quadro 2- O Espaço

Quadro 3- O Tempo

Quadro 4- Castelo Passivo/ Activo

Quadro 5- Síntese do ponto 1 da tese

Quadro 6- Síntese do ponto 1.1 da tese

Quadro 7- Síntese do ponto 2 da tese

Quadro 8- Síntese do ponto 2.1 da tese

Quadro 9- Síntese do ponto 3 da tese

Quadro 10- Síntese cronológica da Evolução da disciplina de História e Arte.

Quadro 11- Síntese do ponto 3.1 da tese

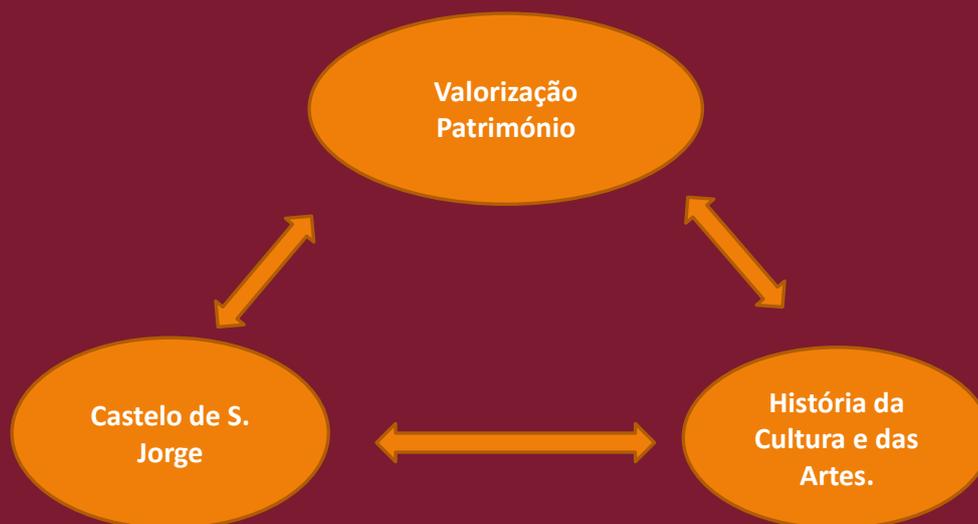
Quadro 12- Síntese do ponto 3.2 da tese

Quadro 13- Síntese do ponto 3.3 da tese

Quadro 14- Síntese do ponto 4 da tese

QUADRO Nº 1- Síntese de apresentação da Introdução

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património.



QUADRO Nº 2- O Espaço

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património

ESPAÇO



- Castelos Cristãos e Muçulmanos. BARROCA, M (1999): 107, Apud, Nova História Militar de Portugal. BARARA, T, TEIXEIRA N, MONTEIRO (Coord).

QUADRO Nº 3- O Tempo

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património.

TEMPO:

IDADE MÉDIA



QUADRO Nº 4 – Castelo passivo/ ativo

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património .

CASTELO :

Cabeça de terra; a ordem; comando militar:

FUNÇÃO :

DEFESA PASSIVA:

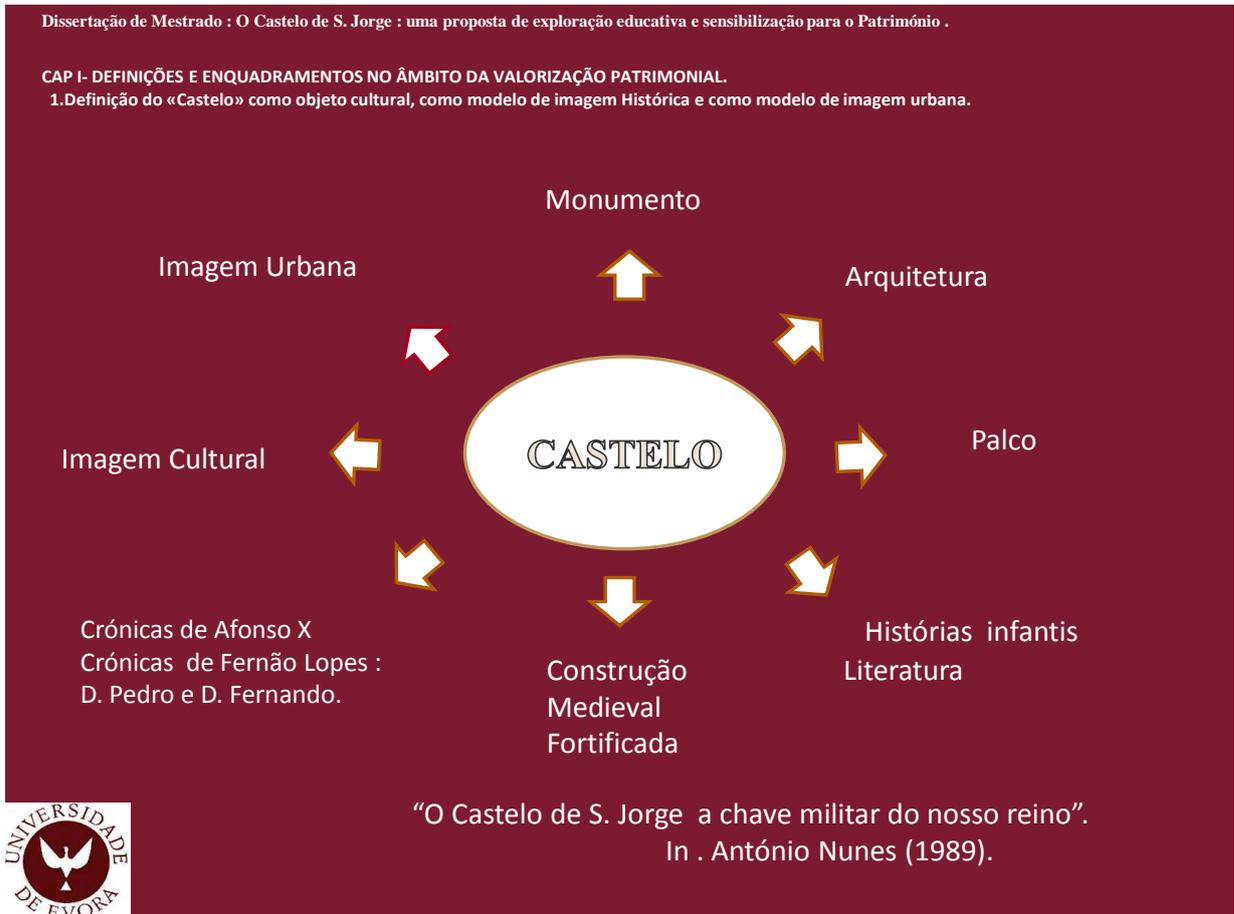
- Torre ao Meio
- Planta Quadrada
- Adarve
- Caminho de ronda
- Torreões, Muralhas
- Porta principal;
- Porta Traição

DEFESA ATIVA:

- Torre Adossada ao Pano de - Muralha,
- Adarve;
- Coroamento
- Balções ou
- Matacães.



QUADRO Nº 5 – Síntese do ponto 1 da tese.



QUADRO Nº 6- Síntese do ponto 1 .1 da tese.

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património

CAPÍTULO I- DEFINIÇÕES E ENQUADRAMENTOS NO ÂMBITO DA VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

1.1 Enquadramento da Valorização patrimonial dos castelos no contexto europeu e português e definição de «castelologia» na sua projeção cultural.

Tangível
Intangível
Material e
imaterial
Herança cultural



-IV convenção de
HAIA de 1907. 1922-
23; 1954
-Carta de Roma 1933
- ONU 1945 ICOMOS
-Carta de Veneza
1964
-1972 Carta de Paris
-2002 Declaração de
Budapeste UNESCO

Valorização do
património :
. Almeida Garret
. Ramalho Ortigão
. Viollet le Duc



QUADRO Nº 7- Síntese do ponto 2 da tese.

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património

CAPÍTULO II- O MONUMENTO

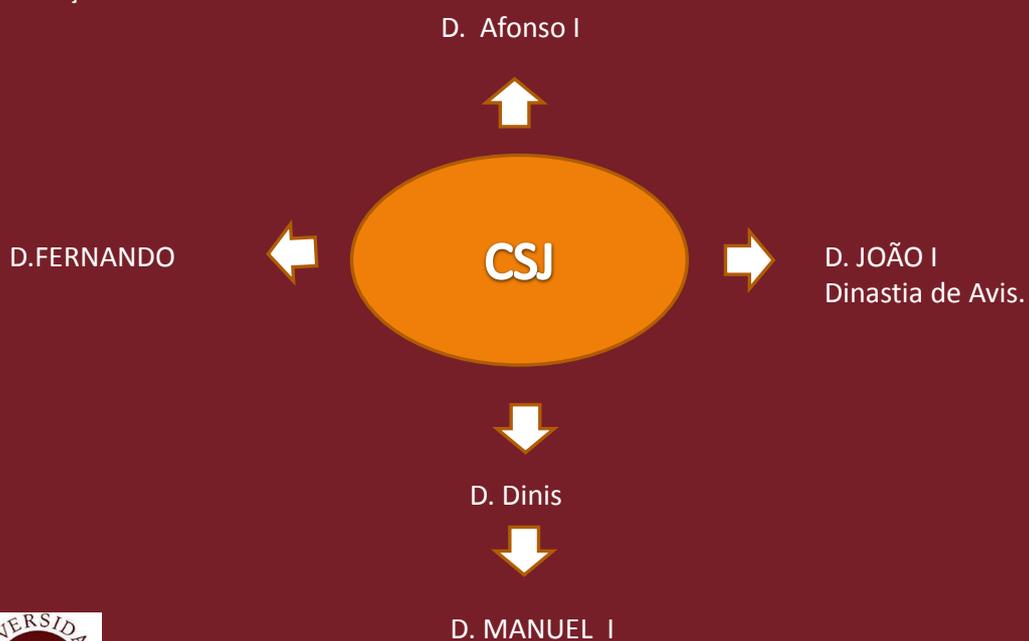
2. Evolução das fases de desenvolvimento da arquitetura militar e das fortificações em Portugal e seus exemplos expressivos.



QUADRO Nº 8 - Síntese do ponto 2.1 da tese.

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património

2.1- O Castelo de S. Jorge como «caso» significativo, na sua inserção espaço-urbana e no confronto com conotações e discursos culturais.



QUADRO Nº 9 - Síntese do ponto 3 da tese.

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património-Maria João Neves Bicho - Dezembro de 2013.

CAP III- DIDÁTICA DA HISTÓRIA DA CULTURA E DAS ARTES.

3. Definição da Disciplina de História da Cultura das Artes, seu enquadramento legislativo e a sua organização no ensino.

Contributos internacionais

- Movimento Ghotic Revival --
- Alexander Von Humbolt
- John Ruskin
- Cesari Brandi
- Eugéne Viollet-le-Duc

Contributos em Portugal

- Ramalho Ortigão
- Passos Manuel
- Jaime Moniz
- Fundação Calouste Gulbenkian.



QUADRO Nº 10 -Síntese cronológica da evolução da disciplina de História e Arte

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património

Cronologia da evolução da disciplina História e Arte:

- 1779- D. Maria I – Cria a Academia de Ciências no CSJ.
- 1780-1807- Cria-se a Casa Pia no CSJ.
- 1835- Mouzinho da Albuquerque, “ Projecto de Lei de organização Geral da Universidade de Portugal “ : Geografia; Cronologia e História.
- 1883- 1915-Ramalho de Ortigão ; das narrativas aos desenho artístico.
- Desenho Artístico.
- Educação cívica.
- 1894- Jaime Moniz---
- 1918- Alfredo Magalhães – Educação artística (trabalhos manuais).
. Educação Cívica / História.
- 1954 –” Internacional Society for Education Through Art (INSEA)”.
- 1986 –Lei de bases do sistema Educativo (nº84/ 86 de 14 de Outubro).
- 1988- Comissão de Reforma do Sistema Educativo.
- 1991- Contributo de Ken Robinson através do Colóquio “ A Arte de pensar o Futuro”.
- 1997- Universidade do Minho,“ A Reforma Curricular – Da intenção à realidade”.
- 1999- Universidade de Évora, “ A Conferência internacional projectar o futuro : políticas currículos e práticas”.
- 2001- 1ª Licenciatura de artes visuais, com a componente multimédia.
- 2003-“Documento Orientador da Revisão Curricular do ensino Secundário”; Currículos mínimo.
- 2004 – Cria-se a disciplina de HCA.



QUADRO Nº 11- Síntese do ponto 3.1

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património.

3.1-Pressupostos e práticas da gestão curricular, legislação fundamental papéis e funcionamento da disciplina e seu contexto na organização do ensino.



QUADRO Nº 13 - Síntese do ponto 3.3 da tese.

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património-Maria João Neves Bicho - Dezembro de 2013.

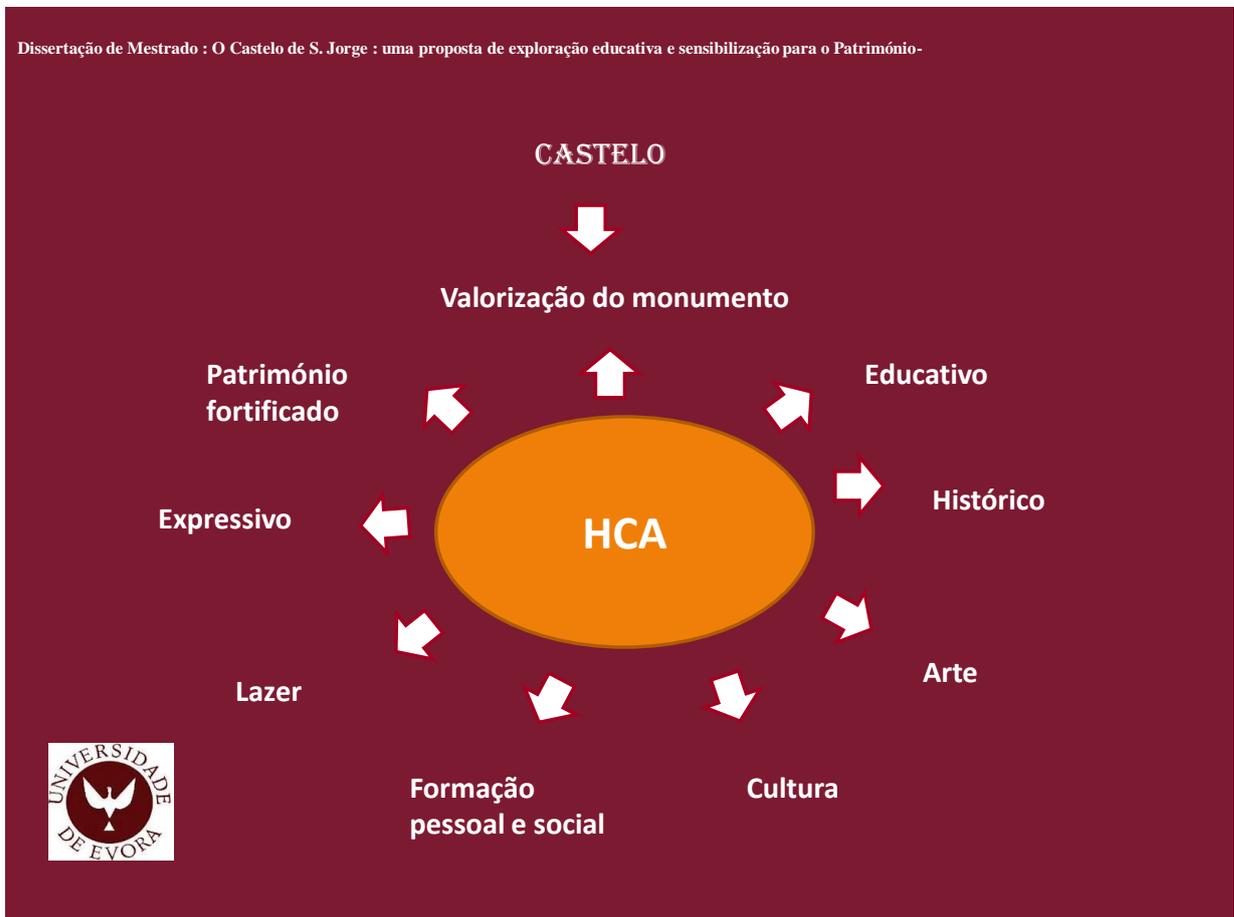
3.3- O papel da sensibilização para o património



“ O património....Facilita a construção, individual e coletiva , do nosso futuro. “ LEPINAY, H (1999):71.

QUADRO Nº 14 Síntese do ponto 4 da tese

Dissertação de Mestrado : O Castelo de S. Jorge : uma proposta de exploração educativa e sensibilização para o Património-



Apêndice I- Programa de História da Cultura e das Artes.

QUADRO Nº

4.1 – Os castelos e conhecimento do passado histórico-cultural.



Compreensão Histórica.

QUADRO Nº

4.3– O castelo como referente para aprendizagens plástica e visuais.



Castelo", granito amarelo - 3m x 1.8m x 1.8m; peso: 18 on.9,
Parque de Escultura Contemporânea Almourol - Vila Nova da Barquinha.



Torre das Amoreiras. Fotografia tirada pelo próprio em 23-06-2013



